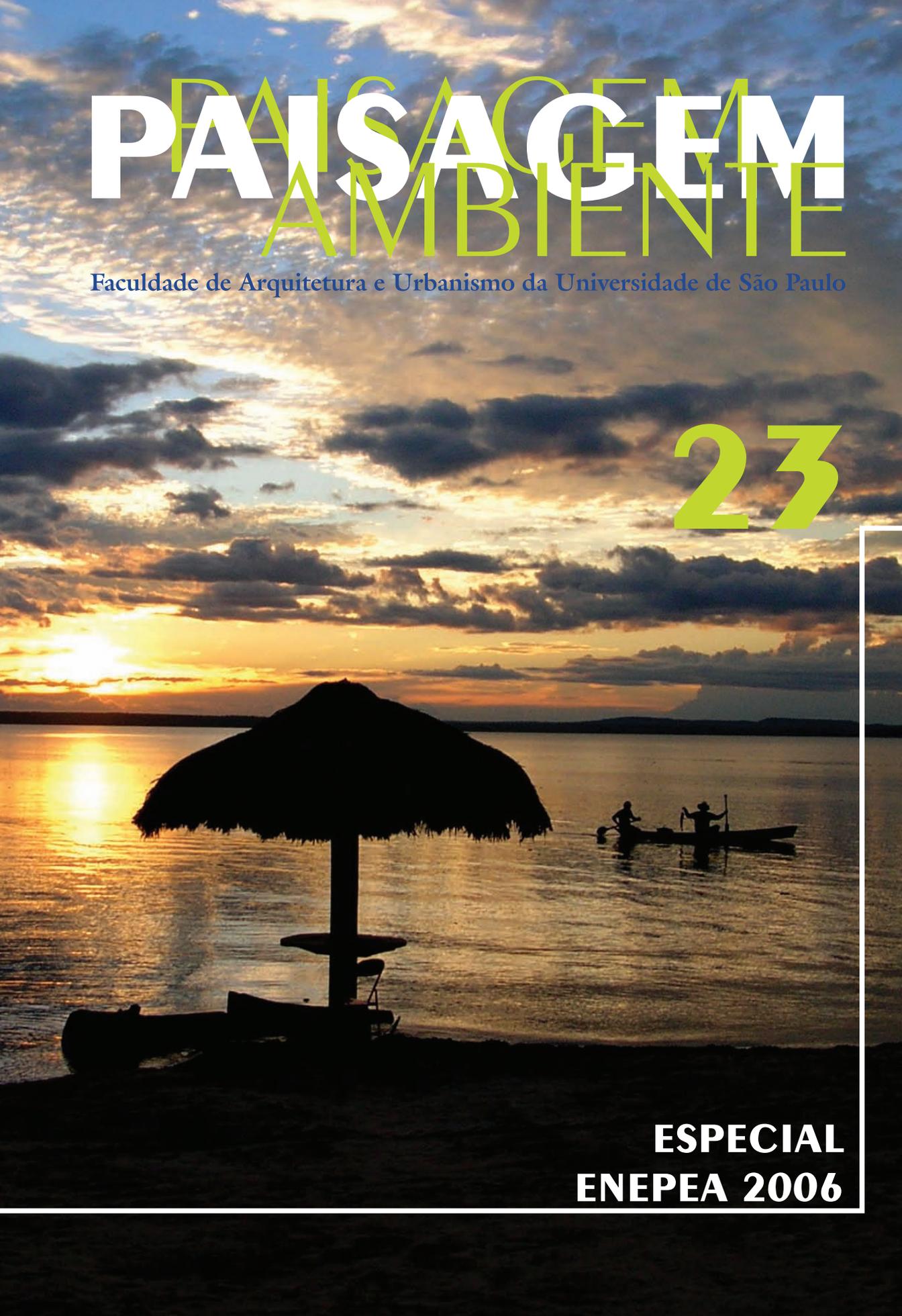


# PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

# 23



**ESPECIAL  
ENEPEA 2006**

## **Universidade de São Paulo**

Reitora: Suely Vilela

Vice-Reitor: Franco Maria Lajolo

### **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

Diretor: Ricardo Toledo Silva

Vice-Diretora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

### **Paisagem e Ambiente: ensaios**

ISSN 0104-6098

N. 23, 2007

*Publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo / Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto*

### **Editor Responsável**

Silvio Soares Macedo

### **Comissão Editorial**

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Euler Sandeville Júnior

Fany Cutcher Galender

Helena Napoleon Degreas

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Silvio Soares Macedo

### **Conselho Editorial**

Alina Santiago (UFSC)

Ana Rita Sá Carneiro (UFPE)

Ângelo Serpa (UFBA)

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (USP)

Eduardo Barra (Universidade Veiga de Almeida)

Eugenio Fernandes Queiroga (USP/PUC-Campinas)

Euler Sandeville Júnior (USP)

Fábio Mariz Gonçalves (USP)

Fábio Robba (Arquiteto paisagista, doutor, FAUUSP)

Fany Cutcher Galender (Arquiteta paisagista, Depave / PMSP)

Francine Sakata (Arquiteta paisagista, mestre, FAUUSP)

Gutenberg Weingartner (UFMS)

Helena Napoleon Degreas (UNIMARCO / BRÁS CUBAS)

Henrique Pessoa Filho (Politecnico di Milano / Itália)

Klara Anna Kaiser Mori (USP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (USP)

Maria de Assunção Ribeiro Franco (USP/Mackenzie)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (USP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (USP)

Silvio Soares Macedo (USP)

Sônia Afonso (UFSC)

Sônia Berjman (Universidad de Buenos Aires / UBA - Argentina)

Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)

Vera Regina Tângari (UFRJ)

Vicente de Paula Quintella Barcellos (UNB)

Vladimir Bartolini (USP)

### **Apoio Técnico**

Lilian Aparecida Ducci e Silva

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira

Classificação CAPES/QUALIS: NACIONAL "A"

Registro CCN-COMUT n. 097067-0



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

712

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo : FAU, 1986–

Anual  
n. 23 (2007)  
ISSN 0104-6098

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

#### **Linha Editorial**

A revista *Paisagem e Ambiente: Ensaios* é uma publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA), à área de concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, ao Laboratório da Paisagem (LAB PA) e ao Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), voltada aos estudos do espaço livre e do ambiente.

#### **Projeto Gráfico**

André Luís Ferreira

#### **Capa**

Francine Gramacho Sakata

#### **Diagramação**

Sóstenes Pereira da Costa

**Tiragem:** 1.500 exemplares

**Data:** 2007

#### **Publicação**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto  
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária  
Cep: 05508-900 São Paulo SP  
Fone: (11) 3091-4544 e-mail: [aup@usp.br](mailto:aup@usp.br)

#### **Projeto gráfico, diagramação e impressão**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Laboratório de Programação Gráfica  
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária  
Cep: 05508-900 São Paulo SP  
Fone: (11) 3091-4528 e-mail: [lpgfau@usp.br](mailto:lpgfau@usp.br)

#### **Distribuição**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM  
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária  
Cep: 05508-900 São Paulo SP  
Fone: (11) 3819-4999 e-mail: [public@fupam.com.br](mailto:public@fupam.com.br)

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
Assessoria a Eventos Culturais  
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária  
Cep: 05508-900 São Paulo SP  
Fone: (11) 3091-4801 e-mail: [eventfau@edu.usp.br](mailto:eventfau@edu.usp.br)



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:  
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP  
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

# Sumário

EDITORIAL.....	7
DA ANÁLISE ÀS INTENÇÕES DO PROJETO: CONCEITOS PARA O PROCESSO DE CONCEPÇÃO DA PAISAGEM .....	10
FROM ANALYSIS TO DESIGN: CONCEPTS FOR LANDSCAPE CONCEPTION <i>FEGHALI, Maria Elisa; LASSANCE, Guilherme</i>	
PARQUE URBANO .....	20
URBAN PARK <i>FERREIRA, Liz Ivanda Evangelista Pires</i>	
TRANSFORMAÇÃO URBANA: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DE CACUPÉ, FLORIANÓPOLIS, SC .....	34
URBAN TRANSFORMATION: A CASE STUDY IN CACUPÉ DISTRICT, FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, BRAZIL <i>FILÁRTIGA, Marila; SANTIAGO, Alina</i>	
CLIMA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO: ESTUDO PRELIMINAR PARA MONTES CLAROS – MG .....	42
CLIMATE AND URBAN ENVIRONMENTAL PLANNING: A PRELIMINARY STUDY FOR MONTES CLAROS-MG <i>GOMES, Patrícia Silva</i>	
A COOPERAÇÃO ENTRE A FAUUSP E A SUBPREFEITURA DO ARICANDUVA PARA O PROJETO DE ESPAÇOS LIVRES – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO .....	50
THE COOPERATION BETWEEN FAUUSP AND THE ARICANDUVA ´S CITY HALL FOR THE DESIGN OF OPEN SPACES <i>GONÇALVES, Fábio Mariz</i>	
TURISMO, ESPAÇO E PAISAGEM – LEITURAS DO AMBIENTE URBANO.....	58
TOURISM, SPACE AND LANDSCAPE – URBAN ENVIRONMENTAL ANALYSIS <i>GONDO, Silvia N.; SANTIAGO, Alina G.; REBOLLO SQUERA, Jorge H.</i>	
PARQUE PÚBLICO DA LAGOA DE CARAPICUÍBA.....	66
CARAPICUÍBA LAKE PUBLIC PARK <i>GORSKI, Maria Cecília Barbieri</i>	
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA: INTEGRAÇÃO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO EM DISCIPLINA DE PROJETO DO SEGUNDO SEMESTRE CURRICULAR .....	81
CASE STUDY: THE INTEGRATION OF ARCHITECTURE, LANDSCAPE ARCHITECTURE, AND URBAN DESIGN IN A COURSE PROJECT FOR THE SECOND SEMESTER OF THE CURRICULUM <i>GRIGOLETTI, Giane; PIPPI, Luis Guilherme A.</i>	

PAISAGEM RECUPERADA – O PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DA PRAÇA  
NOSSA SENHORA DA LUZ EM SALVADOR-BA ..... 90

RECUPERATED LANDSCAPE – QUALIFY DESIGN FOR “NOSSA SENHORA DA LUZ” SQUARE  
IN SALVADOR-BA

GUIMARÃES, Caroline Pedreira; CUNHA, Rita Dione Araújo

CONTEXTO HISTÓRICO DE INTERVENÇÃO NA PAISAGEM E ESPAÇOS URBANOS..... 101  
HISTORICAL CONTEXT OF INTERVENTIONS IN THE LANDSCAPE AND IN URBAN SPACES

HARDT, Leticia Peret Antunes; HARDT, Carlos

O ESPAÇO LIVRE CORPORATIVO EM SÃO PAULO – O CONCEITO DE ESPAÇO  
LIVRE PARTICULAR DE USO PÚBLICO ..... 108

CORPORATE OPEN SPACES IN SÃO PAULO – THE CONCEPT OF PRIVATELY OWNED  
PUBLIC OPEN SPACE

HEPNER, Alexandre

ESPAÇOS LIVRES E ESPACIALIDADES DA ESFERA DE VIDA PÚBLICA: UMA PROPOSIÇÃO  
CONCEITUAL PARA O ESTUDO DE SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS NO PAÍS ..... 116

OPEN SPACES AND PUBLIC LIFE SPATIALITIES: A CONCEPTUAL PROPOSAL TO THE RESEARCH OF THE  
COUNTRY'S URBAN OPEN SPACES SYSTEM

Akemi Hijoka, Antonio Augusto Delfim da Silva Santos, Danielle Klintowitz, Eugenio Fernandes Queiroga,  
Fábio Robba, Fany Cutcher Galender, Helena Napoleon Degreas, Karla Lopez Blanco Alvarez,  
Kim Ordonha Cyrillo, Lucila Lopes Cerqueira, Maria Helena de F. Preto, Naiara Luchini de Assis Kaimoti, Natália  
Pimenta Mambri, Paulo Barreiros de Oliveira, Roberto Sakamoto Rezende de Souza, Silvio Soares Macedo, Sirlene  
Barbosa de Brito, Ulisses Dias Cambraia Sardão e Vanderli Custódio.

PARQUE DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UM ESTUDO DE CASO..... 124  
THE PARK OF THE CITY IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: A CASE STUDY

JORGE, Vinie Pedra

A PAISAGEM PAULISTANA E A HISTÓRIA DE SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS,  
UMA FORMA DE TRABALHO NO ENSINO E NA PESQUISA..... 129

THE LANDSCAPE OF SÃO PAULO CITY AND THE HISTORY OF ITS PUBLIC SPACES,  
A WAY OF WORKING WITH TEACHING-LEARNING AND RESEARCH

KAHTOUNI, Saide; ASSUNÇÃO, Paulo de; TOMINAGA, Yasuko

CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS FECHADOS NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE SÃO PAULO..... 135

THE DESIGN OF GATED COMMUNITIES IN SÃO PAULO METROPOLITAN AREA

LEMOES, João Rett; MACEDO, Silvio Soares

PRAÇAS URBANAS – O CASO DA PRAÇA JOÃO MENNA BARRETO – SANTA MARIA-RS –  
– BRASIL – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PROJETOIS PAISAGÍSTICOS  
APLICADOS À DISCIPLINA DE PAISAGISMO II..... 145

PUBLIC PLAZAS – THE CASE OF JOÃO MENNA BARRETO PLAZA – SANTA MARIA – RS  
BRASIL – LANDSCAPE PROJECT METHODS APPLIED TO THE DISCIPLINE OF LANDSCAPE ARCHITECTURE II

LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes; PIPPI, Luis Guilherme A.; LAZAROTTO, Gerusa

PARQUE CONTEMPORÂNEO DE CUNHO ECOLÓGICO, COM CARACTERIZAÇÃO DE ECOGÊNESE.....	158
<i>THE CONTEMPORARY PARK – AN ECOGENESIS APPROACH</i>	
<i>LOPES, Débora Tognozzi; GUIMARÃES, Lucia do Nascimento</i>	
ESPAÇOS LIVRES URBANOS: A INTER-RELAÇÃO DE FUNÇÕES DENTRO DA ESCALA BAIRRO.....	164
<i>URBAN OPEN SPACES: THE RELATIONSHIP OF USES WITHIN THE NEIGHBORHOOD SCALE</i>	
<i>LOPES, Wilza Gomes Reis; SOUSA, Giuliana de Brito; ALVES, Marta Raquel da Silva</i>	
A CONFIGURAÇÃO DA VIA PÚBLICA INTERFERINDO NA APREENSÃO DA PRAÇA: O CASO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS EM TERESINA.....	174
<i>THE CONFIGURATION OF THE PUBLIC STREET INTERFERING IN THE USE OF THE PLAZA: THE CASE OF HOUSING DEVELOPMENTS IN TERESINA</i>	
<i>LOPES, Wilza Gomes Reis; ALVES, Marta Raquel da Silva; SOUSA, Giuliana de Brito</i>	
A HISTÓRIA DA PRAÇA JOÃO ALVES E SUA CONTRIBUIÇÃO NA PAISAGEM DA CIDADE.....	184
<i>THE HISTORY OF JOÃO ALVES SQUARE AND ITS CONTRIBUTION FOR THE CITY'S LANDSCAPE</i>	
<i>MACIEL, Marieta Cardoso</i>	
PROGRAMA ARQUITETURA PÚBLICA DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG – O CASO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO .....	198
<i>PUBLIC ARCHITECTURE PROGRAM OF THE ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – THE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO CASE</i>	
<i>MACIEL, Marieta Cardoso; SIMÃO, Karina Machado de Castro; PERNA, Stefânia de Araújo</i>	
APLICAÇÃO DE SIG NA ANÁLISE DA REDUÇÃO DA PAISAGEM VERDE NA AVENIDA SÃO RAFAEL EM SALVADOR-BA.....	214
<i>THE USE OF GIS IN THE ANALYSIS OF GREEN SPACES SHORTENING ON SÃO RAFAEL AVENUE – SALVADOR-BAHIA</i>	
<i>MASCARENHAS, Adriano Nascimento; CUNHA, Rita Dione Araújo Cunha</i>	
A PAISAGEM DAS ÁGUAS: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS COMO SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA AS MARGENS DOS RIOS POTI E PARNAÍBA E SEU ENTORNO (TERESINA-PI).....	222
<i>WATERSCAPE: USERS PERCEPTIONS AS A TOOL FOR THE DEVELOPMENT OF URBAN GUIDELINES AT POTI AND PARNAÍBA'S RIVERBANKS AND SURROUNDINGS</i>	
<i>MATOS, Karenina Cardoso; VELOSO, Maísa Dutra</i>	
ARQUITETURA PAISAGÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIA – ESTUDO DE CASO: PRAÇAS DA CIDADE DE PELOTAS – 1860-1930 .....	231
<i>LANDSCAPE ARCHITECTURE: A STUDY ABOUT REPRESENTATION AND MEMORY CASE STUDY: SQUARES IN PELOTAS – 1860-1930</i>	
<i>MATTOS, Maria Regina de</i>	
PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA AFONSO PENA, LAGOA VERMELHA-RS. ....	242
<i>URBAN AND LANDSCAPE RENOVATION OF AVENIDA AFONSO PENA, LAGOA VERMELHA-RS</i>	
<i>MELLO, Evanisa F. R. Quevedo; ROMANINI, Anicoli; FIORI, Sibebe; FORCELINI, Eveli Ballen; NORRO, Julio Ariel Guigou</i>	

AS PAISAGENS DO RIO CAPIBARIBE NO SÉCULO XIX E SUAS REPRESENTAÇÕES..... 253  
LANDSCAPES OF THE RIVER CAPIBARIBE IN THE 19<sup>TH</sup> CENTURY AND THEIR REPRESENTATIONS  
*MELO, Vera Mayrinck*

PREOCUPAÇÕES ACERCA DA PAISAGEM EM VITÓRIA (ES) – PANORAMA DA  
PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS ..... 264  
THOUGHTS ABOUT LANDSCAPE IN VITÓRIA (ES) – A VIEW OF RESEARCH AND ITS CONSEQUENCES  
*MENDONÇA, Eneida Maria Souza*

# EDITORIAL

Esta edição, a de número 23, da revista Paisagem e Ambiente, traz o segundo grupo de trabalhos apresentados no VIII ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura no Brasil, levado a efeito de 6 a 10 de setembro de 2006, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, dentro da intenção da Comissão Editorial da revista, de expor ao grande público o excelente conjunto de trabalhos então apresentados.

O evento, além da apresentação dos trabalhos aqui mostrados, teve diversas atividades paralelas, como conferências, mesas-redondas e oficinas. Foram elas:

## Conferências

Foram seis, cada uma com um objetivo claro, ministradas por seis importantes figuras do paisagismo, três delas expoentes nacionais: Miranda Magnoli, Rosa Kliass e Paulo Pellegrino, este um dos mais importantes teóricos e pesquisador do planejamento paisagístico no Brasil. Além desses, tivemos a participação dos paisagistas e professores Sonia Berjman, Nathaniel Cormier e German Cruz, todos proferindo palestras, especialmente encomendadas pela Comissão Científica do evento, de modo a contribuir no conhecimento do paisagismo para todos os congressistas. As palestras tiveram o seguinte teor:

- Miranda Magnoli: Paisagismo XXI... conhecimento e ação – realizada na abertura do encontro; objetivou a introdução dos últimos conceitos e as preocupações da professora sobre paisagem e Paisagismo, deixando evidente o objeto central do Paisagismo – no caso, o espaço livre – e avançando mais sobre o novo desenho que se configura da paisagem urbana brasileira, não mais tão compacta e contínua como no passado recente.
- A palestra posterior, de Nestor Goulart Reis Filho, de acordo com a programação, foi, na realidade, uma homenagem à professora por seus anos de pesquisa e ensino, pela criação da área de Paisagismo na FAUUSP e pela definição dos conceitos básicos do Paisagismo nacional. Na oportunidade, foi lançada pela FAUUSP uma edição especial da revista Paisagem e Ambiente sobre a obra de Miranda, a de número 21, com seus principais textos e reflexões; essa foi distribuída a todos os participantes do ENEPEA, como documento especial e oficial do evento.
- Sonia Berjman: Una mirada al paisagismo del Cono Sur Americano – que trouxe, no início dos trabalhos de quinta-feira, uma visão geral sobre o desenvolvimento do Paisagismo na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, do século XIX aos nossos dias. O Paisagismo, nos países de língua hispânica, é praticamente desconhecido no Brasil – a não ser pelos poucos conhecedores da extensa obra escrita da professora – e sua vinda teve como objetivo principal dar informações básicas sobre a matéria para um público diretamente interessado.
- Rosa G. Kliass: Da responsabilidade do profissional no desenvolvimento da formação do arquiteto paisagista – por meio de sua trajetória profissional, a paisagista expôs uma série de princípios e posturas éticas que devem nortear a conceituação de projetos paisagísticos, seja no âmbito público, seja no privado.
- Germán T. Cruz: *Teaching to see + feel + hear + understand* – uma introdução de questões relativas ao ensino e ao pensar do projeto paisagístico. A palestra teve como finalidade trazer à platéia posturas de ensino e projeto contemporâneas, desenvolvidas nos Estados Unidos, o país no qual teve origem o Paisagismo como conhecemos hoje,

respaldadas pelo conhecimento do professor, um *expert* no assunto, que em 2005 esteve no Brasil e na FAUUSP como professor convidado para o curso de capacitação de professores, organizado pela International Federation of Landscape Architecture (IFLA) e pela Fundação para a Pesquisa Ambiental (FUPAM), ministrando disciplinas de projeto paisagístico.

- Paulo R. Pellegrino: Ecologia e projeto: referências para o ensino – professor especialmente convidado; como uma das maiores autoridades no país sobre o assunto, discorreu sobre conceitos básicos e de vanguarda para o desenvolvimento do Paisagismo nacional, servindo ainda de referência e base de entendimento da palestra seguinte, de Nathaniel Cormier.
- A quinta e última conferência teve como objetivo central trazer novas técnicas e posturas do planejamento paisagístico e ambiental, exemplificadas em um conjunto inédito de estudos de caso, todos situados no subúrbio americano.

## Mesas-redondas

No total de quatro, objetivaram trazer a opinião e as posturas de especialistas nacionais sobre os assuntos em pauta.

A primeira delas versou sobre a História do Paisagismo e seus grupos de pesquisa no Brasil; trouxe representantes de dois dos mais importantes grupos de pesquisa nacionais: o de Recife (UFPE), coordenado pela professora Ana Rita Sá Carneiro, e o do Rio de Janeiro (UFRJ-EBA), chefiado pelo professor Carlos Terra, representado pela professora Jeanne Trindade, sendo a mesa dirigida pelo doutor Euler Sandeville Jr., da FAUUSP. Mostrar a história do Paisagismo em uma mesa-redonda teve como finalidade trazer à luz pesquisas consistentes de vanguarda desenvolvidas no país, para servir de exemplo e parâmetro para outros trabalhos.

A segunda mesa, uma indicação do VII ENEPEA, realizado em Belo Horizonte, teve como tema Milton Santos e a Paisagem, contando como debatedores e expositores os professores Maria Angela F. Pereira Leite (FAUUSP) – uma das mais importantes discípulas de Milton Santos; Eugênio Queiroga (FAUUSP e PUC-CAMP) – estudioso da obra santosiana; Miranda Magnoli – parceira e companheira de Milton nos anos 1980, a qual nos relatou sobre seus estudos com o autor; foi coordenada pelo professor Ângelo Serpa (UFBA). Essa mesa foi fundamental como relato vivo do papel de Milton Santos no estabelecimento das bases conceituais do Paisagismo nacional, fato esse desconhecido por muitos e, pela primeira vez, levado formalmente a público.

A terceira mesa, Paisagismo e Participação, trouxe a temática da extensão ao primeiro plano, colocada em questão por especialistas como Luis Renato Bezerra Pequeno (UFCE), Catarina Lima (FAUUSP), Caio Boucinhas e Marta Enokibara (Unesp-Bauru).

A última mesa, Ensino de Paisagismo, polêmica por tradição, trouxe o saudável embate entre diversos professores componentes da mesa e a platéia, especialmente entre os professores Fábio Mariz Gonçalves (FAUUSP) e Paulo Chiesa (UFPR). A questão do ensino foi levantada por Sonia Afonso (UFSC), Jonathas P. M. Silva (Anhemi- Morumbi), Vera Tângari (UFRJ) e Fábio Gonçalves, tendo sido discutidos conceitos e procedimentos de ensino diversos, tanto na escola pública como na privada.

Em seu conjunto as mesas-redondas serviram para colocar as diversas dimensões do ensino, pesquisa e extensão dentro do escopo do Paisagismo nacional, mostrando a evolução do mesmo nessas diversas vertentes.

## Oficinas

Tradicionalmente, no ENEPEA são organizadas oficinas que procuram trazer um caráter prático a um evento essencialmente acadêmico. No caso do VIII ENEPEA, buscou-se a aplicação de oficinas eminentemente voltadas à prática do ensino e do projeto paisagístico.

As duas, ensino de Paisagismo – as práticas didáticas e planejamento da paisagem – e estudo para uma infra-estrutura verde, foram desenvolvidas simultaneamente na tarde de sábado e congregaram a maioria dos professores, pesquisadores e alunos. Aquela, que tratou de ensino, foi dividida em duas partes: a primeira, orientada por German Cruz, enfatizou a sensibilização espacial, e a segunda, elaborada com o professor Fabio Mariz Gonçalves, fez com que os professores participantes expusessem programas e exercícios de suas disciplinas em uma saudável troca de experiências didáticas.

A segunda, desenvolvida por Paulo Pellegrino e Nathaniel Cormier, desenvolveu um trabalho prático sobre um local real, no caso os jardins da FAUUSP, para os quais foram propostas ações de caráter paisagístico e ambiental a partir dos conceitos e práticas apresentados pelos professores em suas conferências.

Trazemos, então, neste número, 27 artigos, abrangendo os mais diversos conteúdos de ensino, de história do Paisagismo, de paisagem urbana, alguns de caráter estritamente conceitual, outros mais relatando experiências de extensão e participação popular que estão, como na edição passada, apresentados em ordem alfabética e não por seções temáticas, como é de costume, as quais voltarão a ser normalmente apresentadas a partir do número 25, a ser editado em 2007.

### **Dr. Silvio Soares Macedo**

Editor Revista Paisagem e Ambiente

Presidente Comissão Organizadora VIII ENEPEA

# DA ANÁLISE ÀS INTENÇÕES DO PROJETO: CONCEITOS PARA O PROCESSO DE CONCEPÇÃO DA PAISAGEM

FROM ANALYSIS TO DESIGN: CONCEPTS FOR LANDSCAPE CONCEPTION

## FEGHALI, Maria Elisa

Arquiteta, Ms. em arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em Planejamento Ambiental e Paisagístico pela SNA, Rio de Janeiro.

E-mail: memf@domain.com.br

## LASSANCE, Guilherme

Arquiteto, doutor em arquitetura pela Universidade de Nantes, França. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ)

E-mail: lassance@ufrj.br

## RESUMO

O artigo que apresentamos aqui faz parte de uma reflexão acerca dos espaços livres públicos, reconhecendo sua característica mutante. Respaldados por algumas experiências pedagógicas, notamos uma dificuldade recorrente por parte dos projetistas, em transpor os elementos advindos da etapa de análise dos contextos a serem trabalhados, para a etapa de projeto. Sendo assim demonstraremos como alguns conceitos que chamamos de identificadores de componentes da paisagem e indicadores de qualidades da paisagem, se revelam como importantes ferramentas de auxílio para a transposição da análise ao projeto. Estes conceitos possibilitam a integração, de diferentes dimensões do espaço: morfológica, comportamental e sensorial, permitindo ao projetista uma análise não só interpretativa mas também valorativa dos contextos de intervenção.

**Palavras-chave:** Processo de concepção, paisagem, ensino.

## ABSTRACT

*This paper is the result of a reflexion about public free spaces, regarded as spaces to be thought of and conceived by a project. As we recognize in public free spaces the characteristics of an ever changing entity and based on some pedagogical experiences, we have noticed that students have some recurrent difficulty to overcome obstacles which first appear during the working context analysis prior to the project phase. Therefore, we shall demonstrate how certain concepts which we shall call identifiers of the landscape and landscape quality indicators reveal themselves as important tools to help us to migrate from the analysis phase to the project synthesis. These concepts allow to integrate different space analysis dimensions: morfological, behavioural and sensorial, which are relevant to the apprehension of free public spaces conceived in essence as mutant spaces, and allowing the designer to conduct an interpretative analysis and also to value the intervention contexts.*

**Key words:** Design process, landscape, education.

## Introdução geral

Há muito tempo, os espaços livres públicos, principalmente nas grandes cidades, têm um importante papel a desempenhar, como opção para o lazer, interação social, contemplação, descanso, entre outros. Assim, diversos autores concordam que os espaços livres públicos são indispensáveis para o estudo da paisagem urbana e a qualificação do meio urbano, enfatizando, entretanto, diferentes pontos de vista. Alguns discutem a morfologia urbana, dando maior enfoque à questão da forma dos edifícios circundantes e ao impacto formal de sua inserção no tecido urbano

(ROSSI, 1995; LAMAS, 2000), outros destacam aspectos comportamentais buscando nos indivíduos e nas atividades desenvolvidas por eles nesses espaços, as razões para o incentivo e para a reflexão das áreas livres públicas, (WHYTE, 1980; CARR et al, 1992), outros ainda estudam aspectos relativos a intersensorialidade do espaço urbano e à importância do mapeamento olfativo, sonoro, sensitivo térmico e tátil – como conformadores de uma paisagem sensorial, determinante do uso e da forma desses espaços (AUGOYARD, 1998; THIBAUD, 1998)<sup>1</sup>.

Neste sentido, entendemos que, os métodos que permeiam os projetos para estes espaços, devam considerar entre outros aspectos sua característica essencialmente mutante, como espaços que se transformam continuamente, quer seja por sua ambiência ou pela ação de seus usuários. Notamos, como consequência disso, uma dificuldade recorrente por parte dos alunos, em transpor os elementos advindos da etapa de análise dos contextos a serem trabalhados, para a etapa de projeto<sup>2</sup>. Entendemos que parte dessa dificuldade é inerente à própria condição dos alunos, que como projetistas ainda em formação, não dominam o manejo das possíveis pistas de projeto, reveladas na etapa de análise. Por outro lado, acreditamos que essa dificuldade refere-se, também, à falta de métodos e ferramentas que permitam orientar os alunos na etapa de transposição análise/projeto.

Sendo assim demonstraremos que alguns conceitos se revelam como importantes ferramentas de auxílio para a transposição da etapa de análise para a de projeto. Estes conceitos possibilitam a integração de diferentes dimensões de análise do espaço: morfológica, comportamental e sensorial, relevantes para a apreensão dos espaços livres públicos permitindo uma análise não só interpretativa mas também valorativa dos contextos de intervenção.

Os identificadores tiveram como base o suporte conceitual desenvolvido por Gordon Cullen em *Paisagem urbana* (1971) e os indicadores se apoiaram nos conceitos desenvolvidos por Steemers (1995), Dupagne (1999) e Lassance (2000) para estudos de diferentes meios de representação da forma dinâmica.

Apontamos também para a importância da subjetividade da categorização do mundo real, evidenciada por Eleanor Rosch (1976), e expressa na hierarquização dos elementos definidos pelas ferramentas conceituais refletindo a importância das “balizas cognitivas”.

## 1 – Ferramentas conceituais

Projetar reflete uma intenção de se atender a um ou a múltiplos objetivos e/ou exigências; deste modo, o entendimento de que existe uma **relação direta e necessária entre análise e projeto** e que o caminhar progressivo (da análise para o projeto), assim como em um jogo de xadrez, deverá ser construído pelo manejo das peças conceituais, aliadas às estratégias e referências, permitindo a construção de um projeto mais afinado com a realidade vivencial do espaço.

Neste sentido algumas ferramentas conceituais podem ser utilizadas como contribuição para a análise do espaço tanto no sentido descritivo como valorativo auxiliando a construção da “ponte” análise/projeto. A construção de tais ferramentas conceituais apóia-se na intenção principal de reduzir o caráter muitas vezes arbitrário do processo de concepção dos espaços livres públicos, mostrando que existe uma relação entre análise e projeto, e que qualquer que sejam os objetivos que se pretenda atingir no processo de concepção, eles dependerão do entendimento de como o espaço se apresenta para o projetista e das tensões existentes entre todas as características que lidam com outras dimensões da forma, que não somente a visual.

É fundamental reconhecer que todo diagnóstico constitui uma operação interpretativa e como tal estabelece uma **versão**, da realidade observada, que por si só já configura as **condições** do projeto. Que as referências projetuais consolidem e articulem o cenário de dados contextuais ou ainda iluminem componentes e qualidades do espaço que não haviam sido considerados

pelo diagnóstico inicial, sua convocação no processo de concepção não pode contentar-se da mera influência de tendências da moda mas deve, ao contrário, estabelecer uma relação clara com a análise do contexto de intervenção.

De fato, em estudos precedentes elaborados há quase dez anos e fundamentados em trabalhos de outros pesquisadores como os da corrente de pesquisas de cunho epistemológico encabeçada por Philippe Boudon na França, desde o início dos anos de 1970, como também em teses da vertente metodológica de procedência anglo-saxã – os chamados *design methods* – pôde-se verificar que a construção dessa relação entre análise e projeto depende principalmente da disponibilidade de conceitos comuns a essas duas fases do processo de concepção. Daí a hipótese, alicerce da presente pesquisa, que sustenta a necessidade de se dispor de **categorias de análise que correspondam às de projeto**.

## 2 – Problemas da categorização

Classificar os objetos do mundo real, dentro de algumas categorias conceituais, nos revela um embate entre as definições conceituais propostas e a identificação dos elementos da paisagem que expressem tais conceitos. O caráter ambíguo de algumas definições suscita uma série de dúvidas quanto à identificação de alguns conceitos. Percebemos, por exemplo, que alguns elementos identificados podem pertencer a mais de uma categoria conceitual.

Recorrendo aos conceitos de G. Cullen (1971), examinemos, por exemplo, o caso do prédio da Cândido Mendes, no centro da cidade do Rio de Janeiro: quando visto da praça XV, pode ser identificado como um acidente, se considerarmos que ele destoia de seu entorno construído; mas por outro lado se o considerarmos como um ponto de convergência de pessoas, considerando sua função, então o classificaremos como ponto de atração. Notemos que estas categorias dependem, ainda, do contexto em que o observador se encontra: o mesmo prédio da Cândido Mendes, se observado de quem está em Niterói, não se qualificará como acidente, pois daquele ponto de vista ele não destoará de seu entorno; pelo contrário se confundirá com toda densidade construída do centro da cidade (Figura 1).



Figura 1: Edifício da Cândido Mendes, visto a partir da praça XV, Rio de Janeiro (esquerda) e o mesmo edifício visto da baía de Guanabara, inserido no conjunto de prédios do centro da cidade  
Fonte : FEGHALI, 2005

Essa confrontação do acervo de conceitos definidos por Gordon Cullen, com a realidade construída, nos conduz a uma investigação sobre a natureza do processo de categorização de objetos e estímulos do mundo real.

Na década de 1970, Eleanor Rosch discute os princípios universais de categorização dos estímulos perceptivos concretos do mundo. A autora defende a proposição de que os objetos concretos são classificados em categorias de forma não completamente arbitrária. O que se pretende universal, na pesquisa de Rosch, são os **princípios de formação das categorias**.

A autora sustenta que os atributos do mundo real, contrariamente aos conjuntos apresentados em laboratório, não se apresentam independentemente uns dos outros. Portanto, no mundo real, as categorizações, mesmo que naturais, não são ideais, fechadas, pois existem relações variadas entre objetos de diferentes categorias, que às vezes diluem fronteiras e às vezes criam pontes entre categorias. A autora propõe ainda que a melhor representação das categorias seria através de elementos protótipos, característicos dessas categorias.

Quer dizer que, como numerosas experiências mostram, as categorias não são codificadas no espírito nem por meio de listas de todos os membros individuais da categoria, nem por meio de uma lista de critérios formais necessários e suficientes para definir o pertencimento a esta categoria, mas, acima de tudo, sob a forma de um protótipo ou uma imagem concreta de um membro médio desta categoria (ROSCH, 1976, p. 245).

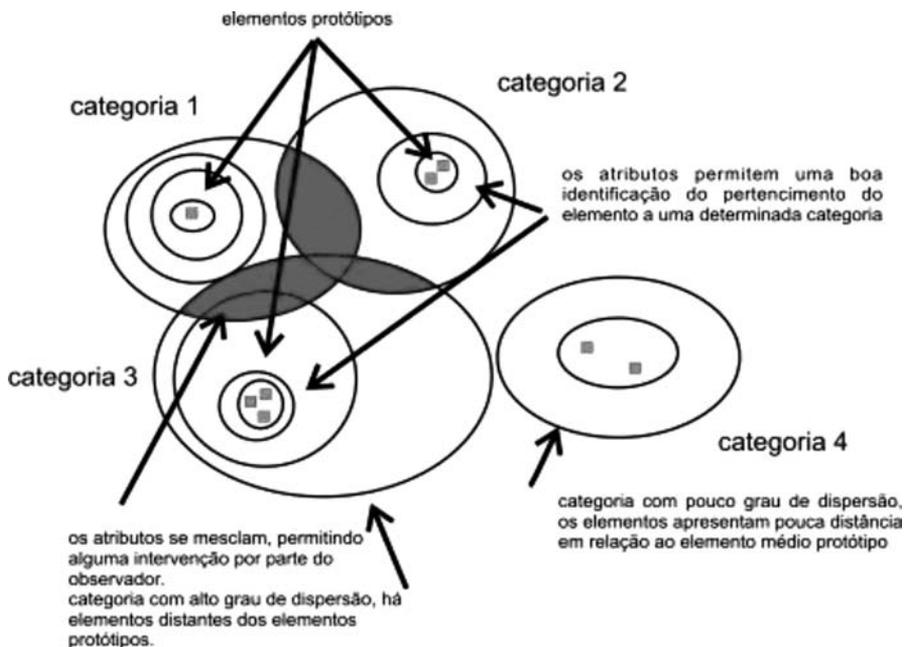


Gráfico de categorização de objetos de base  
Fonte: FEHALI, 2005

A autora define as categorias dos objetos de base como as categorias mais globais que têm um número grande de atributos em comum, cujos objetos da categoria sejam também semelhantes em sua aparência visual. Os mesmos princípios determinam quais membros serão percebidos como os mais típicos protótipos, ou representantes dessa categoria: serão, portanto, aqueles com o maior número de atributos comuns com o maior número de membros da categoria. Sendo assim, igualmente, os itens mais típicos da categoria dentro de uma visão de conjunto.

### 3 – O repertório de conceitos

Os conceitos identificadores de componentes da paisagem (ICP) – cujo termo foi usado por designar a possibilidade de reconhecimento dos componentes da paisagem com uma determinada categoria de entidades paisagísticas, dentro de uma lógica binária (existe/não existe) – são conceitos que nos permitem identificar os atributos que são próprios do espaço (conceitos definidos por G. Cullen). No caso dos indicadores de qualidades da paisagem (IQP), contrariamente aos identificadores, são conceitos que apontam características variáveis (+/-) dentro de um gradiente de intensidade ou magnitude.

A relevância dos conceitos indicadores de qualidades da paisagem para a articulação da análise ao projeto, se deve ao fenômeno de hierarquização que permeia todo projeto: esses conceitos (indicadores) possibilitam a valoração dos aspectos de uma situação analisada no sentido de construção de um problema de projeto (coluna esquerda da Tabela 1 apresentada abaixo).

<b>Continuidade:</b> sugere a atribuição de uma identidade (persistência de limite/superfície)	Acidente, barreira, sub-espço, trajetória
<b>Diversidade:</b> indica a presença de unidades paisagísticas e de contrastes entre elas	Acidente, barreira, sub-espço, elemento efêmero, pormenor
<b>Exposição:</b> grau de influência de fenômenos externos ao espaço considerado	Acidente, além, barreira, componente efêmero, indício, sub-espço, trajetória
<b>Informalidade:</b> permite avaliar o grau de correspondência entre o uso e o desenho do espaço	Barreira, componente efêmero, sub-espço, indício
<b>Mutabilidade:</b> introduz a dimensão temporal na relação entre o espaço e seu uso	Barreira, componente efêmero, sub-espço, indício
<b>Permeabilidade:</b> depende do número de alternativas de deslocamento através de um meio	Além, barreira, componente efêmero, trajetória
<b>Saturação:</b> multiplicação de dados e sinais sensoriais, podendo ser local ou global	Acidente, barreira, componente efêmero, ponto de atração, pormenor, sub-espço
<b>Significação:</b> mede a intensidade simbólica dos diferentes componentes paisagísticos	Acidente, barreira, indício, ponto de atração, pormenor, trajetória
<b>Singularidade:</b> qualidade do que é único e diferente	Acidente, barreira, componente efêmero, ponto de atração, pormenor, sub-espço, trajetória
<b>Viscosidade:</b> resistência ao movimento, graus de aderência ao espaço	Acidente, barreira, componente efêmero, sub-espço, trajetória (reductor)

Tabela 1: Relação dos conceitos indicadores de qualidades da paisagem com os conceitos identificadores de componentes paisagísticos

Sublinhamos também, nesta tabela, que a análise da relação dos *identificadores de componentes paisagísticos* com os *indicadores de qualidades da paisagem*, tem como objetivo não somente introduzir a definição da cada indicador, como também relacioná-lo com os componentes paisagísticos que interferem com o estado de cada qualidade descrita.

Constatamos, assim, que a **caracterização dos indicadores, embora proveniente de uma análise objetivante, envolverá uma interpretação subjetiva por parte do projetista/observador e que a forma na qual se dá essa interpretação é fundamental porque ela estará presente no direcionamento de uma parte do projeto.**

Retomando aqui algumas das observações feitas em trabalhos precedentes (LASSANCE, 2003), podemos considerar que a organização intencional que o projetista opera sobre seu imaginário e que é decorrente deste momento de interpretação do contexto é parcialmente determinada por suas orientações ideológicas e doutrinárias mas também pelos métodos gerados por sua prática (experiência pessoal). O projetista aborda assim a análise da situação através de soluções conjecturais cuja avaliação do grau de pertinência diante dos dados do contexto lhe permite “descobrir” as propriedades que a solução final deverá possuir. Essas propriedades que o enunciado do problema deverá integrar não são diretamente legíveis na situação. Elas resultam de um processo de “tradução”, em termos que interessam cada projetista, dos dados multiformes e conflitantes de cada situação.

A dificuldade de visualização de alguns desses conceitos, já que eles não pertencem a categorias estanques morfológicas, implica que cada projetista lhes confira o relevo e a interpretação que considerar pertinente; nesse caso, estes conceitos serão balizas-referência das quais os poder-se-á ou não se aproximar<sup>3</sup>.

#### 4 – A aplicação dos conceitos e o problema da representação

Para que o mapeamento, dos conceitos identificadores de componentes paisagísticos, fosse possível, foi necessário a criação de uma legenda gráfica, que permitisse a representação do repertório conceitual em planta e com isso sua real integração ao processo de concepção paisagística (Tabela 3).

Tabela 2: Representação dos conceitos identificadores de elementos paisagísticos  
Fonte: FEGHALI, 2005

Acidente		Componente efêmero		Pormenor	
Além		Indício		Sub-espço	
Barreira		Ponto de atração		Trajectoria	

Lembremos também que cada um desses conceitos tem a capacidade de agregar outras qualidades que não as visuais, e nestes casos os alunos, alvos de nossa experiência, deveriam utilizar uma legenda adicional: A para elementos visuais, B para os auditivos, e C para a relação olfativa<sup>4</sup>.

É ainda importante considerar que os conceitos não são categorias estanques, fazendo com que um elemento possa ser mapeado em diferentes categorias<sup>5</sup>.

#### 5 – Mapa-síntese

Os elementos a serem selecionados, na chamada etapa de análise, deveriam, em seguida, ser enquadrados dentro das categorias conceituais definidas pelos identificadores de componentes paisagísticos, segundo uma *análise subjetiva do projetista* apresentada através de um mapa síntese com a seleção do repertório conceitual que para ele se apresentou como mais significativo de ser transposto para a etapa de projeto.

A confecção do mapa síntese da análise obedeceu a um procedimento metodológico composto por quatro etapas (Figuras 2 e 3):

1ª etapa: levantamento em campo

Os alunos, de posse das plantas baixas, com a definição dos territórios existentes em cada praça, foram a campo, com objetivo de fazer um levantamento global dos Identificadores de Componentes da Paisagem (ICP), registrando-os graficamente em planta, segundo legenda pré-definida<sup>6</sup>.

2ª etapa: hierarquização dos identificadores

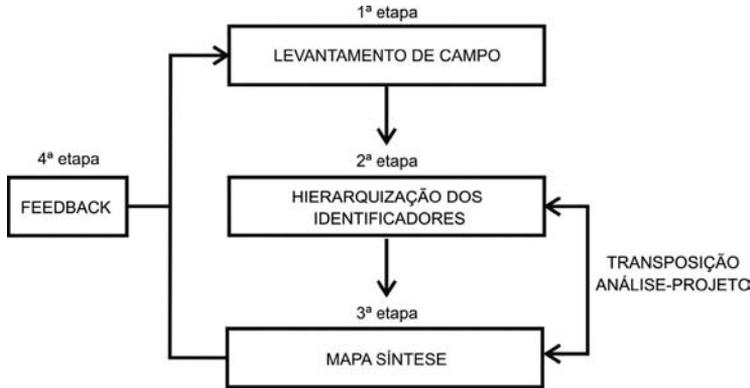
Os alunos procederam a uma valoração dos elementos identificadores, segundo critérios analíticos e interpretativos; esta etapa já implicou em escolhas, tanto dos elementos que serão transpostos para o projeto, quanto de sua escala de importância.

3ª etapa: execução do mapa-síntese

Representação em planta dos elementos selecionados na etapa anterior (utilização da escala gráfica da Tabela 2)

4ª etapa: *feedback*

Retorno a campo para constatar e aferir o mapa-síntese, que estará sujeito a correções e modificações:



Esquema – Gráfico da confecção do mapa-síntese  
Fonte: FEGHALI, 2005

Ilustraremos a seguir a confecção de mapas síntese da análise, desenvolvidos por dois grupos distintos de alunos, para a disciplina de paisagismo II da FAU/UFRJ, para as praças Mauá e Melvin Jones respectivamente (Figuras 2 e 3).

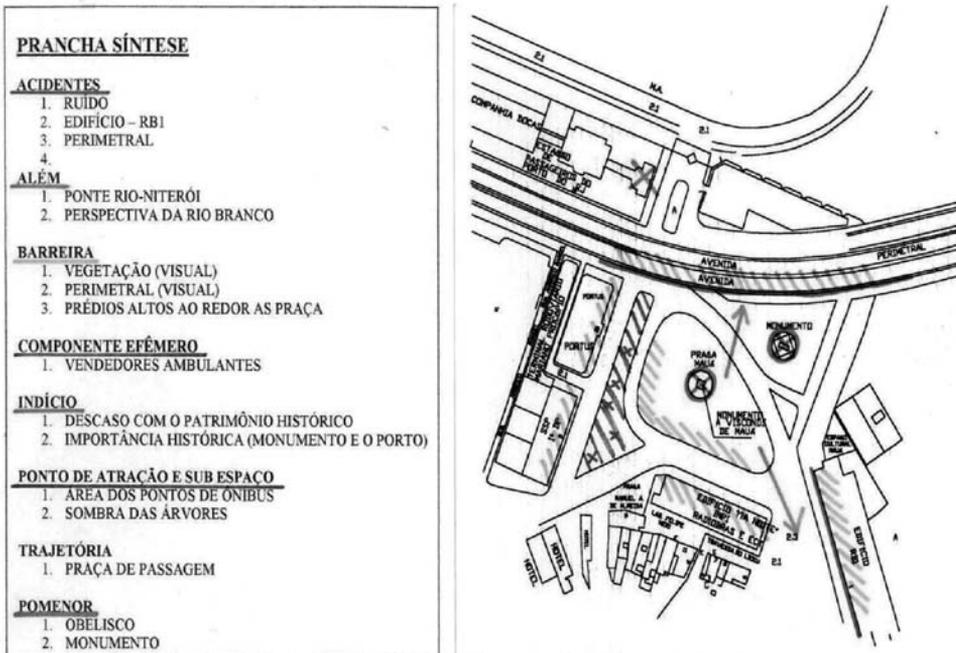


Figura 2: Mapa-síntese da análise, praça Mauá, RJ  
Fonte: Os alunos Giovani Serpa, Caroline Reis e Juliana Peixoto



como a vegetação existente no centro da praça e o guarda-corpo do viaduto da perimetral, que trabalhado como um mural será um atrativo visual. O conceito **significação** será trabalhado, mantendo o monumento do Barão de Mauá, como resgate da história do local e de sua identidade. Trabalharemos a **viscosidade** com a construção de um deck e de **sub-espços** de permanência nas laterais do acesso que leva ao mar, gerando assim espaços diferenciados.”

De posse das diretrizes, e ainda respaldados pela grade de conceitos – identificadores e indicadores, os projetistas buscaram referências que permitiram então balizar a esquematização da proposta e posteriormente o seu desenvolvimento agregando as exigências relativas às normas técnicas e à seleção do material a ser especificado. Sendo assim, as referências, selecionadas pelos alunos, procuravam salientar elementos compatíveis com as qualidades almejadas na intenção de projeto: os conceitos IQP-indicadores de qualidades da paisagem.

Segundo M. Conan (1995), do confronto das referências com os elementos do contexto, o arquiteto cria um ponto de vista inicial que permite abordar a complexidade do real específica de cada situação graças à sua estruturação. “Esse ponto de vista inicial constitui na realidade uma espécie de ‘condicionante’ que o projetista impõe a si mesmo e que lhe fornece um alicerce conceitual capaz de gerar soluções originais.” (LASSANCE, 2003)

## Conclusão

Para não limitar as decisões projetuais nem a uma análise puramente descritiva de um contexto, nem a um “relâmpago intuitivo”, balizado por referências da moda e gosto do próprio projetista, sobretudo os estudantes ainda em formação, expusemos uma grade de conceitos que possibilita aos alunos perceber, analisar o espaço, interpretando-o e concebendo-o com base nestas análises.

Estes conceitos que incorporam tanto as dimensões físicas, quanto comportamental e sensorial, inerentes ao espaço livre, sublinham a importância de uma análise que permita agregar as referências projetuais baseadas nas qualidades almejadas para o espaço e definidas pela análise do contexto dominante e não somente pela genialidade criativa de cada projetista.

O caminhar progressivo do fazer projetual, encontra nas ferramentas conceituais, aqui apresentadas, um suporte para o projetista, sobretudo aqueles ainda em fase de formação, contribuindo para evitar projetos determinados por “fenômenos” da moda, e sem a relação complementar, e necessária, no processo de concepção, entre um contexto dominante e um contexto emergente advindo de uma análise crítica e fundamentada.

## Notas

- (1) Sobre as dimensões morfológicas dos espaços livres públicos, conferir FEGHALI; LASSANCE, 2004.
- (2) Esta pesquisa foi desenvolvida para uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da FAU-UFRJ – PROARQ, tendo como suporte a aplicação de uma metodologia de projeto, com base nas ferramentas conceituais aqui apresentadas, junto a uma turma da disciplina obrigatória de Paisagismo II oferecida pelo Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente (DPUR) da FAU-UFRJ, no segundo semestre de 2004. Duas áreas de intervenção – componentes importantes do sistema de espaços livres públicos do centro da cidade do Rio de Janeiro – foram alvos da disciplina: as praças Mauá e Melvin Jones.
- (3) A relevância das balizas conceituais para o estabelecimento de um processo “consciente” de projeto demonstra-se justamente através da pluralidade de posicionamentos e estratégias de intervenção obtidas com a experiência de ensino que deu suporte a essa pesquisa. Elas permitem evitar tanto a intuição genial quanto as receitas de soluções pré-concebidas.
- (4) Para a legenda do conceito *pormenor*, estas representações serão utilizadas em letras minúscula, em uma referência ao próprio significado da palavra: pormenor – circunstância particular, minudência, minúcia, miudeza (Conf. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro. Editora Objetiva, 2003, p. 522).

- (5) É importante aqui novamente salientar que o repertório proposto de conceitos não obriga o projetista a adotar determinadas soluções mas apenas pretende oferecer categorias referenciais capazes de auxiliá-lo na construção de suas próprias intenções projetuais.
- (6) Os territórios, para nossa metodologia, são grandes zonas de importância dentro dos espaços das praças: importâncias relativas ao uso, ao comportamento ou à atmosfera sensível. Os registros devem ser feitos com os alunos posicionados no centro de cada território.

## Bibliografia

- AUGOYARD, Jean François. Comment observer une ambiance? (Ambiances architecturales et urbaines). *Cahier de la recherche architecturale*. Marseille: Edition Parenthèses, n. 42-43, p. 77-89, 1998.
- BOUDON, Philippe. *Sur l' espace architectural*. Paris: Dunod, 1971.
- CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L.; STONE, A. *Public space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CONAN, Michel. Les jeux imbriqués de la conception architecturale. In: PROST, R. (Ed.). *Concevoir, créer, inventer: Réflexions sur les pratiques*. Paris: L'Harmattan, p. 153-188, s/d. (Coll. Villes et entreprises).
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- DUPAGNE, Albert; TELLER, Jacques. *Restructuration de la place ST. Lambert*. Liège: LEMA-Ulg, 1999.
- FEGHALI, Maria Elisa. *Morfologia ambiental: Uma perspectiva para o projeto de paisagismo*. 2005. Dissertação (Mestrado) – PROARQ, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- FEGHALI, Maria Elisa; LASSANCE, Guilherme. *Morfologia ambiental: Uma perspectiva para o ensino do projeto de paisagismo*. In: VII ENEPEA, 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ENEPEA, 2004.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- LAMAS, José. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- LASSANCE, Guilherme. *Vingt concepts urbains pour penser l'espace virtuel*. In SÉMINAIRE PERCEPTION, INFORMATION, CONCEPTION (FINC), 2000, Toulouse. *Anais...* Toulouse: EAT, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Ensinando a problematizar o projeto ou como lidar com a caixa preta da concepção arquitetônica*. In: PROJETER 2003 – 1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 2003, Natal. *Anais...* Natal, 2003.
- ROSCH, Eleanor. Classifications d'objets du monde réel: Origines et représentations dans la cognition. In: *Bulletin de psychologie*, 1976, n. especial.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- STEEMERS et al. *Towards Zero Emission Urban Development*. Cambridge (UK): The Martin Centre for Architectural and Urban Studies/University of Cambridge, 1995.
- THIBAUD, Jean Paul. *L'espace urbain en methodes*. Marseille: Edition Parenthèses, 2001.
- WHYTE, William H. *The social life of small urban spaces*. Washington, DC: The Conservation Foundation, 1980.

# PARQUE URBANO

URBAN PARK

**FERREIRA, Liz Ivanda Evangelista Pires**  
E-mail: lizivanda@gmail.com

**Palavras-chave:** Parque urbano, margem do rio, áreas verdes.

**Key words:** *Urban park, green áreas, river banks.*

## 1 – Temática

Urbanismo.

## 2 – Exposição do tema

Requalificação de um espaço urbano localizado à margem da avenida Raul Lopes (ver figura 1).

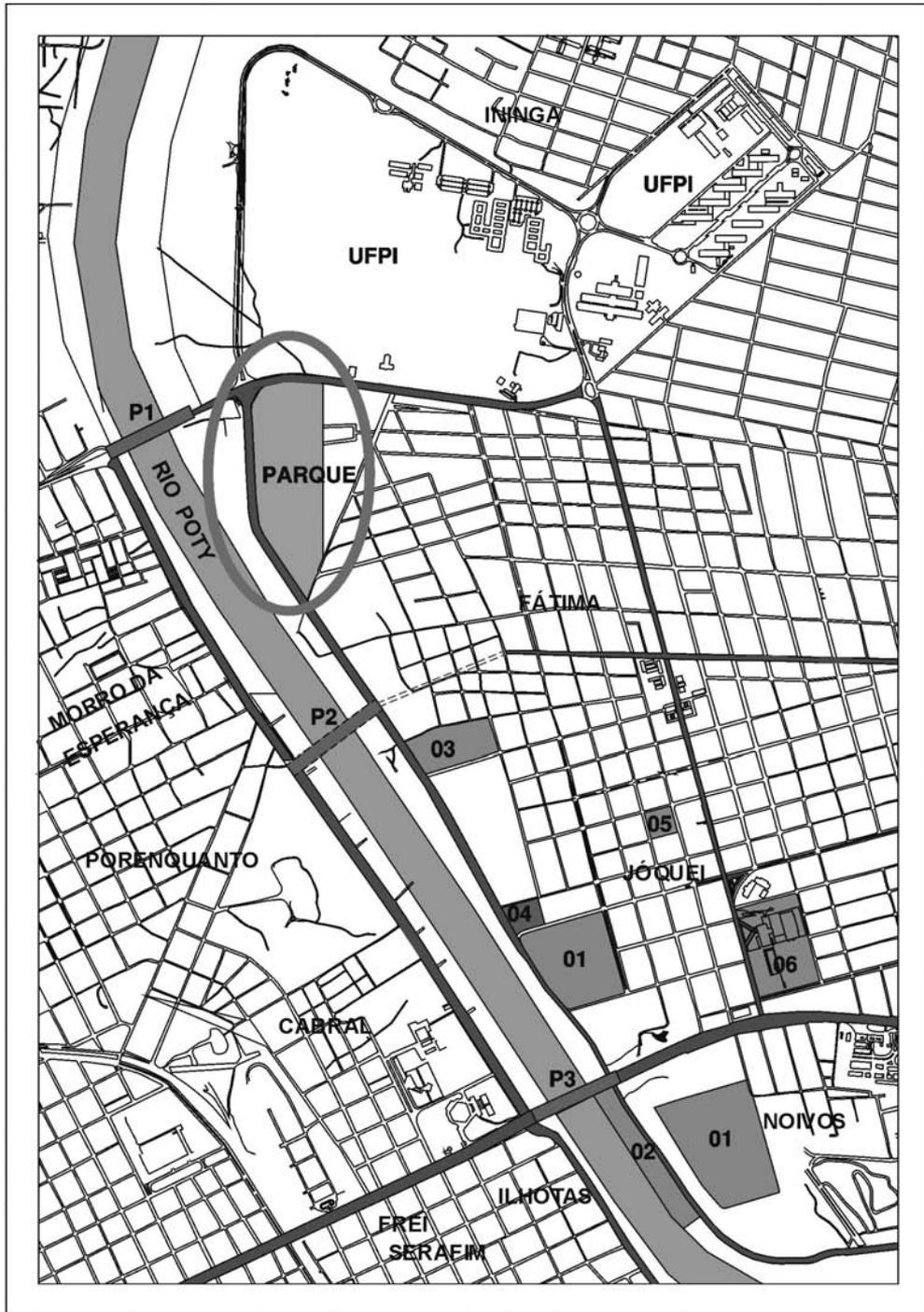
## 3 – Título: Parques das Artes Beira Rio

No Brasil, cidades como o Rio de Janeiro e Curitiba contam com órgãos eficientes que gerenciam e mantêm sistemas de espaços públicos ou de áreas verdes para lazer, mas a maioria dos centros urbanos de médio e grande porte não possui órgãos com essa finalidade. Desta forma, a idéia é que o Parque Urbano de Teresina neste projeto seja público, porém com uma parceria com iniciativas privadas, para efeito de conservação de alguns equipamentos que requerem manutenção mais onerosa, bem como para a exploração se alguns serviços comerciais que se julguem necessários.

## 4 – Problema da pesquisa

Teresina é uma cidade com grandes potencialidades naturais. O fato de estar localizada entre dois rios proporciona uma umidade que de certa forma ameniza o clima quente e seco da região. Soma-se a isto o fato de possuir uma boa quantidade de espécies vegetais arbóreas, que sombreiam e são capazes de produzir um micro-clima mais agradável.

Possuímos na cidade muitas áreas de preservação ambiental, muitas delas nomeadas por “parques ambientais”. São áreas destinadas à preservação das espécies naturais existentes, como o próprio nome diz, e também de lazer contemplativo. Todos esses parques ficam localizados nas margens dos rios, aliás, o próprio conceito de parque ambiental em Teresina se refere a uma área de preservação que, pela legislação municipal, se localiza às margens dos rios. São áreas intocáveis, apenas de preservação, sem nenhuma estrutura que proporcione à população alguma forma de lazer recreativo. No entanto, o que podemos perceber é que a definição de parque ambiental vai mais além, objetiva prioritariamente a conservação desse ou daquele recurso ambiental, como um banhado ou um bosque e, paralelamente possui áreas muito concentradas voltadas para atividades de lazer contemplativo ao lado de áreas voltadas para o lazer ativo. Ou seja, um parque ambiental não necessariamente deve-se limitar à preservação natural e integral dos espaços.



- |                            |                             |                              |                            |
|----------------------------|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|
| TERRENO DO PARQUE PROPOSTO | PRINCIPAIS VIAS             | <b>02</b> - PARQUE POTCABANA | <b>05</b> - PRAÇA DO SKATE |
| RIO POTY                   | ÁREAS DE LAZER              | <b>03</b> - QUADRAS TÊNIS    | <b>06</b> - JOCKEY CLUB    |
| PONTES                     | <b>01</b> - SHOPPING CENTER | <b>04</b> - EUROS BUSINESS   |                            |

Figura 1 – Mapa com parte da região leste de Teresina, evidenciando o terreno proposto para o projeto

## 5 – Justificativa

### Importância dos parques

Atualmente, os parques urbanos apresentam inúmeras funções e contribuem para a sustentabilidade urbana. O ambiente natural e agradável desses espaços oferece minimização dos problemas das cidades e traz benefícios para seus habitantes. Além dos problemas ambientais urbanos, os parques também amenizam as tensões sociais, pois proporcionam um espaço de aproximação do ser humano com a natureza.

O primeiro benefício dos parques é a resistência à especulação imobiliária. Em 1858, Olmsted, autor do projeto do Central Park de Nova York, já falava sobre a importância de se ter delimitado uma grande extensão de terra para o parque, dizendo que “a totalidade da ilha de Nova York seria, não fosse essa reserva, dentro de muitos anos, ocupada por edifícios e ruas pavimentadas” (apud KLIASS, 1993, p. 22).

Outro benefício são os atributos estéticos dos parques, com ressalva para a importância da vegetação. Eles desempenham funções ligadas à satisfação sensorial e estética, como a diversificação da paisagem, o embelezamento da cidade e a amenização da aridez e da repetição dos prédios (GUZZO, [1997?]; MAGALHÃES; CRISPIM, 2003).

Um terceiro benefício é o atendimento das necessidades de lazer e de recreação. A rotina cansativa imposta pela vida urbana pode ser atenuada por atividades realizadas nos parques, como caminhadas, passeios e brincadeiras, além da possibilidade de convivência entre os moradores nas cidades nesses espaços.

Esse benefício ligado ao lazer está também associado à função psicológica de aliviar o estresse. No entanto, as relações com respeito à saúde física e mental podem ser ainda mais profundas. Um experimento com pacientes em recuperação pós-operatória, publicado em 1984 por Roger S. Ulrich, constatou que a recuperação de pacientes que estavam em quartos com janelas voltadas para árvores foi mais rápida do que os que tinham vista para ambientes artificiais. Em trabalhos posteriores, foi observado que a própria presença de vegetação traz benefícios psicológicos, fisiológicos, cognitivos e comportamentais (MAGALHÃES; CRISPIM, 2003).

### Justificativas para o projeto

- As profundas transformações ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas parecem colocar os parques no foco das políticas públicas. Por um lado, as mudanças comportamentais iniciadas nos últimos trinta anos, revigoraram o uso dos parques ao aglutinar novos significados ao lazer e à recreação ao ar livre. Por outro lado, novos papéis têm sido atribuídos aos parques pelos diversos agentes envolvidos nos processos urbanos.
- Tem surgido grande número dos chamados parques ecológicos nas cidades que conciliam os usos de lazer da população com os objetivos de conservação dos recursos naturais, em geral de remanescentes de vegetação em áreas que estão sob impacto dos processos de urbanização. Porém só nos últimos anos vem se manifestando de modo mais consistente nas cidades brasileiras o uso dos parques como elementos de dinamização da economia urbana, especialmente das atividades ligadas ao lazer e ao turismo.
- A população da cidade de Teresina se encontra dissociada do rio e é preciso fazer uma melhor integração da cidade com ele, oferecendo opções de lazer público às suas margens, já que, em grande parte, elas se encontravam ocupadas por clubes particulares e residências, ou sem qualquer infra-estrutura que possibilitasse uma utilização mais efetiva.
- O local escolhido para o projeto de um parque urbano foi pensado de acordo com os seus prováveis usuários. A zona Leste de Teresina sofre uma carência muito grande com

relação a espaços livres públicos urbanos e a avenida Raul Lopes está se tornando um eixo atrativo de lazer, seguindo-se então um vetor de crescimento urbano.

- O projeto em questão trata-se de uma estratégia que parte da premissa de que a conservação de tais espaços em áreas sob pressão dos processos de urbanização, só é viável se ela atrair e se mostrar útil à população que, a partir daí, passaria a defendê-lo de depreciações, da especulação imobiliária e das eventuais invasões de seus espaços.
- A cidade de Teresina é conhecida nacionalmente por seu clima quente durante a maior parte do ano. Com a intensa urbanização, essa situação tende a ser agravada. É de suma importância, portanto, reservar espaços que agreguem uma boa arborização e bastante área de infiltração em meio a tanta pavimentação.

## 6 – Objetivos

### 6.1 – Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é elaborar um projeto arquitetônico e urbanístico de um parque urbano para a cidade de Teresina com equipamentos públicos de fins culturais cujo sentido seja servir de foco de atração para a comunidade, bem como a previsão de instalação de estabelecimentos privados com o fim de explorar e manter um espaço integrado e diversificado em suas funções. A idéia é a realização de um centro de convivência público para população, em uma região beneficiada por seus aspectos paisagísticos, procurando valorizar o bem natural mais importante que temos em nossa cidade: o rio.

### 6.2 – Objetivos específicos

- Refletir a importância da paisagem para o planejamento urbano.
- Suprir uma carência de referenciais como este citado na cidade, propondo uma reorganização do espaço urbano da orla da avenida Raul Lopes e conseqüentemente da orla do rio Poti, incorporando-o à paisagem urbanística social da nossa cidade.
- Deslocar o centro atrativo dos shoppings centers, que descaracterizam a cidade pelo seu ponto de vista natural, mostrando para a população um conjunto de atividades de lazer que se pode realizar sem atrelar a isso o consumismo.
- Evocar a natureza, aliada ao lazer e recreação, além de proporcionar a dinamização da economia urbana e melhoria da imagem das cidades.
- Suprir uma carência de áreas verdes e recreativas públicas na zona leste da cidade, que dispõe quase que apenas de clubes particulares para atividades para atividades de lazer e recreação.

## 7 – Fundamentação teórica

### 7.1 – Conceitos

Desde o seu surgimento nas cidades, o parque tem assumido diferentes configurações e significados. Durante todo o século XX, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, a velocidade das transformações econômicas, sociais e culturais acelera-se, imprimindo novos significados aos parques e exigindo que os profissionais de arquitetura e urbanismo revejam os pressupostos usados na definição do conceito de parque.

No contexto brasileiro, em que a questão dos parques nunca recebeu a devida atenção, essa revisão reveste-se de importância, na medida em que, predomina a tendência de reduzi-lo a uma imagem, que em muitos casos, está superada. Esta situação tem dificultado a compreensão das novas funções que os parques têm assumido nas cidades.

Em descompasso com essa nova realidade, muitos profissionais de arquitetura e urbanismo continuam a conceituar os parques públicos com base no ideal do parque paisagístico do século XIX. Nessa visão, a paisagem pastoral criada por Frederick Law Olmsted no Central Park de Nova York – com seus extensos gramados, lagos e grandes massas de vegetação – hoje cercado de arranha-céus, seria o protótipo do parque público.

Um estudo dos mais variados conceitos de parque no Brasil e no mundo irá nos fazer perceber sutis diferenças que muitas vezes os torna completamente longe de qualquer semelhança tanto na sua forma física quanto nas funções que neles se realizam.

### ***Parque urbano***

Segundo Macedo um parque urbano é um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana, que atende a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas quanto culturais, não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo.

Sá Carneiro afirma que parques urbanos são espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural.

O autor Sakata considera parque urbano todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

### ***Parque ecológico ambiental***

Macedo conceitua parque ambiental de acordo com seu objetivo prioritário: a conservação desse ou daquele recurso ambiental, como um banhado ou um bosque. E, paralelamente, diz que possui áreas muito concentradas voltadas para atividades de lazer ativo ao lado de áreas voltadas para o lazer contemplativo.

### ***Parques temáticos***

Para parques temáticos a definição de Macedo vai de encontro com a maioria dos autores, por se tratar de um tipo bem específico de parque: forma de lazer atualmente popular na qual, paralelamente a uma cenarização extrema, representativa de lugares reais ou imaginários, se pratica uma atividade intensa de lazer eletrônico dentro de edifícios. Em geral, os brinquedos simulam histórias ou passeios no tempo, na técnica ou no espaço. Esse tipo de parque quase sempre pertence à iniciativa privada, sendo comumente encontrado junto às grandes aglomerações urbanas.

### ***Praças***

Já o conceito de praças, mais facilmente definido, é defendido por Sá Carneiro como espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros, bancos.

## **Faixas de praia**

Sá Carneiro define também faixa de praia como sendo espaço livre com raio de influência metropolitana que se desenvolve na área litorânea, com vegetação predominante de coqueiro, podendo conter tanto equipamentos de esportes quanto de lazer contemplativo.

## **Margens de rios**

Finalmente analisamos a definição de Sá Carneiro para margens de rios: espaços livres linearmente dispostos junto aos corpos d'água que lhes servem de delimitação, sendo propícios para receber cobertura vegetal.

Como se percebe, o papel do parque no Brasil é abrangente e sua definição nem sempre precisa. Muitas vezes espaços de lazer de pequeno porte são denominados parques apenas porque são cercados, contém instalações de lazer e alguma vegetação.

Outras denominações, assim como podemos ver acima, se bem analisadas, enquadram-se também em um ou outro conceito de parque, o que significa que um pode estar contido no outro.

Para este trabalho será considerado um espaço livre na cidade maior que a dimensão de uma quadra, que se encontra separado da "margem de rio" apenas por uma avenida. Este espaço terá como estrutura uma cobertura vegetal mista com componentes da paisagem natural e uma ampla área pavimentada dedicada ao lazer ativo da população.

## **7.2 – Parques em Teresina**

"O verde exuberante que te veste": esse é um dos versos do hino de Teresina, que ressalta a predominância do verde na cidade.

Teresina possui vários parques, praças e bosques, um total de área verde de 13m<sup>2</sup>/hab., superando o valor de referência da ONU que é de 12m<sup>2</sup>/hab.

Estes espaços livres de edificações, se observarmos bem, não são igualmente distribuídos pela cidade. Alguns bairros, especialmente os mais centrais da cidade estão sendo tão edificados e pavimentados que as áreas verdes e livres estão cada vez mais restritas.

Podemos observar esta situação na referida zona em questão do projeto, a zona leste da capital. Com exceção da orla do rio Poti, a qual trata-se apenas de uma reserva praticamente intocável de espécies nativas, a região não conta com nenhum grande espaço livre público de lazer arborizado.

A cidade de Teresina possui uma boa quantidade de parques, porém na sua grande maioria são apenas parques ambientais, com poucas atividades voltadas ao lazer ativo, ou, em muitos casos, nenhum equipamento que possa ser considerado atrativo pela população. A falta dessa infra-estrutura, até mesmo a falta de uma iluminação provoca um afastamento dos possíveis usuários destes espaços, atraindo pessoas para outros tipos de atividades como caça, uso de drogas, atos de vandalismo e violência.

## **8 – O projeto em questão**

### **8.1 – Contextualização da área em estudo**

O Parque urbano definido neste projeto situa-se na zona Leste da cidade de Teresina, em um terreno localizado em frente à avenida Raul Lopes, via essa que margeia o rio Poti. Este rio separa a zona leste da zona centro/norte, tornando suas margens áreas de intensa valorização. Essa valorização das margens do rio Poti, em especial na área mais central da malha urbana

ocorreu devido a uma especulação imobiliária crescente para moradias (edificações). Em seguida com a construção dos shopping centers praticamente às margens do rio, essa procura pela proximidade aumentou, de forma que o fluxo de tráfego se torna cada vez mais intenso nesta região. A avenida Raul Lopes se tornou uma via que liga centro/sul ao norte/leste de Teresina. Devido à saturação de tráfego das demais vias, esta avenida, maior e melhor equipada, tem se tornado uma veia essencial da malha urbana da cidade atual. Localizada entre duas pontes que ligam o centro/leste e o norte/leste da capital, a tendência é o aumento do fluxo de pessoas que utilizarão a avenida. Além das duas pontes existentes, uma outra ponte está sendo construída no meio desta avenida, para melhor distribuir o fluxo de veículos que se dirige em direção ao centro da cidade, local onde muitos teresinenses trabalham. Com a construção desta nova ponte a valorização e especulação imobiliária dos terrenos que margeiam o rio será ainda maior, gerando uma área conurbada e de intensa pavimentação. Daí a necessidade de preservação de uma área verde associada ao lazer nessas imediações.

Observando o mapa da cidade (Figura 2) podemos perceber que a zona leste de Teresina possui uma carência de áreas verdes e públicas – recreativas, o que é de fundamental importância para o bom funcionamento físico-social de uma cidade, como foi defendido em tópicos anteriores.

O terreno escolhido, além de estar numa área que propicia a preservação de espécies nativas, a cultura e o lazer, está em meio a um fluxo de acessos de forma que todas as grandes e importantes vias da região podem escoar para ele.

Analisando ainda o seu entorno podemos perceber uma grande zona residencial de alto padrão da cidade, as ZR2, ZR3 e ZR4. Bairros de classe média alta que têm como praticamente única opção de lazer os shoppings centers da cidade. Além disso, somente restaurantes, bares, boates e clubes particulares.

A concretização de um projeto que vise a preservação e a inserção de um espaço livre público de lazer ativo e contemplativo se torna essencial para o bem estar da população que habita a região e a própria cidade como um todo. Torna-se essencial também se analisarmos o ponto de vista paisagístico do entorno do rio. Ao lado de uma margem protegida pela legislação municipal como área de preservação total das espécies vegetais, encontramos dissociadas imagens de intensas edificações em constante crescimento. Dessa forma o parque urbano tem o papel também de unificar o conjunto paisagístico da orla do rio ao de sua proximidade e se tornar uma barreira para o crescimento acelerado no processo de urbanização e especulação imobiliária de uma área já quase saturada.

## 8.2 – O terreno

O terreno escolhido para o projeto tem aproximadamente 12 hectares e está situado nos limites das vias: avenida Raul Lopes, avenida Universitária, avenida Coronel Costa Araújo e rua Agostinho Alves (Figura 3). Limita-se também com áreas residenciais e comerciais.

É uma área que possui vários lotes particulares. Não está sendo usufruída por nenhum proprietário, ficando praticamente abandonada. Possui uma região de intensa densidade vegetal, com árvores de grande e médio porte, de tipos variados (Figura 4).

## 8.3 – Temas e programas de necessidades

O parque urbano proposto para a cidade é uma tentativa de integração da população diretamente com o meio natural. Interagindo com a natureza, tirando proveito do bem estar que ela pode lhe promover, espera-se que a população passe a gostar e preservar o bem natural.

Uma mistura perfeita de lazer ativo e contemplativo é o que se espera como resultado do projeto, pois cada área foi pensada com um objetivo específico e um estudo de fluxos estudado minuciosamente para o perfeito ciclo de atividades.

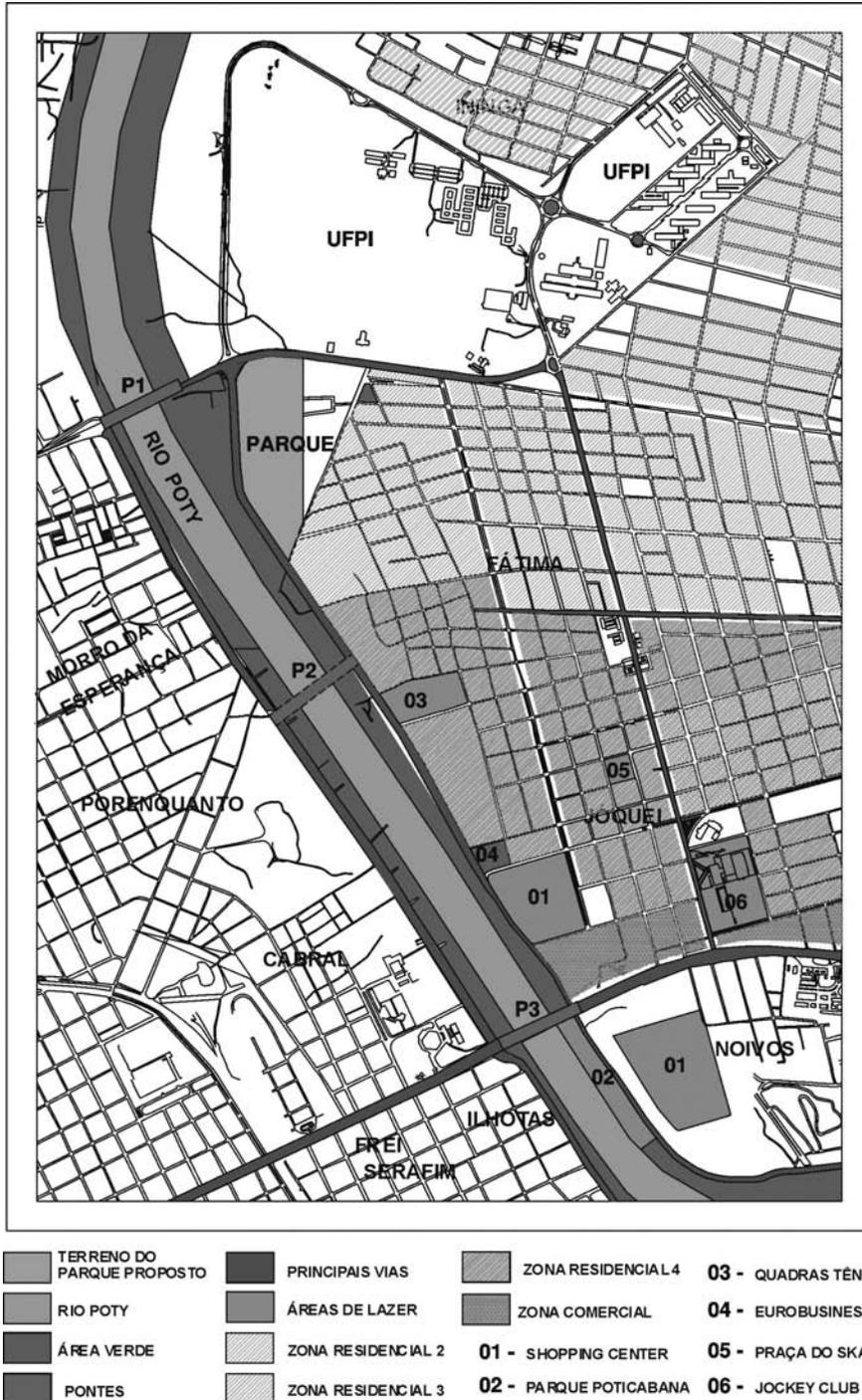


Figura 2: Mapa de parte da cidade de Teresina, situando a área em estudo

Fonte: Desenho do mapa da cidade de Teresina, Secretaria Municipal de Planejamento.

Adaptações: Liz Ivanda Evangelista





Figura 4 – Fotografia aérea do terreno  
Fonte: Secretaria Municipal de planejamento – Prefeitura de Teresina

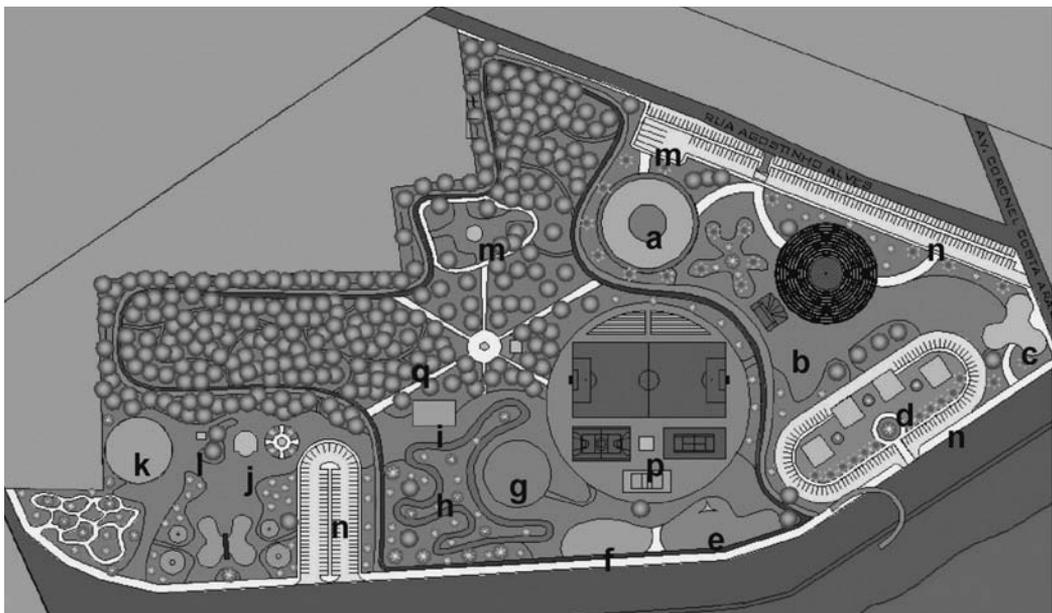


Figura 5: Planta geral do parque  
Fonte: Imagem do arquivo pessoal, abril de 2006

#### Programa de necessidades (Figura 5)

- 1 – Pavilhão de Feiras e Exposições
- 2 – Concha Acústica
- 3 – Entrada Principal/Administração
- 4 – Restaurantes
- 5 – Palco
- 6 – Equipamentos Ginástica
- 7 – Pista de *Skate*
- 8 – Pista de *Bicycross*
- 9 – Academia dos cães
- 10 – Capela
- 11 – Ciranda das Crianças
- 12 – Banheiro Público
- 13 – Mirante
- 14 – Estacionamento para carros
- 15 – Estacionamento para ônibus
- 16 – Secret. Municipal Esporte e Lazer
- 17 – Guarda Verde
- 18 – Arquibancada/Vestiários
- 19 – Passarela
- 20 – Caminho dos Namorados
- 21 – Trilha da Poesia
- 22 – Coreto
- 23 – Quadras de Esportes

#### 8.4 – Parque das Artes Beira-Rio

Como o principal objetivo do projeto era unir o lazer da população à preservação ambiental das áreas verdes que ainda restam na cidade, procurou-se valorizar e permanecer com o máximo possível das árvores existentes. Toda a parte pavimentada foi projetada em cima da região não arborizada do terreno, como podemos observar na sobreposição da fotografia aérea do terreno com o projeto do parque (Figuras 6 e 7).

O parque é de certa forma temático, se subdividindo em algumas praças (Figura 8). Logo na entrada principal localiza-se a parte administrativa e informativa, onde deverá conter um totem com o mapa do parque para vista de todos. Os estacionamentos foram zoneados de acordo com a necessidade de cada área. Para o espaço da cultura (Disco da cultura), onde fica a concha acústica e um espaço para feiras de artesanato, juntamente com o pavilhão para grandes feiras e exposições foram oferecidas cerca de 170 vagas de estacionamento, além de cinco vagas para ônibus de excursões turísticas ou carros de grande porte.

Na praça de alimentação também há o estacionamento próprio. Totalizando quatro restaurantes, a idéia é que sejam oferecidas cozinhas temáticas: chinesa, italiana (massas), comidas típicas do nordeste e uma choperia.

Na praça do esporte, um campo de futebol, uma quadra poliesportiva, uma quadra de tênis e uma quadra de vôlei de praia. As arquibancadas servem também de cobertura para os vestiários feminino e masculino. Outro esporte bastante valorizado na cultura teresinense é o *skate*, não



Figura 6: Foto aérea do terreno



Figura 7: Sobreposição do projeto no terreno

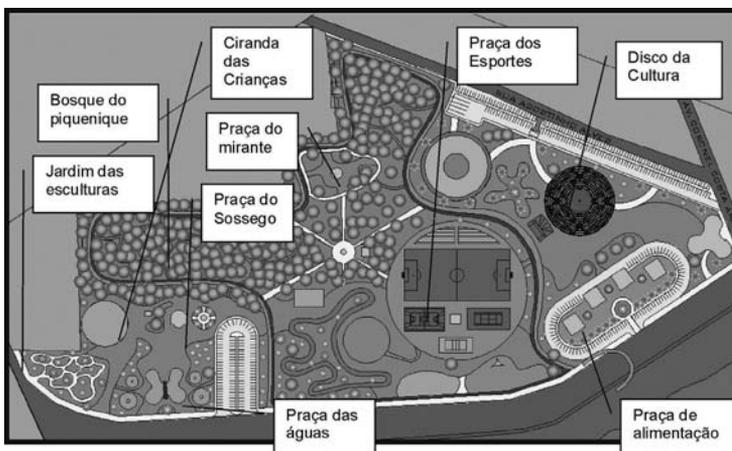


Figura 8 – Planta geral do parque

Fonte: Imagem do arquivo pessoal, abril de 2006

podendo deixar de ser projetada uma pista para os skatistas. Além do skate, o bicycross vem ganhando bastante espaço em Teresina e há uma carência de espaços para treinar este tipo de esporte. Torna-se necessário uma pista no parque, tendo em vista o crescimento do número de competições no setor. Para a administração do esporte foi destinado um apoio para a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer – SEMEL. É importante mantê-la para a organização e preservação dos equipamentos, assim como a guarda dos materiais como bolas, redes, etc. Outro espaço curioso que foi criado no parque é a academia dos cães. Um local para treinar cachorros, em especial. Muitas pessoas saem nas ruas para passear com seus cães e sentem falta de um local como este para treinar os animais, em especial numa área nobre como esta.

Foi criado também um local para alongamento e ginástica. Além de ser uma avenida tradicionalmente conhecida pela prática do *cooper*, o parque possui uma pista de *cooper* e uma ciclovia próprios. Outro espaço inserido foi um local para a prática da ginástica aeróbica, na margem da pista, um palco tipo tenda tencionada chama a atenção de quem passa caminhando para aulas de ginástica periódicas.

Ainda na margem da pista, logo após a praça dos esportes, outro estacionamento destinado a esta área. Em seguida criou-se um espaço meramente contemplativo: A praça das Águas e o jardim das Esculturas. Pela praça das Águas podemos encontrar espelhos d'água com ponte de madeira e fontes jorrantes. A idéia é criar um clima agradável a quem passa e convidar as pessoas a entrarem no parque. No jardim das Esculturas, por caminhos propositadamente labirínticos, as pessoas são levadas a admirar esculturas de artistas da terra, procurando valorizar o que é nosso.

Ao penetrarmos no parque encontramos ainda a Ciranda das Crianças, grande círculo de areia com brinquedos diversos e alternativos, infantis e a praça do Sossego, espaço tranqüilo, com amplos jardins e sombreamentos, para quem quer curtir a paz. Nela fica a capela do parque e um espaço para idosos curtirem a terceira idade, com mesinhas para jogos de fim de tarde.

Mais ao fundo, numa área bastante arborizada, que exige uma preservação das espécies, foi proposto um bosque, o Bosque do Piquenique. Nada melhor do que aproveitar a sombra de árvores nativas para curtir a prática do piquenique.

Alguns caminhos foram traçados para facilitar a circulação das pessoas por dentro das reservas do parque. Alguns desses caminhos foram designadas funções, para tornar mais interessante o traslado. Por exemplo, temos o Caminho dos Namorados, onde bancos e caramanchões se espalham aconchegantemente; a Trilha da Poesia, onde painéis com poesias escritas se espalham ao longo da caminhada e a Trilha do Silêncio, mais reservada e tranqüila, que leva todos à praça do Mirante. Como ponto de encontro de todos esses caminhos criou-se uma pequena pracinha com um coreto. Lá também localiza-se a Guarda Verde, posto policial que vigia o parque.

Na praça do Mirante encontramos uma área aberta em meio a um bosque, onde podemos, através do Mirante, com cerca de dez metros de altura, observar todo o parque.

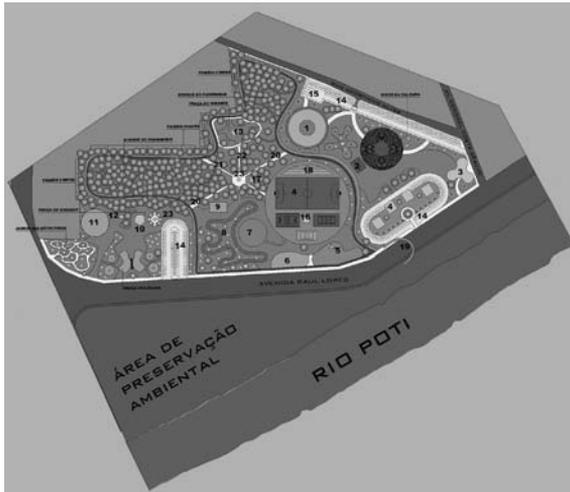
Por fim, percorrendo e circulando o parque traçou-se uma pista de *cooper* e uma ciclovia, que se encontram com o calçadão, tornando um só ente Calçadão – pista de *cooper*.

Uma passarela foi projetada a fim de promover a ligação do parque com a margem do rio, visto que também é uma área de preservação ambiental. A intenção é atrair as pessoas que fazem suas caminhadas na beira-rio para adentrar ao parque, assim como convidar as pessoas que estão usufruindo o parque para percorrer e conhecer a margem do rio. Tornou-se necessário a passarela devido ao intenso tráfego da avenida, que tende a aumentar com o passar dos anos. Além de servir como meio de atravessar a pista, a passarela vincula o calçadão da beira-rio à pista de *cooper* do parque fazendo com que se torne um passeio único.

Para promover uma integração maior ainda entre o parque e o rio, foi projetado um píer, local destinado ao contato direto das pessoas com paisagem e a água.

Dessa forma, o parque foge do comum e atravessa a fronteira do processo de intensa urbanização que vem passando a cidade de Teresina, colaborando para o bem-estar dos seus moradores e promovendo a aproximação dos mesmos com a natureza.

## 10. Anexo



Projeto para o Parque Urbano Público Municipal de Teresina – Parque das Artes Beira-Rio

## Bibliografia

- BARCELLOS, Vicente Quintella. *Os novos papéis do parque público: O caso dos parques de Curitiba e do Projeto Orla de Brasília* [2000?].
- BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 1, p. 49-54, 1986.
- BONGESTABS, Domingos H. Universidade Livre do Meio Ambiente. In: *Visões da paisagem: Um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil*. São Paulo: ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, 1997.
- COLEÇÃO PAISAGISMO. 1ª SEMINÁRIO de Arborização Urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EBA, v. 1, 1997.
- ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987.
- EVANGELISTA, Rosana Mendes. *Parques urbanos e educação ambiental: O caso do Parque Ecológico Águas Claras*. 2005. *Lato Sensu em Educação Ambiental* (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2005.
- GALENDER, Fany. Considerações sobre a conceituação de espaços públicos. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 4, p. 133-120, 1992.
- KLIASS, Rosa Grena. *Os parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.
- MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- MAGALHÃES, Luís Mauro; CRISPIM, Angela Alves. Vale a pena plantar e manter árvores e florestas na cidade científica? *Ciência Hoje*, v. 33, n. 193, p. 64-68, maio 2003.
- MENEGAT, Rualdo. Cidades sustentáveis: A conferência da ONU. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 16, 12 out. 2005. Disponível em: < <http://triplov.com/3v/index.php?p=1022>>. Acesso em: 24 out. 2005.
- PAISAGEM E AMBIENTE: Ensaios – São Paulo: FAUUSP, 1997.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, s/d.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- SCALISE, Walnyce. Parques urbanos: Evolução, projeto, funções e uso. *Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, out. 2002.
- SUPERINTENDÊNCIA de Desenvolvimento Urbano da Região Leste de Teresina – SDU.

# TRANSFORMAÇÃO URBANA: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DE CACUPÉ, FLORIANÓPOLIS, SC

URBAN TRANSFORMATION: A CASE STUDY IN CACUPÉ DISTRICT, FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, BRAZIL

## FILÁRTIGA, Marila

Arquiteta e urbanista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: marila@gebaraefilartiga.arq.br

## SANTIAGO, Alina

Professora doutora do POSARQ/UFSC, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Grupo de Pesquisa de Informática na Arquitetura – INFOARQ/UFSC. E-mail: alina@arq.ufsc.br

## RESUMO

As cidades hoje estão em um constante processo de transformação. O Brasil vive ainda em sua história uma urbanização acelerada. Passou, em 50 anos, de uma ocupação rural para urbana. Essa transformação ocorreu basicamente no século XX, influenciada pela revolução industrial. Hoje a população do país é de 169.799.170 hab., sendo 80% vivendo em área urbana. (IBGE, Censo Demográfico 2000).

Esse estudo tem como objetivo analisar a transformação urbana no bairro de Cacupé em Florianópolis, SC, identificando as vantagens e desvantagens pela percepção da população nativa.

**Palavras-chave:** Espaço urbano, transformação urbana, segregação.

## ABSTRACT

*The cities are in a continuous transformation process. Brazil in especial, still lives its accelerated urbanization history. The century has changed from a rural occupation to a urban occupation in 50 years. This transformation occurred basically in a XX century, influenced by the Industrial Revolution.*

*Today the Brazilian population is 169.799.170 hab, 80% of which living in the urban area (IBGE, Demographic Census 2000).*

*The study objectives to analyse this urban transformation showing its advantages and disadvantages and how the native population reacts over this new reality. The objective of the study is the Cacupe district in the city of Florianópolis, SC, Brazil.*

**Key words:** Urban space, urban transformation, segregation.

## Introdução

Hoje é fácil observar problemas típicos nas cidades, por um lado: “periferias longínquas e desprovidas de serviços e equipamentos urbanos essenciais; favelas, invasões, vilas e alagados nascem e se expandem; a retenção especulativa de terrenos...; o adensamento e a verticalização sem precedentes...” (OLIVEIRA, 2001). E por outro lado, lugares providos de infra-estrutura, cercado de conforto e segurança. Essa desigualdade decorrente do processo de urbanização é injusta e fruto do descaso e da atenção voltada apenas para o setor de maior poder aquisitivo da população.

Existe uma confluência de interesses privados que desejam manter a cidade como uma máquina de crescimento. Esses interesses historicamente se constituíram em um poderoso mecanismo de especulação que concentra riqueza e poder, e nesse mecanismo prevalecem os interesses

privados sobre os interesses da sociedade como um todo. É baseado no conceito de máquina-de-crescimento-urbano que o incorporador atua, um agente com expectativas de apostar em ganhos e um dos responsáveis pelas transformações na cidade porque cria novos lugares para morar.

O último levantamento realizado pela Prefeitura de Florianópolis, entre 2002 e 2003, mostrou que a área total construída na Ilha aumentou em 28%. O dado é um reflexo da venda de imóveis de alto padrão que dobrou em relação aos dois últimos anos e representou 27% das transações do segmento no Brasil, entre janeiro e outubro de 2003. Um desses investidores, responsável por dois novos empreendimentos no bairro de Cacupé, fechou o balanço anual de 2003 com saldo positivo de retorno em investimentos e muitas projeções para alavancar a venda de imóveis de alto padrão. Entre seus empreendimentos, quatro deles estão sendo construídos em pontos de moradia considerados nobres para a cidade: Cacupé, Canajurê e Centro, e pretendem movimentar R\$ 51 milhões.

Esse estudo busca analisar esses novos lugares para morar que surgem com a acelerada transformação da cidade.

## Espaço urbano

A apreensão de espaço urbano é necessária para posterior análise das transformações que estão ocorrendo nesse espaço.

Entender o espaço urbano como uma área delimitada pertencente à cidade, formado por equipamentos ou objetos que constituem essa área, é um pensamento limitado. Cidade é mais do que um aglomerado urbano, é o centro de vida social e política, é um sistema aberto, onde ordem e desordem convivem juntas. Portanto pensar de algo estático, fixo, formado por objetos não corresponde a uma ampla compreensão de espaço urbano. Espaço não é apenas uma área delimitada por objetos, são também, os elementos que estão presentes nele.

Conforme Linch (1997), o espaço urbano, a cidade, não é formada apenas pelos equipamentos e pela paisagem natural é também formada pelas pessoas que vivem nesse espaço.

*“Os elementos moveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto às partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes.”* (LINCH, 1997, p. 2)

Nesse sentido, se a sociedade participa da cidade, suas particularidades irão também interferir nesse espaço. Os estudos do espaço urbano não podem excluir a cultura contida nos elementos que o compõe e nem simplificá-lo a conceitos geográficos.

A paisagem urbana esta ligada tanto às intervenções do homem, através da cultura, quanto aos seus aspectos naturais. Essas intervenções não são estáticas, modificam-se a cada instante e são percebidas de modos diferentes por cada individuo. *“A paisagem não é estática, pois todos os seus elementos constituintes são passíveis de transformações próprias, como também se alteram mutuamente”* (BURLE MARX, 1987, p. 55). Essa transformação se refere tanto em seus aspectos físicos, a natureza não é estática, quanto humanos, cada individuo estabelece uma cidade de acordo com suas experiências individuais. Um mesmo espaço urbano pode ter significados diversos para cada individuo.

Sendo assim, espaço urbano é tanto a forma geográfica de uma paisagem quanto os elementos que estão contidos nela. Esses elementos são físicos naturais, como as árvores, os morros, os pássaros; são físicos, como as calçadas, as ruas, o poste, o orelhão, a lixeira e são subjetivos, como a experiência individual dos que estão contidos no espaço. A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. Com a introdução de uma cultura

diferente, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga.

Para Côrrea (1993), espaço urbano é um conjunto de usos da terra organizados. Esses usos que definem as áreas dentro da cidade tornando em um espaço fragmentado. Mas para ele o espaço é também articulado porque envolve a sociedade nas decisões. Sendo fragmentado e articulado simultaneamente, pois as decisões das divisões têm a participação da sociedade, então o espaço urbano é também um reflexo da sociedade.

Nesse sentido, a transformação do espaço urbano é reflexo da sociedade, e portanto caracteriza-se também por desigualdades e segregação, refletindo a realidade do país hoje.

### O estudo de caso – Cacupé, Florianópolis-SC

Florianópolis é capital do estado de Santa Catarina, Brasil. Hoje, a área do município, compreendendo a parte continental e a ilha, tem 436,5 km<sup>2</sup>, com uma população de 396.778 habitantes em 2005, segundo estimativa do IBGE.

Uma cidade com o setor turístico bastante importante para a economia e um dos fatores de interferem no seu desenvolvimento.

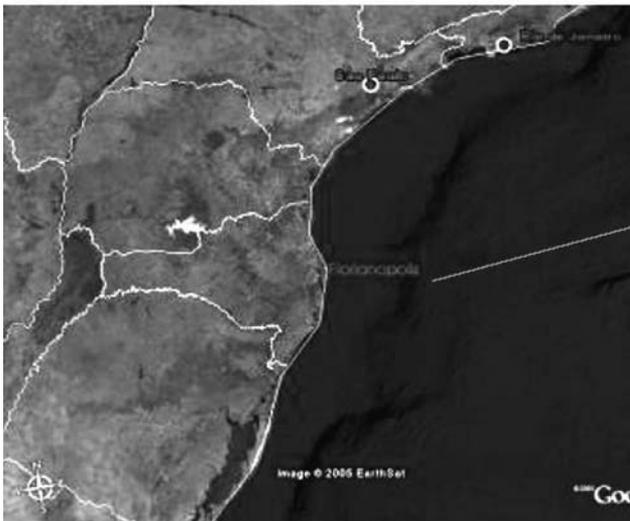


Foto aérea região sul/sudeste – Brasil  
Fonte: Google earth, 2005

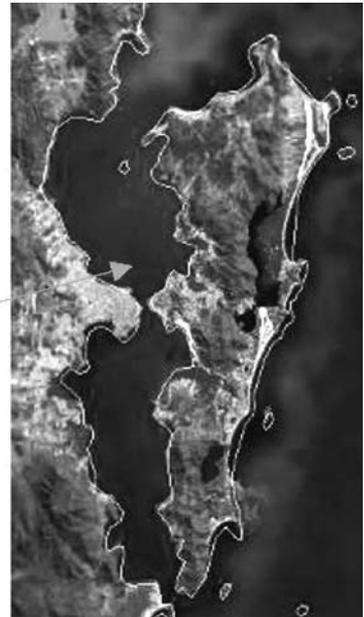


Foto aérea de Florianópolis-SC  
Fonte: Google earth, 2005

*“O Turismo é hoje uma das mais importantes atividades econômicas de Florianópolis. Na temporada de verão 2003/2004 o fluxo de turistas foi de 581.442, sendo que 492.114 nacionais e 89.328 estrangeiros. A receita gerada foi de aproximadamente 113 milhões de dólares, US\$ 89 milhões de dólares por turistas nacionais e US\$ 24 milhões de dólares por turistas estrangeiros.”*([http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/perfil\\_de\\_florianopolis/turismo.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/perfil_de_florianopolis/turismo.htm)).

Esse setor “vende” a cidade chamando pessoas não só a visitar mas também a morar.

A ocupação da cidade de Florianópolis deve-se a diversos fatores: “...variados são os depoimentos que vão demonstrar de que forma se deu, o desmatamento da Ilha de Santa Catarina, a

*começar pela necessidade de lenha e madeira para a construção naval e civil além da mobiliária, até chegar à remoção pura e simples das florestas para a organização dos primeiros cultivos agrícolas e dos núcleos urbanos.” (CARUSO, 1990, p. 77)*

Passando pelos primeiros que povoaram a ilha, agricultores responsáveis pelo primeiro desmatamento em função do seu modo de produzir, pelo aumento da população com a instalação de diversos órgãos estaduais e federais na década de 1960, até “boom” imobiliário devido a “venda” da imagem da cidade para outros estados resultando na especulação imobiliária a partir da década de 1980/1990.

Esse modo de crescimento da cidade resulta em ocupações em áreas de preservação, em áreas sem saneamento básico, sem infra-estrutura urbana, resultando em questões já conhecidas como: poluição da água, falta de água, trânsito, desmatamento, enchentes, segregação e por outro lado, em alguns casos, trás infra-estrutura ao local.

O bairro de Cacupé é composto de quatro trechos de praias arenosas, com mar interno de baía e manso. Seus limites podem ser definidos, ao norte com a Ponta do Forte, e ao sul, com a Ponta do Cacupé Grande. Suas dimensões entre os dois extremos são de extensão de 1.800 metros e cerca de 1.000 metros em praias.

Sua ocupação iniciou-se por volta de 1978 e vem aumentando até os dias de hoje. Secularmente, as praias do Cacupé, foram utilizadas para pesca e, do lado oposto para morada de nativos, fruto da colonização açoriana, onde cultivavam sobretudo mandioca, o feijão, o milho, algumas frutas, e criavam o gado. Vários engenhos de farinha existiram na localidade.



Foto aérea  
Fonte: Google earth, 2005

Após essa época de cultivo, com o desenvolvimento da cidade, o bairro passou a ter uma característica de veraneio, famílias de classe média tinham suas casas, sítios para férias, que depois se tornaram moradias permanentes.

Hoje o bairro do Cacupé com 792 hab. está cada vez mais sendo procurado como local residencial por moradores de Florianópolis e por pessoas de outros estados trazidos pela atividade turística.

Com o aumento de moradias permanentes de “novos moradores” a ocupação não ocorreu diferente do resto da cidade, acelerada. Um dos indicadores desse crescimento é o aumento da implantação de novos empreendimentos na área, sobretudo os condomínios residenciais fechados.

Para a análise dessa transformação do bairro e dessas novas formas de morar foram escolhidos dois condomínios. O critério da escolha foram os que estiveram exaustivamente presentes na mídia durante o ano de 2003/2004. Ambos estão localizados na estrada geral de Cacupé próximo ao Sesc, com vista para o mar e inseridos em local de abundante paisagem natural. Através das imagens abaixo se pode perceber que são condomínios para a classe alta.



Fontes: [www.condominiosinteligentes.com.br](http://www.condominiosinteligentes.com.br)

É importante também perceber que as perspectivas “vendem” o local sem seu entorno. Assim é de fácil compreensão que não há, para esses empreendedores, preocupação com a realidade existente, nem com a integração paisagística. São concebidos como “ilhas” dentro da malha urbana pré-existente. E como essas “ilhas” estão se relacionando com a realidade pré-existente?

Através do levantamento na mídia da cidade a reação dos moradores do bairro com relação a essa nova forma de morar é de insatisfação como se observa abaixo em algumas manchetes:

*“Protesto reúne moradores contra obra. Associação de Cacupé contesta privatização de espaços públicos.”* (<http://www.an.com.br/ancapital/2003/dez/15/1ger.htm>)

*“Comunidade questiona marina – Moradores querem acesso publico ao empreendimento”* (publicado no jornal *A Notícia* – na capital, em 10/12/03).

Observa-se portanto uma grande transformação do bairro que ocorreu em pouco tempo incentivado pelo setor imobiliário.

Essas transformações podem ser positivas ou negativas, isso depende de como são implantadas e desenvolvidas.

Cacupé continua caracterizado por um bairro de residências unifamiliares, porém prevê-se um aumento do número dessas residências e não dos acessos ao bairro. Questões como essa que acarretam em problemas como o trânsito.

Com o objetivo de completar esse estudo e baseado no conceito de que os moradores são parte desse espaço urbano, foram feitas entrevistas. Essas entrevistas foram feitas no entorno imediato dos empreendimentos e com membros da associação de moradores que são pessoas chaves diretamente envolvidas nas transformações do bairro.

Foram feitas as seguintes perguntas: 1 – Há quanto tempo você vive no bairro de Cacupé?; 2 – Porque você escolheu Cacupé para morar?; 3 – Já mudou de residência neste mesmo bairro?; Se sim, por quê?; 4 – Você acha que durante esses anos que mora aqui o bairro melhorou ou piorou? Por quê?; 5 – Você acha positivo esses condomínios fechados que estão surgindo no bairro?

A região das entrevistas:

Primeiramente as 27 entrevistas aplicadas foram divididas em grupos por tempo de moradia no bairro a fim de homogeneizar a análise das respostas dos moradores, uma vez que teriam vivenciado períodos semelhantes no desenvolvimento do bairro.

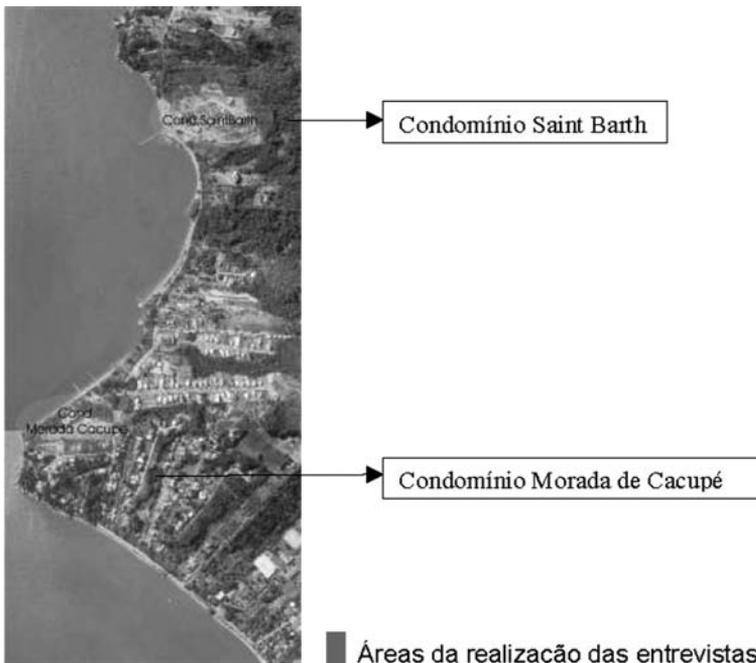


Foto aérea do bairro  
Fonte: IPUF, 2005

O resultado quanto ao tempo de moradia o número de entrevistados é bem diversificado. Moram até 10 anos 28% dos entrevistados, entre 10 e 20 anos 37,50% e a mais de 20 anos 35,3%.

Isso mostra que mais de 1/3 dos entrevistados são moradores antigos e permanecem no bairro assim como os novos estão presentes.

O motivo que os entrevistados moram nesse bairro é em 68,78% dos entrevistados devido a grande presença paisagem natural e tranquilidade. Essa opinião independe do tempo em que se vive no bairro.

Nenhum dos entrevistados mudou de residência no mesmo bairro, portanto dentre os entrevistados nenhum deles vendeu sua casa a grandes empreendedores. É importante observar que alguns moradores antigos possam ter vendido suas propriedades e mudado para outro bairro, porém isso não foi possível constatar nestas entrevistas e portanto não resultando em dado significativo.

Na questão quanto a transformação do bairro, 28,10% dos moradores mais antigos, mais de 20 anos de permanência no bairro, pensam que houve uma melhora, principalmente quanto a equipamentos de infra-estrutura. Os mais novos, que moram até 10 anos no bairro, 12,50% não vêem essa melhora e pensam que piorou, pois o bairro cresce sem planejamento ocorrendo muito desmatamento, ocupação de áreas de preservação, descaracterização do bairro quanto à classe social, falta de saneamento básico, etc.

Com essa transformação vieram os condomínios, os novos lugares para morar. Dos entrevistados que moram a mais de 20 anos 21,87% vêem essas novas construções positivas para o bairro porque oferecem novos empregos e mais infra-estrutura. Para os que moram até 10 anos 16% são indiferentes a esse tipo de edificação, 6% levantaram a questão que falta infra-estrutura para suportar essa transformação e outros 6% pensam que trás infra-estrutura. Para os que estão lá entre 10 e 20 anos 16% são indiferentes e levantam a questão de falta de infra-estrutura e a não identidade com o bairro, e 16% acham negativo para o bairro também pela mesma razão dos que são indiferentes. 6,25% dos entrevistados acham positivo, porque aumenta a oferta de empregos.

## Conclusão

O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar a dinâmica do processo de transformação da cidade junto à população que nela reside.

Florianópolis é uma cidade que apresenta natureza insular, com longa faixa litorânea e um percentual considerável de espaço natural ocupado por construções ou destinado a reservas ambientais. A cidade se desenvolveu criando pólos urbanos, com bairros destinados às classes média e alta, na parte central. Segundo o IPUF, 42% do território da ilha de Santa Catarina são constituídos por diversas reservas ambientais, reduzindo, assim, o espaço destinado à moradia.

O rápido desenvolvimento do setor imobiliário, que hoje comanda grande parte do ordenamento da cidade, determina “novos lugares para morar”.

A transformação da cidade está ligada, inicialmente, como se comportaram os gestores municipais, principalmente no que se refere à expansão imobiliária, isso contribuiu para que os problemas se agravassem, tendo em vista que, durante muito tempo às construções foram erguidas sem que houvesse uma interferência adequada do poder público municipal.

Cacupé, objeto de análise dessa transformação em Florianópolis, passou de um bairro para classe média, onde a paisagem natural e a tranquilidade eram a principal característica, para um “novo lugar” para morar. A classe alta que antes não tinha interesse no local, hoje, com a proposta dessas novas formas de moradia, busca cada vez mais o bairro.

Com essa transformação surgem as “ilhas” dentro do bairro, os condomínios fechados. Que não se relacionam com o entorno. Porém traz uma melhora da infra-estrutura urbana do bairro, como por exemplo o aumento da oferta de serviços.

Sendo assim, as transformações ocorrem de forma acelerada, criando novos lugares para morar e novas formas de morar. E nesse caso não se relaciona com a realidade pré-existente. E através das entrevistas foi possível analisar como a sociedade está envolvida nesse processo de transformação.

As “ilhas” trazem a segregação dentro do mesmo bairro. Por outro lado, o bairro inserido numa paisagem natural e tranqüilidade, sem infra-estrutura urbana suficiente, assiste a uma melhora considerável com a implantação dessas “ilhas”. Diante dessa falta de informação que a cidade está se transformando, e surgindo os “novos lugares” para morar. Constatou-se a falta de conhecimento por parte dos moradores, de que é possível um crescimento planejado e mais justo para todos com a participação da sociedade.

Hoje tornar a cidade justa para todos é possível a partir do Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e tem como objetivo a democratização do espaço no país através instrumentos, urbanísticos, tributários e jurídicos, que auxiliarão na reforma urbana e que podem garantir efetividade ao Plano Diretor.

Naturalmente a lei sozinha não resolverá todos os problemas presentes hoje na cidade, mas possibilita a sociedade compreender o processo de transformação urbana e sobretudo se posicionar frente a ela. Para assim transformar a cidade de forma mais justa e equilibrada para todos.

## Bibliografia

BURLE MARX, Roberto. *Arte e Paisagem – Conferências escolhidas*. São Paulo: Nobel, 1987.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. *O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio José T.; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.

IPIUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E URBANIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.ipuf.sc.gov.br>>. Acesso em: dez. 2003.

JORNAL A NOTÍCIA. Disponível em <<http://www.an.com.br/ancapital/2003/dez/15/1ger.htm>>.

LOBATO CORREA, Roberto. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.

OLIVEIRA, Dulce Eugênia de. *Brasil – Constituição Federal 1988*. São Paulo: Ed. Iglu, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/perfil\\_de\\_florianopolis/turismo.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/perfil_de_florianopolis/turismo.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2005; <<http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil&sublink=demografia>>. Acesso em: 26 jul. 2005.

# CLIMA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO: ESTUDO PRELIMINAR PARA MONTES CLAROS-MG

CLIMATE AND URBAN ENVIRONMENTAL PLANNING: A PRELIMINARY STUDY FOR MONTES CLAROS - MG

**Gomes, Patrícia Silva**

Mestranda em arquitetura e urbanismo na UFSC-CTC.

E-mail: sgomespatricia@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente trabalho procura analisar o comportamento climático da cidade de Montes Claros, localizada na região norte de Minas Gerais, que apresenta um clima quente e seco, de modo a identificar a formação de ilhas de calor, ilhas de frescor e possíveis áreas com desconforto térmico. Os dados obtidos com a análise do comportamento termodinâmico serão utilizados para a proposição de sugestões que possam auxiliar aos órgãos municipais no planejamento ambiental e urbano do município.

**Palavras-chave:** Clima urbano, planejamento ambiental, planejamento urbano.

## ABSTRACT

*The present work intends to analyze the climatic behavior of the Montes Claros city, located in the region north of Minas Gerais, that it presents a hot and dry climate, in order to identify the formation of heat islands effect, coolness islands effect and possible areas with thermal discomfort. The data gotten with the analysis of the thermodynamic behavior will be used for the proposal of municipal suggestions that can assist the agency in the ambient and urban planning of the city.*

**Key words:** *Urban climate, ambient planning e urban planning.*

## 1 – Introdução

O Brasil, desde a metade do século XX, apresentou uma rápida urbanização. Esse processo, caracterizado especialmente pela formação de metrópoles, deu-se de forma intensa e descontrolada resultando em modificações na natureza.

Em virtude dessas constatações, pode-se perceber que o ambiente urbano dessas cidades foi alterado pelos elevados índices de adensamento e impermeabilização do solo, retificação e canalização dos cursos d'água e crescente substituição de áreas verdes por áreas construídas. A situação se agrava na medida em que o uso do solo torna-se especulativo. Como resultado tem-se a criação de uma natureza humanizada e artificial.

Lefebvre (1969), ao se referir à destruição do ambiente natural nas cidades e sua reconstrução diz que o novo ambiente urbano gerado é de uma natureza segunda, constituída pela cidade e o urbano<sup>1</sup>.

Dessa forma, uma série de fenômenos tais como ilhas de calor, poluição do ar, chuvas intensas, inundações, desabamentos passam a fazer parte do cotidiano urbano.

O processo de urbanização é bastante significativo em termos de modificações do clima em escala local, gerando um clima próprio. Pois, o clima urbano é entendido como um sistema que abrange um fato natural (clima local) e um fato social (a cidade) (MONTEIRO; MENDONÇA, 2003)<sup>2</sup>.

Diversos fatores contribuem para a modificação do clima local, Lowry (1967), enumera alguns deles: os materiais utilizados nas construções e na pavimentação, o sítio natural, as atividades

humanas geradoras de calor, a remoção das águas superficiais e a presença de poluentes no ar<sup>3</sup>. Em relação ao espaço construído urbano, pode-se afirmar que a boa condutibilidade térmica dos materiais, bem como, a rugosidade das superfícies, contribuem para a redução da evaporação e o aquecimento, devido ao armazenamento de calor.

O ritmo e a magnitude de produção e armazenamento de calor nas cidades são profundamente alterados e diferenciados em relação à zona rural. Dessa constatação é que decorre o conceito de ilha de calor urbana, que foi definido por Oke (1981) como uma tendência observada de ocorrer na cidade temperaturas mais elevadas que no seu entorno rural imediato<sup>4</sup>.

As alterações climáticas na atmosfera urbana geram o stress humano, além de ocasionarem o maior consumo de energia e pode comprometer o equilíbrio térmico em uma escala maior.

Segundo alguns autores, apesar de ser polêmica a idéia da influência da urbanização na mudança climática global, acredita-se que os climas urbanos podem representar um microcosmo dos climas de larga escala do futuro, tendo em vista o processo de aquecimento global. E os pesquisadores geralmente concordam sobre o impacto do ambiente construído no clima, pelo menos em nível local ou mesoclimático<sup>5</sup>.

A presença de vegetação e demais recursos ambientais em áreas urbanas são imprescindíveis para a qualidade de vida. Desde a cidade industrial até a cidade pós-moderna que os recursos naturais, em especial as áreas verdes, são utilizados como fatores físicos e psicológicos da manutenção do bem-estar social.

A cobertura vegetal foi retirada muito rapidamente da paisagem natural e rural na zona tropical, o que resultou em alterações no equilíbrio de energia, já que a vegetação além de absorver a radiação solar excessiva, atua através da evapotranspiração, no resfriamento e umidificação do ar, contribuindo, em ambas as vias, para o equilíbrio térmico.

Diante desse quadro, é possível afirmar que os problemas ambientais, fruto da urbanização das metrópoles brasileiras, atingiram dimensões alarmantes, e por vezes, irreparáveis, devido à urbanização já consolidada. Com isso, o planejamento da expansão urbana, o controle dos parâmetros de verticalização e uso do solo, bem como o planejamento ambiental, tornam-se essenciais para preservar as áreas ambientais ainda presentes no tecido urbano e para melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

Em outra via, porém, as cidades de médio porte passaram a apresentar, a partir dos anos 1980, como constatado pelo Censo do IBGE, um crescimento urbano muito intenso, superior inclusive ao das cidades de maior porte (taxas de crescimento urbano de 4,8% e 1,3% respectivamente)<sup>6</sup>.

Em virtude dessa constatação, as cidades de médio porte demográfico, como é o caso de Montes Claros-MG, objeto de estudo do presente trabalho, merecem especial atenção em estudos de climatologia urbana, já que os dados obtidos poderiam auxiliar no planejamento ambiental e urbano, pois, o processo de urbanização nesses locais ainda está acontecendo, diferentes das grandes cidades, que apresentam urbanização praticamente consolidada.

O clima urbano, conforme metodologia adotada por Monteiro (1976), pode ser entendido como um sistema singular, aberto, evolutivo, dinâmico, adaptativo e passível de auto-regulação, denominado como Sistema Clima Urbano (SCU). Esse sistema classifica-se em três subsistemas: o termodinâmico, que investiga a formação de ilhas de calor, ilhas de frescor e demais formas de desconforto térmico; o físico-químico que estuda a poluição do ar; e o hidrometeorológico, que analisa as alterações pluviométricas tais como as inundações<sup>7</sup>.

Os estudos de climatologia urbana, de modo especial em regiões tropicais como o Brasil, tornam-se essenciais na compreensão dos problemas ambientais resultantes da urbanização. Além disso, os resultados obtidos podem auxiliar no planejamento ambiental e urbano ao englobar

soluções que contemplem índices adequados de uso e ocupação do solo e a preservação ou reconstituição de áreas verdes e demais recursos naturais.

Mendonça (2003) ressalta que as cidades de pequeno e médio porte de zonas tropicais como o Brasil, só muito recentemente tiveram seus ambientes climáticos como objeto de estudo. Nestas localidades, a variação sazonal da precipitação e da umidade do ar é consideravelmente importante na determinação da atmosfera urbana, e seu estudo pode auxiliar na compreensão dos vários problemas urbanos das cidades tropicais<sup>8</sup>.

A partir dos anos 1990, no Brasil, percebe-se que a questão ambiental começou a tomar posição de destaque. Nesse viés, Duarte (2003) constata que a variável ambiental foi incluída no planejamento urbano como um dos eixos principais de orientação das novas leis urbanísticas de uso e ocupação do solo, resultado do estado de agravamento dos níveis de degradação ambiental das cidades, decorrente de um processo de urbanização acelerado<sup>9</sup>.

Há um consenso sobre o grande potencial da utilização dos estudos de climatologia ao planejamento de cidades, já que as informações climáticas podem resultar na construção de ambientes mais agradáveis.

Segundo Duarte (2003), já foram quantificados, através de alguns estudos, a correlação entre temperatura do ar e alguns parâmetros de uso do solo que podem ser regulamentados. Além disso, a autora expõe que alguns trabalhos na área já demonstram claras diferenças de desempenho térmico entre superfícies naturais e construídas.

Em relação ao planejamento ambiental, alguns estudos, inclusive brasileiros, vêm buscando quantificar a importância dos recursos naturais, tais como massas de vegetação e de água, para o balanço de energia e a adequação climática.

Tudo isso, vem confirmar a importância da aplicação dos conhecimentos do fenômeno climático na orientação do planejamento ambiental urbano. Especialmente em países tropicais como o Brasil, no qual, tem sido comum o acontecimento de episódios climáticos severos, advindos da sobreposição dos vários fatores climáticos relacionados com o clima urbano.

É necessário constar também que o bem-estar percebido no espaço público urbano muito tem a ver com conforto térmico do local.

Keoble et. al (1990) apud Duarte (2003), estudando a legislação de diversos países europeus, encontraram muitos instrumentos comuns que demonstram que o planejamento está cada vez mais associado à qualidade de vida, à ecologia, ao controle de poluição e à eficiência energética.

Contudo, o desafio é transformar os dados de clima urbano em critérios de ocupação, em índices urbanísticos, em dados para projetos dos espaços externos dos edifícios a fim de amenizar o rigor climático nas zonas tropicais como o Brasil. Oferecendo dessa forma, a oportunidade para que o conhecimento que vem sendo acumulado sobre o meio ambiente possa ser incorporado às legislações municipais.

A partir dessa reflexão, e levando-se em consideração que a climatologia influencia nas questões ambientais e urbanas, surge o seguinte questionamento que norteia esse trabalho: como orientar/conduzir o planejamento urbano e ambiental para que se possa atingir um melhor nível de qualidade no espaço das cidades?

Nessa perspectiva, pretende-se com esse trabalho fazer uma análise climática da cidade de Montes Claros-MG, no que tange ao comportamento termodinâmico descrito no SCU, de modo a fornecer informações que venham a ser utilizadas no planejamento da paisagem e no planejamento urbanístico do município.

## 2 – Caracterização da área de estudo

A cidade de Montes Claros está localizada no norte do estado de Minas Gerais, entre os paralelos 16° 43' 41" e longitude 43° 51' 54", a uma altitude de 638 metros. O clima da cidade é quente e seco, com temperaturas médias anuais de 24,2°C. O relevo é relativamente plano com a ocorrência de algumas serras.

O município apresenta uma população de 336.132 habitantes<sup>10</sup> e possui um crescimento populacional bastante acelerado, devido à sua abrangência regional: maior pólo econômico e de serviços de toda a região norte de Minas e vale do Jequitinhonha, ambas pertencentes à área mineira da Sudene, já que as características geográficas e sociais se assemelham ao Nordeste brasileiro. O município exerce influência ainda no sul do estado da Bahia atraindo populações advindas desse local.

Devido aos incentivos da Sudene algumas indústrias se instalaram no município, o que ocasionou a implantação de um distrito industrial na parte norte-nordeste. Esse fato fortaleceu a abrangência regional do município.

Em relação às questões urbanas, a cidade tem-se expandido rapidamente, sobretudo nas regiões periféricas. A região central é marcada por uma elevada impermeabilização do solo e um incipiente processo de verticalização. A vegetação urbana na região central limita-se a algumas praças e vias arborizadas. Grande parte dos cursos d'água do município foram canalizados, retificados e tiveram a vegetação ciliar removida com a implantação de avenidas sanitárias.

Outra constatação importante, é que as áreas verdes do município estão inseridas quase que exclusivamente na região sudoeste, onde localizam-se os parques: Guimarães Rosa que é um parque linear constituído pelas matas ciliares do córrego Vieiras, o Milton Prates (com lago artificial) e o Sapucaia o maior em extensão. Nessa região estão implantados os bairros mais nobres que apresentam, em sua maioria, habitações unifamiliares.

Como mecanismo de adequação microclimática, foi proposto, há alguns anos, a construção de algumas lagoas artificiais em distintos pontos da cidade. Porém, apenas uma foi construída na região nordeste, sendo que o local previsto para a implantação das demais, em terrenos de fundos de vale, já foram urbanizados.

Como o clima da cidade é quente e seco e as temperaturas elevadas durante quase todo o ano, as sensações de desconforto térmico e a formação de gradientes horizontais de variação de temperatura, ou seja, temperaturas no centro mais elevadas que na periferia, tornam-se evidentes.

Em relação ao regime pluvial, o município localiza-se no Polígono das Secas, apresentando chuvas intensas no período de verão e precipitações escassas no decorrer do ano.

Diante dessa descrição, percebe-se que um estudo climático da cidade de Montes Claros torna-se necessário, pois, as informações técnicas, com base científica, poderão auxiliar no planejamento ambiental e urbano, através de planos de reconstituição da paisagem e sua distribuição mais eqüitativa, de arborização urbana e de reformulação urbanística, evitando-se com isso, a reprodução de padrões insustentáveis de uso do solo.

## 3 – Metodologia

A pesquisa sobre o clima urbano e suas aplicações no planejamento pode ser definida como semi-quantitativa, desse modo, além da análise do fato urbano como suporte teórico, é necessário a mensuração das variáveis climáticas.

O trabalho adota como princípio metodológico o Sistema Clima Urbano elaborado por Monteiro (1976) exposto anteriormente. A investigação climática será realizada no que tange aos aspectos termodinâmicos, isto é, medições climáticas, identificando os locais de ocorrência de ilhas de calor, ilhas de frescor e desconforto térmico.

Para a realização do trabalho, considera-se fundamental as seguintes etapas:

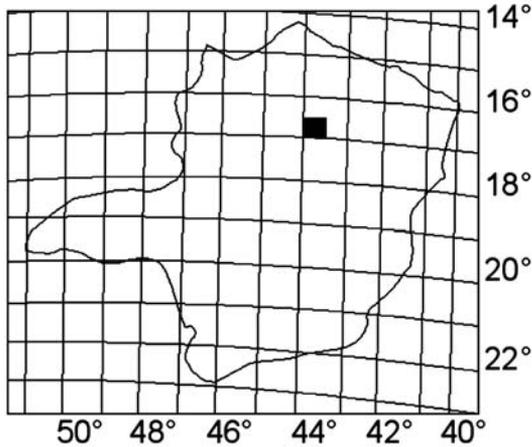


Figura 1: Localização Geográfica de Montes Claros-MG  
Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros

- Revisão bibliográfica sobre os seguintes temas: o processo de urbanização de cidades tropicais como o Brasil, a relação homem-natureza nas cidades; o conforto ambiental e o clima urbano, o planejamento ambiental urbano.
- Coleta de dados, mapas e informações técnicas sobre o município.
- Visita exploratória às áreas mais relevantes do município de modo a compreender a complexidade da estrutura urbana e dos problemas ambientais, sobre o viés climático.
- Análise dos fatores climáticos e ambientais e também dos fatores urbanos e representação sobre um mapa-base, já que clima urbano é definido como um fato natural e um fato urbano. Com isso são necessárias as seguintes atividades:

– levantamento das características relativas ao sítio natural tais como: hipsometria, geomorfologia, direção e velocidade predominante dos ventos. Representação no mapa-base;

– levantamento das variáveis urbanas tais como mapa de uso e ocupação do solo, estruturação e funcionalidade urbana. Representação no mapa-base.

• Divisão da cidade em zonas homogêneas, sob o mapa-base, para a pesquisa de campo, caracterizando usos diferenciados do solo, entre eles:

1 – Área de ocupação horizontal vertical densa.

2 – Área de ocupação horizontal vertical rala.

3 – Área de ocupação horizontal densa.

4 – Área de ocupação horizontal rala.

5 – Loteamentos.

6 – Indústrias.

7 – Predominância significativa de vegetação.

8 – Presença de corpos d'água.

• Definição dos pontos de medição distribuídos em alguns transectos, abrangendo áreas com realidades distintas do município, entre eles:

1 – Região central de maior adensamento e menor cobertura vegetal.

2 – Região industrial.

3 – Região com maior cobertura vegetal e menor adensamento.

4 – Região com menor adensamento e presença de massa d'água.

Os pontos serão escolhidos de modo a representar condições físicas e urbanas distintas.

As medições de campo serão realizadas em julho de 2006 (inverno), setembro de 2006 (primavera) e dezembro/janeiro de 2007 (verão). Serão coletados os dados de temperatura do ar, umidade relativa, temperatura média radiante, velocidade e direção dos ventos.

Para a coleta de dados serão colocados abrigos nos pontos de medição para a fixação dos sensores de temperatura e umidade a uma altura aproximada de 1,5 metros do solo.

Os dados serão tomados às 6, 12, 18, 21 horas, representando períodos distintos do dia, inclusive para a verificação da formação de ilhas de calor noturnas.

Os dados obtidos serão conjugados, para parâmetros de verificação, como as informações climáticas obtidas pelas estações meteorológicas do município.

- Em cima do mapa-base de usos de solo homogêneos serão plotados os parâmetros climáticos obtidos no trabalho de campo, para que sejam traçadas as isotermas, subsidio à delimitação da ilha de calor.
- Com a análise das configurações do clima, e dos problemas correlacionados a este, espera-se propor alternativas de uso do solo que contemplem a qualidade ambiental urbana.

#### 4 – Resultados esperados

Como resultado procura-se testar as possíveis diferenças climáticas e os níveis de conforto percebidos nos distintos pontos da cidade, sob diferentes perfis físicos e sócio-espaciais, de modo a caracterizar algumas ações possíveis de serem incorporadas no planejamento urbano e ambiental, tendo em vista a qualidade do espaço. Evitando-se assim a configuração de problemas ambientais críticos advindos do uso inadequado do solo.

Em relação ao planejamento urbano, por exemplo, o estudo poderia indicar, a partir da análise da legislação urbanística do município, as possíveis correlações entre o atual uso e ocupação do solo com os perfis do clima, podendo alertar para desconformidades passíveis de serem regulamentadas, no âmbito inclusive, da recente revisão do Plano Diretor.

Por se tratar de um município onde a urbanização ainda está acontecendo, e levando em consideração a tendência de crescimento, as investigações climáticas poderiam ser aproveitadas no âmbito da legislação urbanística, através, por exemplo, da atuação antecipada em relação às áreas de expansão urbana, com tendência à verticalização, ou em locais com limitações quanto ao sítio natural, buscando evitar que a urbanização ocorra de maneira inadequada.

O estudo poderia indicar ainda possibilidades bioclimáticas para distintos pontos e zoneamentos, como exemplo o distrito industrial, tendo em vista sua recente expansão com a incorporação de indústrias de grande porte.

Quanto ao planejamento ambiental, os perfis do clima poderiam auxiliar nos planos de reconstituição da paisagem, de arborização, em relação às massas de água e as possibilidades para valorização bioclimática dos recursos hídricos.

Alguns estudos como o de Gómez (2001) para Valência na Espanha, fornece algumas sugestões para o planejamento de áreas verdes ao indicar a quantidade de vegetação necessária para melhorar os índices de conforto, tendo em vista a condição climática mensurada<sup>11</sup>.

O estudo poderia contribuir ainda para indicação dos locais onde a reconstituição da paisagem natural torna-se mais urgente, em relação aos níveis climáticos, contribuindo para uma distribuição mais equânime da cobertura vegetal, já que esta encontra-se na imensa maioria localizada na região sudoeste.

Essa medida poderia contribuir para uma relação mais justa entre área construída e área natural, pois sabe-se que a expansão de áreas impermeabilizadas horizontal e verticalmente e a conseqüente redução de áreas verdes, alteram significativamente o balanço de energia e o ciclo hidrológico local.

As sugestões a serem levantadas por esse trabalho, a partir dos estudos de climatologia urbana, apontam para a necessária e urgente integração do homem com a natureza para que se possa almejar uma maior qualidade de vida urbana.

Observação: Esse trabalho é parte da dissertação de mestrado, em desenvolvimento, de Patrícia Silva Gomes, como estudante do PósARQ-UFSC.

## Notas

- (1) LEFEBRE, H. *Direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- (2) MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco. *Clima urbano*. São Paulo: Contexto, 2003.
- (3) LOWRY, W. The climate of cities. *Scientific American*, v. 217, n. 2, p. 15-24, 1967.
- (4) OKE, T. R. Canyon geometry and the nocturnal heat island: comparisons of scale model and field observations. *Journal of Climatology*, v. 1, p. 237-254, 1981.
- (5) CHANGNON, S. A.; OKE, T. R. apud ASSIS, E. S. A abordagem do clima urbano e aplicações no planejamento da cidade: Reflexões sobre uma trajetória. In: VIII ENCONTRO NACIONAL E IV ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2005, Maceió. *Anais...* Maceió, 2005.
- (6) MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- (7) MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Teoria e clima urbano*. São Paulo, n. 25, 1976 (Série Teses e Monografias).
- (8) MENDONÇA, Francisco. Clima e planejamento urbano em Londrina. In: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco, op. cit., p. 94.
- (9) DUARTE, D. Estado da arte em clima urbano e planejamento. In: NUTAU, 2002, São Paulo. In: *Anais...* São Paulo: NUTAU/USP, 2002.
- (10) Estimativa do IBGE em 2004. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 8 mar. 2006.
- (11) GÓMEZ, F.; TAMARIT, N.; JABALOYES, J. Green zones, bioclimatic studies and human confort in the future development of urban planning. *Landscape and Urban Planning*, n. 55, 2001.

## Bibliografia

- ACIOLY, Cláudio; FORBES, Davidson. *Densidade urbana, dicas e informações para o arquiteto urbanista*. Rio de Janeiro: Maduad, 1998.
- ASSIS, E. S. Bases teóricas para a aplicação da climatologia ao planejamento urbano. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 1997, Salvador. *Anais...* Salvador: FAUFBA/LACAM-ANTAC, 1997.
- \_\_\_\_\_. A abordagem do clima urbano e aplicações no planejamento da cidade: Reflexões sobre uma trajetória. In: VIII ENCONTRO NACIONAL E IV ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2005, Maceió-Al. *Anais...* Maceió-Al: Editora ANTAC, 2005.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Montes Claros. <<http://montesclaros.mg.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2006.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- DUARTE, D. Estado da arte em clima urbano e planejamento. In: NUTAU, 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: NUTAU/USP, São Paulo, 2002.
- GÓMEZ, F.; TAMARIT, N.; JABALOYES, J. Green zones, bioclimatic studies and human confort in the future development of urban planning. *Landscape and Urban Planning*, n. 55, 2001.
- GUERRA, Antônio José Teixeira; DA CUNHA, Sandra Baptista (Orgs.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/d.

- HOUGH, Michael. *Naturaleza e ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- KATZSCHNER, L. Urban climate studies as tools for urban planning and architecture. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 1997, Salvador. *Anais...* Salvador: FAUFBA/LACAM-ANTAC, 1997.
- LOMBARDO, M. A. *Ilha de calor nas metrópoles: O exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- LOWRY, W. The climate of cities. *Scientific American*, v. 217, n. 2, 1967.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MASCARÓ, L. R. *Ambiência urbana*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzato, 1996.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Teoria e clima urbano*. São Paulo, n. 25, 1976. (Série Teses e Monografias).
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco. *Clima urbano*. São Paulo: Contexto, 2003.
- OKE, T. R. Canyon geometry and the nocturnal heat island: Comparisons of scale model and field observations. *Journal of Climatology*, v. 1, 1981.
- OLIVEIRA, P. M. P. *Metodologia do desenho urbano considerando os atributos bioclimatizantes da forma urbana e permitindo o controle do conforto ambiental, do consumo energético e dos impactos ambientais*. Brasília: UNB, 1993.
- ROMERO, M. A. *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*. São Paulo: Projeto, 1988.
- SPIRN, Anne W. *O jardim de granito – A natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995.

# A COOPERAÇÃO ENTRE A FAUUSP E A SUBPREFEITURA DO ARICANDUVA PARA O PROJETO DE ESPAÇOS LIVRES – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO

THE COOPERATION BETWEEN FAUUSP AND THE ARICANDUVA'S CITY HALL FOR THE DESIGN OF OPEN SPACES

**GONÇALVES, Fábio Mariz**

Professor doutor – Departamento de Projeto – Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente da FAUUSP.  
E-mail: fabiomgoncalves@uol.com.br

## RESUMO

Apresenta-se a experiência de desenvolver, em duas disciplinas articuladas – uma de graduação e outra de pós-graduação – um projeto de praça que foi solicitado pela subprefeitura de Aricanduva. A área, abandonada pelo poder público há anos, foi apropriada por dois clubes de futebol e por uma favela. Agora a subprefeitura pede um projeto para valorizar a entrada da avenida Aricanduva – atendendo aos interesses dos comerciantes da região. As dificuldades enfrentadas pelo projeto impediram que ele atendesse a todas as expectativas, mas tornaram a experiência didática mais interessante e proveitosa.

**Palavras-chave: Ensino, projeto participativo, extensão universitária.**

## ABSTRACT

*A public square project was requested by the Aricanduva's city hall division, presenting an educational opportunity to develop such project as two connected disciplines – being the first one a undergraduated course and the second, a graduated course. The area has been neglected by the public service for years and it was squattered by two Soccer Clubs and a favela (shanty town). In the present time, the City Hall asked for the project aiming to add value to the Aricanduva Avenue's entrance – meeting the demands of local merchants. The project has faced many difficulties hindering the goal of fulfilling these expectations, but at doing so, it became a more useful and interesting experience.*

**Key words: Education, participating project, extracurricular activities.**

## Introdução

Em geral, as disciplinas de projeto das faculdades de arquitetura brasileiras baseiam-se no aprendizado pela vivência, os alunos são confrontados com dificuldades que devem ser superadas. Cada disciplina oferece um desafio, tema, local ou programa com diferentes graus de dificuldades a enfrentar.

A cada etapa vencida os desafios crescem em complexidade e dificuldade. Repetem-se as exigências da etapa anterior, acrescentando-se novas problemáticas e crescentes dificuldades. Pela natureza essencialmente didática, a maior parte das disciplinas exige apenas o enfrentamento das dificuldades internas à arquitetura e ao urbanismo, deixando de tratar os desafios apresentados pela realidade e suas condicionantes mais restritivas.

Os problemas relativos ao desenho, à plástica, às condicionantes construtivas, geométricas e funcionais de um projeto podem ser cobrados e tratados por qualquer disciplina, com o grau de exigência compatível com o momento da formação do aluno; porém, as dificuldades e os desafios postos pela expectativa da população usuária ou vizinha de determinada praça, ou mesmo as implicações políticas de determinada proposta ou projeto não podem ser simuladas por uma disciplina.

Com o objetivo de colocar os alunos frente a um desafio mais concreto, selecionou-se uma demanda real posta pela Subprefeitura Aricanduva como objeto de uma disciplina articulada entre a graduação e a pós-graduação da FAUUSP.

Esta disciplina foi a primeira experiência do Laboratório para Gestão e Projeto do Espaço – Lab Espaço – criado na FAUUSP, em 2005, por iniciativa de vários professores<sup>1</sup>, dos três departamentos da faculdade, que buscavam novas oportunidades de debates e experiências didáticas.

A disciplina foi organizada a partir de uma demanda da Subprefeitura Aricanduva para o desenvolvimento do projeto de uma praça singular pela sua localização – no encontro entre as avenidas Radial Leste e Aricanduva.



Ao centro, o subprefeito, sr. Vicente de Paula, e a arquiteta Andréa Peres Moraes

## A demanda

O subprefeito Vicente de Paula elegeu esta praça por entender que ela é especialmente visível para quem entra na Subprefeitura a partir do centro da cidade, informando, também, que teria apoio de proprietários e comerciantes da região interessados na melhoria da imagem da avenida.

A “praça” nada mais é do que a área remanescente das desapropriações realizadas pelo metrô e pela Emurb para a implantação tanto da linha Leste-Oeste quanto do complexo viário que liga a avenida Aricanduva com a Marginal do Tietê. Parte da área é remanescente de desapropriação, parte constitui-se de trechos de ruas que desapareceram pela desapropriação e apenas parte é delimitada como área verde. Com o abandono e o tempo, dois clubes de futebol de várzea instalaram-se, apropriando-se do espaço. Vigas de concreto que sobram das obras de canalização do córrego Aricanduva remanescem empilhadas há anos, em um dos lados, e barracos surgiram tanto sobre as vigas quanto em uma área contígua. Assim, depois de anos de omissão o poder público decide priorizar e intervir no espaço.

Durante as conversas esclareceu-se que seria mais interessante para os alunos, e mesmo para a Subprefeitura, que o projeto fosse desenvolvido com a participação dos diferentes agentes envolvidos – os vizinhos, os clubes de futebol e os investidores – de modo que todos participassem da discussão do projeto.

O Subprefeito achou interessante a sugestão e se firmou o acordo de que a disciplina desenvolveria o projeto, fornecendo os elementos para que as obras fossem realizadas. Enfrentar um

projeto concreto, trabalhando com a população e os agentes envolvidos, numa disciplina de graduação, parecia complexo demais. Optou-se por desenvolver duas disciplinas paralelas: uma na pós-graduação (AUP-5835 – Ambiente e Paisagem Metropolitana, ministrada pelos professores Euler Sandeville e Fábio Mariz Gonçalves) que trabalharia com os diferentes agentes e outra na graduação (AUP-0669 – Gestão da Paisagem e do Ambiente, ministrada pelos professores Euler Sandeville e Heliana Comin Vargas) que desenvolveria e detalharia o projeto. Deste modo, a experiência tornou-se ainda mais rica, por articular alunos de graduação e pós-graduação.



*Os alunos de pós-graduação discutindo com moradores da área os problemas de drenagem*

## O processo

A disciplina de pós-graduação abriu os trabalhos com aulas preparatórias que tratavam do tema dos “projetos participativos” e das condicionantes ambientais, sociais e urbanísticas da área. Representantes da prefeitura como a arquiteta Andréa Peres Moraes compareceram às aulas para conversar com os alunos sobre suas expectativas e o seu entendimento das possibilidades e limitações.

Ao longo de todo o processo evitou-se filtrar as informações, buscava-se colocar os alunos diretamente em contato com os agentes e fatos. Os alunos foram a campo, recolheram as opiniões, estabeleceram os contatos com os representantes dos clubes, confrontaram os mapas e plantas fornecidas com o lugar, atualizando, corrigindo e complementando as bases.

A partir da ida a campo evidenciaram-se as contradições e os desafios do projeto. Na área da praça organizaram-se dois clubes de futebol que vêm, há anos, “equipando” e administrando o espaço. Foram estes clubes que impediram que a praça fosse tomada por barracos ou que se tornasse depósito de lixo e entulho. Contudo, estes mesmos clubes têm limitado o acesso de parte da população à área, impedindo inclusive que crianças vizinhas brinquem nas quadras nos horários ociosos.

Os dirigentes dos clubes foram os principais interlocutores no debate das propostas. Quando foram feitos os primeiros contatos a equipe foi recebida com desconfiança e reservas, depois, como possível aliada na consolidação da sua permanência.

Para os alunos a experiência de entrevistar diretamente os representantes, de escutar seus discursos e de debater os significados e as estratégias subjacentes foi enriquecedora. Percebeu-se que os clubes, cientes da situação irregular, preocupavam-se com os rumos do nosso trabalho. Buscavam legitimar sua permanência contando das ações sociais que empreendem, das festas que promovem, dos investimentos feitos na área e dos momentos em que abrem suas

quadras para crianças da vizinhança. Mostravam fotos amareladas e desbotadas pelo tempo para ilustrar que estão no local há bastante tempo. Contavam suas histórias e conquistas, seu compromisso com a história do bairro e das várzeas.

Nas pesquisas de campo ficou evidente que os clubes já estão assimilados pela vizinhança. O exíguo comércio das imediações caracteriza-se pela venda de bebidas nos fins de semana para os jogadores e torcedores presentes. Parte dos vizinhos é “sócia” dos clubes que, inclusive, são usados como canais de reivindicação e protesto dos vizinhos junto à prefeitura para que esta solucione problemas como enchente e limpeza da área.

Uma grande creche mantida pela igreja, distante poucas quadras da praça, não poder contar com a área para atividades ao ar livre, porém ninguém percebe que possa fazer alguma coisa para alterar este fato.

As ruas próximas revelam a quantidade de crianças moradoras na área. Muitas delas foram vistas brincando por ali, mas nenhum dos pais confirmou a necessidade de “conquistar” ou de “ganhar” uma praça diante das suas casas.

Em 10 de setembro de 2005, foi organizada uma reunião, em um colégio próximo à área, com os objetivos de eliciar expectativas e de conciliar compromissos de participação. A Subprefeitura encarregou-se de fazer os convites e convocar a população para a ocasião. Contudo, contrariando nossas expectativas, apenas os dirigentes dos clubes compareceram.

Apresentaram-se três cenários possíveis, com diferentes graus de intervenção: no primeiro, propunha-se que as quadras dos clubes permanecessem, sofrendo apenas ajustes necessários para abrir uma passagem entre elas; no segundo, propunha-se que os clubes passariam a compartilhar o mesmo campo e, com a eliminação de um deles, ganhar-se-ia um espaço para convívio e lazer da população (parquinho, quiosques, etc.); no terceiro, propunha-se apenas um campo, novo, sem vínculo com os anteriores, sem “donos”, sem clubes para geri-lo, no centro de uma praça pública e qualificada.

Inicialmente, os “donos” dos clubes pareciam dispostos a aceitar a segunda hipótese, de juntar os clubes compartilhando uma única quadra. Contudo, como a reunião não oferecia outros interlocutores (a vizinhança, moradores ou sequer um dos filiados ao clube que não fosse da diretoria) resolveu-se fazer mais uma reunião, no prazo de duas semanas, no mesmo local, na esperança de um maior comparecimento.

Talvez por não haver interesse da população, talvez por não se sentir à vontade para debater o destino da área dos clubes diante dos seus donos, talvez por incompetência ou má vontade da prefeitura em convocar a população, a reunião seguinte, em 24 de setembro de 2005, não teve comparecimento muito maior. Compareceram os mesmos dirigentes e mais um dos moradores da favela instalada sobre o depósito de vigas, como “representante” da população residente na área.

Este morador fez um discurso marcante para o rumo das discussões – afirmou que aceitaria ter sua casa removida da área caso fosse do interesse e para o bem de todos, só não aceitaria a remoção se fosse para “plantar árvores ou fazer praça para maconheiros, para isso não”.

Os dirigentes dos clubes, sentindo que dominavam o diálogo, resolveram recrudescer rejeitando qualquer proposta para a área, elevaram o tom de voz e disseram ser os donos das suas quadras, que estavam protegidos, por vereadores amigos, de qualquer proposta que contrariasse seus interesses. Abandonaram a reunião, avaliando que não teriam por que aceitar qualquer redução nas suas áreas.

Na semana seguinte debateu-se com os alunos o significado daquela atitude dos clubes. Ficou evidente que o projeto chegava a um impasse e o próprio papel da equipe em cheque.



*Representantes da prefeitura, dirigentes dos clubes e alunos discutindo, em escola próxima à praça, as propostas apresentadas*

Em 29 de setembro de 2005, realizou-se um seminário, na cidade universitária, com a presença dos alunos de graduação (AUP-0669) e da Subprefeitura. O seminário foi iniciado pelos colegas Eugênio Queiroga, Vladimir Bartalini e Fábio Robba que apresentaram a discussão acerca da apropriação dos espaços públicos. Em seguida, os alunos realizaram a apresentação dos cenários propostos para os clubes e dos resultados das reuniões em campo.

Depois, debatendo-se as alternativas e o processo, cobrou-se dos representantes da Subprefeitura posição definitiva acerca das propostas. O chefe do gabinete do Subprefeito acabou escolhendo a hipótese mais radical, a terceira. Pediu um prazo para discutir o assunto com o Subprefeito e confirmar a escolha, mas dizia que “certamente” era a hipótese que traria mais benefícios para a população, reafirmando o caráter público da área e a autoridade da prefeitura em detrimento da autoridade dos clubes. A ocasião foi extremamente interessante para os alunos, pois puderam assistir ao vivo, na sala de aula, com a participação de colegas da pós-graduação e professores, os diferentes representantes da prefeitura exporem os prós e contras de cada alternativa, refletirem em voz alta acerca das reais possibilidades institucionais e políticas de implementação de cada hipótese.



*Alunos e representantes da prefeitura discutindo, na FAUUSP, as alternativas do projeto*

Embora os demais agentes não estivessem presentes (vizinhos, clubes e moradores), suas posições foram vividamente expostas pelos alunos de pós-graduação.

Pela demora em obter a confirmação da escolha pela prefeitura, marcou-se mais uma reunião, agora na subprefeitura, em 27 de outubro de 2005, quando foi confirmada pelo subprefeito a escolha da opção três. O levantamento topográfico da área, que há muito tempo havia sido solicitado, demorou a chegar, mas vieram em tempo de alimentar o trabalho dos alunos da graduação que desenvolveram a hipótese escolhida, detalhando pisos, caminhos, plantio e edificações.

No fim do semestre foi entregue à prefeitura o projeto desenvolvido pelos alunos.

Em março de 2006 a arquiteta Andréa Peres Moraes informou que o processo de licitação para a execução da obra segue seus passos.

## As dificuldades

É certo que o processo de trabalho sofreu as vicissitudes de um projeto real. Houve dificuldade em estabelecer contato com a população, de colocar frente a frente os agentes vinculados ao projeto e de encontrar um projeto que agradasse plenamente estudantes e professores. Faltou apoio e organização da prefeitura para estabelecer um processo mais democrático e abrir debate dos projetos com a população.

Faltou clareza dos interesses envolvidos. Em determinado momento parecia que comerciantes da avenida Aricanduva tinham interesse em retirar os clubes do local meramente para melhorar a “imagem” da avenida, hipótese que não foi confirmada. Em outro momento parecia que os moradores estavam receosos que os clubes fossem retirados, por não acreditar que a prefeitura poderia cuidar adequadamente da área ou por ter interesse direto na permanência dos clubes. Em certos momentos parecia que os clubes impediam a criminalidade de se instalar na área, em outros, eles pareciam ser os próprios “criminosos”. Até mesmo a razão do interesse da própria Subprefeitura não ficou plenamente esclarecida.

Os alunos em vários momentos tiveram dificuldades em atender às expectativas dos professores e mesmo às necessidades do projeto. Os desenhos apareciam com lentidão e sem a qualidade necessária para a sua compreensão pelos interlocutores. Mesmo os alunos da pós-graduação, em sua maioria arquitetos formados, desenhavam sem desenvoltura.

Durante as reuniões com os representantes dos clubes a condução dos debates ficou a cargo dos professores por falta de maturidade, por timidez ou por falta de articulação dos alunos presentes. Os professores prefeririam que os alunos conduzissem as conversas e apresentações, mas, por incapacidade, falta de vontade ou receio de não responder às necessidades não houve meio de fazê-los tomar a frente dos encontros. Durante o desenvolvimento do projeto executivo foi notável a dificuldade dos alunos de se organizarem em uma única equipe. Habitados a trabalhar em pequenas equipes, junto aos amigos escolhidos com liberdade para propor o que bem entendem, sem ter que excluir uma alternativa ou forma, os alunos demonstraram dificuldades em debater em grupo as soluções e formas propostas para caminhos, espaços e demais elementos. Demonstravam desapontamento quando esta ou aquela sugestão de um era preterida pelo coletivo. Desapontados, pouco ajudavam no desenvolvimento da hipótese escolhida.

Os alunos da pós-graduação ficaram visivelmente frustrados pelo resultado não ter contemplado uma solução de consenso que permitisse a permanência dos clubes de futebol e o ganho da praça pela população, conciliando as expectativas das agremiações, dos vizinhos, dos moradores, da prefeitura e deles próprios.

## O balanço

O artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, de 1995, no seu parágrafo único estabelece que: *“Os cursos de arquitetura e urbanismo, ao definirem suas propostas pedagógicas, devem assegurar a formação de profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço exterior e interior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio do ambiente natural e à utilização racional dos recursos disponíveis.”*

Assim, colocar os alunos frente às demandas e dificuldades reais conseqüentes da incapacidade do poder público e, em última análise, da própria sociedade de formular projetos mais inclusivos e democráticos é fundamental para o entendimento do real papel do projeto e por fim do próprio profissional arquiteto.

Repetir projetos comprometidos unicamente com a satisfação dos alunos e professores e suas expectativas e temas empobrece a discussão. Muitas vezes a sociedade comparece nos projetos desenvolvidos em ateliê, de maneira estereotipada ou idealizada, como se ora fosse completamente aberta às utopias democratizantes (ou fascistas) ora fosse condenada à repetição das soluções adotadas pelo mercado imobiliário. As disciplinas demonstraram ao aluno o contraditório e nebuloso jogo de interesses na apropriação dos espaços livres urbanos e a dificuldade do profissional em encontrar a justa medida do seu papel e dos compromissos éticos, sociais e ambientais inerentes ao seu trabalho.

Colocado frente ao fato de que seu desenho não se constrói apenas com as variáveis aprendidas nas disciplinas de tecnologia, história e projeto o aluno se vê restrito em sua liberdade e criatividade. Ao perceber que o desenho também é construído pelos agentes e usuários do espaço, o aluno tem dificuldade de enxergar seu espaço criativo, suas atribuições e a beleza e poesia do processo coletivo.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas dentro e fora do ambiente de ensino, a experiência foi avaliada de modo positivo tanto pelos professores e alunos como pela própria subprefeitura. O projeto foi o melhor possível dentro das limitações impostas pela realidade, as mesmas limitações que muito contribuíram para o processo de aprendizado tanto dos alunos quanto das próprias instituições – faculdade e prefeitura.

Neste semestre desenvolve-se a terceira disciplina em parceria com a Subprefeitura do Aricanduva. O subprefeito manifestou dúvidas acerca da eficiência e qualidade das estratégias adotadas para mitigar os problemas de enchentes na bacia do córrego Aricanduva. Montou-se uma disciplina para estudar alternativas e medidas complementares que possam ser tomadas pela administração pública frente ao problema. Outros temas já foram sugeridos para trabalhos em disciplinas futuras.

Acredita-se que, com a prática, alunos, professores, técnicos e políticos entenderão melhor os benefícios e alcance desse trabalho conjunto. A sala de aula, além de servir melhor ao próprio ensino, tornar-se um fórum de debate e reflexão da própria sociedade.

A prática projetual encontra uma nova dimensão para os alunos: torna-se o instrumento da construção do consenso, do acordo entre os agentes transformadores do espaço urbano, e o arquiteto, o mediador deste diálogo.

## Nota

- (1) Profa. Dra. Clíce Mazzilli (AUP-PV), Prof. Dr. Eduardo Nobre (AUP-PL), Prof. Dr. Eugênio Queiroga (AUP-PA), Prof. Dr. Euler Sandeville (AUP-PA), Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves (AUP-PA), Prof. Dr. João Whitaker (AUP-PL), Profa. Dra. Mônica Junqueira (AUH), Prof. Dr. Nuno Fonseca (AUP-PL) e Prof. Dr. Reginaldo Ronconi (AUT).

# TURISMO, ESPAÇO E PAISAGEM – LEITURAS DO AMBIENTE URBANO

TOURISM, SPACE AND LANDSCAPE – URBAN ENVIRONMENTAL ANALYSIS

## GONDO, Silvia N.

Bolsista PIBIC CNPq/UFSC, Grupo de Pesquisa de Informática na Arquitetura (INFOARQ) – Departamento de Arquitetura/UFSC.

E-mail: silviananami@yahoo.com.br

## REBOLLO SQUERA, Jorge H.

Arquiteto e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFSC.

E-mail: rsqjorge@terra.com.br

## SANTIAGO, Alina G.

Arquiteta, doutora da Université de Paris I – França, e professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Grupo de Pesquisa de Informática na Arquitetura (INFOARQ) – Departamento de Arquitetura/UFSC.

E-mail: alina@arq.ufsc.br

## RESUMO

A atividade turística, consolidada na região na década de 1980, é responsável por grande parcela do movimento econômico de Florianópolis. Essa atividade acarreta várias mudanças na paisagem em que é realizada, sejam elas boas, como a tecnologia e o desenvolvimento levado à região, ou ruins. As consequências negativas são ainda agravadas quando o turismo acontece sem um planejamento coerente. A ocupação desordenada da ilha, seja por moradores locais ou equipamentos turísticos, implicam na saturação da malha viária, destruição das áreas de preservação, poluição das águas. Consequências estas que ocorreriam em qualquer ecossistema, mas torna-se pior pela frágil condição de Ilha e difícil recuperação das características originais. Para se evitar ou suavizar esses efeitos negativos será feito um estudo da ocupação dos equipamentos turísticos na Ilha, analisando as áreas de maior concentração e prejuízos decorrentes desta ocupação.

**Palavras-chave:** Turismo, paisagem, transformação da paisagem.

## ABSTRACT

*The tourist activity, consolidated in the region at the 80's, is responsible for a big amount of the economic movement in Florianópolis. This activity causes many changes at the landscape where it is done, either good, like the technology and development lead to the region, or bad. The bad consequences get still worse when the tourism happens without a great planning. The disordered occupation of the Island, either by the local inhabitant or by tourist equipment, gets to a saturation of the streets, destroying the preserved areas, polluting the water. These results would occur in any ecosystem, but gets worse by the fragile condition of an Island and hard recovery of the original individuality. To avoid or alleviate those bad results will be studied the tourist equipment occupation in the Island, analyzing the areas with the biggest concentration and harms caused by that.*

**Key words:** Tourism, landscape, urban changes.

## Introdução

A Ilha de Santa Catarina é muito conhecida por suas belas praias e atrativos naturais, por isso, tem o turismo como grande impulsionador de sua economia. Porém, o crescente número de turistas e moradores na Ilha começa a causar conflitos. A vulnerabilidade do local fica visível quando se observam a proliferação de equipamentos turísticos em áreas impróprias, a carência de infra-estrutura, a deterioração da paisagem natural e a falta de um planejamento turístico.

Tendo como objetivo incentivar o turismo e ao mesmo tempo propiciar qualidade de vida para os moradores locais, surge a necessidade de estabelecer políticas públicas de turismo.

A Organização Mundial do Turismo – OMT assinala a “capacidade de carga” como conceito fundamental para o turismo sustentável, sendo essa capacidade definida como o número de turistas que um espaço pode receber sem prejuízos físicos em seus ecossistemas ou em seu meio ambiente artificial, sem incomodar a comunidade e as culturas locais e a qualidade de experiência turística (KNAFOU, 1996). E é com o intuito de verificar a “capacidade de carga” da ilha de Santa Catarina que se desenvolve essa pesquisa, assim como examinar as conseqüências causadas nos locais em que essa capacidade já foi ultrapassada.

## Ilha de Santa Catarina

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, recebeu esse nome em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto após a vitória dos republicanos na “Revolução Federalista”. Como esse nome carrega toda uma história trágica, Desterro, seu antigo nome, é chamada por seus moradores de Ilha de Santa Catarina ou, simplesmente, Ilha. Com uma área de aproximadamente 423 km<sup>2</sup> e situada entre as latitudes 27°22' e 27°50' é ligada ao continente através de três pontes: a ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926 e fechada em 1982 por medida de segurança, atualmente tombada como patrimônio histórico e artístico; ponte Colombo Salles e ponte Pedro Ivo Campos. *“Seu relevo é caracterizado pela associação de duas unidades geológicas maiores: as elevações dos maciços rochosos, que compõem o embasamento cristalino, e as áreas planas de sedimentação, delineando, respectivamente, as denominadas serras litorâneas e planícies costeiras, unidades geomorfológicas que caracterizam a paisagem ilhoa”* (CECCA, 1997, p. 15). As características climáticas da cidade são próprias do litoral sul brasileiro. As estações do ano são bem diferenciadas, com o verão e inverno bem definidos e o outono e primavera com características semelhantes. Atualmente, o município de Florianópolis está inserido em uma micro-região composta por mais quatro municípios, são eles: Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José. Possui uma grande diversidade de ambientes, tais como praias, dunas, restinga, morros e mangues. Toda essa exuberância de sua paisagem natural não poderia deixar de atrair muitos turistas para a ilha, principalmente no período do verão.

## Turismo e espaço

O turismo é definido pela Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas (OMT, 1991) como *“as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”*. A Embratur tem uma visão mais econômica: *“A atividade econômica representada pelo conjunto de transações políticas (compra e venda de bens e serviços).”*

No Brasil o turismo já representa 4% do PIB, o equivalente a 20 milhões de dólares. Mas mesmo assim o país ainda ocupa a 29ª posição entre os países que mais atraem turistas. Investidores estrangeiros apontam que isso é, entre outras coisas, devido à sujeira nos espaços públicos, às estradas mal conservadas, à falta de sinalização e ao despreparo das pessoas para lidar com os turistas.

Salientamos os tipos de turismo presentes na Ilha, quanto à motivação: 1) Turismo de lazer: praticado por pessoas que viajam por prazer, sem muitas pretensões. Desejam apenas conhecer novos locais, mudar de ambiente, descansar, rever amigos, visitar parentes, curtir paisagem, sair em férias com a família. É o mais praticado pelos turistas que visitam Florianópolis; 2) Turismo de eventos: praticado por quem deseja participar de acontecimentos promovidos com o objetivo de discutir assuntos de interesses comuns ou para expor ou lançar novos artigos no mercado.

Esse é um tipo de turismo muito positivo para a Ilha, pois serve para atrair turistas em todas as épocas do ano, e não apenas na temporada; 3) Turismo desportivo: praticado por pessoas que vão praticar ou assistir a eventos desportivos. Os mais populares na cidade são os aquáticos, especialmente o surfe; 4) Turismo religioso: procurado por pessoas interessadas em visitar locais sagrados, ausente no território da Ilha, porém presente nas proximidades; 5) Turismo cultural: praticado sobretudo por pesquisadores, técnicos, cientistas, estudantes em busca de novos conhecimentos; 6) Turismo ecológico: praticado por pessoas que apreciam a natureza. Existe um grande potencial para esse tipo de turismo na região devido à beleza do ambiente. Existem muitos outros tipos de turismo, mas esses são os que atraem o maior número de visitantes devido às características locais. Há também outras classificações para o turismo: quanto à idade dos indivíduos (turismo infantil, juvenil, adulto e melhor idade), tipos de transporte (turismo aéreo, rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo), duração (excursão, finais de semana, férias, feriados, eventos específicos, longa e curta duração fora dos demais citados), grupo (individual, familiar, grupal e casais).

O turismo é composto por agentes econômicos que fazem com que ele exista e se sustente. São eles os turistas, as empresas turísticas, o núcleo emissor, o núcleo receptor e o governo. Os turistas evidentemente são os mais importantes pois são eles que compram o produto e fazem movimentar os demais agentes. As empresas turísticas vendem e divulgam os produtos turísticos, são os elos entre o turista e o centro receptor. O núcleo emissor é a origem do turista e o núcleo receptor é o lugar visitado. A princípio pode não ser muito visível, mas o governo é um agente econômico do turismo, na medida que é responsável pela construção, melhoramentos e manutenção de estradas, aeroportos, hospitais públicos, segurança pública, saneamento básico.

O início do turismo em Florianópolis se dá por volta de 1970. A partir de então se inicia uma política pública de desenvolvimento turístico, na qual o Estado passa a garantir a implantação da infra-estrutura local necessária para a expansão da atividade. Mas isso não significa que antes não se pensava nessa atividade. Desde a década de 1920 existem projetos não realizados. Entretanto nos anos 80 que ocorre a consolidação do turismo (SANTIAGO, 1995). Sob a pressão dos empresários do setor turístico sobre os recursos públicos, transforma o turismo em “alternativa preferencial de desenvolvimento econômico para o espaço local”, provoca certa mistificação, apresentando-o como “atividade redentora” da economia local, como “panacéia” para os nossos males em função dos seus “generosos efeitos redistributivos” sobre o conjunto da população” (CECCA, 1997, p. 214).

O turismo causa diversas alterações no espaço em que é praticado, como a distribuição de renda no local, a aceleração do processo de urbanização e renovação tecnológica, geração de empregos. Entretanto, entre as conseqüências negativas podemos citar a inflação, especulação monetária; destruição dos recursos naturais. Florianópolis convive atualmente com estes conflitos (SANTIAGO, 1995).

## Degradação ambiental

De acordo com a Lei n. 6.938/81 da Política Nacional do Meio Ambiente (Conama, 1981), degradação da qualidade ambiental são as alterações adversas das características do meio ambiente. Essas alterações ocorrem devido a fenômenos geológicos e climáticos e demoram milhões e até centenas de milhões de anos. Mas com o surgimento do homem na Terra o ritmo das mudanças acelera. *“Até 1748, data da chegada da primeira leva açoriana, a cobertura vegetal da Ilha de Santa Catarina não havia sofrido nenhum dano significativo. A partir de então, o próprio interior da Ilha e as áreas periféricas à capital foram sendo gradativamente ocupados. (...) Além do desmatamento para a agricultura, através do corte e queima das árvores, percebe-se a intensa retirada de madeira para diversos usos.”* (CECCA, 1997, p. 47).

A atividade humana é, direta ou indiretamente, responsável por grandes modificações na maior parte da cobertura vegetal do planeta, seja pela exploração dos recursos naturais ou pelas atividades corriqueiras do dia a dia. Ou seja, não é preciso se desmatar uma floresta, explorar minérios, alagar grandes áreas verdes para construção de hidroelétricas para causar danos no ambiente. O turismo é um exemplo de atividade que não parece prejudicar o meio ambiente, mas quando feito sem um planejamento adequado causa muitos impactos. Assim como a ocupação desordenada da Ilha; seu frágil ecossistema sofre com a conseqüente poluição das águas, destruição das áreas de preservação permanente, esgotamento do sistema viário, impermeabilização do solo.

As atividades econômicas na Ilha estão cada vez mais inseridas no setor terciário, sendo o turismo preponderante, delegando o setor primário ao esquecimento. A indústria do turismo propaga as belas paisagens que são o cartão de visita da Ilha sem investimento na preservação ambiental, apenas preocupada com uma preservação meramente estética, não resgatando as áreas naturais da Ilha como recursos para a boa qualidade de vida.

Desde o início da atividade turística, sua relação com o meio ambiente é um tanto quanto conturbada. No ponto de vista de alguns estudiosos, a atividade turística está ligada diretamente com o meio ambiente e é apontada como um dos principais depreciadores do ambiente explorado, conseqüência da exploração desordenada do ambiente natural. *“Florianópolis, que perdeu em meio século a sua original personalidade, agora vem tentando se firmar basicamente na atividade turística. (...) Os empresários e os políticos relacionados ao setor, ainda não o (mar) levam em conta e atualmente vêm clamando por novos aterros, estradas, duplicações, viadutos e túneis, para alcançar a modernidade turística.”* (CECCA, 1997, p. 60). Entretanto poderia ser uma alternativa viável para proteger o meio ambiente.

Os impactos ambientais causados nesses últimos anos pela exploração desordenada do ambiente natural são preocupantes. São alterações diretas na paisagem, pois alterando o ritmo da fauna e flora ocorre à redução da biodiversidade ecológica, biológica, geológica e cultural da região. Apesar de não conhecer exatamente os impactos causados na fauna, sabe-se que há um aumento das espécies mais tolerantes ao homem e uma diminuição dos mais sensíveis. Os problemas para o solo são mais visíveis: compactação, redução da capacidade de retenção de água, redução da capacidade de sustentar vida vegetal e animal e conseqüentemente erosão. A vegetação sofre direta e indiretamente com a compactação do solo, a erosão deixa as raízes das plantas expostas, prejudicando sua sustentação e deixando-as vulneráveis a contaminação por pragas.

A condição de ilha, outrora positiva pela grande diversidade de ambientes, agora impõe limites por ser um ambiente frágil, que se não for bem preservado pode alcançar um quadro futuro irreversível de degradação ambiental e, portanto, de deterioração da qualidade de vida na ilha de Santa Catarina. A falta de harmonia entre a atividade turística e o meio ambiente sugere uma carência de planejamento para a atividade e conscientização dos turistas e da própria população local.

O parcelamento do solo na ilha é herança da antiga Desterro, onde predomina a divisão da terra em parcelamento de pequenas áreas antes destinadas a agricultura ou desmembramento, e alguns loteamentos esparsos pelo território. A partir dos anos 70 esses lotes foram crescendo sem a participação do poder municipal em sua estruturação e planejamento. Encontramos ruas estreitas e longas (chamadas servidões) que abastecem uma via principal, freqüentemente congestionada. Os loteamentos ocorrem em grandes áreas impróprias para a agricultura, como em encostas, banhados e dunas. Também a partir dos anos 70 essas grandes parcelas de terra foram ocupadas por grandes empreendimentos imobiliários, formando estruturas urbanas com sistema viário organizados em malhas regulares e pouco articuladas com o resto da cidade e ainda, e em muitos casos em áreas de preservação.

Acredita-se que os impactos ambientais decorridos das atividades turísticas devem-se a uma ausência de um planejamento eficaz que poderiam ser minimizados sobretudo com algumas medidas paliativas com a colaboração de diversos setores da sociedade.

A atividade turística influencia diretamente nas áreas urbanas e naturais. A construção de equipamentos e instalações nos balneários da Ilha é prova dessa influencia na configuração e produção do espaço urbano. Sendo assim, os meios de hospedagem são indicadores eficientes do turismo na região. Com as informações recolhidas em hotéis, resorts, albergues, pousadas... é possível ter uma idéia da variação do número de turistas, seu poder aquisitivo, a época de maior temporada... As estatísticas de 2005 da Santa Catarina Turismo S. A. (SANTUR, 2005) estima 574.098 turistas, entre nacionais e estrangeiros, nesse ano, preenchendo 72,46% da rede hoteleira. Apenas 15,89% dos turistas se hospedaram em hotéis, a grande maioria ficou em casa de amigos ou parentes (34,20%), em casa ou apartamento de aluguel (24,33%), em pousadas (12,03%), entre outros. Mais da metade dos viajantes foi influenciado a visitar a cidade por amigos ou parentes; outros motivos foram a internet, folhetos de propaganda, televisão, revistas, jornais... Esses turistas deixaram na cidade o equivalente a 169.090.856,43 dólares e 94,21% pretende retornar neste ano. Dentre os principais atrativos turísticos, o mais citado "atrativos naturais" (73,52%), seguido por "visita a amigos/parentes" (16,77%), "atrativos histórico-culturais" (5,39%) e "eventos" (2,58%).

## Paisagem

A paisagem, com certeza, é um elemento de grande importância na atividade turística. É difícil achar uma definição, pois cada indivíduo interpreta a mesma paisagem de maneira diferente, de acordo com sua cultura, experiências, emoções... Macedo a define como *"a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo"* (1999, p. 11). Olmsted tem uma visão da paisagem como uma *"contínua interação entre sociedade e território, em contraste com o modelo de parque-jardim europeu continental, que redesenhava a 'natureza' como um ideal de perfeição, a ser melhor observada de um ponto de vista exterior"* (PELLEGRINO, 2000, p. 163).

A arquitetura da paisagem, também chamada de paisagismo, é o nome dado às diferentes escalas de ação sobre a paisagem, desde o plantio de um jardim até grandes projetos na cidade. *"O plantio solitário de vegetação, posterior à definição de pisos, de paredes, de águas e de equipamentos, atividade comumente denominada de paisagismo, não pode ser considerado, em geral, como um procedimento de arquitetura paisagística, já que é utilizado, na maioria das vezes, como uma ação decorativa, sem nenhuma intenção de organização tridimensional e estrutural do espaço."* (MACEDO, 1999, p. 14). O termo paisagismo é mais utilizado em ações decorativas, enquanto grandes projetos de praças, parques, calçadões e outras paisagens urbanas são denominados arquitetura da paisagem, pois esse tem o objetivo de organizar tridimensional e estruturalmente o espaço. Ao contrário do que se pode imaginar, o projeto de arquitetura não exige necessariamente a utilização de vegetação, precisa apenas de um espaço livre ao qual será aplicado o projeto, como, por exemplo, o calçadão de praia, em que a própria praia, os edifícios e o mar definem a estrutura espacial. *"A paisagem é constituída não somente por espaços livres mas também pelo relevo, pelas águas, construções, estradas, formas de propriedade do solo, ações humanas decorrentes (como plantios e edificações), e, finalmente, pelo comportamento (individual e coletivo) dos seres humanos."* (MACEDO, 1999, p. 15). A construção de paisagens não é realizada apenas por especialistas. Elas sofrem constantes alterações, seja pela ação do homem, animais ou agentes do tempo. Por isso é impossível ter um ambiente totalmente projetado, mas apenas fragmentos dele. Todo esse planejamento do ambiente, além de diminuir os impactos causados pelo turismo, serviria como atrativo para outros turistas.

Os moradores de áreas urbanas e demais espaços intensamente processados tendem a imaginar que gramados, lagos artificiais e árvores ornamentais sejam a imagem da natureza, quando na verdade ela ainda aparece dentro da malha urbana. *“De acordo com a visão comum, a natureza começa onde a cidade acaba, como se houvesse um limite intransponível entre a paisagem cultural e a natural, como entre as manchas pintadas de vermelho e de verde nos mapas, ou seja, entre o ambiente construído e a paisagem intocada: a cidade como inimiga da natureza...”* (PELLEGRINO, 2000, p. 162).

*“O projeto de paisagismo situa-se sempre no limiar dos conflitos. Conflito entre a cidade e o campo, entre o solo e a água, entre o interior e o exterior dos edifícios, conflito entre o social e o natural. O que determina seu caráter sintético e formal. Considerando-se a forma como coesão momentânea de conflitos entre conteúdos.”* (PELLEGRINO, 2000, p. 163). Por isso, dependendo da estratégia adotada, o projeto de paisagismo pode tanto unir essas características contrastante e fazer com que se inter-relacionem, ou, o que ocorre na maioria dos casos, bloquear e destruir conexões entre elas.

*“A partir do paradigma de percepção de que só conseguimos perceber o que conseguimos interpretar (PEIRCE, 1974), a legibilidade da paisagem torna-se possível no momento em que fragmentos da realidade são retirados para observação atenta, permitindo a qualificação do ambiente e sua interpretação.”*

## Legislação urbana

Um grande aliado na luta para a proteção do ambiente é a legislação urbana, mais especificamente o Plano Diretor. O primeiro da cidade data de 1955 e o mais recente é do ano de 1998. O Plano Diretor é um conjunto de leis municipais que estabelecem diretrizes para a ocupação urbana do seu território, determinando o que pode e o que não pode ser feito em cada parte da cidade. Desta forma, busca direcionar a forma de crescimento tendo como princípios uma melhor qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais. De acordo com o artigo 41 do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257 de 10/07/2001), existe a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades: I) com mais de 20 mil habitantes; II) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III) onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; IV) integrantes de áreas de especial interesse turístico; V) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. É constituído por documentos de informação e análise (diagnósticos, relatórios, mapas); documentos de orientação (definição de políticas, diretrizes, estratégias); documentos operativos (planos de ação, projetos); documentos normativos (projetos de lei).

## Métodos

A revisão de literatura priorizou o fenômeno do turismo e sua inserção espacial na paisagem urbana, natural e construída da Ilha. A coleta de dados foi através da observação (sistemática, individual, em equipe, na vida real e em laboratório), às vezes auxiliada por entrevista estruturada. O auxílio de recursos computacionais ampliou as possibilidades de compreensão de cada evento. Através do isolamento de atributos inerentes a um fenômeno específico e cruzamento entre estes é possível compreender as relações e o comportamento das variáveis que atuam sobre ele. A análise do uso e ocupação do solo passa pela compreensão dos elementos indutores de transformação do espaço urbano e são visualizadas através dos mapas temáticos oriundos do SIG. As interferências ambientais na paisagem da ilha de Santa Catarina são visualizadas através dos cruzamentos de suas concentrações e das áreas de conflitos ambientais.

## Confecção da base

Para a confecção da base, foi usado arquivo com as curvas de nível de toda a ilha de Santa Catarina. Essas curvas foram georreferenciadas e sobrepostas a uma foto da ilha – também georreferenciada – de satélite para que suas imperfeições no contorno e curvas abertas fossem corrigidas e não acarretassem problemas mais adiante.

A composição do mapa de zoneamento baseou-se de informações do site do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), na seção “Pré-Consulta de Viabilidade”, opção “zoneamento”. Cada prancha foi copiada e recortada separadamente para que pudesse ser recomposto o mapa de zoneamento. Ajustaram-se as pranchas e um grande mosaico do zoneamento da Ilha foi formado.

Em seguida, esse mosaico foi exportado onde foram feitos, separados por *layers* (camadas) e cores, os contornos para cada área, como por exemplo: área residencial exclusiva (ARE), área residencial predominante (ARP), área de preservação permanente (APP), área de preservação com uso limitado (APL), área de exploração rural (AER), área mista central (AMC)... A partir desse, foi criado outro mapa com três divisões apenas: áreas consideradas passíveis de ocupação, APP e APL. Aplicando as informações contidas no Plano Diretor a respeito da taxa de ocupação de cada uma das áreas, foi possível verificar o número de habitantes previsto pela lei para a ilha, que é de aproximadamente 1.361.645 habitantes.

O último passo foi dividir a ilha em regiões homogêneas: Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, São João do Rio Vermelho, Ratonas, Santo Antônio de Lisboa, Sede (Centro), Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul, Campeche e Barra da Lagoa. A partir desse mapa será verificado o número de habitantes e de equipamentos de hospedagem em cada uma das regiões homogêneas.

## Conclusões

Este estudo identifica estratégias e ações que visem à proteção dos ecossistemas urbanos em direção a um desenvolvimento integrado e duradouro. Mais especificamente, utilizando-se do indicador “meios de hospedagem”, são verificadas as localidades sob maior demanda turística, e caracterizado o estágio de desenvolvimento turístico e o desgaste ambiental resultante na área. Através da elaboração de mapas temáticos, são valorizados com mais detalhes amostras significativas de ocupação, envolvendo usos turísticos, suas localizações e sua situação conflituosa, ou não, em relação ao meio ambiente. Esta verificação possibilita a ampliação das informações espaciais de uso e ocupação do solo e das possibilidades de desenvolvimento do turismo na escala da ilha de Santa Catarina.

## Bibliografia

AMBRÓSIO, Edson Luiz. *A explosão do turismo*, 2002.

COSTA, Jean Henrique. *Turismo – Uma síntese teórica*, 2002.

FARIA, Ana Lúcia; SANTIAGO, Alina. *A importância da atividade turística como elemento na configuração dos espaços da Ilha de Santa Catarina*.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

MARQUES, Wesley Paiva. *Impacto ambiental negativo*, 2004.

PELLEGRINO, Paulo R. M. A Ecologia da Paisagem. In: MACEDO, Silvio S. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, v. 9, p. 47-81, 1996.

\_\_\_\_\_. Pode-se Planejar a Paisagem? In: MACEDO, Silvio S. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, v. 13, p. 159-179, 2000.

SILVA, Jorge; FRANZONI, Tereza. Florianópolis, cidade insular. In: CECCA. *Uma cidade numa ilha*. Florianópolis: Editora Insular, 1996.

### Consultas pela Internet:

<<http://www.agecom.ufsc.br/principal.php?id=1453>>. Acesso em: 30/01/2005;

<<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/paisagem.html>>. Acesso em: 01/02/2006;

<[http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil&sublink=fisico\\_geog](http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil&sublink=fisico_geog)>. Acesso em: 01/02/2006;

<[http://www.agetur.go.gov.br/tipo\\_tur.htm](http://www.agetur.go.gov.br/tipo_tur.htm)>. Acesso em: 07/02/2006;

<<http://www.portaldailha.com.br/turismo>>. Acesso em: 09/02/2006;

<<http://www.sol.sc.gov.br/santur/FrameDemanda2005.asp?Link=Floripa.htm>>. Acesso em: 09/02/2006;

<[http://www.uel.br/cca/agro/ecologia\\_da\\_paisagem/cursos/biota\\_paisagem.pdf](http://www.uel.br/cca/agro/ecologia_da_paisagem/cursos/biota_paisagem.pdf)>. Acesso em: 10/02/2006.

# PARQUE PÚBLICO DA LAGOA DE CARAPICUÍBA

## CARAPICUÍBA LAKE PUBLIC PARK

**GORSKI, Maria Cecília Barbieri**

Arquiteta Barbieri + Gorski – Arquitetos Associados.

E-mail: bgorski@terra.com.br

### RESUMO

O parque público na lagoa de Carapicuíba é um projeto derivado das exigências ambientais impostas ao DAEE pelo Consema, para compensar os impactos causados pela utilização da lagoa de Carapicuíba como bota-fora do material escavado no processo de ampliação da calha do rio Tietê.

A ampliação da calha do rio Tietê constitui empreendimento do Governo do Estado de São Paulo, implementado com o aporte de recursos provenientes de financiamento do JBIC, com vistas a superar graves problemas de inundações que vinham afetando a cidade de São Paulo.

A crescente urbanização da metrópole e a conseqüente impermeabilização do solo, associada à canalização dos cursos d'água que afluem ao Tietê, provocaram aumentos expressivos dos picos de cheias nesse rio que em muito excediam a capacidade de escoamento de sua calha. Como a várzea natural do rio foi totalmente urbanizada após a sua retificação, o extravasamento do rio afetava áreas urbanizadas e as vias marginais que articulam as principais rodovias de acesso à metrópole, causando sérios problemas econômicos e sociais de âmbito regional.

A solução encontrada contempla a ampliação da capacidade de escoamento da calha através de seu alargamento e aprofundamento numa extensão de 40 km, dos quais já foram implantados 16 km da Fase I, entre a barragem de Edgard de Souza e a barragem Móvel, e se acham em fase final de implantação as obras da Fase II, entre a barragem Móvel e a barragem da Penha.

O parque público projetado na lagoa de Carapicuíba está absolutamente vinculado ao rio Tietê; o contorno da lagoa de Carapicuíba origina-se de uma das alças de meandros do Tietê. Ao ser retificado, a área formada pela alça do antigo leito e pelo traçado atual, foi alvo de extração de areia gerando a lagoa. O aterro que será o suporte para o parque, por sua vez, está sendo implantado com o bota fora da calha do rio. O material inerte a ser retirado da calha está sendo lançado na área de propriedade da EMAE, na lagoa de Carapicuíba, antiga cava de mineração, com autorização dos órgãos ambientais.

O parque conterá elementos estruturais que remetem a história do rio e a sua importância no estado de São Paulo bem como reflete no seu desenho conceitos de sustentabilidade como por exemplo o sistema de drenagem do terreno.

**Palavras-chave: Parque, várzea, rio, lagoa.**

### ABSTRACT

*The public park located in the Carapicuíba lake is a design shaped by environmental laws enforced to the client DAEE (Water and Electric Energy Department) by Consema (Environment State Council) in order to mitigate the impacts caused by the use of the lake as a landfill formed by excavated material, product of the expansion of the channelized Tietê river in São Paulo, Brazil.*

*The Tietê river channel expansion is a São Paulo state development implemented with the sponsorship and financial resources of JBIC (a Japanese company) with the objective of overcoming serious flash flood problems that have been affecting the city.*

*The growing urbanization of the metropolis and consequent lack of soil permeability associated to the channelization of creeks originated from Tietê have massively increased the river flood peaks, exceeding*

*its flow capacity. Due to the occupation of the river natural flood plain after its rectification, the flash floods affected urbanized areas and adjacent expressways that connect the main access highways to the city, causing serious social and economic problems in a regional scale.*

*The solution to this problem consisted in making the channel wider and deeper, project total length of 40 km. The first 16 km have already been built during phase I, between Edgard de Souza dam and a movable dam, the sites located between the movable dam and Penha dam are in the final stage of phase II implementation.*

*The park is definitely related to the Tietê river; the Carapicuíba lake configuration has its origin in one of the Tietê meandering streams. After its rectification the area originated from the previous and actual river course was targeted by sand extraction generating the lake. The landfill will be the base for the park. The inert material, excavated from the channel, has been stored in an area, property of EMAE, in the Carapicuíba lake, previous mine excavation with environmental permit granted by the State departments.*

*The park will have structural elements inspired on the river history and its importance to São Paulo state as well as it reflects on its design sustainability concepts for instance on its site drainage system.*

**Key words: Park, marshes, urban rivers, lagoon.**

O parque público na lagoa de Carapicuíba é um projeto derivado das exigências ambientais impostas ao DAEE pelo Consema, para compensar os impactos causados pela utilização da Lagoa de Carapicuíba como bota-fora do material escavado no processo de ampliação da calha do rio Tietê. Suas obras de implantação se iniciaram em março de 2002 e foram concluídas em março de 2006.

A ampliação da calha do rio Tietê constitui empreendimento do Governo do Estado de São Paulo, implementado com o aporte de recursos provenientes de financiamento do JBIC, com vistas a superar graves problemas de inundações que vinham afetando a cidade de São Paulo.

A crescente urbanização da metrópole e a conseqüente impermeabilização do solo, associada à canalização dos cursos d'água que afluem ao Tietê, provocaram aumentos expressivos dos picos de cheias nesse rio que em muito excediam a capacidade de escoamento de sua calha. Contribuem também para o processo de assoreamento do Tietê na cidade de São Paulo, o desamboque de 600 galerias de águas pluviais além de 68 rios e córregos. Como a várzea natural do rio foi totalmente urbanizada após a sua retificação, o extravasamento do rio afetava áreas urbanizadas e as vias marginais que articulam as principais rodovias de acesso à metrópole, causando sérios problemas econômicos e sociais de âmbito regional.

A solução encontrada contempla a ampliação da capacidade de escoamento da calha através de seu alargamento e aprofundamento numa extensão de 24,5 km, dos quais já foram implantados 16 km da Fase I, entre a barragem de Edgard de Souza e a barragem Móvel, e se acham em fase final de implantação as obras da Fase II, entre a barragem Móvel e a barragem da Penha.

O material inerte a ser retirado da calha está sendo lançado na área de propriedade da EMAE, na lagoa de Carapicuíba, antiga cava de mineração, com autorização dos órgãos ambientais.

O material escavado na calha e classificado como não inerte foi enviado para os Centros de Tratamento de Resíduos.

Desde o licenciamento da Fase I, em 1997, o Consema exigiu a implantação de um programa de recuperação da lagoa de Carapicuíba e a implantação de parque, em consequência da utilização de parte de sua superfície para deposição do bota fora.

O EIA-RIMA da Fase II apresentou plano de recuperação da Lagoa incluindo projeto de parque público no trecho a ser aterrado com o material inerte, proveniente das obras de ampliação da calha do Tietê.

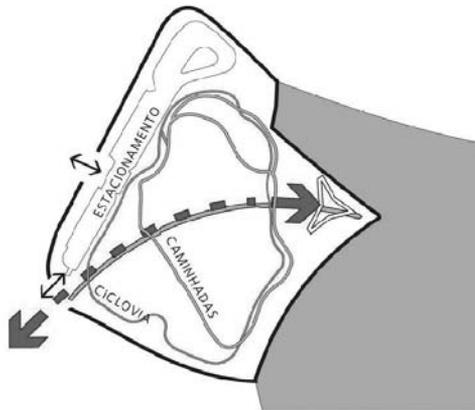
O Consema deliberou favoravelmente sobre a viabilidade ambiental do empreendimento e, no tocante ao plano de recuperação da lagoa, exigiu que fossem incorporadas adaptações atendendo às demandas da comunidade local e recomendou que a ele fosse vinculado um programa de educação ambiental.

Concomitantemente, o DAEE vem promovendo intensa atividade de mobilização visando a conscientização e a educação ambiental da comunidade local e dos órgãos públicos atuantes na região criando as bases para a constituição do parque público e de seu conselho gestor.

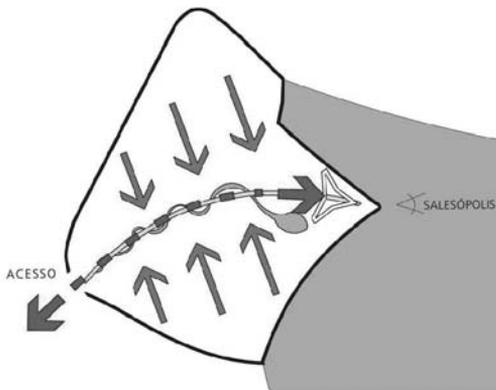
A entidade responsável pela conscientização e educação ambiental da comunidade é a ECOAR, empresa que tem desenvolvido várias experiências no gerenciamento de programas de educação ambiental e de implantação de viveres florestais e hortas, com o objetivo de promover o entendimento dos processos ecológicos e sua relação com as diretrizes para a sustentabilidade ambiental. Tendo estabelecido contato intenso com a população que será usuária do parque conseguiram captar as demandas e necessidades que vieram a contribuir com a definição do programa do Parque a ser implantado.

Finalizadas as obras de ampliação da calha do rio Tietê, o DAEE já encaminhou um volume de material inerte à lagoa de Carapicuíba, que possibilitará recuperar uma superfície da ordem de 130.000 m<sup>2</sup>.

Embora tendo se comprometido a fazer a entrega da área à Prefeitura, devidamente aterrada, gramada, cercada e com portal de entrada ao parque, o DAEE ambicionaria implantar o parque completo segundo o projeto anexo, beneficiando a comunidade local com um equipamento operacional, onde está prevista a implantação das instalações físicas que dariam apoio à continuidade da atividade social e de educação ambiental encetada na região.



**Circulação**



**Acesso central e drenagem**

Este projeto responde a antigo plano de implementação do parque ecológico do Tietê que, segundo o Decreto Estadual n. 7.868 de 30/04/76 abrangeria áreas da várzea situadas entre Santana de Parnaíba e Osasco, a oeste e entre São Paulo e Salesópolis, a leste.

As áreas efetivamente desapropriadas pelo Estado permitiram implantar apenas o Parque Tamboré, em Santana de Parnaíba e Barueri, a oeste e o Parque Ecológico do Tietê, nos municípios de São Paulo e Guarulhos, a leste, ficando o restante do perímetro do decreto acima citado protegido pela APA da várzea do Tietê, criada pela Lei Estadual n. 5.598 de 06/02/87 regulamentada pelo Decreto n. 42.837 de 03/02/98.

Assim, a implantação do Parque da lagoa de Carapicuíba, no âmbito do plano de recuperação da lagoa, poderia configurar a consolidação de um novo embrião do parque ecológico do Tietê na zona oeste da metrópole, que apresenta carências alarmantes nessa categoria de equipamento urbano (Ver figuras 1, 2, 3 e 4).

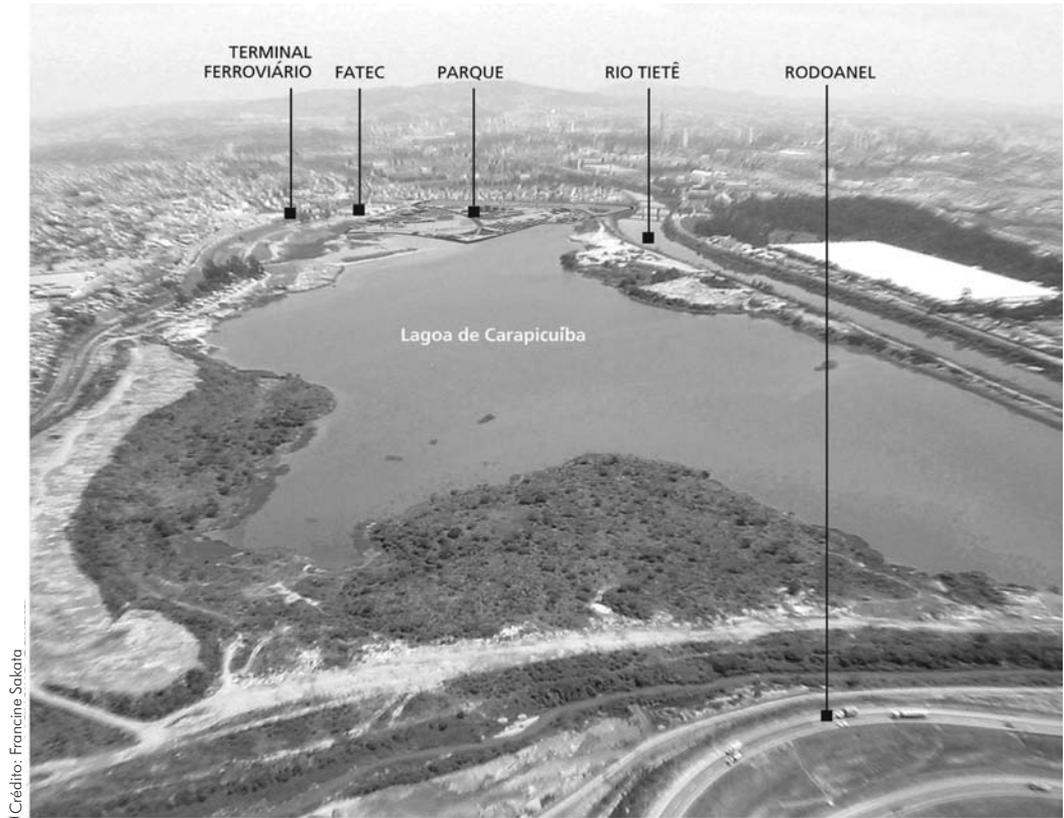


Figura 1: Inserção do parque da lagoa



Figura 2: Planta ilustrativa do parque



Crédito: Espaço Tempo Produções

Figura 3: Vista Geral



Crédito: Espaço Tempo Produções

Figura 4: Vista Geral 2

Conceitos como o sistema de drenagem do solo no próprio terreno (ver diagrama de drenagem abaixo), o uso de espécies nativas, o aproveitamento de materiais extraídos do rio como pneus no projeto dos *playgrounds*, o uso lúdico da água fundamentam o objetivo de criar um parque público de caráter inovador em sua estrutura.

A escolha dos materiais, com a preocupação de conscientizar os usuários sobre uma postura ecologicamente responsável, se deu segundo parâmetros de sustentabilidade; tais como pisos drenantes, climatização dos edifícios prescindindo de ar condicionado, estruturas de eucalipto tratado, que é renovável.

## Componentes do parque

### Acesso

O acesso atual ao parque é um tanto acanhado e complexo, pois os diversos equipamentos que se estão implantando nesta área, tais como FATEC e área de lazer da prefeitura, que conta com um campo de futebol oficial, geram um fluxo intenso; assim sendo, há uma previsão de revisão do sistema viário com o projeto de vias marginais visando resolver adequadamente os acessos e retornos a estes equipamentos. Veículos entram no parque pelo pórtico ligado à portaria, sendo que o estacionamento de automóveis tem capacidade para 154 autos e 20 ônibus.

Os pedestres em geral ou desembarcados no estacionamento entrarão pela praça de acesso onde haverá o pórtico de pedestres, que abriga a recepção e segurança. A caixa d'água localizada na entrada é um elemento vertical importante para sinalização da entrada para quem está no entorno.

### Portaria

Está definida por cobertura de telhas e treliças metálicas, apoiadas em pilares de eucalipto autoclavado ancorados em cilindros de concreto.

### Eixo central

Ao transpor o pórtico, atinge-se o eixo central do parque (ver diagrama de acesso e circulação acima) que o percorre no sentido diagonal conduzindo à praça da Proa, que está voltada para leste, focando para a cidade de Salesópolis, onde se encontra a nascente do Tietê.

Este eixo desenvolve-se sobre uma linha sinuosa, um leito seco de drenagem revestido de lâminas de granito. Ao mesmo tempo que evoca o antigo curso meandrado do rio, o leito funciona como canal de drenagem de águas pluviais do parque que após tratamento pode ser utilizada para irrigação das áreas verdes (ver Figura 5).

## Edificações

A arquitetura das edificações busca soluções construtivas viáveis do ponto de vista econômico e tecnológico. As estruturas são de eucalipto tratado e a alvenaria de bloco estrutural o que permite uma maior racionalidade e limpeza do canteiro de obras. As coberturas metálicas de baixa manutenção possuem um detalhe de lanternim que permite a otimização da ventilação e iluminação natural.

### Núcleo de convívio

Localizado mais próximo à portaria, visando atender ao cotidiano da população do entorno, está o núcleo polivalente de convívio, integrado pelos seguintes pavilhões:



Crédito: Espaço Tempo Produções

Figura 5: Eixo Central e praça da Proa

- **Pavilhão japonês** – área de estar coberta articulada a um jardim japonês, e a um jardim de cerejeiras ornamentais. O pavilhão foi criado em reconhecimento ao apoio financeiro e político do governo japonês às obras da calha do Tietê e à formação do parque.
- **Centro comunitário** – com três salas de aula ou uso múltiplo, que se organizam em torno de um pátio coberto, abrigarão atividades para grupos e faixas etárias diversas.
- **Pavilhão de eventos** – que possui uma grande sala de uso múltiplo, cuja principal função é a de abrigar um centro de estudos ambientais, visando formar cidadãos conscientes da importância dos recursos naturais e de como manejá-los de maneira a recuperar aqueles que estão em processo de deterioração e preservar aqueles que ainda têm qualidade. Poderá ser utilizado como auditório para até 200 pessoas, sala de exposições e biblioteca ambulante específica, além de um auditório ao ar livre (auditório da lagoa), viveiros cobertos e descobertos e área de compostagem; haverá também neste núcleo, uma pracinha com esculturas ou bancos, feitos de pneus, que são frequentemente retirados da calha do Tietê; durante as obras do projeto calha foram removidos 120.000 mil pneus. A educação ambiental se dará também através de painéis informativos de assuntos gerais ou mais especificamente sobre o Tietê, que se distribuem nas paredes de contenção das dunas, logo na entrada e em pérgolas localizadas próximas ao eixo central.

### Blocos de apoio

Composto por: sanitário masculino, feminino e para deficiente físico, depósito e área de estar coberta.

### Vestiários

Compostos por duchas e sanitários masculino, feminino e para deficiente físico.

### Bloco de apoio da praça da Proa

São dois blocos cuja arquitetura acompanha a dos blocos de apoio, implantados sob a cobertura metálica da praça da Proa sendo um destinado a sanitários e outro a lanchonete.

### Cobertura asa delta

Localizada na praça da Proa, é uma grande cobertura de treliça metálica, em forma de asa delta, para sombreamento da área de estar e desempenhando o papel de mirante pois de sua ponta se enxerga toda a extensão da lagoa e um trecho do Tietê em seu leito canalizado.

### Quiosques

Seguem o padrão geral da arquitetura e são desenove unidades de 5 x 5m.

### Praça do Núcleo de Convívio

Área que interliga todas as edificações do Núcleo de Convívio, a ser arborizada com árvores de grande copa para propiciar um sombreamento generoso, sob as quais estão previstos bancos de concreto; os piso será de placas de concreto moldado *in loco* e blocos intertravados de concreto (Ver Foto 6).



Figura 6: Praça do Núcleo de Convívio.

### Núcleo esportivo

Compõe-se de seis quadras poliesportivas, um campo de futebol oficial e pista de skate, todas com arquibancadas ou bancos. Este núcleo está equipado com uma área de apoio com sanitários e vestiários próximos o campo de futebol.

## **Circulação interna**

Além do eixo central, o parque é percorrido por pistas de caminhada e *cooper*, e ciclovias; ao longo destas pistas haverá estações de ginástica (ver diagrama de circulação acima).

Os veículos de emergência ou de serviço, como são de uso eventual, circularão pelas pistas de caminhada ou ciclovia. Há uma diferenciação clara entre uma e outra, tanto na escolha de cores como de materiais. Os cruzamentos foram devidamente sinalizados no pavimento. A circulação de pedestres dá-se sobre material permeável constituído de piso intertravado de concreto assentado sobre areia.

## **Playgrounds**

Os *playgrounds* estão localizados em locais próximos ao bosque ou áreas de piquenique. Optou-se por utilizar equipamentos produzidos a partir de materiais como pneus e eucalipto tratado. A especificação através de catálogos de fornecedores de mercado atende a necessidade de preço para viabilização de compra e implantação. Foi proposto, conforme foi mencionado anteriormente, um circuito de pneus em aclave, elaborado com pneus extraídos da lagoa de Carapicuíba.

## **Bosque**

Área sombreada por árvores nativas de copas largas com bancos.

## **Anfiteatro de eventos**

Uma grande duna gramada será o local de implantação do anfiteatro descoberto que receberá um público de até 2.500 pessoas; o palco a ser montado em área de pedrisco atenderá as dimensões adequadas para cada evento. Sua localização próxima ao estacionamento possibilita a utilização fora dos horários de funcionamento do parque, como por exemplo, concertos ao ar livre, atividades cívicas públicas ou até pagas com a condição da renda ser revertida para manutenção do parque (Ver Foto 7).

## **Núcleo de quiosques**

Localizado em meio a uma área sombreada por árvores, que conta com quiosques para churrasco ou piquenique e área de apoio com sanitários e bancadas com pias para lavagem de utensílios.

## **Praça da Proa**

Acessada pelo eixo central que vai subindo em rampa até o bico da proa, está em cota elevada permitindo a visão do rio Tietê e de toda a lagoa.

## **Praças de interação com a água**

Situados na região da praça da Proa, estão a fonte interativa ou *playground* aquático Circuito Tietê e, do lado oposto, a praça das Águas com jatos que emergem do piso. Ambas as áreas permitem o contato direto com a água como compensação ao fato da água da lagoa não ser adequada ao contato humano. Seu uso será viabilizado em algumas décadas como resultado do processo de despoluição, desenvolvido com estudos liminológicos, feitos pela equipe do professor Tundisi; essa previsão se viabilizará 15 anos após o início do trabalho de despoluição (ver Figura 8).



Crédito: Espaço Tempo Produções

Figura 7: Anfiteatro de Eventos



Crédito: Espaço Tempo Produções

Figura 8: Praça das Águas

### **Circuito Tietê**

Córrego cujo percurso simula o leito meandrado do rio Tietê, passando por vários jatos d'água, cuja base, representa cada uma, as principais cidades banhadas pelo rio (ver Figura 9).

### **Praça das Águas**

Área destinada à jatos de água com piso de mosaico português, entrecortada por vários canais drenantes c/50cm de largura.

Entre os canais estão dispostos morrotes de cujo topo jatos esguicham água.

### **Praça do rio e pergolados**

Área contígua ao eixo central, sombreada por pergolados, onde se concentram bancos, painéis educativos sobre cuidados e curiosidades sobre o meio ambiente.

### **Praia gramada**

Esta é a faixa de esplanada gramada que em toda sua extensão faz interface com a água da lagoa. Aqui a pista de caminhada é sombreada de trechos em trechos por pérgulas com bancos justamente para que o usuário desfrute da visão da lâmina d'água que se estende a sua frente (Ver Figura 10).

### **Escultura aquática**

Uma escultura cinética aquática a ser desenvolvida por artistas plásticos, está prevista em frente à praia, devendo ser visível de todo o entorno.

### **Vegetação**

A vegetação a ser empregada no parque, cuja tabela de especificação segue abaixo, contará com grandes extensões de gramado, arbustos e forrações, e se comporá de árvores nativas de características e portes variados.



Crédito: Espaço Tempo Produções

Figura 9: Circuito Tietê



Crédito: Espaço Tempo Produções

Figura 10: Praia da Orla

## Plantação – Árvores

Nº	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	PORTE DA MUDA	DIÂM. DA COPA	QTDE (unid.)
1	<i>Hymenaea courbanil</i>	Jatobá	4 m	8 m	21
2	<i>Cariniana estrellensis</i>	Jequitibá	3,5 – 4,5 m	10 m	4
3	<i>Prunus serrulata</i>	Cerejeira Ornamental	2 m	3,5 m	19
4	<i>Bauhinia blakeana</i>	Bauínia de Hong Kong	2 m	7 m	17
5	<i>Pterocarpus violaceus</i>	Aldrigo	2,5 m	5 m	34
6	<i>Tabebuia avelanadae</i>	Ipê roxo	2,5 m	8 m	16
7	<i>Albizia hasslerii</i>	Farinha Seca	2,5 m	8 m	15
8	<i>Peltophorum dubium</i>	Pau camurça / ibirá-puitá	2,5 m	6 m	20
9	<i>Cássia grandis</i>	Cássia Grande	2,5 m	8 m	10
10	<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu	2,5 m	7 m	21
11	<i>Lecythis pisonis</i>	Sapucaia	2,5 m	15 m	13
12	<i>Cariana estrellensis</i>	Jequitibá	2,5 m	15 m	11
13	<i>Tibouchina mutabilis</i>	Manacá da Serra	2,5 m	6 m	15
14	<i>Clitorea racemosa</i>	Sombreiro	2,5 m	10 m	44
15	<i>Basiloxylon rex</i>	Pau rei	2,5 m	6 m	16
16	<i>Senna spectabilis</i>	Cássia São João	2,5 m	5 m	15
17	<i>Joannesia princeps</i>	Andá-Assu	2,5 m	10 m	20
18	<i>Erythrina verna</i>	Suína / Mulungu	2,5 m	8 m	8
19	<i>Caesalpineia ferrea</i>	Pau Ferro	2,5 m	10 m	16
20	<i>Chorisia speciosa</i>	Paineira Rosa	2,5 m	12 m	12
21	<i>Caesalpineia peltophoroides</i>	Sibipiruna	2,5 m	12 m	48
22	<i>Euterpe edulis</i>	Palmito	2,5 m	3 m	29
23	<i>Syagrus romanzoffianum</i>	Jerivá	3,5 m	3 m	14
24	<i>Erythrina crista galli</i>	Corticeira	2,5 m	6 m	20
25	<i>Plumeria rubra</i>	Jasmim Manga	2,5 m	4 m	29

## Plantação arbustos – Plantação trepadeiras

Nº	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	PORTE DA MUDA	QTDE / M <sup>2</sup>	ÁREA M <sup>2</sup>	QTDE (unid.)
1	<i>Cortadeira selloana</i>	Capim dos Pampas	Bem formada	-	-	35
2	<i>Alpineia variegata</i>	Alpineia	1 m	2 /m <sup>2</sup>	456,50	913
3	<i>Calliandra brevips</i>	Calliandra Rosa	1 m	4 /m <sup>2</sup>	101,50	406
4	<i>Arundo Donax Versicolor</i>	-	1 m	4 /m <sup>2</sup>	522,60	2,090
5	<i>Pyrostegia venusta</i>	Cipó de São João	1 m	-	-	16
6	<i>Allamanda violácea</i>	Alamandra Rosa	0,5 m	6 /m <sup>2</sup>	581,50	3.489
7	<i>Mansoa diffilis</i>	Cipó de Sino	1 m	-	-	16

## Plantação forrações

Nº	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	QTDE	ÁREA M²	QTDE (unid.)
1	<i>Axonopus compressus</i>	Grama São Carlos	Em placas	63.992,70	Em placas
2	<i>Moraea bicolor</i>	Moréia	12/m²	1.179,85	14.245
3	<i>Hemerocallis fulva</i>	Lírio Laranja	18/m²	208,76	3.839
4	<i>Pennisetum setaceum rubum</i>	Capim do Texas Roxo	12/m²	2.438,38	29.261
5	<i>Pennisetum setaceum</i>	Capim do Texas Rosa	12/m²	956,96	11.484
6	<i>Ophipogon jaburan variegatus</i>	Barba Serpente	12/m²	2.512,67	30.152
7	<i>Agapanthus africanus</i>	Agapanto	24/m²	1.027,34	24.656
8	<i>Festuca glauca</i>	Grama Azul	36/m²	723,48	26.046
9	<i>Hemerocallis flava</i>	Lírio Amarelo	18/m²	1.969,38	35.449
10	<i>Belamcanda chinensis</i>	Flor Leopardo	12/m²	711,86	8.543
11	<i>Arachis repens</i>	Amendoim Rasteiro	36/m²	4.051,28	145.846
12	<i>Crocsmia crocosmaeflora</i>	Tritônia	24/m²	989,23	23.742
13	<i>Crinum erubescens</i>	Açucena	12/m²	1.189,53	14.275
14	<i>Bulbine frutescens</i>	Cebolinha	36/m²	222,08	7.995
15	<i>Wedelia paludosa</i>	Vedelia	36/m²	1.812,26	65.414

## Projeto de sinalização

Sistema de Sinalização Visual é o conjunto de mensagens visuais organizadas segundo uma linguagem gráfica e aplicadas sobre suportes específicos. Em um parque, a sinalização informa ao visitante sobre as funções e atividades desenvolvidas nos espaços, contribuindo para que o mesmo atinja os objetivos de sua criação.

Parques não são local para a invasão e a grande concentração de sinais, tão comuns nas áreas urbanas. Parques devem receber sinalização bem feita, em locais apropriados, posicionada com cuidado especial. No Parque da lagoa de Carapicuíba, a sinalização buscou valorizar os equipamentos do parque e o parque de modo geral e aumentar o prazer do visitante-usuário durante o passeio.

No parque, as pessoas esperam gastar o tempo, ao contrário do que acontece em um hospital. Por isso, os visitantes podem (e devem) descobrir os ambientes do parque aos poucos, ao longo do passeio, muitas vezes por acaso, surpreendendo-se. A sinalização não tem função estritamente utilitária.

A sinalização criada não informa o óbvio. Não há, por exemplo, uma placa “área esportiva” junto às quadras. Mas há placas como “Circuito Tietê” ou “Praça da Proa” para nomear espaços que o usuário não saberia como chamá-los. Ao nomear áreas e ao indicar as normas de comportamento aos usuários, a sinalização opera também como instrumento de gestão do espaço.

Os sinais têm que ser considerados como parte de um plano integral de manejo da área. Sua presença é permanente. Ainda que a comunicação por meio de sinais seja unidirecional (não permite perguntas nem sugestões pelo visitante), o fato de sua presença é permanente auxilia o trabalho dos funcionários do parque.

Assim, o sistema de sinalização deverá ser revisto e consolidado conforme as necessidades de uso e gestão do parque. Os sinais podem ser trocados, atualizados ou removidos segundo a necessidade.

Os suportes em madeira foram projetados em função da adequação ao projeto paisagístico mas também por conta da facilidade de instalação e de manutenção. A madeira especificada apresenta maior durabilidade e demanda menos cuidados que suportes metálicos, especialmente à beira d'água, como é o caso.

### **Equipe técnica do Projeto Parque Público da lagoa de Carapicuíba**

<b>PROJETO GERAL:</b>	Maubertec Engenharia e Projetos Ltda.
<b>PROJETO PAISAGÍSTICO:</b>	Barbieri e Gorski Arquitetos Associados Arquiteta Maria Cecília Barbieri Gorski
<b>CO-AUTORIA:</b>	Arquiteta Patrícia Akinaga
<b>ARQUITETA COLABORADORA:</b>	Priscila Melhado
<b>PROJETO DE ARQUITETURA:</b>	Diana Malzoni Nicole Reiss
<b>SINALIZAÇÃO:</b>	Francine Sakata
<b>DESENHOS:</b>	Marina Kodama e Priscila Tiba
<b>REALIZAÇÃO:</b>	Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica UGP – Tietê JBIC – Japan Bank International Cooperation

### **Bibliografia**

KHATOUNI, Saïde. *Cidade das águas*. São Paulo: Rima Editora, 2004.

HOUGH, Michael. *Cities and natural process: A basis for sustainability*. Londres: Routledge, 2004.

MACHARG, Ian. *Design with nature*. New York: American Museum of Natural History, 1964.

# RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA: INTEGRAÇÃO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO EM DISCIPLINA DE PROJETO DO SEGUNDO SEMESTRE CURRICULAR

*CASE STUDY: THE INTEGRATION OF ARCHITECTURE, LANDSCAPE ARCHITECTURE, AND URBAN DESIGN IN A COURSE PROJECT FOR THE SECOND SEMESTER OF THE CURRICULUM*

## **GRIGOLETTI, Giane**

Arquiteta e urbanista, mestre do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFRGS e professora assistente da Universidade Federal de Santa Maria no curso de Arquitetura e Urbanismo.

E-mail: grigoletti@smail.ufsm.br

## **PIPPI, Luis Guilherme A.**

Arquiteto e urbanista, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFSC e professor assistente da Universidade Federal de Santa Maria no curso de Arquitetura e Urbanismo.

E-mail: guiamy@hotmail.com

## **RESUMO**

Este artigo relata uma experiência, em uma disciplina de Projeto de Arquitetura do segundo semestre curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – CAU/UFSM, de integração entre Projeto de Arquitetura, Projeto de Urbanismo e Projeto de Paisagismo, apoiado no desenvolvimento no tema de praça na escala de bairro em área urbana em consolidação.

Esta experiência foi desenvolvida durante dois semestres letivos (2004/2 e 2005/2), com quatro turmas, onde foram feitas adaptações no decorrer dos semestres, conforme os resultados obtidos.

○ objetivo principal foi a experimentação de um método de ensino e aprendizagem que permitisse a integração as três áreas de conhecimento acima citadas e que servisse de base para a estruturação das disciplinas de ateliês de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo do novo currículo, segundo o novo Plano Político Pedagógico do curso – PPP – a ser implantando a partir do primeiro semestre de 2006.

○ método de ensino e aprendizagem aplicado baseou-se na adequação do método comumente usado nos ateliês de arquitetura, apoiado em etapas, onde um dos objetivos foi desenvolver a capacidade dos alunos em refletir sobre a micro e a macro escala (arquitetura, urbanismo e paisagismo), através do desenvolvimento de exercícios teórico-práticos e preparatórios para o desenvolvimento do projeto propriamente dito.

Os resultados observados indicam que os alunos desenvolveram sua capacidade de percepção dos potenciais de inserção urbana de um equipamento que tradicionalmente é visto como um ambiente “desconectado” de seu entorno imediato, bem como desenvolveram seu senso crítico em relação ao meio urbano e seus espaços de uso comum.

**Palavras-chave: Ensino de projeto, praças, integração intradisciplinar.**

## **ABSTRACT**

*This paper reports an experience from the discipline Architectural Project from the second semester of the curriculum of the Course of Architecture and Urban Design – CAU of the Federal University of Santa Maria, in which a methodology of integration between the Architectural, Landscape and Urban Projects was developed around the theme of public square in a neighborhood of an urban area in consolidation.*

*This experience was tried out during two semesters (2004/2 and 2005/2), and adaptations were made throughout the semesters in response to the results obtained.*

*The main objective was to experiment a teaching and learning method that would allow the integration between these three areas and serve as a base for the structuring of the disciplines of landscape, urban and architectural project studios for the new curricula, in accordance with the new Pedagogical Political Plan -PPP- for the course to be implemented in the first semester of the the year 2006.*

*The teaching and learning method applied was based on an improvement of the method commonly used in architecture studios, based on stages, where one of the objectives is to develop the capacity of the students to reflect on the micro and macro scales (architecture, urban design and landscape), through the elaboration of theoretical/practical and preparatory exercises toward the develop of the project itself.*

*The results observed indicate that the students presented progress in their capacity of perception of the potential of the urban insertion of equipment that has been traditionally seen as environments disconnected from their immediate surroundings. Furthermore, the students presented a maturing of their critical sense in relation to the urban environment and its spaces of common use.*

**Key words:** *Project teaching, squares, interdisciplinary integration.*

## 1 – Introdução

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – CAU/UFSM – está implantando um novo currículo, de acordo com o novo Plano Político Pedagógico – PPP, a partir do primeiro semestre de 2006. Como o curso se estruturava em disciplinas sem integração horizontal ou vertical, as diferentes disciplinas não interagiam entre si, e áreas do conhecimento como Arquitetura, Urbanismo e o Paisagismo eram abordados de forma isolada em ateliês distintos, ocorrendo apenas a integração no nono semestre, através da integração horizontal das disciplinas de Projeto de Arquitetura XIX (Habitação de Interesse Social), Urbanismo III (Parcelamento do Solo para Loteamentos de Interesse Social) e Paisagismo III (Parque Urbano).

A estratégia do novo PPP é que esta integração não ocorra somente no nono semestre, mas que ocorra também nos demais semestres, levando em consideração o grau de desenvolvimento em que o aluno se encontra em cada semestre curricular para a definição do nível de complexidade dos temas propostos. O novo currículo do curso prevê uma disciplina de Ateliê de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo a qual será desenvolvida como uma experiência piloto a ser adaptada para os demais semestres curriculares à medida que o novo currículo for implantado. Está prevista a interdisciplinaridade horizontal com outras disciplinas do currículo, tais como: História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, Expressão Gráfica, Conforto Ambiental, entre outras.

Este artigo relata uma experiência de integração, em uma disciplina de Projeto de Arquitetura do segundo semestre curricular vigente do CAU/UFSM, de Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, apoiado no desenvolvimento do tema praça de bairro em área urbana em consolidação. Além da integração dessas áreas de conhecimento, houve uma integração interdisciplinar horizontal com a disciplina de Composição e Modelagem II para a confecção de maquetes. Esta experiência foi desenvolvida durante dois semestres letivos não consecutivos (2004/2 e 2005/2), com duas turmas por semestre, onde foram feitas adaptações, conforme os resultados obtidos.

O objetivo principal foi à experimentação de um método de ensino e aprendizagem que permitisse a integração entre estas três áreas de conhecimento e que servisse de base para a estruturação das disciplinas de projetos de arquitetura do novo currículo, apoiado no novo PPP do curso.

O método de ensino de aprendizagem aplicado baseou-se na adequação do método tradicional de ensino, apoiado em etapas, com a motivação dos alunos para a reflexão sobre a micro e a macro escala (arquitetura, urbanismo e paisagismo), desenvolvendo a capacidade de assimilação dos problemas e proposição de soluções através de exercícios teóricos e práticos preparatórios para o desenvolvimento do projeto propriamente dito. Esta abordagem baseou-se em autores como Arcipresete (2003), Schön (2000), Silva (1999), Silva(1998) e Comas (1986).

## 2 – Método de ensino e aprendizado proposto

Este item descreve as etapas consideradas no método de ensino e aprendizagem proposto para a disciplina de Projeto de Arquitetura II no segundo semestre curricular vigente. O semestre foi estruturado em seis etapas: estudos de obras de referência, levantamento de condicionantes, partido arquitetônico, estudos preliminares, anteprojeto e detalhamento. A experiência foi aplicada em duas turmas que tinham aulas no mesmo horário e local, permitindo que o processo fosse acompanhado por dois professores. A cada etapa, como resultado da avaliação dos professores, era divulgado para os alunos um relatório escrito contendo as observações, críticas e sugestões pertinentes ao grau de desenvolvimento atingido pelo grupo de alunos ou aluno, com a intenção de tornar o processo de avaliação o mais “transparente” possível e de ter a crítica em tempo real dos alunos em relação ao método de avaliação adotado. A experiência de quatro turmas (duas por semestre) de aplicação deste processo de avaliação demonstrou um alto grau de satisfação dos alunos com o mesmo.

### 2.1 – Levantamento das obras de referência

Na etapa *Levantamento das Obras de Referência*, os alunos fizeram levantamento de duas praças uma delas na cidade de Santa Maria, onde deveriam fazer o levantamento *in loco*, e outra, a partir de pesquisa bibliográfica, considerada como obras de referência nacional ou mundial. Esta etapa foi desenvolvida em grupo de quatro a cinco alunos. O objetivo do exercício foi desenvolver e solidificar um repertório para posterior aplicação no desenvolvimento da proposta do tema da disciplina a partir da análise de obras de referência locais e notáveis similares ao tema proposto. O método utilizado para análise baseou-se em Quapá (2004, 2005), Uribe (2005), Robba; Macedo (2002), Leitão (2002) e Ching (1999). Na análise os alunos deveriam apresentar uma crítica, considerando potencialidades, fraquezas e impactos das obras escolhidas, baseada nos seguintes aspectos:

#### **Identificação da obra escolhida**

Arquiteto(s), ano de construção, local da obra e caracterização do entorno e outras informações pertinentes.

#### **Análise instrumental**

- Programa de necessidades;
- área total do terreno e a área construída;
- entorno imediato;
- fluxo de veículos e pedestres no entorno imediato;
- a relação entre espaço público, semipúblico e privado;
- relação entre ambientes abertos e fechados;
- acessos principais e secundários;
- número de pavimentos;
- desníveis do terreno;
- mobiliário (bancos, floreiras, postes, etc.);
- vegetação existente (praça e entorno);
- tratamento das superfícies (pavimentação, cores, texturas, etc.);
- fluxos ou circulação no interior da praça;
- possibilidades ou não de flexibilidade dos ambientes;
- usuários dos diferentes setores (idosos, crianças, adolescentes, adultos);
- acessibilidade (rampas, escadas, elevadores, etc.);
- segurança;
- comunicação visual.

### **Análise figurativa**

- Escala humana;
- volumes de composição básicos (virtuais e concretos);
- princípios compositivos (eixos, simetrias e assimetrias, modulação, etc.);
- relação entre horizontalidades e verticalidades.

### **Análise ambiental**

- Descrever o clima local (frio, quente, temperado, etc.);
- vegetação e sua função para definição do microclima;
- uso de água, cobertura verde rasteira, etc.;
- ventilação;
- insolação;
- áreas expostas ao sol e sombreadas;
- percursos preferenciais.

## **2. 2 – Levantamento dos condicionantes**

Na etapa *Levantamento dos Condicionantes*, o objetivo do exercício foi conhecer a realidade física, ambiental, econômica, social e histórica da área de intervenção na cidade de Santa Maria a fim de subsidiar a tomada de decisão no processo de projeção e para definição das diretrizes da proposta. Esta etapa foi desenvolvida em grupo de quatro a cinco alunos. Foram levantados os seguintes aspectos (MONTESANO, 2001; LEITÃO, 2002; ROBBA; MACEDO, 2002):

CONDICIONANTES DO SÍTIO E SEU ENTORNO – topografia, vegetação, orientação solar, infraestrutura disponível, fluxos de veículos e pedestres (hierarquia dos fluxos), ventos, acessibilidade (mobilidade urbana), pré-existências (equipamentos, mobiliários, caminhos, entre outros) morfologia e tipologia urbana (gabarito das edificações, usos), relação público-privado e cheios-vazios, mobiliário urbano (iluminação pública, telefones públicos, caixas de correio, lixeiras, bocas-de-lobo, entre outros) – através de fotografias, croquis a mão livre, textos explicativos e analíticos, diagramas esquemáticos, plantas, cortes, etc.

CONDICIONANTES DOS USUÁRIOS – caracterização dos principais usuários, através de entrevistas com moradores, pessoas que trabalham nas proximidades e principais frequentadores do local, diferentes idades, classes sociais, das proximidades imediatas e afastadas dela.

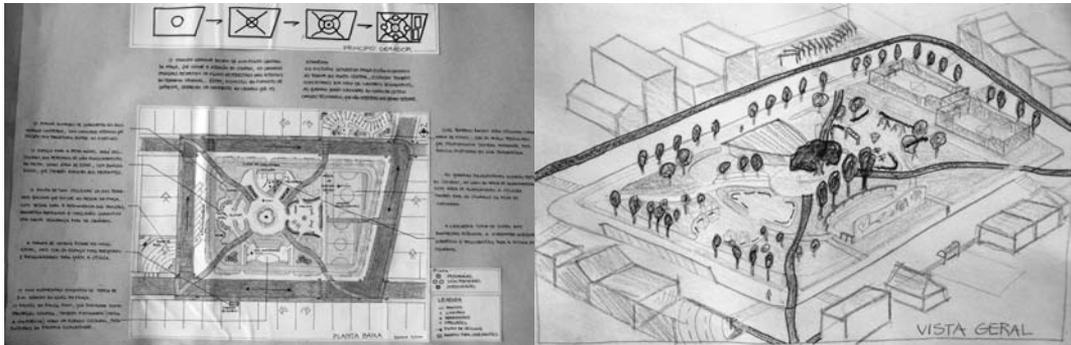
CONDICIONANTES LEGAIS – legislação municipal, ambiental, estadual e nacional, normas de acessibilidade aos Portadores de necessidades Especiais, legislação de trânsito, etc.

## **2. 3 – Partido arquitetônico**

O objetivo da etapa *Partido Arquitetônico* foi desenvolver a capacidade dos alunos em demonstrar e expor as idéias e diretrizes da proposta de forma simplificada, porém clara. Foi a primeira etapa de aproximação da solução buscada. A linguagem que o acadêmico deveria usar era a gráfica, à mão-livre (sem régua), em escala aproximada, além de um discurso oral e escrito que amparasse suas tomadas de decisão (Ver Figura 1). Esta etapa foi desenvolvida individualmente. Entre os elementos de entrega, os alunos deveriam apresentar uma maquete de estudo da proposta que foi desenvolvida na disciplina de Composição e Modelagem II.

Nesta etapa, foi seguido um programa de necessidades mínimo (construído em aula através de discussão e reflexão dos professores e alunos) a ser considerado pelo aluno, definido a partir dos levantamentos dos condicionantes. Além da definição do programa de necessidades, foi realizado, em grupo, exercícios em ateliê para confecção do pré-dimensionamento, organogramas e fluxogramas e zoneamentos. O programa de necessidades mínimo incluía, entre outros itens, pracinha, quadras poliesportivas, pista de caminhada, anfiteatro, e área para feira livre (hortifrutigerangeiros e artesanato).

Além do programa de necessidades, algumas diretrizes também foram definidas em conjunto e deveriam ser contempladas pelo Partido Arquitetônico, tais como: respeito aos caminhos consolidados no terreno e expansão do projeto além dos limites oficiais do terreno, integrando-o com o restante do bairro.



Figuras 1: Etapa Partido Arquitetônico: diagrama conceitual, lançamento em planta baixa e croqui ilustrativo, à mão livre

## 2. 4 – Estudos preliminares

O objetivo da etapa *Estudo Preliminar* foi mostrar a proposta projetual com maior definição do que a anterior. É a segunda etapa de aproximação da solução buscada. A linguagem usada é a gráfica, à mão (com régua), em escala exata e com cotas (ver Figuras 2 e 3).

Nesta etapa um conjunto de requisitos, passados aos alunos nas aulas de orientação coletiva e individual, deviam ser contemplados:

- Satisfação do programa de necessidades;
- proposta de expansão dos limites de praça (passeios limítrofes e ruas);
- proteção dos ambientes contra ventos da região;
- manutenção das espécies nativas existentes;
- manutenção dos caminhos principais pré-existentes no interior do terreno;
- proposta estética da vegetação e das construções (composição, cores, texturas);
- conexão entre a praça e os ambientes limítrofes da praça (ruas, passeios, terrenos baldios);
- faixas de segurança para travessia dos pedestres;
- acessibilidade a todos os ambientes do Portador de Necessidades Especiais;
- parada de ônibus com proteção e faixa de desaceleração do ônibus (recuo do passeio).

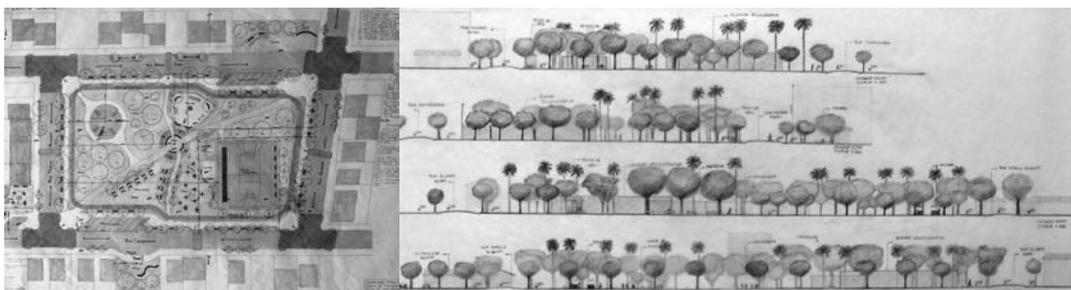


Figura 2: Etapa Estudo Preliminar: planta baixa e fachadas da solução proposta

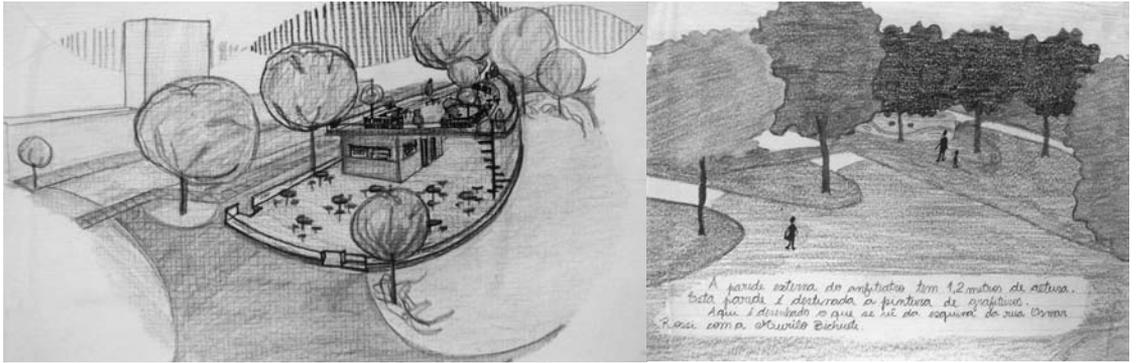


Figura 3: Etapa Estudo Preliminar: croquis ilustrativos de espaços significativos

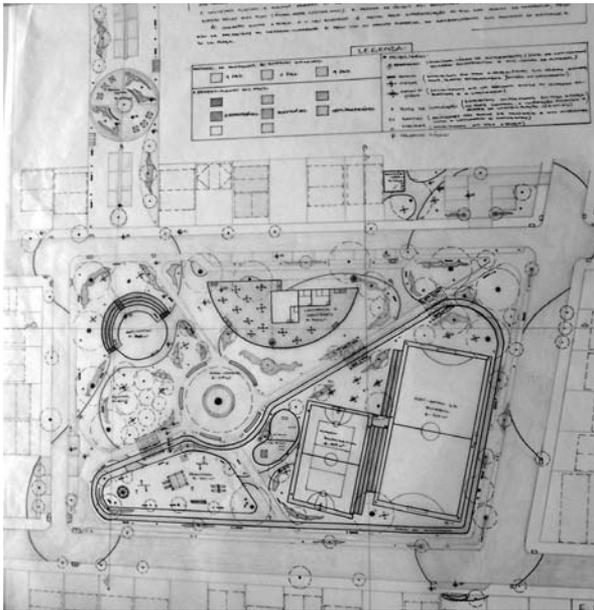


Figura 4: Etapa Anteprojeto: planta baixa da proposta de solução definitiva



Figura 5: Etapa Anteprojeto: perspectiva da proposta definitiva, com intervenção no entorno

## 2. 5 – Anteprojeto

O objetivo da etapa *Anteprojeto* foi mostrar a proposta projetual em sua solução definitiva. É a terceira etapa de aproximação da solução buscada. A linguagem que o acadêmico deveria usar era a técnica, com dimensionamento de todos os ambientes em escala exata e todos os elementos gráficos constituintes do projeto arquitetônico (plantas baixas, cortes, fachadas, entre outros) além de elementos a mão livre (croquis), tal como ilustrado nas Figuras 4 e 5. Nesta etapa os alunos fizeram os ajustes da proposta que não foram contemplados no estudo preliminar.

## 2. 6 – Detalhamento

O objetivo da etapa *Detalhamento* foi proporcionar aos alunos uma experiência inicial na definição da solução técnica e representação gráfica dos elementos propostos no anteprojeto através de detalhamento de alguns elementos relevantes, tais como pisos, mobiliários, cortes de pele dos equipamentos propostos, entre outros, tal como ilustrado nas Figuras 6 e 7. Nesta etapa o aluno também deveria entregar a maquete final da solução proposta, desenvolvida na disciplina de Composição e Modelagem II (ver Figura 8).

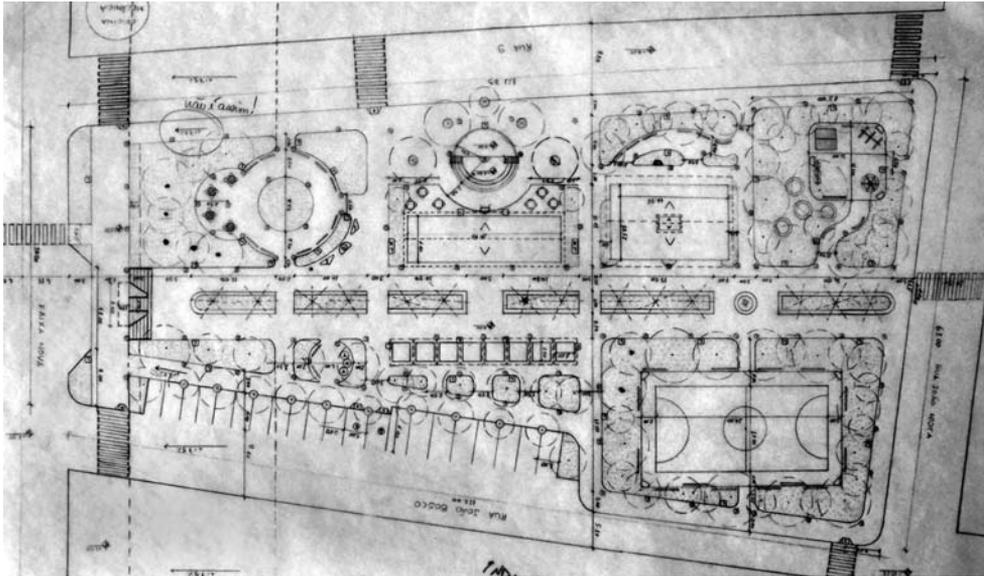


Figura 6: Etapa Detalhamento: planta técnica com dimensões gerais dos elementos propostos

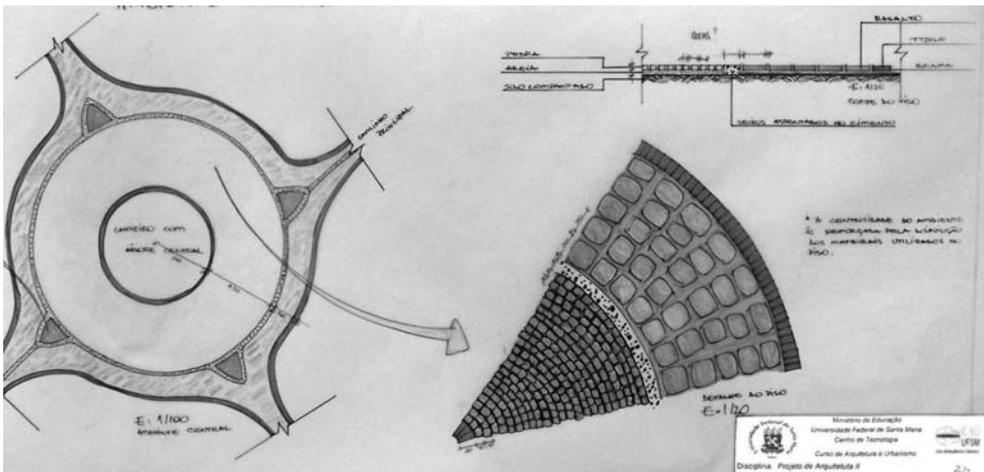


Figura 7: Etapa Detalhamento: detalhes de pisos significativos



Figura 8: Etapa Detalhamento: maquete final de duas propostas distintas

### 3 – Subsídios para o desenvolvimento da proposta

Como subsídio para o desenvolvimento da proposta, um conjunto de aulas expositivas foi elaborado. Os temas das aulas foram escolhidos no decorrer do semestre, conforme as necessidades e as dificuldades apresentadas pelos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem. Os temas abordados nas aulas expositivas foram: breve histórico das praças brasileiras (ROBBA; MACEDO, 2002; SEGAWA, 1996; MACEDO, 1999), apresentação e análise das obras de referências de praças construídas no Brasil (QUAPÁ, 2004, 2005; QUAPÁ, 2003; ROBBA; MACEDO, 2002; LEITÃO, 2002), apresentação do projeto Rio-Cidade – Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1996), projeto Parque Farroupilha – Porto Alegre, método para o levantamento dos condicionantes (MONTESANO, 2001), princípios de composição aplicados a praças (QUAPÁ 2004, 2005; CHING, 1999), mobiliário urbano, formas de representação e expressão gráfica bidimensional e tridimensionais e detalhamento (LEGGITT, 2004; DOYLE, 2002; CHING, 1999; RUANO, 1995; PORTER; GOODMAN, 1985a, 1985b, 1989; PORTER; GREENSTREET, 1987).

Além das aulas expositivas, uma série de exercícios, realizados durante o horário da disciplina, no ateliê ou meio externo, foram desenvolvidos, tais como visitas técnicas orientadas, pré-dimensionamento, elaboração de organogramas, fluxogramas e zoneamentos, aulas de desenho de observação, entre outros.

### 4 – Considerações finais

A partir da experiência dos dois semestres, verificou-se que os alunos atingiram um amadurecimento e uma maior segurança em sua tomada de decisão, explicitada pelo discurso, defesa de suas idéias e do nível de qualidade atingido pelas propostas, fato não apenas constatado pelos professores da disciplina, mas por outros professores do curso. Esta constatação foi feita a partir de um comparativo com turmas anteriores, onde se verificou que estas quatro turmas, apresentaram um maior amadurecimento e autocrítica mais desenvolvida, sendo mais exigentes com relação a qualidade a serem atingidas pelas suas propostas, com maior facilidade em refletir e buscar soluções para os problemas que envolviam questões arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas. Os resultados observados indicam que os alunos apresentaram um desenvolvimento em sua capacidade de percepção dos potenciais na micro e na macro escala de inserção urbana de um equipamento público (praça) e seu entorno imediato.

Percebeu-se que, na segunda edição da disciplina (2005/2), após ajustes do método de ensino e aprendizagem bem como pela pré-existência de uma experiência que serviu de base aos alunos que participaram dessa segunda edição, houve um resultado mais apurado das propostas projetuais, principalmente no que diz respeito à inserção da proposta no meio urbano contíguo a área de intervenção.

A visão do todo, sem ser fragmentada, atingida pelos alunos, reflete a eficácia do método de ensino e aprendizagem adotado, garantindo o desenvolvimento deste domínio multidisciplinar por parte dos alunos nos demais semestres.

A qualidade da integração atingida pela experiência inicial da disciplina (arquitetura, urbanismo e paisagismo), envolvendo a capacidade de assimilação através dos exercícios teóricos e práticos preparatórios para o desenvolvimento do projeto propriamente dito, atingido pelas propostas, serviu como base para a estruturação, com adaptações, das novas disciplinas de Ateliê de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo do novo currículo do curso a ser implantado no primeiro semestre de 2006.

## Bibliografia

- ARCIPRESETE, Cláudia Maria. A avaliação da aprendizagem na prática pedagógica do projeto de arquitetura: Algumas implicações didáticas e sociológicas. In: 1ª SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 2003, Natal. *Anais...* (meio digital). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
- CHING, Francis. *Arquitetura: Forma, espaço e ordem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 396p.
- \_\_\_\_\_. *Representação gráfica em arquitetura*. Porto Alegre: Bookman, 2000. 192p.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias (Org.). *Projeto arquitetônico: Disciplina em crise, disciplina em renovação*. São Paulo: Projeto, 1986. 94 p.
- DOYLE, Michael. *Desenho a cores: Técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2002. 362p.
- LEGGITT, Jim. *Desenho de arquitetura: Técnicas e atalhos que usam tecnologia*. São Paulo: Bookman, 2004. 208p.
- LEITÃO, Lúcia (Org.). *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: Manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002. 118p.
- MACEDO, Sílvio Soares (Org.). *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Quapá, 1999. 143p.
- MONTESANO, Dario. Por uma proposta de conceitos sobre o ensino na área de projeto de edificações. *Sinopses*, São Paulo, n. 35, p. 80-85, 2001.
- PORTER, Tom; GOODMAN, Sue. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 3. ed. Barcelona: Gustavo Gili, v. 3, 1985a. 128p.
- \_\_\_\_\_. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gili, v. 2, 1985b. 128p.
- \_\_\_\_\_. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, v. 4, 1989. 128p.
- PORTER, Tom; GREENSTREET, Bob. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gili, v. 1, 1987. 128p.
- QUAPÁ. *Paisagismo contemporâneo no Brasil*. Projeto Quapá. MACEDO, Sílvio Soares (Coord.). São Paulo: FAUUSP, 2003 (meio digital).
- \_\_\_\_\_. *Projeto de pesquisa Quapá*. Laboratório da Paisagem – Departamento de Projeto da FAUUSP. Disponível em: <<http://winweb.redealuno.usp.br/quapa/>>. Acesso em: 09 ago. 2004; 20 ago. 2005.
- RIO DE JANEIRO (município). *Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: IPLAN/RIO/MAUAD, 1996. 131p.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Sílvio. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002. 311p.
- RUANO, Miguel. *Ecourbanismo*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995. 192p.
- SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 256p.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996. 255p.
- SILVA, Elvan. Ética para o III milênio: Responsabilidade técnica e social na educação do arquiteto e urbanista, n. 9. Congresso Nacional, n. 16. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1993, Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Uma introdução ao projeto arquitetônico*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. 125p.
- URIBE, Helena Margarita Cardona. *Colômbia: Bogotá – Sistema de Espacio Publico*. Instituto de Desarrollo Urbano. Disponível em: <[http://www.idu.gov.co/sist\\_espacio/index.htm](http://www.idu.gov.co/sist_espacio/index.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2005.

# PAISAGEM RECUPERADA – O PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA DA LUZ EM SALVADOR-BA

RECOVERED LANDSCAPE – QUALIFY DESIGN FOR “NOSSA SENHORA DA LUZ” SQUARE IN SALVADOR-BA

## **GUIMARÃES, Caroline Pedreira**

Arquiteta (FAUFBA), Programa de Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana da EP-UFBA.

E-mail: carolinepg1@hotmail.com

## **CUNHA, Rita Dione Araújo**

Engenheira, professora doutora do Departamento de Tecnologia Aplicada à Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

E-mail: ritadi@uol.com.br

## **RESUMO**

Hoje em dia os espaços públicos abertos possuem um novo papel como lugares de convívio e como composição da paisagem urbana. Existe uma tendência mundial em se resgatar a importância dos espaços públicos abertos enquanto paisagens construídas, levando em conta o cidadão que os utiliza. Estratégias de remodelação dos espaços públicos têm sido implementadas em todo o mundo, inclusive no Brasil, introduzindo o conceito de “cidade recuperada” e ampliando-o para o de “paisagem recuperada”. Esse trabalho visa ressaltar a importância do paisagismo desses espaços livres públicos, tomando como exemplo a revitalização da praça Nossa Senhora da Luz, no bairro da Pituba, em Salvador-BA, que se encontrava, até bem pouco tempo, em estado de abandono e sem qualidade ambiental satisfatória para o usuário. Busca-se neste artigo relacionar a importância do projeto da paisagem para o usuário da praça pelo qual a mesma ganha uma nova dimensão no contexto urbano recuperando sua importância quanto paisagem construída.

**Palavras-chave:** Espaço público, paisagem construída, requalificação do espaço público.

## **ABSTRACT**

*Nowadays open public spaces have played much more intensively as life place and as urban landscape. There is a world tendency to catch the great importance of open public spaces as building landscapes also not forgetting the users of these places. Open spaces remodeling strategies has been implemented in al world, including Brazil, using the “recuperated city” new concept that is amplified to “recuperated landscape”. This work aims to reinforce the importance of open public spaces landscape and discusses an example of square in Pituba District of Salvador-BA. This square like many others in Salvador had lost environmental quality in less than four decades and had become an abandoned space almost without use. This work wants to related landscape design to users showing how to recuperate landscape in urban context.*

**Key words:** Public space, square, open space.

## **Introdução**

O espaço livre público sempre foi lugar de encontro comércio e circulação, embora no decorrer da história os padrões de uso tenham variado, conforme a evolução da sociedade e as diferenças dos lugares onde se desenvolveram as cidades. O século XX e o atual foram responsáveis por mudanças radicais nas condições para esses três usos principais do espaço livre público. Basicamente o espaço que antes era do pedestre foi usurpado pelo automóvel e os padrões de ocupação do espaço urbano foram se modificando em função do aparecimento de avenidas e da verticalização da cidade através de grandes edifícios, fazendo com que praças antigas

perdessem a identidade com o entorno urbano ou fazendo aparecer novos tipos de espaços públicos e novas formas de relacionamento dos habitantes da cidade com o espaço urbano.

Muitas praças e espaços públicos utilizados pelo cidadão perderam seu valor paisagística seja pela modificação das suas funções originais ou por algum processo de degradação contínua pela perda de identidade com o entorno imediato também modificado com o passar dos anos. O conceito de “cidade recuperada” ampliado para “paisagem recuperada” vem justamente demonstrar os esforços feitos para resgatar o equilíbrio entre os usos da cidade como lugar de encontro, comércio e circulação e isto pode ser feito através da recuperação e “requalificação” dos espaços livres públicos já existentes.

Nascido na Europa, segundo Guehl e Gemzoe (2002) o conceito de cidade recuperada se reforça na tendência mundial de remodelação dos espaços livres públicos dos grandes centros urbanos em vários países. O Brasil também adota essa tendência na medida da necessidade que suas grandes cidades apresentam em dar vida a espaços esquecidos, degradados ou pouco usados em virtude de processos de rápidas ou drásticas transformações urbanas, como forma de restaurar o equilíbrio da paisagem e da vida da cidade.

O projeto arquitetônico aparece como fator de destaque para concretizar a recuperação desses espaços públicos e da paisagem como um todo. A análise das áreas públicas inclui o seu planejamento, uma vez que devem ser consideradas como constantes objetos de intervenção, projeto ou desenho. O projeto arquitetônico no caso dos espaços públicos é fundamental na busca pelo resultado da adequação social do meio físico às necessidades humanas e consequentemente o resultado da integração do homem com a paisagem que o cerca. É através do projeto arquitetônico que o conceito de “recuperação do espaço urbano” pode ser ampliado para “recuperação da paisagem” dentro da tendência atual.

Como várias cidades brasileiras, Salvador passou por grandes mudanças como reflexo do seu processo de crescimento. Como consequência, muitos de seus espaços públicos perderam a qualidade ambiental e a função social que partilhavam com os demais espaços da cidade, passando a necessitar de urgentes programas de recuperação para tornar a se relacionar com a paisagem urbana e se tornar novamente espaços sociais.

Esse artigo é resultado da investigação da origem até os dias atuais da praça Nossa Senhora da Luz no bairro da Pituba em Salvador-BA e visa ressaltar a importância dos espaços livres públicos para os grandes centros urbanos, tomando como exemplo o processo de revitalização da paisagem através do projeto de qualificação da praça. Para tanto, faz-se uma abordagem da sua evolução no contexto urbano, mostrando a importância do seu projeto de reforma.

Antiga área de fazenda, o bairro da Pituba teve o seu primeiro loteamento projetado, em 1919 e, nas décadas de 1950 e 1960, o que era zona de veraneio foi se transformando em um dos bairros mais importantes da cidade de Salvador. A praça Nossa Senhora da Luz, cujo elemento principal é a igreja de mesmo nome, a partir da qual ela se formou, faz parte do bairro, desde a sua origem. Na década de 1990, entretanto, a praça que já vinha sendo há anos degradada pela falta de infra-estrutura e pela própria ação do tempo, além da decadência do entorno, acabou se tornando um local evitado pela população local, perdendo muito do seu valor como paisagem. No ano 2000, a administração municipal de Salvador decidiu que era necessário trazer de volta esse espaço para a comunidade, mas um espaço com funções e características que permitissem a apropriação do mesmo, um espaço de troca, de reunião, de festa, de contato e mesmo de contemplação.

Atualmente, a Pituba é um bairro residencial e comercial moderno. Possui algumas das principais avenidas da cidade o que gera um fluxo intenso de pessoas, além do seu contingente populacional residente. O projeto de qualificação da praça Nossa Senhora da Luz, não só devolveu ao

bairro um pedaço da sua identidade, como também contribuiu para a melhoria da paisagem urbana e da qualidade ambiental. Pretende-se, através desse exemplo, ressaltar a importância do conceito de arquitetura da praça como espaço social urbano e como o projeto arquitetônico é fundamental para definir a “paisagem da cidade recuperada”.

## 2 – Espaços livres públicos e paisagem recuperada

### 2.1 – Vida urbana e espaços livres públicos

Os espaços livres públicos devem ser vistos como elementos importantes na cidade, pois desempenham papéis fundamentais tais como ambientais, sociais e culturais. Essa importância se dá, conforme Cunha (2002), muito mais em termos de suas relações com o contexto urbano e às facilidades que esses espaços livres possibilitam para a manutenção das atividades urbanas do que em relação a sua quantidade dentro de uma cidade. Tais espaços constituídos por avenidas, ruas, largos, pátios, praças, parques, vielas e terrenos baldios, entre outros são relacionados com o crescimento urbano, pelas formas de controle do uso e ocupação do solo, de parcelamento e arruamento ou loteamento.

Macedo (1995) afirma que para pensar a cidade, devem ser pensados os seus espaços livres de edificação, aqueles onde flui diariamente parte de nossas vidas. Pensar os espaços públicos pode levar a novas alternativas de desenho da paisagem urbana, ou pelo menos a uma melhor forma de organização e uso dos espaços já existentes. Seria como ligar o desenho dos espaços livres de uma forma constante ao desenho da cidade, como um fator fundamental para o seu bom funcionamento.

Todo espaço da cidade deve ser objeto de uma intervenção, de um projeto, de um desenho. Nas cidades, realmente, necessita-se de áreas livres, desenhadas, tratadas e distribuídas adequadamente de modo a serem acessíveis à população como um todo. Os espaços livres de edificação devem ter uma qualificação de usos e conseqüentemente de necessidades físicas para tal uso, como iluminação, acesso, ventilação adequada, formas e volumes adequados, que devem expressos com especificações tão cuidadosas como a que se dedica ao interior dos espaços cobertos. Ou seja, a arquitetura dos espaços livres públicos é tão importante quanto a dos espaços edificados.

Embora seja um fato recorrente em muitas cidades, a falta de uso e o esvaziamento dos espaços livres públicos não são regra e acontecem em áreas urbanas onde não se tem manutenção de tais espaços ou onde não existe necessariamente a exigência de sua presença ou ainda em alguns lugares que possuem uma fraca estruturação espacial. A manutenção do espaço livre público é um dever social, mas isto não é um fato consolidado nas grandes cidades brasileiras, conforme Macedo (1998).

*“Em contraste à vida urbana moderna e aos diversos espaços privados, a oportunidade das pessoas em usar seus sentidos e interagir diretamente com seu entorno vem tornando-se extremamente atrativa”* (GUEHL; GEMZOE, 2002). Segundo os mesmos autores, a sociedade da informação está fornecendo novos sentidos e significados à cidade como lugar de encontro, portanto a manutenção sistemática dos espaços públicos da cidade é fator fundamental para garantir sua existência. Muitas vezes a falta de usuários está relacionada à falta de manutenção do espaço, e isso pode levar a um perigoso e repetitivo ciclo que acaba afastando os usuários. É indispensável à continuidade dos espaços livres públicos que haja o processo de manutenção. Quando bem mantidos e cuidados em todos os seus aspectos, esses espaços contemplarão todas as suas funções sociais, estéticas e ambientais, caracterizando-se como parte atraente da paisagem urbana ao usuário desses espaços, congregando e sintetizando a vida na cidade.

Para Hardt (1998), o conceito de praça é delimitado pela arquitetura de um espaço devidamente programado, definido espacialmente por elementos construídos, com ou sem vegetação, sendo gerado pela relação entre volumes construídos e vazio que dão ao conjunto a escala humana. Essa autora salienta o conceito de praça como espaço arquitetônico ou vinculado a um projeto. Embora menos amplo do que as definições anteriores, o conceito de praça de Hardt ressalta a importância do desenho e do projeto do espaço para qualificá-lo quanto às suas funções sociais e ambientais. É a partir de um projeto que a praça ou espaço público busca responder aos anseios dos seus usuários. Através do projeto pode-se avaliar a qualidade do espaço físico em relação ao comportamento do cidadão que o utiliza.

### 3 – A praça Nossa Senhora da Luz e o bairro da Pituba em Salvador

#### 3.1 – O bairro da Pituba no processo de evolução urbana de Salvador

A cidade de Salvador, desde a sua origem, do ponto de vista do paisagismo, sempre foi cheia de espaços públicos marcados como lugar de encontro e reunião das pessoas, lugar de troca de informações, lugar onde eventos importantes foram encenados: festas e festivais, procissões, encontros cívicos e execuções, para mencionar alguns. No entanto, no século XX, as condições para os usos principais do espaço público mudaram. Os novos padrões de tráfego, comércio e comunicação foram tão radicais que interromperam séculos de tradição na dinâmica urbana. A cidade se espalhou com grande rapidez e a dinâmica de produção dos espaços para habitação, circulação, trabalho e lazer se modificou para acompanhar o crescimento da cidade. Isso influenciou no modo de criação e nos padrões dos novos espaços públicos e conseqüentemente no conceito de espaço público para a nova cidade que emergia.

De acordo com Teixeira (1978), a evolução da cidade do Salvador, até os nossos dias, pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, até o início do século XIX, quando o seu crescimento foi lento, incorporando pequena parte de área construída a um centro tradicional e de origem colonial, originalmente marcado por quadras reticulares e cuja escala era bastante humanizada, não havendo o automóvel ainda como elemento de mudança nos padrões e importância das ruas. Neste período, as praças como espaços públicos guardavam ainda um caráter de agregação dos habitantes da cidade. O segundo período, compreendendo o resto do século passado e o atual, quando a cidade se espalhou enormemente, ocupando uma superfície mais de dez vezes maior do que nos séculos anteriores, criando-se novos bairros, aumentando os existentes, crescimento que se deu de forma desordenada, sem nenhum controle e mais rapidamente do que as medidas administrativas postas em prática, resultando num relativo caos urbano.

Entre séculos XIX e XX, a cidade cresceu extraordinariamente, formando-se muitos bairros novos, entre eles o da Pituba, área objeto do presente estudo. Entre 1932 e 1950 foram aprovados quase 40 loteamentos de vulto oferecendo um total aproximado de 30.100 lotes – ocupando área de 540 ha espalhados por diversas áreas da cidade (entre elas o bairro da Pituba) – sem contrapartida de obras de infra-estrutura correspondente, gerando problemas que se refletem até nossos dias. Neste período, foi constituída pela primeira vez, uma comissão designada para estudar os problemas da cidade, com participação de vários organismos da sociedade, culminando com a contratação de um plano para a cidade – EPUCS em outubro de 1942.

Até 1942, o acesso à Pituba era bastante difícil, visto que se chegava pelo interior, cruzando veredas e picadas ou, mais comumente, via o Bonde de Amaralina, de onde se avistava a entrada da Fazenda Pituba com acesso rústico já construído até a praça Nossa Senhora da Luz (ANDRADE, 2003). Até o começo do século XX, a região era apenas uma localidade da costa oceânica distante do centro da cidade, que abrigava uma comunidade de pescadores.

Em 1914, a Fazenda Pituba foi adquirida por Joventino Silva, das mãos do comerciante português Manoel Dias da Silva. Em 1919, este contrata Theodoro Sampaio, um conceituado engenheiro da cidade, para dividir a maior parte da fazenda em loteamentos e comercializá-los. Esse projeto foi concebido de maneira a oferecer o máximo de bem estar à população, pois contemplava todos os requisitos exigidos por uma demanda selecionada em função do poder aquisitivo, indicando que ali seria local de residência para uma população que poderia dar liquidez àquele empreendimento. O projeto da “Cidade Luz” que foi concebido em 1919, somente foi aprovado pela Câmara Municipal de Salvador em 1932, beneficiando o terreno onde seria implantado o loteamento “Cidade Luz”, cujo nome é uma referência à antiga capela existente, cuja padroeira era a Virgem Maria sob a invocação de Nossa Senhora da Luz.

Os primeiros lotes foram adquiridos por famílias de classe média, que tinham a intenção de transformá-los em locais de veraneio, porém o acesso continuava difícil. (ADEMI-BA, 1993). O núcleo da nova ocupação era a praça Nossa Senhora da Luz, no entorno da qual estavam 52% das construções do local, o acesso se dava através de uma ponte sobre o córrego Pituba (SAM-PAIO, 1919). A antiga capela se localizava antes do referido córrego, estando assim na margem oposta da atual igreja Nossa Senhora da Luz, construída em 1954 (ANDRADE, 2003).

Somente nos anos de 1960, o bairro da Pituba começava a tomar forma. A avenida Otávio Mangabeira, que liga Itapuã ao centro da cidade pela orla (e, portanto, tornava a Pituba acessível) fora aberta e pavimentada, em 1950. Em 1968, a antiga estrada Brotas-Pituba, atualmente a avenida Antonio Carlos Magalhães (mais conhecida como avenida ACM), foi asfaltada. A Avenida Paulo VI que se estende da beiramar para o interior do bairro também fora asfaltada em 1965; as demais ruas do loteamento se encontravam, nesse período, abertas, mas sem cobertura asfáltica. Ainda nesse período, o loteamento estava semi-ocupado e constituído de boas e elegantes casas, muitas com piscina e jardim, em sua grande maioria residências unidomiliares. Existia, ainda nessa época, a igreja de Nossa Senhora da Luz (ver Figura 1), o Clube Português, ambos do final da década de 1940, uma unidade do exército (o Colégio Militar de Salvador) e um hotel e restaurante de período mais recente (BRITO, 1993).



Figura 1: Vista da praça Nossa Senhora da Luz, 1966  
Fonte: Jornal A Tarde (1966)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB, 1977), o atual bairro da Pituba começou a urbanizar-se como zona de veraneio, mediante ocupação dos lotes mais próximos à praia, dentre aqueles integrantes do pioneiro Loteamento Cidade da Luz, projetado na década de 1920 por Theodoro Sampaio e aprovado pela Prefeitura em 1932. Em décadas posteriores, afirmou-se como zona residencial, surgindo aí modernas casas de alto nível construtivo e padrão de acabamento, firmando-se como uma das alternativas à falta de oferta e aos altos preços dos terrenos nas tradicionais zonas da Cidade constituídas de bairros antigos como Vitória, Barra, Barra Avenida e Graça.

Porém, a expansão do sistema viário urbano, em especial a abertura várias avenidas de vale que facilitou o acesso direto do bairro a áreas mais antigas e tradicionais da cidade, bem como o acesso às novas áreas através dos novos vetores de expansão da cidade como a avenida Paralela fizeram com que a tendência de ocupação pela faixa abastada da população se modificasse. Além dessas avenidas que abriram a comunicação do bairro com toda a cidade, a pavimentação asfáltica de praticamente todas as ruas do bairro, a instalação da Paróquia e a construção da igreja de Nossa Senhora da Luz ajudou no processo de mudança no padrão de ocupação do bairro.

A criação do BNH e a conseqüente dinamização das atividades da indústria de construção civil, basicamente do seu segmento imobiliário, vieram atribuir um ritmo bastante acelerado a este processo. Inicialmente com os conjuntos residenciais horizontais que se instalaram na parte posterior do bairro. Posteriormente, foi a verticalização que se manifestou, através de conjuntos habitacionais e também por meio de edifícios isolados. Isso possibilitou o acesso à área de populações de outras faixas de renda, todas, no entanto, com relativo poder de compra – e repetindo, assim, um modelo espontâneo e típico de uma expansão urbana conduzida pelo mercado, pouco antes imposto aos bairros da Vitória, Barra, etc.

Este processo cresceu acentuadamente, a partir de 1975, quando, apesar da grande disponibilidade de terras, passou a existir a substituição tipológica do padrão unifamiliar pelos edifícios de apartamentos, dando à zona uma característica bem definida, com predominância, ora de habitações unidomiliares, ora de edifícios de apartamentos. Simultaneamente, o crescente congestionamento do tráfego no centro e a inexistência de um plano diretor para a Cidade fizeram com que também este bairro se visse invadido por atividades terciárias, e até industriais, a maioria delas completamente desvinculadas da sua função residencial.

A criação de espaços livres públicos para o lazer neste bairro como nos tantos novos que surgiram na mesma época seguiu a tendência de se atrelar às poucas áreas que sobravam dos loteamentos para este fim. Em geral apareceram poucas praças de bairro que não acompanharam as rápidas mudanças do entorno, esvaziando-se por falta de uma adequação às modificações tipológicas de ocupação do solo e por não responderem mais ao crescimento da população ao redor.

O bairro da Pituba continua, ainda hoje, como uma das áreas mais dinâmicas em termos de ritmo de crescimento, em vista da evolução do número de domicílios aí existentes. A recente recuperação e mudanças de tráfego nas suas principais avenidas de acesso acabaram por valorizar mais o bairro e aumentar a importância de se recuperar as áreas de praças degradadas. Por conta disso e de um recente programa municipal de recuperação dos espaços públicos com especial cuidado com o seu paisagismo, foram incluídas algumas praças da Pituba, entre elas a mais antiga e tradicional, qual seja, a praça Nossa Senhora da Luz.

### **3.2 – Origem e a decadência da praça Nossa Senhora da Luz na década de 1990 do século XX**

Apesar de originada a praça em 1919, o seu projeto só foi concretizado nos anos 60, sendo ladeada pelas avenidas Manoel Dias da Silva e Otávio Mangabeira, e pelas ruas Pernambuco e

Rio de Janeiro. A área que contorna imediatamente a praça é pouco verticalizada se comparada com o restante do bairro. Os prédios que a contornavam, desde o início, possuíam em comum a pouca altura entre eles e isso permaneceu até a atualidade. Seu entorno atual é constituído de uma igreja católica, um teatro, alguns edifícios residenciais, outros comerciais.

Seu primeiro projeto era uma praça de formato retangular com pouca vegetação e com poucos equipamentos de lazer, alguns bancos, abrigando ainda a praça uma estação de tratamento de esgoto da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa. O projeto contemplava também uma pista para skate como uma das poucas propostas de área de lazer dentro do espaço.

Até o início dos anos oitenta, a praça era tradicionalmente utilizada pela população, mas os seus usos foram se restringindo por uma crescente falta de cuidados com o equipamento urbano e por uma desqualificação crescente do entorno imediato. Apesar da presença da Igreja à sua frente como elemento polarizador da população usuária, a praça, com o passar dos anos, já não conseguia atrair as pessoas da mesma forma como no início. Não fosse pela pista de skate que atraía grupos de adolescentes para a praça, o local já não tinha mais a força de antes. Até bem pouco tempo antes da sua reforma, o seu piso encontrava-se completamente destruído, a vegetação precisando de cuidados urgentes, capim precisando ser aparado, muriçocas, odores desagradáveis e os bancos em péssimo estado de conservação, além da falta de equipamento de lazer para as crianças (como pode ser comprovado na Figura 2).



Figura 2: Vista da praça Nossa Senhora da Luz, 1995  
 Fonte: Jornal A Tarde (1995)

A decadência do espaço não se restringia somente à praça em si, mas a própria avenida ACM com seus graves problemas de enchentes em épocas de chuva, o Clube Português que, na década de 1990 foi abandonado e degradado, e até a Igreja que necessitava de urgentes reformas, tudo contribuía para tornar a paisagem da praça e do seu entorno com pouca qualidade estética e com poucos atrativos que dessem status de permanência no local. Com uma área total de 12.900 m<sup>2</sup>, a Praça Nossa Senhora da Luz se tornara um espaço abandonado e marcado pela presença da estação de tratamento de esgoto da Embasa e pela ausência de vegetação ou outros atrativos. Equipamentos em ruínas, famílias de mendigos morando na praça e marginais abordando os passantes, apesar de um módulo policial à vista, era o quadro do

local nos anos de 1990, conforme a Figura 3. Sua requalificação era uma antiga reivindicação dos moradores do bairro.



Figura 3: Vista da praça Nossa Senhora da Luz, 1997  
Fonte: *Jornal A Tarde* (1997)

Segundo Neiva (2000), autora e responsável pelo projeto atual de reforma, a praça Nossa Senhora da Luz encontrava-se como um grande espaço vazio, aniquilado pela ausência de um entorno proporcional à sua generosa dimensão, pela forte ação dos ventos que incidem no local devido à proximidade, assim como pela largura da avenida Manoel Dias da Silva, e pela presença da Empresa Baiana de Saneamento e Água – Embasa e sua estação de rebaixamento de esgoto com seus odores, pelo uso indevido que lhe era dado. O notório crescimento urbano do bairro e da cidade seguia seu ritmo indiferente à praça, esquecendo-se dela e esquecendo também do direito à qualidade de vida de seus habitantes. Nesta área, em particular, a Pituba sofria ainda com problemas de drenagem, delinqüência e atividades noturnas de prostituição.

Observou-se, portanto, a necessidade de recuperar a praça Nossa Senhora da Luz, tornando-a própria e devidamente qualificada, definindo um uso correspondente ao bairro. A arquiteta coloca ainda que o intuito foi de resolver problemas, objetivando criar um espaço de troca, de reunião, de festa, de contato e mesmo de contemplação, mas também para que o desenvolvimento urbano se encontrasse, se redescobrisse e fosse liberado sobre este pedaço de terra que se achava um tanto esquecido.

### 3.3 – O projeto e reforma da Praça Nossa Senhora da Luz

A reforma e recuperação da praça Nossa Senhora da Luz propiciou o resgate da praça pela população local, que passou a freqüentar de novo a praça, adotando-a como seu lugar de lazer e contemplação. As mudanças recentes no bairro com a construção de um moderno hotel num dos lados da praça, no início dos anos de 1990, contribuiu para implementar a antiga reivindicação dos moradores locais em relação a um projeto qualificação da praça. Mais recentemente a reforma da avenida ACM ajudou a valorizar essa área do bairro, culminando também com a reforma da Igreja que emoldura, hoje, um dos lados da praça e contribui para o melhoramento dos aspectos estéticos do local. O processo em cadeia de recuperação e melhoramento da área

foi de certa um reflexo do movimento de recuperação e qualificação dos espaços públicos de Salvador nas últimas administrações municipais.

A primeira mudança no projeto da praça foi o conceito da forma, que de retangular passou a ser radial, sendo o seu interior constituído a partir de uma série de círculos concêntricos, alternando áreas verdes com anéis de circulação. Estes círculos são cortados por oito eixos orientados para o centro. Quatro deles, levemente sinuosos e revestidos com granito cinza-escuro, fazem a ligação com os pórticos de entrada e representam a direção dos ventos: nordeste, sudeste, sudoeste e noroeste. Segundo Neiva (2000), os outros eixos, revestidos com porcelanato amarelo, simbolizam os quatro pontos cardeais e possuem formas sinuosas mais acentuadas. A proposta da arquiteta é fazer o desenho da praça parecer uma mandala, um diagrama com vários ciclos e ritmos diferentes que simboliza a essência humana em uma relação harmônica com o universo. Além disso, as indicações espaciais também delimitam o formato de uma grande bússola (ver Figura 1).

A Embasa com seus equipamentos determinava uma utilização específica de uma parte da praça, cuidando da capacitação, distribuição e evacuação da água. Conforme Portela (2001), os caminhos que representam as direções dos ventos levam ao centro da praça, onde está o elemento fundamental: uma fonte luminosa e sonora em forma de estrela de cinco pontas instalada em um tanque inscrito em um círculo de oito metros de diâmetro. Cada um dos jatos de água e luz branca é comandado por um computador e pode ser programado para movimentos seqüenciais rápidos, lentos ou em harmonia com o ritmo de qualquer música.

Antes da reforma do espaço, o centro da praça estava abaixo da cota dos passeios do perímetro e, por isso, apresentava problemas de drenagem. Para permitir a construção da fonte, entretanto, a área teve de ser elevada em dois metros e se transformou em um belvedere de onde é possível contemplar o mar. Outro problema eram os odores desagradáveis provenientes das estações de bombeamento de esgoto, que agora são mascarados por meio de aromatização com essências químicas à base de limão e pela ação natural dos pés de alecrim ali plantados, que desprendem perfume quando recebem o calor do sol.

O paisagismo foi implantado conforme a ordenação da praça, obedecendo a dinâmica dos círculos concêntricos (NEIVA, 2000). Na área compreendida entre o primeiro círculo e o retângulo

encontram-se as palmeiras, seguidas pelas árvores de pau-brasil, ipês amarelos e quaresmeiras lilases (Figuras 4 e 5). Nos círculos mais próximos ao centro, foram plantados taludes com grama. A arquiteta explica que muitas espécies não resistem ao forte vento do nordeste, predominante na região, mas que a idéia era tentar implantar o número máximo de árvores para garantir sombras, imprescindíveis ao bem-estar dos visitantes.

Os limites da praça foram reforçados por grades onduladas azuis como uma referência ao mar. Segundo a arquiteta, a demarcação da área não elimina o caráter comunitário da praça, ao contrário, o reforça, pois protege contra eventuais atos



Figura 4: Aspecto geral da praça Nossa Senhora da Luz  
Crédito: Foto de Rosa Alencar (maio, 2005)

de vandalismo e contribui para a conservação do espaço público. Essa medida foi tomada não somente na recuperação dessa praça, mas em várias outras que passaram por reformas recentes na cidade.

O mobiliário, também criação da arquiteta da praça, é composto por poltronas, bancos, namoradeiras, mesas e tamboretas de alumínio fundido e jateado com areia e assentos de madeira. As Figuras 5 e 6 mostram o mobiliário e outros aspectos físicos da praça em uso. A área infantil foi cercada pelas palmeiras, atendendo a uma exigência da prefeitura da cidade, que proibiu a colocação de bancos de areia na praça para evitar a transmissão de doenças às crianças, optando a autora do projeto pelo piso emborrachado.



Figura 5: Aspecto do mobiliário, piso e jardim da praça  
Crédito: Foto de Rosa Alencar (maio, 2005)

A praça, hoje, é freqüentada não só por moradores, mas pelos visitantes do bairro. A resposta ambiental do projeto é satisfatória em vista do crescimento da freqüência e os aspectos físicos e funcionais contemplados pelo projeto possuem um nível de resposta do usuário que faz da praça um local de apropriação por diferentes faixas etárias da população.



Figuras 6: Aspecto dos bancos e área do parque infantil  
Crédito: Foto de Rosa Alencar (maio, 2005)

O projeto mostrou-se importante na recuperação do local como elemento paisagístico de destaque no bairro e o conceito de praça reforçado no projeto através do desenho e da adoção dos elementos de composição fez o espaço recuperar o conceito de lugar do povo porque valoriza

o cidadão. Ou seja, de espaço abandonado a espaço recuperado, a praça Nossa Senhora da Luz contribui para a Cidade de Salvador “recuperar-se” como espaço urbano.

#### 4 – Considerações finais

O projeto arquitetônico neste exemplo foi um fator de importante papel na revitalização da praça, pois o retorno da sua utilização pelos moradores e habituais transeuntes demonstra o alto nível de resposta que o projeto proporcionou ao buscar as verdadeiras vocações do espaço. Isso foi conseguindo através do estudo das necessidades locais, além de uma análise do processo de transformação do entorno imediato e das tendências atuais de pensamento dos espaços livres urbanos como algo interligado ao espaço urbano como um todo e não como algo isolado dentro dele.

A compreensão dos espaços livres públicos como fundamentais para o ambiente urbano estende-se na compreensão da manutenção e preservação dos mesmos, além de atender as necessidades da população que os utiliza. Não só a estética desses equipamentos deve ser bem cuidada, eles precisam funcionar adequadamente, pois é uma questão de cidadania ter acesso aos mesmos e é um dever da comunidade e de sua administração mantê-los em ordem. O projeto arquitetônico desta praça atrela as transformações para a sua reforma ao relacionamento do espaço com o entorno urbano e a incorporação do conceito de “cidade recuperada” à praça Nossa Senhora da Luz se deve à volta da apropriação do espaço transformando-o em lugar de convívio e de identidade paisagística.

#### Bibliografia

ANDRADE, Adriano Bittencourt. *Expansão urbana de Salvador: O caso da Pituba*. 2003. Tese (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2003.

BRITO, Cristóvão de C. da Trindade de. *Impactos econômicos recentes na economia baiana e a expansão do bairro da Pituba*. 1993. Monografia para disciplina Prática e Pesquisa de Campo II – Faculdade de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1993.

CUNHA, Rita Dione Araújo. *Usos, funções das áreas públicas de uma área central de Florianópolis*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. *Novos espaços urbanos, GG100, 1902-2002*. Londres: Academia Real Dinamarquesa de Belas Artes/Escola de Arquitetura, 2000.

MACEDO, Sílvio Soares. *Espaços livres. Paisagem e Ambiente – Ensaio*. São Paulo: FAUUSP, p. 15-56, 1995.

\_\_\_\_\_. *Introdução a um Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1998.

NEIVA, Lucinei Caroso. *Praça Nossa Senhora da Luz, projeto executivo e memorial escrito*. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira/Prefeitura da Cidade de Salvador, 2000.

HARDT, L. P. A. *Paisagismo em áreas urbanas*. Curitiba: UNILIVRE, 1998. 72 p.

PLANDURB. *Projeto Pituba*. OCEPLAN. Salvador: PLANDURB, 1977. Série Programas e Projetos, n. 1.

PORTELA, Carine. *Estrela de luz. Arquitetura & Urbanismo*, ago./set. 2001.

SAMPAIO, Theodoro. *Relatório dos estudos e projecto para uma cidade nova (A Cidade Luz)*. Na Pituba, dos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

TEIXEIRA, Cyd. *As grandes doações do 1º governador. Terras do rio Vermelho ao rio Joanes: Conde da Castanheira, Gracia D’Ávila e Senado da Câmara*. In: *A Grande Salvador. Posse e uso da terra. Projetos urbanísticos integrados*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978.

# CONTEXTO HISTÓRICO DE INTERVENÇÃO NA PAISAGEM E ESPAÇOS URBANOS

*HISTORICAL CONTEXT OF INTERVENTIONS IN THE LANDSCAPE AND IN URBAN SPACES*

**HARDT, Letícia Peret Antunes**

E-mail: l.hardt@pucpr.br

**HARDT, Carlos**

E-mail: c.hardt@pucpr.br

Professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

## RESUMO

Desde os primórdios da sua existência, o ser humano tem transformado o meio natural em outro modelado de acordo com as suas conveniências, promovendo profundas alterações nos ambientes originais do planeta. Neste contexto, a cidade, uma das maiores criações do homem, é objeto de significativas intervenções paisagísticas e de relevantes pressões ambientais. Com o intuito de resgatar experiências, diagnosticar realidades e prognosticar tendências, o estudo, estruturado em eras características, desde a Pré-História até a Idade Contemporânea, inclusive com perspectivas para o futuro, parte do cenário mundial para o enfoque específico do caso brasileiro, identificando períodos representativos do processo projetual de paisagens e espaços urbanos. Com o objetivo precípuo de fundamentar diretrizes para projetos de intervenções na paisagem urbana, são apresentados subsídios à gestão de cidades e regiões, embasados em enfoques teórico-conceituais e em princípios de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** História, espaços urbanos, intervenção paisagística, gestão de cidades, sustentabilidade.

## ABSTRACT

*Since the beginning of their existence, human beings have transformed the natural environment into another one modelled to fit their conveniences, promoting deep changes in the planet's original environments. In this context, cities, one of Man's greatest creation, is object of significant interventions on the landscape, as well as of relevant environmental pressures. With the purpose of retrieving experiences, diagnosing realities and forecasting trends, this study, structured into characteristic eras from Pre-History until the Contemporary Age and including perspectives for the future, starts from a worldwide scenario to the specific approach of the Brazilian case, identifying representative periods of the landscape and urban spaces design process. With the foremost purpose of setting up guidelines for projects of urban landscape interventions, subsidies for cities and regions management are presented, based upon theoretical-conceptual approaches and on sustainability principles.*

**Key words:** History, urban spaces, landscape intervention, city management, sustainability.

## 1 – Introdução

Desde as suas origens, o homem tem modelado o espaço, transformando o meio natural em outro ordenado, de acordo com as suas conveniências.

Como uma das maiores criações do ser humano, a cidade causa relevantes alterações nas paisagens, impondo significativas pressões sobre o ambiente (DIAS, 1997). Sua conceituação tem se modificado ao longo do tempo (CEUR, 1996), se identificando, em épocas pretéritas,

fundamentalmente com territórios sujeitos a fortes concentrações humanas. Atualmente, mais que um espaço povoado, o núcleo urbano agrega múltiplas inter-relações, com variados níveis de ordenamento social e cultural (HARDT, 2000). Assim, a cidade pode ser considerada, por um lado, como fenômeno social, econômico e institucional (GEDDES, 1994; MUMFORD, 1998) e, por outro, como processo físico-territorial de conformação do ambiente construído (CARLOS, 1994).

O termo “paisagem” também tem sido empregado com diferentes significados na história (JELLICOE; JELLICOE, 1995). Para Hardt (2000, p.15), assume hoje um conceito amplo, como:

*“Combinação dinâmica de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, e em permanente evolução, produzindo percepções mentais e sensações estéticas como um ‘ecossistema visto’.”*

Ao longo da história, as intervenções humanas refletem a gênese na composição da paisagem, sendo compreensíveis as experiências do passado, os fatos do presente e as perspectivas do futuro (HARDT; HARDT, 2004a).

Com o intuito de resgatar lições, diagnosticar realidades e prognosticar tendências, o presente estudo é estruturado em eras características, desde a Pré-História até a Idade Contemporânea, inclusive com perspectivas para o futuro, partindo do cenário mundial para o enfoque específico do caso brasileiro.

Identificando períodos representativos do processo projetual de paisagens e espaços urbanos, tem-se o objetivo precípua de fundamentar diretrizes para projetos de intervenções paisagísticas, sendo apresentados subsídios à gestão sustentável de cidades e regiões, entendida como ação continuada que abrange uma seqüência de estados e transformações de um sistema em permanente mutação e que produz diretrizes para o futuro (HARDT, 2000). Assim, a gestão urbana compreende:

*“o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando à qualidade da infra-estrutura e dos serviços urbanos, propiciando melhores condições de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações da governança pública [...]”* (REZENDE et al., 2003, p. 6)

Com as preocupações sobre os aspectos qualitativos dos cenários urbanos estabelecendo relações diretas com condições de qualidade de vida das populações envolvidas, a gestão da paisagem assume caráter multidimensional – ecológico, cultural, socioeconômico e psicológico, dentre outros (HARDT, 2000).

A sustentabilidade é conceituada por Rodriguez (2001, p. 99) como a “gestão e administração dos recursos e serviços [...] no sentido de assegurar e alcançar a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras, dentro dos limites da capacidade de sustentação dos sistemas ambientais”. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável é interpretado como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de atendimento das gerações futuras (CMMAD, 1991).

## 2 – Passado

Na Pré-História, o homem passou da caverna ao esconderijo e ao acampamento, alcançando a aldeia e a pequena povoação (BENEVOLO, 1997), marcando a paisagem com expressivas obras em lugares célebres (batalhas) ou constituindo espaços sagrados (túmulos) e templos (sacrifícios e cerimoniais), dentre outras funções (JELLICOE; JELLICOE, 1995). Seus espaços proto-urbanos de reunião ao ar livre deram origem às primeiras “praças”.

Segundo Childe (1966), podem ser destacadas duas épocas para o processo de urbanização na Pré-História: a Revolução Agrícola, onde os excedentes da agricultura reforçaram o sedentarismo e o sistema de trocas, fazendo surgir os aglomerados pré-urbanos itinerantes (protocidades); e a Revolução Urbana, onde a separação da agricultura e do pastoreio propiciaram a divisão social do trabalho, com especialização das profissões e estabelecimento de postos de troca. A civilização consolidou, então, seus principais espaços de referência nas “cidades”.

As concentrações humanas que deram origem às cidades mantêm relações básicas com o suporte natural por meio da proximidade da água e da proteção contra intempéries. Além disso, produtos da natureza são utilizados de forma direta para a construção das moradias. Com o início da vida em sociedade estabelecida nas cidades, passou a preponderar a “ordem técnica”, em complementação à antiga “ordem moral” (MUMFORD, 1998).

Na Idade Antiga, a agricultura constituiu o mais importante meio de produção (FERRARI, 1991). Com as áreas urbanas consolidadas pelo sedentarismo, formou-se uma verdadeira rede de cidades, as quais se estabeleceram especialmente nos vales dos rios, devido à fertilidade do solo e a facilidades para irrigação e transporte de mercadorias.

Nas Civilizações Centrais, o tratamento do espaço urbano foi especialmente representado pela irrigação. As cidades mesopotâmicas, por exemplo, formavam um conjunto murado de largas ruas retilíneas, com pátios internos ajardinados e prédios com alguns pavimentos de altura, que, especialmente na Babilônia, adotavam as técnicas de coberturas planas e abundantemente ajardinadas (jardins suspensos) para fins de conforto microclimático (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

Nas Civilizações Orientais, os ambientes urbanizados surgiram mais tardiamente, devido à economia fortemente alicerçada na agricultura, a exemplo das cidades chinesas, que seguiram o padrão de sistema ortogonal de quadras, contrastando com seus espaços abertos urbanos, de aspecto formal delicado, com predomínio quase absoluto de elementos naturais, inclusive na busca da “imitação da natureza” (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

Em geral, as Civilizações Ocidentais destinavam espaços urbanos específicos para funções místicas. No Egito, as principais cidades deste período desenvolveram-se ao longo do vale do rio Nilo, buscando a escala metafísica (dos deuses) para os espaços sagrados, com monumentos simbólicos invariavelmente marcando a paisagem (JELLICOE; JELLICOE, 1995). Os pátios, normalmente irrigados, e os espaços abertos, em especial as praças, possuíam linguagem arquitetônica característica, onde era acentuada a perspectiva; a vegetação era explorada por suas flores, frutos e sombra, já ocorrendo o transplante de árvores adultas e seu deslocamento a grandes distâncias.

A Grécia adotava os conceitos egípcios na escala do homem. Como princípio, suas *polis* eram estruturadas em cidade alta – onde se encontrava a acrópole (áreas sagradas) – e cidade baixa – onde se estabeleciam as áreas privadas e públicas, com destaque para a “ágora”, que tem o significado da evolução de praça de mercado para espaço político (MUMFORD, 1998). Assim como na cultura egípcia, princípios de composição dos espaços valorizavam o ritmo, proporção e harmonia. Embora os jardins fossem usualmente simples, existia relativo conhecimento sobre plantio e cuidados com árvores.

As cidades romanas continham vias principais com colonatas, arcos e monumentos, sendo os núcleos urbanos coloniais organizados em sistema ortogonal e articulados entre si de forma a consolidar o conceito de rede de cidades. Nos espaços abertos urbanos, predominavam monumentos de grandeza material, com elementos construídos se sobrepondo ao uso da vegetação, que era subjugada à forma regular e retilínea daqueles elementos. Os jardins buscavam a interpenetração do espaço interior com o exterior.

Da mesma forma que os aglomerados pré-históricos, as cidades antigas também eram fortemente dependentes da proximidade da água para consumo humano e de solos férteis para desenvolvimento de atividades agrícolas, sendo o relevo fator determinante do traçado urbano. Em várias regiões, a necessidade de amenização climática promoveu o estabelecimento da irrigação e da drenagem das terras na paisagem regional.

A organização das cidades era intimamente relacionada à espiritualidade (áreas sagradas), presenciando-se, no próprio espaço urbano, a estratificação de classes, sendo suas funções especialmente voltadas ao comércio, como base para a agricultura e para a pecuária.

Com o extravasamento das cidades e com o crescimento da sua população, ocorreu o desenvolvimento da técnica urbanística. Mesmo assim, Roma, que no final do período possuía cerca de 1.000.000 habitantes, enfrentava diversos problemas urbanos (FERRARI, 1991).

Na Idade Média, o ambiente urbano era compacto, com presença de claustros, sendo protegido por muralhas e fossos (CARVALHO, 1982). A origem das cidades medievais pode ser reportada a três situações peculiares: consolidação das cidades antigas, expansão dos burgos e surgimento de núcleos em entroncamentos de vias destinados a feiras. Contínham pouca vegetação e a igreja constituía o centro da vida comunitária (JELLICOE; JELLICOE, 1995), sendo as praças destinadas especialmente ao comércio (mercado). Na paisagem regional, era evidente a diferenciação entre a cidade e o campo.

Essas cidades compactas promoviam diversas alterações microclimáticas, que determinavam, por sua vez, a irrigação de pátios e claustros. Fortes características de desconforto ambiental urbano eram oriundas do mau odor e da deficiência de insolação e ventilação, como resultados da intensa insalubridade urbana (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

No período arábico, a sobriedade do exterior era contraposta à profusão de detalhes do interior, com a composição dos espaços abertos baseada na simetria, sendo os pátios irrigados, com valorização da cor e perfumes. Nos períodos Românico e Gótico, ocorria a modulação simétrica e geométrica de elementos construtivos, além de estruturas gigantes, sendo característica a dominância vertical na paisagem (CARVALHO, 1982). Os pátios eram conformados com plantas medicinais e flores, com valorização de vegetação e fauna alóctones.

As cidades da Idade Moderna refletiram o racionalismo do momento. A rua representava a unidade de planejamento urbano e as plantas das cidades eram baseadas em quarteirões.

Durante o Renascimento, foram projetadas as chamadas “cidades clássicas” (BENEVOLO, 1997), com traçados regulares, em formato de estrela, cujas ruas irradiavam de espaços centrais com praças e/ou construções, estabelecidas por funções estratégicas ou estéticas. O desenho dos espaços abertos urbanos era baseado na composição arquitetônica, com emprego sistemático das ordens antigas. Os jardins eram integrados à arquitetura, com predominância de traçados retilíneos, procura por locais de vista panorâmica e aproveitamento de diferenças de nível. Os elementos construídos eram utilizados em profusão, sendo a vegetação subjugada ao desenho.

No Barroco, o traçado da cidade era semelhante, porém o espaço urbano ganhou maior movimento pelas composições com forte índole passional (“cidade cenário”); a simetria era relativa (em composição, mas não em detalhes), na procura por liberdade de composição (JELLICOE; JELLICOE, 1995). A maior representatividade dessa época relaciona-se aos grandiosos jardins dos palácios, com uso mais contido dos elementos construídos e valorização dos canteiros em *broderie* (bordado).

No Romantismo, período que já reflete as conseqüências da Revolução Industrial – que se concretiza no início da Idade Contemporânea, houve a retomada de expressões sentimentalistas e naturalistas, de nítida influência chinesa, com uso de poucos elementos construídos. Os espaços abertos possuíam traçado livre e sinuoso, onde se destacavam praças e parques.

No Brasil, o início do desenvolvimento urbano se deu no litoral, com três origens principais (FERRARI, 1991): aldeamentos indígenas – com traçado em grade e destaque em praça central (largo da matriz); com funções militares – irregular por basear-se em pontos estratégicos; e de suporte aos ciclos econômicos do açúcar e da mineração – com estilo barroco na arquitetura e medieval no traçado urbano. Podiam ser, ainda, aglomerações locais ou derivadas da circulação (pousos, encruzilhadas etc.).

### 3 – Presente

A Revolução Industrial é considerada um dos fatos mais importantes da Idade Contemporânea, usualmente denominada de “Idade da Máquina”.

As grandes crises políticas mundiais se refletiram sobre a questão econômica e contribuíram para a transformação dos núcleos urbanos, notadamente em razão do seu acelerado crescimento populacional, gerando periferias com precárias condições sociais e ambientais, especialmente em países menos desenvolvidos.

Segundo Benevolo (1997), a nova configuração urbana resultante da presença das indústrias resultou na degradação ambiental das cidades. O movimento dos parques públicos e a criação de sistemas de áreas verdes representam significativas formas de reação à deterioração do meio urbano (JELLICOE; JELLICOE, 1995).

No Brasil, foi adotado geralmente o traçado em forma de grade. Com a Revolução de 30, e conseqüente derrubada do feudalismo agrário, foram estabelecidas as cidades ecléticas do ciclo da industrialização.

Segundo Macedo (1999), constituem períodos característicos do paisagismo brasileiro: Ecletismo, com inspiração em obras européias do século XIX, sob duas linhas projetuais características (Classicismo e Romantismo); Modernismo, com rompimento com a visão européia, sofrendo fortes influências nacionalistas; e Contemporâneo, com várias expressões compositivas, englobando inclusive releituras do Modernismo e do Ecletismo, aparecendo preocupações ecológicas.

Na Idade Contemporânea, acontece a paulatina exploração mais intensiva dos recursos naturais do planeta. A paisagem urbana é objeto de intervenções variadas, especialmente pela liberdade de expressão originada pelos novos materiais e técnicas construtivas (CARVALHO, 1982). À simplicidade e harmonia é contraposta a imponência e arrojo compositivo. São significativos os contrastes de formas, materiais e cor proporcionados pelas inúmeras correntes contemporâneas de intervenção paisagística.

A intensidade de transformação do ambiente das cidades contemporâneas gera inúmeras transformações do suporte natural e das próprias bases do sistema antrópico (HARDT; HARDT, 2004b). Por decorrência, este cenário amplia a complexidade e as dificuldades da gestão urbana.

### 4 – Futuro

Com o desenvolvimento vertiginoso da tecnologia, continuidade da explosão demográfica, ampliação do consumo de recursos naturais e manutenção do ritmo de crescimento das cidades, percebe-se a tendência futura de formação de um cenário urbano em que o uso dos recursos naturais se aproxima da exaustão e a estratificação da sociedade é ampliada pelo aumento da pobreza e da fome da população.

Embora não se possa definir com precisão os limites da capacidade de suporte do planeta, sobretudo pela incorporação de inovações tecnológicas que permitem a otimização de sua exploração, pode-se afirmar, contudo, que a tendência futura aponta para o seu esgotamento.

O processo global de “mundialização”, descrito por Santos (1985) há duas décadas e hoje reconhecido como “globalização”, tende à homogeneização de usos, costumes e produtos, dentre outros aspectos. A quebra da distância espacial, proporcionada pela tecnologia de comunicação, deverá se ampliar ainda mais. Esta tendência permite se vislumbrar a redução gradativa de características específicas da paisagem local, resultando na “padronização das cidades”.

Constantemente, são desenvolvidos estudos sobre novas formas de urbanização (TYLER, 2000), abrangendo várias tipologias de cidades, onde sejam minimizados os alarmantes problemas atuais e interrompidas as perspectivas de ampliação do caos urbano.

Como principais vetores de convergência para o desenvolvimento das cidades, pode-se considerar as tipologias que levem em conta as relações harmônicas da urbanização com o suporte natural, especialmente centradas na manutenção da biodiversidade, no desenvolvimento da biotecnologia, na valorização da reciclagem, na revitalização de bens e na conservação de energia limpa, dentre outros fatores.

Por outro lado, embora haja consciência de sua perversidade, é previsível a ampliação da estratificação social. Também é possível se prever a tendência da abolição progressiva da propriedade privada do solo em algumas comunidades, contraposta à concessão do seu uso em áreas urbanas.

As oportunidades impostas pelas novas tecnologias permitirão a organização de paisagens com mudanças significativas de seus componentes. Uma das conseqüências deverá ser a construção maciça de “espaços inteligentes”, a partir da informatização e da automação. Outro aspecto a ser destacado consiste no aumento ainda mais significativo da velocidade dos meios de comunicação e transportes, que se, por um lado, conferirá maior agilidade nas relações comerciais e humanas, por outro, deverá conduzir o homem a outras formas de convivência e de percepção da paisagem.

## 5 – Conclusões

A partir do exposto, depreende-se a necessidade de compreensão do processo histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos no âmbito do desenvolvimento sustentável. Para Hardt e Hardt (2004a), podem ser elencadas algumas alternativas para a sustentabilidade urbana, visando à prevenção, correção e/ou minimização de conseqüências adversas da urbanização, bem como à potencialização de seus efeitos positivos.

Dessa forma, com a meta precípua de fornecer subsídios para a elevação dos níveis de qualidade de vida urbana, apresenta-se, a título de exemplificação, possibilidades de sustentabilidade para diretrizes projetuais de intervenções em paisagens e espaços urbanos em diversas categorias: física (conforto microclimático, regularização hídrica, estabilidade dos solos, controle da poluição sonora, atmosférica, hídrica, edáfica etc.), biológica (controle da redução da biodiversidade, revegetação de áreas inertes, recuperação de habitats naturais e controle do sinantropismo), territorial (conforto ambiental, minimização da poluição visual, otimização da infra-estrutura e saneamento ambiental), social (conscientização irrestrita, valorização cultural, atendimento de necessidades básicas e responsabilidade solidária), econômica (valorização de atividades, minimização de riscos para investimentos, adoção de visão empreendedora, melhoria de renda e geração de empregos) e institucional (ampliação da capacidade de administração, participação comunitária, regulamentação normativa específica e gestão democrática).

Com origens e percursos diferenciados, a cidade constitui um fato histórico, geográfico e social muito recente na história do Universo. A estrutura criada para abrigar, de forma concentrada, os homens, sofre influências marcantes do desenvolvimento do conhecimento e da cultura local. A paisagem urbana é, portanto, objeto e resultado de mudanças proporcionais à velocidade

dessas novas situações, gerando a constante preocupação de garantir melhores condições aos seus usuários.

## Bibliografia

- BENEVOLO, L. *História da cidade*. Tradução de Sílvia Mazza. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CARVALHO, B. de A. *Arquitetura no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1982.
- CEUR – Centro de Estudios de la Urbanización. *Guía metodológica de capacitación en gestión ambiental urbana para universidades de América Latina*. Santiago de los Caballeros, 1996.
- CHILDE, G. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DIAS, G. F. *Elementos de ecologia urbana e sua estrutura ecossistêmica*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997. Série Meio Ambiente em Debate.
- FERRARI, C. *Curso de planejamento municipal integrado*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
- GEDDES, P. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.
- HARDT, L. P. A. *Subsídios à avaliação da qualidade da paisagem urbana: Aplicação a Curitiba – PR*. 2000. 323 p. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Relações do processo histórico de urbanização com o sistema ambiental. In: SEMINÁRIO A QUESTÃO AMBIENTAL URBANA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 1., 2004, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB-NEUR/CEAM/ IPEA, 2004a. (meio digital).
- \_\_\_\_\_. Subsídios à formulação de políticas de gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: ENCONTRO DA ANPPAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. *Anais...* Indaiatuba: ANPPAS, 2004b. (meio digital).
- JELICOE, G.; JELICOE, S. *El paisaje del hombre; la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- MACEDO, S. S. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edição do autor, 1999.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REZENDE, D. A.; FREY, K; BETINI, R. C. Governança e democracia eletrônica na gestão urbana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM GESTÃO URBANA, 1., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ Université de Technologie de Compiègne, 2003. (meio digital).
- RODRIGUEZ, J. M. M. Desenvolvimento sustentável: Níveis conceituais e modelos. In: RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da. *Desenvolvimento local sustentável*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- TYLER, N. *El diseño de la ciudad del futuro: ciudadano sostenible?*, 2000. Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk>>. Acesso em: 30 jun. 2004.

# O ESPAÇO LIVRE CORPORATIVO EM SÃO PAULO – O CONCEITO DE ESPAÇO LIVRE PARTICULAR DE USO PÚBLICO

CORPORATE OPEN SPACES IN SÃO PAULO – THE CONCEPT OF PRIVATELY OWNED PUBLIC OPEN SPACE

**HEPNER, Alexandre**

Aluno de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP e pesquisador do Projeto Quapá, com bolsa de iniciação científica pela Fapesp.

E-mail: hepnerz@yahoo.com.br

## RESUMO

Este artigo consiste numa breve apresentação de uma pesquisa que vem sendo realizada há cerca de três anos junto ao Projeto Quapá sobre as características espaciais, morfológicas e de desenho urbano das centralidades corporativas em São Paulo. Partindo de uma discussão em torno da apropriação pública do espaço privado e das relações entre as grandes empresas, o mercado imobiliário e o poder público, este trabalho tem por objetivo identificar as vertentes contemporâneas da produção paisagística corporativa através do estudo dos projetos mais significativos que compõem os sistemas de espaços livres dos centros empresariais da metrópole.

**Palavras-chave:** Paisagismo, arquitetura corporativa, praça corporativa.

## ABSTRACT

*This paper consists in a brief presentation of a research that has been undertaken for around three years in association with the Quapá Project about the morphology, urban design and space characteristics of corporate centralities in São Paulo. Starting from a discussion about the public appropriation of private space and the relationship between large business companies, the real state market and the public administration, this work aims to analyze the contemporary corporate landscape architecture through the study of the most significant projects that compose the business centers of the metropolis.*

**Key words:** Landscape architecture, corporate architecture, corporate plaza.

## Introdução

Numa cidade, desenvolvem-se atividades dos mais diferentes tipos, englobando a enorme diversidade de aspectos que compõem a vida cotidiana do cidadão que ali habita, dentre os quais o trabalho, a habitação, o lazer, as manifestações culturais, entre muitos outros. Algumas destas atividades, de acordo com sua importância social, cultural, política ou econômica, vêm a adquirir maior ou menor destaque: enquanto algumas envolvem um número pequeno de pessoas e se desenrolam despercebidamente, outras envolvem contingentes numerosos e têm repercussões significativas para boa parte da população.

Desta maneira são estabelecidas relações hierárquicas entre as diferentes atividades, de forma a compor uma rede que aumenta em complexidade conforme também aumenta o tamanho da cidade nas quais estão inseridas. Numa metrópole com as dimensões de São Paulo, nas quais são realizadas atividades de âmbito não apenas urbano, mas também regional, nacional e até mesmo global, esta rede pode adquirir proporções incomensuráveis.

Como cada atividade ocupa um espaço específico dentro da cidade, estes espaços acabam sendo caracterizados pela sua função, traduzindo espacialmente esta rede de relações hierárquicas.

Por conseguinte, no contexto de qualquer cidade, há uma diferenciação de valores entre os seus espaços: alguns assumem um maior valor simbólico, seja por possuírem alguma importância de caráter histórico, constituírem alguma espécie de marco, por concentrarem alguma função específica, ou por estarem sujeitos a alguma condição ambiental vantajosa.

É a partir deste pressuposto que se passa a reconhecer a existência da *centralidade* num ambiente urbano. Admitindo-se que num determinado espaço possa se desenvolver alguma atividade de maneira exclusiva, seja de caráter comercial, religioso, administrativo, ou qualquer outro, conclui-se que eventualmente este se torne destino de parte expressiva dos deslocamentos da população. Isto pode acontecer com uma grande ou pequena frequência; por exemplo, um templo pode receber fiéis apenas anualmente, durante alguma festividade de caráter religioso, enquanto um mercado pode concentrar diariamente uma grande quantidade de visitantes. O que importa é que ambos, a sua maneira, representam uma centralidade porque são pontos para os quais as pessoas, eventualmente, convergem, com o intuito de realizar alguma atividade específica. A estes tipos de atividades dá-se o nome de *funções centrais*.

Nas grandes cidades contemporâneas, as funções centrais correspondem, em geral, ao mais expressivo grupo de atividades econômicas que compõem o sistema de produção capitalista: o setor terciário. O centro das principais metrópoles do mundo é ocupado intensamente pela presença de edifícios de escritórios, sedes de empresas e corporações, hotéis e agências do setor financeiro, e São Paulo não é uma exceção: diversos bairros da cidade estão repletos de empreendimentos do gênero, sobretudo no quadrante sudoeste, tido tradicionalmente como o reduto das elites e como a região mais valorizada e privilegiada da cidade.

Nestas centralidades em que as atividades terciárias são predominantes, a instalação densa de empreendimentos comerciais e de serviços levou à conformação de situações urbanas marcadas por características espaciais e morfológicas significativas, distintas das existentes no restante da cidade. Além disso, estruturou-se nestes locais um sistema de espaços livres bastante diferenciado, marcado pela integração entre espaços públicos e privados e pelo uso de tratamentos paisagísticos sofisticados. Estas características tornam as centralidades terciárias de São Paulo um importante objeto de estudo, o qual vem sendo, há quase três anos, alvo de uma pesquisa desenvolvida junto ao Projeto Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil.

## O espaço livre particular de uso público

Provavelmente a principal característica espacial que difere as centralidades de São Paulo de outras regiões da metrópole é a existência significativa de espaços de transição entre os espaços públicos e privados. Muitas vezes, o transeunte comum tem dificuldade em perceber a separação entre ambos, pois em diversos empreendimentos corporativos os limites entre lote e passeio público não estão claramente demarcados por muros, grades, pisos diferenciados ou outros tipos de marcos visuais, como é comum no restante da cidade. Como resultado, também se torna turva a linha que separa o que é de propriedade privada e de propriedade pública; os dois conceitos passam a se confundir e o contraste entre ambos deixa de ser tão explícito. De quem é a propriedade destes espaços, se estão dentro de lotes privados mas qualquer um pode acessá-los? Para chegar-se a alguma conclusão sobre o assunto, torna-se necessário rever o próprio conceito de propriedade.

A Constituição Brasileira de 1988 garante aos cidadãos o direito à propriedade particular do espaço físico. Em conseqüência, todos os espaços podem ser divididos entre aqueles cuja posse é privada e aqueles de posse pública. O sistema de espaços livres públicos – que inclui as ruas, as praças, os parques, as calçadas e outros passeios públicos – pertence a toda a população, e portanto estes espaços podem ser acessados livremente por toda e qualquer pessoa, ainda que em alguns casos hajam restrições de uso estabelecidas pelas autoridades públicas, como,

por exemplo, os horários de funcionamento dos parques. Em contrapartida a este direito de propriedade, toda a sociedade deve arcar, através do pagamento dos impostos, com os custos da construção e manutenção de tais espaços públicos.

Por outro lado, possuir a posse privada de algum espaço significa, de um modo genérico, que é o proprietário quem estabelece as restrições de uso e acesso, e a população é obrigada a obedecê-las, ainda que não concorde com as mesmas (obviamente, o proprietário não pode estabelecer regras que entrem em conflito com as leis de sua sociedade); em contrapartida, o proprietário é o único responsável pelo custeio da manutenção de seu próprio espaço.

Partindo-se destes dois pressupostos, teoricamente deveria ser uma tarefa bastante simples reconhecer a separação e as diferenças entre o espaço privado e o público. No entanto, a tarefa complica-se quando se percebe a existência de situações intermediárias, no caso de espaços que são de propriedade particular mas que podem ser acessados e utilizados pelo público em geral – situação na qual se encontra boa parte do espaço livre corporativo. Neste momento, muitos geralmente recorrem ao ambíguo termo “semi-público” para caracterizar este tipo de espaço. Existe, no entanto, muita controvérsia sobre a utilização desta nomenclatura: na verdade, não seriam estes espaços “semi-privados”? Qual a diferença entre as duas designações? Há quem considere como semi-públicos os espaços que são efetivamente de propriedade pública, mas que possuem restrições de uso, como parques, estações de trem e terminais de ônibus, já que estes não podem ser acessados universalmente da mesma maneira que as ruas e praças. Sob este ponto de vista, seria inadequado empregar o termo “semi-público” para tratar sobre o espaço livre corporativo. Paralelamente, o emprego da expressão “semi-privado” também pode gerar bastante polêmica: como um espaço pode ser semi-privado, se é propriedade de alguém? Ao instituir que algo é apenas “parcialmente privado”, não estaria, desta forma, se infringindo o direito inalienável do proprietário à sua propriedade?

Deixando de lado esta discussão semântica, defende-se aqui a adoção, para caracterizar estas situações especiais, da expressão “espaço livre privado de uso público”. Nos Estados Unidos, este conceito já foi consagrado através da expressão *privately owned public open spaces* e a muitas das cidades de grande porte contém em sua legislação urbana uma postura específica perante a produção deste tipo de espaço. Para compreender completamente seu significado, o mais indicado é separá-la em duas partes: “espaços livres privados” indica que o espaço é de posse privada, com todos os direitos e deveres implícitos nesta situação. O proprietário arca com os custos de manutenção, é ele quem custeia sua construção, também é ele o responsável por definir o programa e o projeto deste espaço, e este é livre para vendê-lo para outro indivíduo. Mas a segunda parte da expressão, “de uso público”, significa que o proprietário abriu mão de estabelecer as “regras de uso”, permitindo o uso e o acesso de toda a população, ainda que, novamente, possam ser feitas restrições, como em relação aos horários de uso. Geralmente o proprietário do espaço faz esta concessão com alguma intenção, seja de facilitar o acesso para o empreendimento, aprimorar as condições de conforto ambiental no interior de seu lote, ou valorizá-lo esteticamente e simbolicamente com algum tratamento paisagístico especial.

É nos empreendimentos comerciais e de serviços que surgem com maior frequência os espaços livres privados de uso público, pois é principalmente nesta modalidade de empreendimento que a existência de tais espaços corresponde aos interesses do proprietário. Entre os fatores que estimulam o surgimento destes espaços, destaca-se a possibilidade de facilitar o acesso de clientes e consumidores, a valorização a imagem do estabelecimento ou da marca, e a criação de espaços de descanso e contemplação para visitantes e funcionários. E quando o projeto arquitetônico e paisagístico destes espaços é de boa qualidade, em geral também há uma melhoria qualitativa do sistema de espaços públicos lindeiro, pois a abertura dos lotes aumenta a sensação de amplitude e permeabilidade do sistema público, além de oferecer áreas de estar adicionais e opções múltiplas de circulação à população em geral.

## Espaço livre corporativo

Apesar de o espaço livre de todos os empreendimentos do setor terciário serem relevantes para o presente estudo, os mais significativos são aqueles inseridos nos setores mais expressivos da economia, pois em geral é necessária uma grande acumulação de capital para a execução das obras de maior porte. Assim sendo, os principais exemplos de espaço livre corporativo são justamente as torres que abrigam escritórios de grandes empresas e corporações, em especial as multinacionais, e os bancos e outros negócios ligados ao setor financeiro.

Os vultuosos investimentos necessários à execução destas grandes obras, no entanto, nem sempre partem de uma única empresa ou grupo interessados na construção de sua sede. Existem também outros agentes do mercado imobiliário que realizam este tipo de empreendimento, e que subsistem da própria margem de lucro da construção e subsequente venda ou locação do imóvel: as empresas construtoras e as incorporadoras de capital. Nestes casos, o edifício pode conter apenas uma única corporação, mas pode também ser parcelado para abrigar uma grande empresa por pavimento ou conjunto de pavimentos, como no caso de muitos centros empresariais; pode ter ainda cada pavimento dividido em conjuntos ou blocos para escritórios menores, ou mesmo consultórios médicos. Outros casos seguem uma lógica de produção similar, embora produzam resultados diferenciados, como é o caso dos shopping centers, hotéis e flats, os quais também representam importantes objetos de estudo.

A estética que define o projeto de arquitetura do edifício corporativo considera que a imagem do edifício estará intrinsecamente relacionada à imagem da corporação que nele “reside”. A busca por uma imagem de grande valor simbólico – que demonstre os atributos da empresa, como, por exemplo, seu poderio financeiro, estabilidade, audácia e solidez – pode ser traduzida na arquitetura através de uma volumetria com linhas arrojadadas, do tratamento com materiais que traduzam a “sensação de modernidade”, e especialmente das próprias dimensões do edifício. Estes empreendimentos de grande porte muitas vezes exigem lotes amplos para sua implantação, o que conseqüentemente também resulta em espaços livres mais amplos e com tratamentos eventualmente mais sofisticados.



Figura 1: Centro histórico de São Paulo: ocupação em “quadras-bloco”

Crédito: *Silvio Soares Macedo, 2001*

## Espaços corporativos em São Paulo

Diversas regiões da cidade de São Paulo abrigam hoje atividades centrais, mas nem todas estas centralidades se consolidaram concomitantemente ou de maneira semelhante. Pelo contrário, trata-se de um longo processo de expansões sucessivas da centralidade que se desenvolveu ao longo do século XX: os usos comerciais e de serviços gradativamente substituem as outras atividades que eram desenvolvidas num determinado local até tornarem-se hegemônicas; a partir daí, este espaço torna-se saturado e a centralidade é forçada a expandir-se para uma nova fronteira.

Conforme se amplia a demanda por novos espaços para as atividades comerciais, novas regiões da cidade passam por um processo de “terceirização”, ou seja, de conversão numa zona em que o maior agente produtor do es-



Figura 2: A avenida Paulista em sua conformação atual – o centro financeiro da América Latina  
Crédito: Silvio Soares Macedo, 2003



Figura 3: Avenida Brigadeiro Faria Lima  
Crédito: Silvio Soares Macedo, 2003

paço é o setor terciário. Antigos bairros residenciais passam, desta forma, a ser dominados por bancos e escritórios, entre outros empreendimentos do setor. Este processo pode transcorrer de diversas maneiras. Se esta transformação se der de forma não planejada, à mercê do mercado imobiliário, a tendência é produzir uma ocupação hegemônica da atividade mais lucrativa, excludente da população original, especialmente se esta for de camadas de baixa renda. A ausência de limitações suficientemente restritivas de taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento pode permitir um adensamento excessivo, do qual podem decorrer a saturação da infra-estrutura do bairro, em especial a viária, e a fragmentação do sistema de espaços livres. Por outro lado, a valorização imobiliária pode se traduzir em grandes melhorias para a região. Tudo isto depende da amplitude e de como se dá a intervenção da administração pública na consolidação destas áreas. As características espaciais e morfológicas de um trecho urbano específico estão, portanto, intrinsecamente relacionadas ao contexto da época em que estes espaços se consolidaram, especialmente no que diz respeito às atuações do mercado imobiliário e da administração pública na produção do espaço urbano.

Em São Paulo, este processo de expansão da centralidade iniciou-se na década de 1950, conforme as atividades terciárias passavam a se tornar hegemônicas no antigo centro histórico. Neste momento, com a degradação do centro provocada pela saturação das atividades comerciais, a centralidade paulistana começou a expandir-se gradativamente para novas fronteiras, seguindo majoritariamente em direção ao rio Pinheiros ao longo do chamado “vetor sudoeste”. Este fenômeno, que já foi discutido por autores como Flávio Villaça<sup>1</sup> e Heitor Frúgoli<sup>2</sup>, constitui uma das bases da presente pesquisa, pois em cada uma de suas fases é possível se reconhecer uma distinta tipologia predominante para os edifícios corporativos que por sua vez

Crédito: Alexandre Hepner, 2006



Figura 4: Brasilinvest Plaza, projeto de Ayako Nishikawa na confluência das avenidas Rebouças e Brig. Faria Lima

Crédito: Alexandre Hepner, 2004



Figura 5: Cetenco Plaza, projeto paisagístico de Luciano Fiaschi na avenida Paulista: uma das praças corporativas mais conhecidas da cidade

Crédito: Alexandre Hepner, 2005



Figura 6: Praça corporativa articulando as três torres e o shopping center do Centro Empresarial Nações Unidas, na Marginal do Pinheiros, com projeto paisagístico do escritório DW/Santana

resultam em sistemas de espaços livres diferentes.

Até o final da primeira metade do século passado, a tipologia que se consagrou no centro histórico é a típica da “verticalização européia”, na qual os edifícios ocupam toda a extensão do lote, conformando as “quadras-bloco” (Figura 1), dentro das quais inexistem espaços livres (com exceção dos exíguos fossos de ventilação). Esta forma de ocupação específica, em que as quadras são completamente edificadas, teria se consagrado no Centro não apenas porque era de interesse do mercado imobiliário, mas também justamente por que era exigida pela legislação urbana vigente na época.

Espaços livres corporativos significativos apenas viriam a surgir durante a década de 1960, quando começaram a se instalar na avenida Paulista edifícios-sede de grandes bancos e empresas ligadas ao setor financeiro (Figura 2). Neste período, devido à nova legislação que exigia a existência de recuos pré-determinados para garantir a iluminação e ventilação entre os edifícios, consolidou-se a forma de ocupação do lote que até hoje é a mais freqüente em São Paulo: a do edifício isolado no centro do lote, cercado por estreitas faixas de recuo. Este modelo, contudo, propiciou também o surgimento no interior dos lotes de espaços livres fragmentados, desconectados do amplo sistema espacial urbano.

A próxima vertente de expansão da centralidade se dá na década de 1970 com a avenida Brigadeiro Faria Lima. Porém, o caráter dos espaços livres corporativos ali instalados se diferencia dos anteriores devido às restrições de aproveitamento do

Crédito: Alexandre Hepner, 2005



Figura 7: Jardim da sede do Bank Boston, na Marginal do Pinheiros, elaborado por Isabel Duprat: o projeto incorpora influências do paisagismo de Burlle Marx  
Crédito: Alexandre Hepner, pner, 2005

Crédito: Alexandre Hepner, 2005



Figura 8: Brascan Century Plaza, no Itaim. O projeto paisagístico de Benedito Abbud representa um novo conceito de praça corporativa: o open mall, um shopping center a céu aberto  
Crédito: Alexandre Hepner, 2005

Crédito: Alexandre Hepner, 2005



Figura 9: Millenium Office Park, na Villa Olímpia: condomínio corporativo fechado composto por quatro torres de escritórios e um centro de convenções  
Fonte: Alexandre Hepner, 2005

solo construído impostas pela nova Lei de Zoneamento instituída em 1972, que garantiu a existência de espaços livres mais amplos com a adoção de taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento máximos muito mais restritivos que outrora (Figura 3).

A partir do final de década de 1980, acentuou-se a chegada ao Brasil de muitas das maiores empresas multinacionais, que demandavam para sua instalação empreendimentos de grande porte. As grandes torres corporativas passaram a ser implantadas em lotes de amplas dimensões, cujos espaços livres recebiam tratamentos paisagísticos cada vez mais sofisticados, como forma de valorizar a imagem das empresas ali instaladas. A expressão máxima desta tendência são as praças corporativas, grandes espaços livres de uso público inseridos dentro de lotes particulares, que na maioria dos casos estruturam o acesso a um conjunto de torres corporativas. Estes espaços geralmente adquirem grande valor simbólico, muitas vezes equiparável ou até superior ao da imagem das fachadas do edifício corporativo, pois se abrem para utilização por (teoricamente) todas as camadas da sociedade. Além disso, por ser interesse direto de seus proprietários o investimento na manutenção constante, muitas vezes encontram-se em condições de uso muito melhores do que os espaços públicos lindeiros. Ou seja, o capital privado, por assegurar a qualidade perene destes espaços, acaba conseqüentemente lhe conferindo uma posição privilegiada na hierarquia do sistema de espaços livres da cidade.

As praças corporativas começaram a surgir com maior expressão nas maiores metrópoles brasileiras

apenas nos anos de 1990. No entanto, alguns poucos projetos emblemáticos já haviam se instalado em São Paulo na década anterior, como o Brasilinvest Plaza (Figura 4), na avenida Brigadeiro Faria Lima, cujos espaços livres foram projetados por Ayako Nishikawa, e o Cetenco Plaza (Figura 5), na avenida Paulista, projetado por Luciano Fiaschi.

Atualmente, destacam-se as praças corporativas de “megaprojetos” empresariais localizados na Marginal Pinheiros, como os espaços livres do Centro Empresarial Nações Unidas (Figura 6), projetados pelo escritório DW/Santana, e do Bank Boston (Figura 7), projeto de Isabel Duprat.

Além destes projetos, no final da década de 1990 também começam a surgir alguns conceitos inéditos de espaços livres, como por exemplo o Brascan Century Plaza (Figura 8), de Benedito Abbud, empreendimento que conjuga atividades comerciais típicas de shopping centers com o espaço livre de praças corporativas, configurando *open malls*, verdadeiros shopping centers a céu aberto. Uma última tendência que tem se demonstrado gradualmente mais significativa é a configuração de condomínios corporativos fechados, compostos por diversas torres distribuídas ao redor de um espaço livre comum com tratamento bastante sofisticado, como é o caso do Millenium Office Park (Figura 9), empreendimento localizado na Vila Olímpia cujos espaços livres são projeto de DW/Santana.

## Notas

(1) VILLAÇA, 1998.

(2) FRÚGOLI JÚNIOR, 2000.

## Bibliografia

AKAMINE, Rogério. *Desenho da paisagem urbana: Avenidas Faria Lima, Paulista e Berrini*. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BIDERMAN, Ciro; GROSTEIN, Marta Dora; MEYER, Regina Maria Prosperi. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial, 2004.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *A centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Reinvente o seu bairro*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MACEDO, Sílvio Soares. *Espaços livres. Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo, n. 7, p. 15-56, 1995.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1994.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.

# ESPAÇOS LIVRES E ESPACIALIDADES DA ESFERA DE VIDA PÚBLICA: UMA PROPOSIÇÃO CONCEITUAL PARA O ESTUDO DE SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS NO PAÍS

OPEN SPACES AND PUBLIC LIFE SPATIALITIES: A CONCEPTUAL PROPOSAL TO THE  
RESEARCH OF THE COUNTRY'S URBAN OPEN SPACES SYSTEM

Akemi Hijioka, Antonio Augusto Delfim da Silva Santos, Danielle Klintowitz, Eugenio Fernandes Queiroga, Fábio Robba, Fany Cutcher Galender, Helena Napoleon Degreas, Karla Lopez Blanco Alvarez, Kim Ordonha Cyrillo, Lucila Lopes Cerqueira, Maria Helena de F. Preto, Naiara Luchini de Assis Kaimoti, Natália Pimenta Mambrini, Paulo Barreiros de Oliveira, Roberto Sakamoto Rezende de Souza, Silvio Soares Macedo, Sirlene Barbosa de Brito, Ulisses Dias Cambraia Sardão e Vanderli Custódio

## RESUMO

Este texto é o resultado da primeira etapa de trabalhos da fase número quatro do Projeto de pesquisa Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil, em desenvolvimento desde 1994 no Laboratório da Paisagem da FAUUSP, e que se voltará para o estudo teórico e metodológico dos sistemas de espaços livres na cidade brasileira, tendo como foco um conjunto das principais cidades de médio e grande porte do país. São apresentados conceitos que nortearão o novo processo de pesquisa, destacando-se os de espaço livre, sistema de espaços livres e áreas verdes.

**Palavras-chave:** Espaço, paisagem, sistema de espaços livres, espacialidades.

## ABSTRACT

*This paper is the result of the first part of the newest stage of projeto Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil in developing at FAUUSP. Nowadays the main subject of the research is the discussion of the adequate concepts to the open and green spaces in a brazilian urban reality and to investigate how it has been its development in the main brazilian cities.*

**Key words:** Space, landscape, open spaces system, spatial practices.

## Introdução

Na cidade brasileira contemporânea são cada vez maiores as demandas por espaços livres, em especial aqueles destinados ao lazer, recreação, conservação e preservação. Percebe-se alguma preocupação com o projeto e manutenção dos espaços livres de circulação e acesso, como ruas e avenidas, enquanto o tratamento de praças, parques e outros espaços livres de edificação são deixados em segundo plano pelas diversas gestões municipais, responsáveis pela normalização, fiscalização, produção e gestão de grande parcela do sistema de espaços livres urbanos.

Paralelamente, existe uma grande imprecisão na conceituação do termo espaço que livre, frequentemente confundido com a idéia de área verde, que, por sua vez, se sobrepõe ao conceito de espaço verde e assim por diante. Por outro lado, existe uma flagrante demanda por novos espaços livres na cidade brasileira, decorrente do expressivo processo de urbanização ocorrido, sobretudo, na segunda metade do século XX. Tais demandas foram parcialmente atendidas, e quando o são, concentram-se principalmente nas áreas destinadas às elites e às classes médias. Apenas nas três últimas décadas nota-se alguma preocupação do Poder Público de se voltar efetivamente para as camadas mais pobres e mesmo para as classes médias, devido ao real peso político que adquirem devido ao seu potencial de votos.

No cotidiano administrativo é comum a adoção do conceito área verde como um padrão de qualidade urbana e esta é avaliada por índices genéricos de distribuição, verdadeiras mágicas estatísticas que de fato não medem e não mostram a concreta realidade do sistema de espaços livres de cada localidade. Minimizam o papel real do sistema de espaços livres privados na estruturação da totalidade do sistema de espaços livres urbanos, encobrendo eventuais atendimentos de demandas, especialmente nas áreas mais ricas. Estas são, de longe, juntamente com as áreas mais centrais, os trechos urbanos mais bem aquinhoados com equipamentos e espaços livres públicos, quaisquer que seja sua finalidade.

Por outro lado, devido à citada omissão do Estado na produção e gestão dos espaços públicos, tem sido natural e freqüente a expansão da iniciativa privada na constituição e gestão de tais espaços, em geral inseridos em áreas condominiais de acesso restrito a poucos. Ressalte-se ainda o amplo processo de dispersão urbana em andamento, em especial nas últimas décadas em função da consolidação do veículo automotor como principal meio de transporte individual e coletivo no país. Este fato leva à criação de novas e diferenciadas demandas, que tornam anacrônicas idéias e conceitos de planejamento urbano e paisagístico então em voga.

A recente produção do sistema urbano de espaços livres pela ação privada é expressiva e envolve todas as camadas sociais. A falta de articulação entre as diversas propostas gera uma trama urbana individualizada e desconectada.

A cidade brasileira do ano 2006 se configura de diversas formas, com áreas centrais e seus bairros mais antigos compactos e contínuos ; com extensas áreas lineares e descontínuas se estendendo ao longo de rodovias e vias de trânsito rápido; com manchas isoladas e esparsas de condomínios de alto e médio padrão e de bairros populares espalhados pelo território municipal.

Este é o quadro de um processo de estruturação urbana cujo perfil paisagístico e ambiental deverá ser reavaliado .Os conceitos apresentados neste artigo , foram adotados de um modo preliminar, de modo a permitir o estabelecimento de uma primeira carta de parâmetros de discussão desta realidade, de modo que se possa criar uma base conceitual própria nacional sobre o assunto, até então fortemente balizados por padrões anglo-saxônicos, visivelmente pouco adequados a uma realidade latina e de um país com características peculiares e variadas como o Brasil.

## Conceitos

Para atingirmos uma fundamentação teórica que permita que o grupo de pesquisa, de âmbito nacional, possa compartilhar de uma mesma base, apresentamos o resultado de alguns pressupostos conceituais que foram debatidos pela equipe. Os conceitos estão aqui colocados de modo a se estabelecer uma primeira toca de idéias com todos que queiram estabelecer parcerias com processo de estudo por nós deflagrado, se pretendendo a partir da sua discussão e posterior desenvolvimento de fato estabelecer referências, apresentamos então os seguintes conceitos: espaço, paisagem, espaço livre, sistema de espaços livres.

## Espaço

O termo – espaço – possui significados distintos conforme a área de atuação. Ele não é apenas objeto de interesse da Arquitetura, mas também da Geografia, da Psicologia, da Filosofia e de outras áreas do conhecimento.

Como os geógrafos, os arquitetos entendem o espaço como uma totalidade. O espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996, p.19)<sup>1</sup>. A dimensão propositiva do olhar do arquiteto, porém, induz a uma fragmentação dessa totalidade em subespaços e à sua conseqüente adjetivação e/ou especificação (espaço urbano, espaço livre, espaço verde, etc.).

Os subespaços são categorizados, recebendo mais qualificações, de modo a que se diferenciem de outros para atender às especificidades e diferenças de escala dessa dimensão propositiva.

Na linguagem formal da arquitetura, paisagismo e urbanismo, utiliza-se o termo espaço adido de um adjetivo para definir o que seria um fragmento do espaço como totalidade (um subespaço). Por exemplo, o subespaço urbano é um fragmento do espaço que normalmente é chamado de espaço urbano e dentro deste subespaço existirão outros diversos subespaços ou sub-subespaços que são tratados simplesmente como espaço, mais a sua qualificação (espaço livre urbano, espaço edificado, etc.)

O espaço como um sistema de objetos e de ações, é uma instância social, pois é produto da natureza transformada pela sociedade. É o resultado da sociedade, ele se concretiza através de um processo histórico e, portanto, dinâmico.

O espaço pode ser apreendido de diferentes maneiras conforme a percepção de quem o capta (materialização e percepção). Pode ser identificado conforme o aspecto plástico, estético, cultural, material, porém a sua materialidade se expressa de maneira única e essa será vivenciada de maneiras diversas por cada ser.

O conceito de espaço está ligado à idéia de totalidade e a dinâmica do presente, podendo ser estudado a partir de categorias, tais como, função, estrutura, processo, em diferentes níveis de articulação.

## Paisagem

A paisagem é um recorte do espaço, ou seja, é uma categoria interna da totalidade. Segundo Macedo, *“a paisagem pode ser considerada como um produto e como um sistema. Como um produto porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total”*<sup>2</sup> (MACEDO, 1999, p. 11).

Assim, esses “produtos e sistemas” nascem do espaço apreendido e vivenciado e podem ser percebidos diferentemente conforme os padrões culturais presentes nos diversos grupos sociais. A paisagem, portanto, depende de uma dimensão perceptiva, mas tem, ao mesmo tempo, uma materialidade efetiva, vinculada a uma dimensão temporal. Desse modo, ela é a acumulação dinâmica de produtos de processos sociais e/ou naturais que resulta em uma fisionomia percebida pelo observador em um dado instante.

Os nossos sentidos, que permitem ações de reconhecimento e estranhamento, possibilitam muitas vezes a descoberta do novo. O novo percebido no cotidiano pode ser identificado como fragmentos de paisagem ou unidades de paisagem.

O recorte de estudo de uma paisagem é definido de acordo com critérios estabelecidos, podendo ser um parque, uma cidade, um vale ou uma bacia hidrográfica.

Desse modo, concordamos com Magnoli quando define a paisagem como *“conformação, configuração e ação”*<sup>3</sup> (MAGNOLI, 1982).

## Espaços livres de edificação

A estrutura espacial da cidade é composta por duas categorias de sub-espacos: os espacos edificados e os espacos livres de edificação. Segundo Magnoli: *“o Espaço Livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso”*, portanto o que define a diferença entre um espaço edificado e um espaço livre de edificação é a ausência de estruturas edificadas que configurem recintos ou

ambientes cobertos e fechados, isto é, a ausência de paredes e tetos (MAGNOLI, 1982)<sup>4</sup>. Assim, espaço livre é todo espaço não contido dentro de um invólucro.

Os espaços livres de edificação podem ser divididos em diferentes tipos tais como: as ruas, os quintais, os pátios, as calçadas, os terrenos, os parques e as praças, além de outros tantos por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia.

A articulação entre espaços livres e edificados configura e qualifica a forma urbana, organizando seus diversos tecidos.

O espaço livre normalmente está associado às áreas verdes na cidade e aos jardins urbanos. No entanto, sua definição o qualifica apenas quanto a sua condição de não confinamento, podendo eventualmente ser agregados outros adjetivos. O espaço livre de edificação pode ser “verde” (com vegetação), pode ser árido, poder ser alagado e assim por diante.

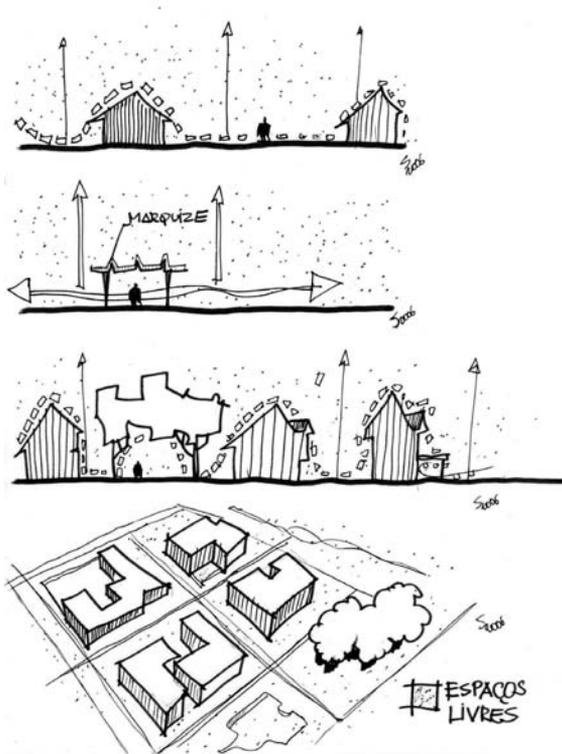


Figura 1: Espaços livres de edificações

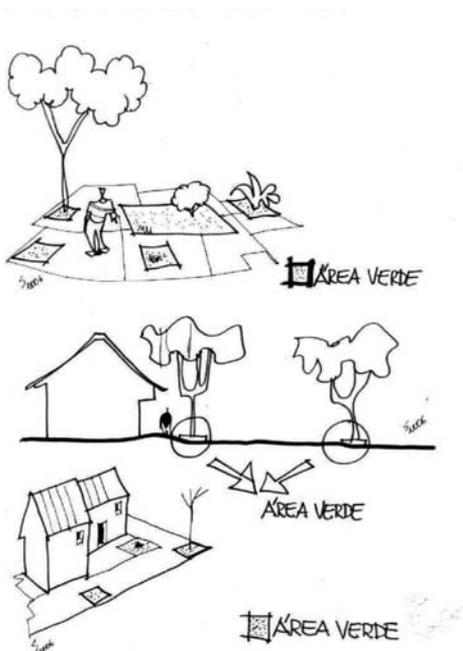


Figura 2: Área verde

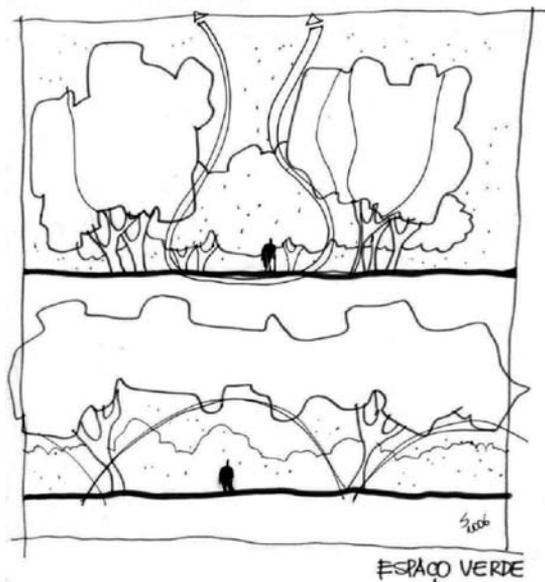


Figura 3: Espaço verde

A idéia de área verde é freqüentemente utilizada por arquitetos, urbanistas, paisagistas, geógrafos, etc. para qualificar ambiental e paisagisticamente as cidades, sendo freqüentemente associada a índices de origem duvidosa e claramente não comprovados em sua eficácia.

Área verde é toda e qualquer área que contenha vegetação situada em solo permeável. Essas áreas seriam uma categoria dos espaços livres de edificação. O termo *área verde* se difere do *espaço verde*. Espaço verde é estruturado total e predominantemente por vegetação, e não necessariamente têm solo permeável.

Podemos citar como exemplo uma rua arborizada. O seu volume plantado caracteriza um grande espaço verde, mas não uma área verde significativa, pois se encontra pouca área permeável e efetivamente plantada.

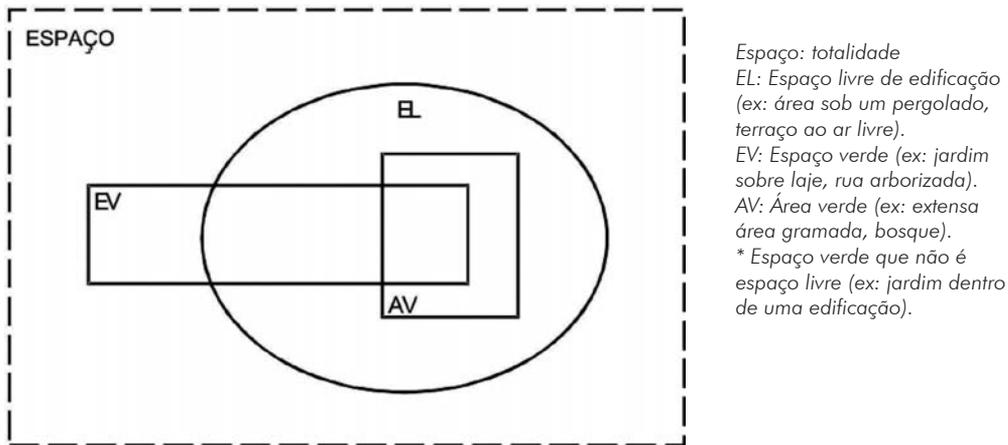


Figura 4: Relação entre o espaço e seus componentes: espaço livre, espaço verde e área verde

## Espaço público

O espaço público é aquele de propriedade pública e apropriação pública. Segundo Hannah Arendt, o termo público significa, em primeiro lugar, que *"tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível"* (ARENDDT, 2005, p. 59). Já a *"esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com outros, por assim dizer"* (ARENDDT, 2005, p. 62)<sup>5</sup>. O espaço público, portanto, é o lugar na cidade da prática de ações na esfera de vida pública.

O entendimento do espaço público depende de três aspectos:

1. **Questão fundiária** – Segundo o Código Civil, entende-se por propriedade pública tudo aquilo que pertence à União, Estado, Município, Autarquias e Fundações públicas. Estes bens públicos são divididos em três categorias conforme sua destinação: *bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens de uso dominial ou dominical*.

Os bens de uso comum do povo podem ser usados sem qualquer autorização comunitária ou igualitária. É o caso de mares, rios, estradas, ruas e praças. Seu uso pode ser tanto gratuito ou oneroso (pedágios).

Os bens de uso especial só podem ser usados para os fins ao qual foram destinados, tais como: escolas, teatros, museus, hospitais, etc, podendo ainda, serem alugados com lucro.

Os bens de uso dominial ou dominical constituem o patrimônio, podem ser vendidos ou alienados, de acordo com as exigências e necessidades, mas com desafetação<sup>5</sup>.

**2. Apropriação** – a esfera pública é determinada por um sistema de ações que lhe são próprias. Todo o espaço público é apropriado pela população, como por exemplo, as praças.

Entretanto a apropriação coletiva em determinados lugares de acesso restritivo, como por exemplo, os shopping centers, não pode ser entendida como espaço público, pois, tal ação se passa na esfera de vida social. Segundo Queiroga: *“A esfera de vida social atravessa tanto o mundo do trabalho como do ócio, trata-se da vida em grupos sociais relativamente homogêneos, mais numerosos que os integrantes da vida privada e menos heterogêneos que os necessários para a caracterização da esfera como pública.”*<sup>6</sup> Igualmente, ao que acontece nos clubes fechados, o sistema de ações desenvolvidos nestes espaços são limitados a determinados grupos sociais, caracterizando estes lugares como espacialidades sociais e não como espaços públicos. Do mesmo modo, em alguns espaços de propriedade privada pode se reconhecer práticas espaciais da esfera de vida pública, o que os caracteriza como espacialidades públicas (QUEIROGA, 2006).

Atualmente, dificilmente uma ação própria da esfera pública será partilhada por todos, e sim por vários grupos sociais diferentes; pode-se mesmo falar em “graus de publicidade” em função do maior ou menor número de grupos sociais envolvidos em determinado sistema de ações da esfera pública (QUEIROGA, 2006)<sup>7</sup>.

**3. Acessibilidade** – Identificamos diferentes graus de acessibilidade: físico, cultural, social, por normas e regras, etc. A acessibilidade cultural, por exemplo, depende dos códigos visuais do lugar. Não se pode confundir as restrições de acesso com as restrições de usos.

Como espaço público foi definido como de apropriação e propriedade pública, um parque cercado ou um zoológico, de propriedade do Estado, que requer pagamento, são considerados espaços públicos. O potencial de transparência, acessibilidade e visibilidade é maior no espaço público. Já, o termo “espaço coletivo”, deve ser usado quando temos uma esfera de vida social fora de um espaço fundiário público, é uma territorialidade privada com uso social, ou seja, só existe sob domínio privado.

## Sistemas de espaços livres

Sistema não é apenas um conjunto. Ele se define a partir do momento em que os elementos desse conjunto interagem, ou seja, quando eles estabelecem relações. Portanto, um sistema pode ser definido como uma estrutura que se organiza com base em conjuntos de unidades inter-relacionáveis por dois eixos básicos: o eixo das que podem ser agrupadas e classificadas pelas características semelhantes que possuem e o eixo das que se distribuem em dependência hierárquica ou arranjo funcional (HOUAISS, 2004)<sup>8</sup>.

Portanto, sistema é um complexo de elementos em interação com seus atributos próprios e estes atributos também interagem entre si. Qualquer totalidade ou todo organizado se constitui em um sistema, sendo suas relações fundamentais as constituintes de sua estrutura (ABBAGNANO, 1998, p. 909)<sup>9</sup>. A dimensão estrutural de um sistema não impede, entretanto, que ocorram transformações significativas no mesmo, tem-se assim a primazia do processo sobre a estrutura, do movimento dialético da história sobre os determinismos de qualquer ordem.

O sistema de espaços livres de uma cidade é o conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana, sua distribuição, suas conexões e suas inter-relações funcionais e hierárquicas. Portanto, o sistema de espaços livres de uma cidade engloba todos os espaços livres de edificação, ou seja, abarca todos os vazios que envolvem os cheios (volumes edificadas) e que estão conectados pela atmosfera e tem uma inter-relação de dependência e hierarquia.

Por exemplo, um terreno baldio vizinho a um edifício, hierarquicamente é menos importante para o uso público do que a praça que está em frente, mas ao mesmo tempo permite que o sol e o vento cheguem às janelas do edifício. Qualquer mudança que ocorre nesse terreno terá conseqüências sobre o sistema de espaços livres como um todo, como por exemplo, se o terreno for ocupado por edifício maior dificultando a insolação de área do entorno ou se esse for totalmente arborizado criando um habitat para a fauna urbana.

A formação de um sistema de espaços livres pode ser totalmente projetada, parcialmente projetada ou decorrente da somatória das intervenções locais, isto é, a existência de um sistema de espaços livres não presume a existência de um planejamento e um controle eficaz sobre este.

Nas cidades brasileiras encontram-se alguns casos de sistemas de espaços livres parcialmente projetados, como, por exemplo, o sistema de parques de Curitiba e o conjunto de áreas reservadas para futuras intervenções no plano diretor da cidade de Porto Alegre. No entanto, na grande maioria das cidades o sistema é oriundo do modo de ocupação e da somatória das intervenções, o que reforça a condição de descontrole por parte do Poder Público sobre a construção da paisagem urbana.

*“O sistema de espaços livres de São Paulo foi (mais) fruto do acaso e da somatória das ações dos empreendedores privados, que da ação premeditada por parte do poder público. Essa forma de produção do espaço urbano, dirigida, como é, por interesses privados, resultou num sistema de espaços livres, que se distancia das condições que propiciam melhor qualidade de vida para a população da cidade.”<sup>10</sup> (MENNEH, 2002, p. 200)*

## Notas

- (1) SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 19.
- (2) MACEDO, Silvio. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999, p. 11.
- (3) MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- (4) Idem nota 3.
- (5) ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005, p. 59 e 62.
- (6) QUEIROGA, Eugênio. *Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: O caso da megalópole do Sudeste*. In: MAGNOLI, Miranda; SOUZA, Saide. *Discutindo a paisagem*. São Carlos.
- (7) Idem nota 6.
- (8) HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- (9) ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- (10) MENNEH, Márcia Halluli. *O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

## Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MACEDO, Silvio. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999.
- MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MENNEH, Márcia Halluli. *O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

QUEIROGA, Eugênio. Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: O caso da megalópole do Sudeste. In: MAGNOLI, Miranda; SOUZA, Saide. *Discutindo a paisagem*. São Carlos, no prelo.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2000.

# PARQUE DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UM ESTUDO DE CASO

THE PARK OF THE CITY IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: A CASE STUDY

**JORGE, Vinie Pedra**

Arquiteta, urbanista e mestranda em Urbanismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCamp.

E-mail: v\_pedra@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente trabalho tem como proposta apresentar um estudo sobre o Parque da Cidade de São José dos Campos. Sua história, e suas relações com a memória local criaram uma identidade própria no sistema de espaços livres públicos do município. Originalmente projetado por Burle Marx como espaço de entorno das instalações da Tecelagem Parahyba foi apropriado mais tarde pela população do bairro, passando da condição de espaço privado a público e assumindo a identidade de parque da cidade. Propõe-se discutir os porquês de um parque inicialmente de propriedade privada ter estendido seus usos à esfera de vida pública e também compreender seu papel no contexto paisagístico da cidade.

**Palavras-chave:** São José dos Campos, Burle Marx, industrialização, parques urbanos, apropriação, espaço público.

## ABSTRACT

*The present work proposes to present a study about the Park of the City of São José dos Campos. Its history and its relations with the local memory have created its own identity in the system of public spaces of the district. Originally designed by Burle Marx as a space surrounding the textile industry Tecelagem Parahyba, the park has been appropriated by the population of the area, going from the condition of private to public space and assuming an identity of public park of the city. It is proposed to discuss the reasons why a park initially part of a private property has extended its uses to the sphere of public life and also to understand its role in the context of the landscape architecture in the city.*

**Key words:** São José dos Campos, Burle Marx, industrialization, urban parks, appropriation, public spaces.

## O surgimento de um parque público

Para uma melhor compreensão do sistema de objetos que formam a paisagem da cidade de São José dos Campos é necessário um maior entendimento dos vários momentos de desenvolvimento pelos quais esta cidade passou e conseqüentemente modificações em sua paisagem<sup>1</sup>.

O café foi o maior responsável pelo desenvolvimento da região durante praticamente 100 anos – de 1830 até meados de 1930 – modificando a paisagem do Vale para sempre<sup>2</sup>. Ao final dos anos 20 observa-se um grande crescimento na pecuária leiteira da região constituindo mais tarde a bacia Leiteira do Vale do Paraíba<sup>3</sup>. Apesar de a pecuária leiteira não ter sido uma atividade de grande relevância econômica tanto quanto o café para o município foi aquela que lhe substituiu, entretanto com menor densidade e importância como vemos em Santos (2002).

Com o surgimento da indústria na região do Vale do Paraíba há um crescimento econômico progressivo que leva ao um aumento significativo da população e a uma modificação da paisagem urbana joseense. Mudanças na vida social, econômica e cultural do município são percebidas e com a instalação de outras empresas a partir de meados de 1930 vem a modificar drasticamente bairros completos, trazendo emprego, tecnologia, e crescimento para a cidade.

O Vale, que provinha de um histórico de produção estritamente agrícola de cafeicultura tinha vários aspectos a seu favor: localização estratégica entre as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo – que já eram os principais centros de distribuição de consumo do país – muitas terras provenientes das antigas fazendas de café à disposição de investimento, e mão de obra – que se encontrava desempregada em virtude da queda da produção cafeeira. Desta forma, a região do Vale participa, desde o início, do processo de industrialização desde as últimas décadas do século XIX – quando o mesmo apesar de não ser o único grande produtor de café da região era a região mais urbanizada do interior – até o surgimento de indústrias de alta tecnologia como a Embraer, em 1969.

Parte deste importante desenvolvimento econômico e urbano do município se dá mais especificamente no bairro de Santana, porta de entrada da cidade na região norte que tinha por volta dos anos de 1920 um notável desenvolvimento e dinâmica urbana bastante intensa<sup>4</sup>: “O comércio de outro lado se apresentava de modo bastante desenvolvido e diversificado, fruto talvez da localização do bairro como ponto de ‘passagem forçada dos habitantes de Buquira, Patrocínio, S. Francisco Xavier, e sul de Minas, sem contar os inúmeros bairros que o município tem além – Parahyba’, esse comércio contava com treze casas de secos e molhados, quatro lojas de tecidos, um açougue, um bar e bilhar e dois salões de barbeiro.” Além do intenso comércio o bairro possuía intensa vida cultural, religiosa e folclórica, com a fundação de clubes literários, e grupos de dramaturgia bastante atuantes na comunidade. Em local privilegiado, tanto para o desenvolvimento do comércio como para a implantação das primeiras grandes indústrias têxteis o bairro recebe a implantação de indústrias como a Rhodosá de Rayon – Rhodia (1946) a Tecelagem Parahyba fundada em 1926 (Figura 1).

Com a instalação de indústrias de médio e grande porte e o crescimento do bairro, a vida recreativa e de lazer da população local acontece ora de maneira privada – em suas residências ou residências de vizinhos, ora nas ruas de maneira pública. Na ausência de espaços livres públicos como praças e parques, a família Gomes proprietária da Tecelagem Parahyba cede suas instalações para festejos populares e não só o operariado como a população do bairro participa de certa forma da vida privada desta família (Figura 2).



Figura 1: A construção da Tecelagem Parahyba  
Fonte: Arquivo Histórico da Fundação Cassiano Ricardo

A partir da abertura da propriedade da família Gomes à participação do operariado e à população do bairro há com o passar dos anos uma apropriação pública de seus jardins particulares de forma que mais tarde juntamente com toda a área da antiga Tecelagem, tornam-se o Parque da Cidade de São José dos Campos.

## O parque da cidade

Com o movimento de apropriação iniciado em meados de 1940 alternam-se festas da alta sociedade paulista e festas populares em seus jardins. (Figura 3) O futuro parque torna-se espectador da ascensão da família nos meios políticos e econômicos deste país, e participante ativo das manifestações sociais ocorridas no bairro que o abriga. Há ainda a presença constante de crianças da própria família, bem como, os filhos de operários da fábrica e de moradores do bairro que conviviam principalmente no período de férias escolares quando a Colônia de Férias da Tecelagem abria suas portas.



Figura 2: Festa da Padroeira da Tecelagem Parahyba: Nossa Senhora de Fátima

Fonte: Arquivo Histórico da Fundação Cassiano Ricardo



Figura 3: Festas da sociedade paulista nos jardins da residência de Olivo Gomes

Fonte: Arquivo Histórico da Fundação Cassiano Ricardo

Até então havia a antiga casa da família (atual Museu do Folclore), a Fazenda Santana do Rio Abaixo também pertencente à família e a Tecelagem. Mais tarde entre as décadas de 1950 e 1960 com a construção da nova residência de Olivo Gomes (1951-1957) – projeto do arquiteto Italiano Rino Levi e dos Jardins que a abrigavam (1961) por Burle Marx há uma unidade maior na propriedade (Figura 4).

Com a obra da residência da família Gomes uma série de novos projetos se sucede, entre eles: o projeto para o complexo industrial da Tecelagem Parahyba que abrange: o mercado e o Conjunto Residencial para Operários (1951 e 1953) – com creche, jardim da infância, centro de saúde e igreja – o galpão para equipamentos (1953), o hangar para aviões (1953) e posto de gasolina (1953), o estádio de futebol (1957) e a usina de leite Parahyba (1963)<sup>5</sup>. (Figura 5).

Apesar de sua existência e utilização pela população desde os anos de 1940 o parque foi apenas reconhecido como tal em 1996 quando oficialmente aberto para a população e nomeado Parque Roberto Burle Marx em homenagem ao idealizador dos jardins e de todo o paisagismo do parque. Apesar de sua importância, foram necessárias mais de sete décadas para que o Parque fosse considerado patrimônio arquitetônico e ambiental pelo Comphac<sup>6</sup>, sendo que em julho do mesmo ano (2004) o parque, que já era considerado público pela população, tornou-se “legalmente público” e pertencente à Prefeitura da cidade<sup>7</sup>.

Desde a desativação da área da tecelagem e de ter se tornado oficialmente um parque público o Parque da Cidade de São José dos Campos recebe visitação diária de mais



Figura 4: Residência Olivo Gomes  
– Projeto de Rino Levi (1951-1957)  
Fonte: Arquivo Histórico da  
Fundação Cassiano Ricardo



Figura 5: Usina de leite Parahyba  
– Rino Levi (1963)  
Fonte: Arquivo Histórico da  
Fundação Cassiano Ricardo

de 500 pessoas. Nos finais de semana tal número cresce para cerca de 3.000 pessoas que procuram a tranqüilidade de suas instalações e do contato com a natureza. No local atualmente existem órgãos governamentais que utilizam as antigas instalações da *tecelagem* como sede. Dentre eles, a Fundação Cassiano Ricardo responsável pela documentação do patrimônio histórico do município, e algumas secretarias como a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Esportes e Lazer.

O Parque atualmente abriga o Museu do Folclore, onde funcionava a antiga residência da família Gomes, a residência Olivo Gomes projetada pelo Arquiteto Rino Levi e a Usina de Leite do mesmo arquiteto. Além disso, a população pode usufruir os lagos, anfiteatro, ilha artificial, trilhas para caminhadas, animais e aves diversos. Uma pequena parte da *tecelagem* ainda funciona. Nada comparado, entretanto, com suas atividades intensas nas décadas de 1930 a 1970. Funcionam ainda em suas instalações órgãos governamentais como a Fundação Cultural Cassiano Ricardo e o Comphac.

Localizado no bairro de Santana a aproximadamente 10 km do centro da cidade Observam-se características de um parque de uso desportivo e de apreciação da natureza com a possibilidade de convívio com animais silvestres como pássaros e capivaras. Por ser o único parque urbano com tal porte<sup>8</sup> e por estar localizado em um bairro majoritariamente industrial, o Parque acaba sendo uma preocupação para a administração pública no que concerne à violência urbana e

sua manutenção. A prefeitura – órgão responsável pela administração do parque – fecha as portas do parque às 19 horas todos os dias a fim de evitar ações de depredação e vandalismo do patrimônio histórico existente em sua área.

Atualmente, 62,62% da área territorial de São José dos Campos é considerada como Área de Proteção Ambiental. O Parque da Cidade (516.000 m<sup>2</sup>), o Parque Santos Dumont (46.000 m<sup>2</sup>), o Banhado (5 milhões de m<sup>2</sup>), além da Reserva Ecológica “Augusto Ruschi” (Horto Florestal) localizada a dois km do perímetro urbano constituem esta porcentagem.

No sistema de espaços livres públicos da cidade de São José dos Campos o Parque da Cidade é considerado não apenas por sua importância histórica para o bairro, bem como por sua escala em relação à cidade, sendo este o maior parque público urbano do município. É importante perceber sua importância para a arquitetura e paisagismo brasileiros, bem como compreender o processo de apropriação espontânea que sofreu transformando-o em um parque público. Tanto podemos usá-lo como referência urbana no bairro em que se encontra inserido, como exemplo histórico de apropriação de espaço público. Resta-nos identificar características neste espaço estudado que o tornaram interessante ao uso público e à identificação dos moradores com o lugar.

### Notas:

- (1) Segundo Santos (2002), a urbanização na cidade de São José dos Campos é oriunda dos sistemas de produção e dos vários momentos socioeconômicos que a cidade participa, sendo estes: o café, a doença e a indústria.
- (2) Por causa da destruição causada pela cafeicultura hoje vemos, na região antes coberta por cafezais, os chamados “morros carecas” nos quais, segundo agricultores da região, nada que se planta “vinga”.
- (3) Por volta de 1960 destacam-se as atividades da Leite Parahyba do grupo Tecelagem Parahyba.
- (4) Almanaque de São José dos Campos de 1922 apud SANTOS, Emmanuel (2002).
- (5) SERAPIÃO, Fernando Rino Levi: o racionalista dos trópicos. *Revista Projeto Design*, n. 262, 2001.
- (6) Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos.
- (7) Lei n. 6493, publicada em edital no dia 05 de janeiro de 2004.
- (8) A cidade possui um outro parque urbano localizado na Vila Adyana – um bairro central de São José dos Campos – chamado Parque Santos Dumont. Criado em 1971, o parque antes funcionava como o Sanatório Ezra, que tinha como especialidade o tratamento de tuberculose. Com 46.346,50 m<sup>2</sup>, o parque possui: lago com criação de peixes e aves, pista de Cooper, aparelhos de ginástica, quiosques equipados com churrasqueiras, além de duas escolas de educação infantil com *playground* para crianças de até 10 anos.

### Bibliografia

- BARTALINI, Wladimir; LIMA, Catharina Pinheiro C. S.; PALLAMIN, Vera. Abrindo espaço na metrópole. Projetos para espaços públicos no centro de São Paulo. Disponível em: <<http://www.etsav.upc.es/urbspersp/num06/art06-3.pdf>>. Acesso em: 2004.
- OLIVEIRA, José Oswaldo Reis et al. *Sant’anna, São José dos Campos: Evolução histórica e diretrizes urbanas*. 1999. Série Planos Diretores da Região do Vale do Paraíba, Mantiqueira e Litoral Norte, São José dos Campos.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Praças e pracialidades em design: Da visualidade da paisagem à visibilidade dos lugares*. I SEMINÁRIO DE SEMIÓTICA APLICADA AO DESIGN, 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.
- RICCI, Fabio. *Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba paulista*. 2002. 24p. Resumo de Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Ademir Pereira. *Industrialização e arquitetura industrial de São José dos Campos*. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2004, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2004.
- SANTOS, Emmanuel Antônio. *As paisagens do plano e os planos da paisagem: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem*. 2002. 206p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

# A PAISAGEM PAULISTANA E A HISTÓRIA DE SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS, UMA FORMA DE TRABALHO NO ENSINO E NA PESQUISA

*THE LANDSCAPE OF SÃO PAULO CITY AND THE HISTORY OF ITS PUBLIC SPACES, A WAY OF WORKING WITH TEACHING-LEARNING AND RESEARCH*

## **KAHTOUNI , Saide**

Doutora pela FAUUSP, professora da graduação e orientadora do mestrado *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

## **ASSUNÇÃO, Paulo de**

Doutor pela FFLCH-USP, professor e orientador do mestrado *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo da USJT, São Paulo.

## **TOMINAGA, Yasuko**

Mestre pela FAUUSP, professora da graduação em arquitetura e urbanismo da USJT, São Paulo.

## **RESUMO**

O presente artigo trata das relações entre a história e a compreensão das cidades através da leitura da sua paisagem, discutindo-as conceitualmente como instrumento didático para a formação do profissional arquiteto e urbanista, capacitando-o atuar em projetos e pesquisas sobre o sistema de espaços livres públicos em grandes metrópoles, como no caso da cidade de São Paulo, nosso laboratório “vivo”.

**Palavras-chave:** Paisagem e história, espaços públicos, ensino e pesquisa.

## **ABSTRACT**

*This article aims at discussing the relationship between history and the understanding of the cities throughout its landscape. It is a conceptual discussion as a didactical tool for the development of the architect and the urbanist, helping them to work with projects and researches about the open public space systems in cosmopolitan cities, like São Paulo – our live laboratory.*

**Key words:** Landscape and history, public spaces, teaching and research.

## **Introdução**

### **A história do espaço público no ensino do projeto de paisagem**

As relações entre cidadãos e espaços públicos têm evoluído ao longo do tempo e se efetivado de formas associadas às transformações político e socio-culturais das próprias sociedades. A cidade dá a identidade para o indivíduo, que permite que ele se relacione e mantenha ligação com outros cidadãos e com as gerações anteriores. A cidade é um dos lugares da memória.

A paisagem cultural é fruto da intervenção humana no espaço, se fazendo de forma que a natureza fosse útil para as necessidades humanas. Ela deve ser entendida a partir da inter-relação que o homem estabelece com o ambiente, condicionado pelo meio e pela cultura de seu tempo e lugar. As formas de construção da paisagem são marcos para o entendimento da cidade. Pois, os vestígios deixados pela sociedade no decorrer do processo histórico, permitem compreender as intervenções culturais que os homens realizaram na Natureza e que acabaram por constituir a paisagem urbana. Neste sentido, a paisagem urbana é o reflexo de uma relação entre História e Natureza. Ler a cidade, é saber decodificar os elementos que compõem o tecido da paisagem urbana.

Em nossas atividades didáticas, acreditamos que o contato empírico com os espaços públicos de nossa cidade seja fundamental ao aprendizado do projeto, graças à formação, durante essa experiência, de um conceito a respeito da realidade que nos cerca. A prática em sala de aula deve ser a de um do processo de construção e reconstrução do saber, marcado por rupturas, pela investigação e pela busca das diferenças e das semelhanças. Desta maneira, seria possível responder às questões colocadas num determinado contexto, lugar e época. Esta proposta de ensino visa a instigar ao desafio de pensar e repensar as experiências vivenciadas, como meio de compreender o momento presente, sendo uma condição indispensável para o trabalho do arquiteto e do paisagista, que visam o futuro. Esse percurso de contato direto com os espaços públicos da sua cidade enriquece o aprendizado dos futuros arquitetos, pela nitidez com que se verificam as ligações entre as formulações de espaços projetados, suas épocas e contextos socioculturais. A história e a conceituação são, portanto, instrumentos para a formulação dos novos desígnios em relação ao urbano.

Desta forma, a cidade, poderia ser vista como a ampliação do ato de construção dos primeiros jardins da humanidade. Uma cidade em movimento constrói a paisagem urbana nas relações sociais, culturais e técnicas que possui. Para compreender a paisagem urbana e seus espaços públicos é necessário analisar o processo histórico que envolveu a cidade. Como observa Paul Veyne, a leitura histórica permite compreender não só os acontecimentos individualizados e as individualidades, mas procura compreendê-los na sua generalidade e na sua especificidade (VEYNE, 1992, p. 39).

A compreensão da paisagem se interliga diretamente com a “história” (*historie*), que no grego antigo está ligado à “testemunha”, no sentido de “aquele que vê”. A visão é, portanto, a fonte de conhecimento, pois aquele que vê é aquele que sabe, o que leva a inferir o sentido primeiro de *historie* como sendo o de procurar saber, ou seja, investigar (LE GOFF, 1985, p. 158).

Dentre os autores, duas arquitetas e um historiador, temos um conjunto de pesquisadores, sendo que as duas arquitetas são responsáveis pela única disciplina de projeto de paisagismo dos cinco anos de graduação em arquitetura e urbanismo e dois dos professores autores são orientadores credenciados de trabalhos na pós-graduação do mestrado *stricto sensu* de nossa Universidade, ligados ao Centro de Pesquisa, trabalhando atualmente como co-orientadores.

## 1 – O espaço público na história

Nas primeiras civilizações, a coletividade representava massa passiva de espectadores de grandes cerimoniais/rituais. Os sacerdotes, magos e reis faziam dos grandes espaços livres das cidades o palco da representação de seu poder, ligado à divindade. Os grandes pátios mesopotâmicos, para onde se voltavam os zigurates, de escala monumental, eram espaços de reunião de multidões submissas a um poder absoluto. Desta forma, o conceito de cidade compreendia o centro religioso, a unidade topográfica, a administração, o plano urbanístico, a divisão de trabalho, a diversificação de profissões e a diferenciação social.

O nascimento do homem cidadão dá-se com o estabelecimento da pólis grega, onde os espaços públicos proporcionam a vida cívica. A pantomima, o teatro, o culto ao corpo e à boa forma física, os espaços de contemplação, os espaços para troca de informações e conhecimentos, os espaços para a política e o livre comércio passam a fazer parte da estrutura dos espaços públicos da cidade. Os gregos desenvolvem o conceito de cidadania, transformando o homem em ser socialmente ativo, e os espaços de cerimonial agora se associam aos espaços de vivência sociocultural.

Os romanos adaptam esses princípios para suas cidades, mas a estrutura do Império exige cada vez mais os espaços para o espetáculo e os grandes desfiles militares. De platéia para antigos cerimoniais de caráter mítico, a massa da população transforma-se em assistência passiva dos

espetáculos do circo e o regime de trabalho escravo serve como base e sustentáculo do Império. Por outro lado, com o passar dos séculos, a ruína do Império Romano e o processo de dissipação de sua estrutura escravagista, gerando o que se chamou de servidão e as relações sociais calcadas na suserania e na vassalagem, levam à nova realidade, na qual as cidades do renascimento urbano europeu reportam-se de certa forma às estruturas criadas nas pólis grega, e neste novo momento a acrópole é cristã.

Esta cidade medieval era por excelência um espaço público, e como tal, comum a todas as classes que compartilhavam da área, a fim de usufruir dos serviços que estas ofereciam. O traçado irregular e a composição arquitetônica que unia praças e edificações marcavam a articulação da cidade medieval que surgiu e cresceu em função da necessidade do homem e das possibilidades que o ambiente natural oferecia. As festas, as feiras, os espetáculos, reasumem uma escala compatível com a participação do cidadão burguês, que muitas vezes administra na cidade uma estrutura política independente de um governo central.

O Renascimento traz novos contornos ao plano urbano das cidades. A matemática e outras ciências exatas conquistam um espaço de relevo. Proporções, perspectivas, geometria e arte se misturam. A teoria dos traçados ganhou uma nova dimensão, fruto da transformação política da sociedade e da nova organização que era engendrada. A idéia de espaços funcionais, aliado a preocupações estéticas, marcou o Renascimento. Os jardins ganharam uma dimensão importante nos projetos e conquistaram um destaque particular, introduzindo os ideais racionalistas que moldarão do domínio antropocêntrico sobre todas as coisas.

O rigor científico e o estabelecimento de padrões universais para o desenho dos espaços facilita, assim, a reprodução de projetos no Novo mundo. Tudo isso pode representar o início de um processo global de mera reprodução de parâmetros dominantes. Podemos simplificarmente considerar esse processo um contínuo de expansão das sociedades economicamente mais desenvolvidas, que se desenrola até os dias de hoje, quando se discute a globalização.

Após a Segunda Guerra, o deslocamento dos centros intelectuais da Europa para a América resultou, no campo da arquitetura paisagística, em movimentos de criação de parques e praças por todo o mundo, extremamente influenciados pelos projetistas californianos, que sucederam com linguagens e matérias mais recentes o importante trabalho de Olmsted, o primeiro americano a se denominar “arquiteto-paisagista”, de nítida influência inglesa em suas criações. Mais adiante, Roberto Burle Marx se diferenciaria dentro desse panorama, valorizando a utilização da flora brasileira numa linguagem inovadora, ligada à sua experiência pictórica moderna e tendo hoje alguns sucessores.

## 2 – A paisagem de São Paulo e seus espaços públicos

A cidade de São Paulo é um campo fértil para o aprofundamento das questões que formulamos. Ao longo do tempo podemos encontrar na história dos espaços públicos paulistanos projetos integral ou parcialmente realizados que vão documentando a evolução dos modos de pensar os jardins públicos e a própria urbanização. Neste sentido, compreender a paisagem paulistana é voltar também os olhos para o passado, a fim de compreender como a cidade teceu a trama da história urbana.

Nossa cidade emerge de um processo de apropriação do espaço que foi regulado pela coroa portuguesa. O estabelecimento de uma cidade significava também a possibilidade de estabelecer um controle e torná-la elemento de uma relação de dependência com a metrópole. Durante séculos a configuração colonial resistiu.

As cidades que os portugueses construíram na América não eram um produto mental de interferência no ambiente. O estabelecimento das cidades, como São Paulo, não contradizia o

quadro da natureza, ao contrário, os seus contornos se compunham na linha da paisagem. Neste sentido, alguns estudiosos ressaltam que não havia um rigor relativo, nenhum método, nenhuma previdência. Richard Morse ao analisar a formação histórica de São Paulo destacou que, até o início do século XIX, a cidade não tinha experimentado qualquer urbanização apreciável. O autor observava ainda que os paulistas, no seu processo de ocupação do território, desenvolveram um padrão de povoamento rural disperso pelo entorno da cidade (MORSE, 1970, p. 16 –29).

No entorno da cidade uma série de sítios e fazendas prosperavam, em especial nas proximidades dos caminhos que levavam à cidade. Algumas delas ocupavam áreas muito grandes e destacaram-se nos registros da época, como: a chácara do Barão de Itapetininga (centro); a chácara de Miguel Carlos (norte); a chácara do Ferrão e a do Osório (leste); as chácaras de Dona Ana Machado, da Glória, do Fagundes, do Cônego Fidelis e o sítio Taponhoim (sul); os campos do Bexiga, o sítio do Sertório, as chácaras de Martinho da Silva Prado e do Marechal Arouche de Toledo Rendon (oeste).

O zoólogo Spix e o botânico Martius, que visitaram o Brasil entre 1817 e 1820, coletaram diversas espécies da fauna e da flora brasileira para as suas pesquisas. Por ocasião da estada em São Paulo, Spix ressaltou que ao andar pelos campos era possível ter *“uma extensa vista sobre a região, cujos alternados outeiros e vales, matos ralos e suaves prados verdejantes, oferecem todos os encantos da amável natureza”* (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 144). Um relevo ondulado e verdejante preenchia os olhos dos que passavam pelos campos e subiam as elevações que davam acesso à área central que se destacava pela torres das igrejas coloniais.

A região de Santo Amaro era uma das freguesias pobres do entorno de São Paulo que contava com a presença de uma quantidade significativa de alemães. Robert Avé-Lallemant, visitando a região sul da cidade e provavelmente informado sobre o local, passou pela ponte do Rio Pinheiros, na altura de Santo Amaro, indo em direção à fazenda Morumbi, de propriedade do senhor Rudge, parente do proprietário da conhecida Casa Mackwell (Maxwell), do Rio de Janeiro. A fazenda estava localizada em terras que permitiam uma vista encantadora da paisagem circundante. Possuía um amplo bananal, uma extensa plantação de chá e vastas terras para pasto e cultivo que se encontravam incultas. A propriedade estava isolada, segundo Robert Avé-Lallemant *“em parte alguma pude descobrir sinal de vida, de alegre atividade humana; nenhum grito, nenhuma voz ressoava”* (AVÉ-LALLEMANT, 1980, 34-35). Esta descrição idílica compunha a maioria dos registros daqueles que visitavam os arredores da cidade para espairecer ou conhecer a região.

O Jardim da Luz, como ficou conhecido o nosso Jardim Botânico, era um lugar aprazível. O vasto jardim, com fonte de água cristalina, proporcionava aos visitantes que perambulavam pelos caminhos curvos uma sensação de bem-estar. Saint-Hilaire informava que o Jardim era por excelência o grande espaço de lazer da cidade (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 131). Daniel Parish Kidder que visitou a cidade e o Jardim Botânico entre 1837-1840, registra da seguinte forma a sua impressão sobre o local: *“Seu plano geral é de muito gosto, dispondo de alamedas curvilíneas arborizadas e um esplêndido lago artificial de água límpida. Suas dimensões são amplas, e, se for bem cuidado, poderá constituir magnífico logradouro.”* (KIDDER, 1980, p. 209)

O jardim público agradava a todos, apesar de alguns registros mencionarem a desordem e a falta de cuidado (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 333). A cidade tem sua identidade não a partir dos edifícios e da massa construída, mas sim partir dos seus espaços livres, como praças, becos e ruas (HOLANDA, 1984, p. 35).

O importante estudo de Hugo Segawa sobre os jardins públicos do Brasil descreve um pouco desta trajetória da passagem do jardins imperiais aos parques públicos republicanos em todo o País (SEGAWA, 1996).

Diversos locais em São Paulo, como o Jardim da Luz, ainda de certa forma resguardados em sua concepção formal principal, são o retrato desse processo de transposição, partindo do século XIX. Alguns parques e praças ainda preservam em seus traçados gerais estruturas formais remanescentes de heranças francesas e inglesas do projeto de jardim, por dependência cultural e econômica. Podem-se ver aí espécies aclimatadas, adaptadas (tamareiras, álamos plátanos e outras), compondo alamedas e unindo-se a espécies nativas de porte arbóreo. Lagos sinuosos, pergolados, gazebos e diversos elementos da composição clássica, extraídos do jardim europeu, estão incorporados nesses espaços idílicos. Outros espaços são o documento vivo dos processos antropofágicos que a metrópole exerceu com suas referências, cortados violentamente pelo sistema viário, decepados, descaracterizados, como é o caso do Parque D. Pedro II, projetado por Bouvard, já no século XX. Na década de 1970 foi construído um enorme terminal de ônibus em um dos flancos do Parque, que ladeia o rio Tamanduateí, já canalizado. Este terminal, associado à permanência por mais de dez anos de um canteiro de obras de grande empreiteira contratada para executar a estação de metrô adjacente, acabou por deteriorar o que restava do projeto original, cortado por várias avenidas e viadutos.

Podemos também estudar espaços que têm a marca de grandes paisagistas modernos como Roberto Burle Marx, como os que formam o Parque do Ibirapuera (1954). Neste parque o grande traçado inicial de Augusto Teixeira Mendes, marcado por alamedas e grandes manchas de eucaliptos, associou-se à contribuição moderna de Roberto Burle Marx (MARIANO, p. 2005).

A *Carta de Atenas*, editada pelo CIAM em 1933 com princípios urbanísticos que revelam preocupação em dar resposta a problemas europeus da época, se faz sentir oficialmente aqui na edição do *Código de obras*. Esse Código é posterior aos loteamentos da Companhia City e à edição do *Código Arthur Saboya*, pelo Ato n. 663, de 1934, que foi a primeira iniciativa de reserva de espaços livres nos arruamentos e loteamentos a serem aprovados na cidade. Isso deu início a um processo mais elaborado, que, incrementado a partir da década de 1970, culminou com a Lei de Zoneamento da Cidade, de sistemática reserva de áreas públicas em novos loteamentos.

Por outro lado, nas áreas centrais os processos de metropolização e de implantação de transporte de massa, como o metrô, propiciaram projetos executados de reurbanização de espaços tradicionais, experimentando novas linguagens, como a Praça da Sé, reurbanizada a partir de 1972, e que segue conceitos norte-americanos de composição, sendo, curiosamente, contemporânea à Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, a chamada Eco-72. Este é um espaço que carece de revisões.

Na década de 1980, após o desenvolvimento de conceitos ambientalistas internacionais, novos parques da cidade são criados visando a proteger fauna e vegetação significativa, além dos mananciais da cidade. O crescimento acelerado dos bairros periféricos passa a exigir a instalação de equipamentos de lazer distribuídos a distâncias maiores. Em suma, a degradação do espaço público é também um reflexo da fragmentação das identidades e da perda de valores da cidadania. A cidade no seu processo de evolução acabou por privilegiar alguns aspectos estéticos e cenográficos, deixando as dimensões históricas e culturais para um segundo plano, o que acarretou um prejuízo à memória social e desconexão de seus habitantes em relação aos espaços públicos.

Estabelece-se aí o repertório básico da arquitetura paisagística, integrada às questões da urbanização paulistana e seus momentos, tratando de problemas da gestão de nossos espaços públicos nos dias atuais. Dessa forma, a teoria e a aplicação de conhecimentos convergem para a experiência prática futura dos estudantes, aproximando o ensino da realidade, por meio de exemplos concretos. Não há, porém distanciamento nem esquecimento da visão universal que se pretende num curso superior, que não é meramente técnico.

Por isso, em nosso atelier de projetos, desde a graduação abrimos significativo espaço para as discussões conceituais que antecedem os estudos de objetos específicos e concretos (praças, parques, largos) vivenciados para a elaboração de documentação fotográfica, de desenho e escrita, que é produto de pesquisa direta e indireta. Isso tudo funciona como suporte aos projetos elaborados na disciplina Projeto de Paisagismo e às atividades dos futuros profissionais, que poderão engajar-se em políticas urbanas e de tratamento do sistema de espaços públicos da cidade, bem como em futuras atividades de pesquisa, no mestrado.

## Bibliografia

- ARENDETT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Hucitec, 3 v., 1984.
- JELICOE, G.; JELICOE, S. *El paysage del hombre*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.
- KAHTOUNI PROOST DE SOUZA, Saide; TOMINAGA, Yasuko. *Leitura e reconhecimento da paisagem paulistana através da compreensão de seus espaços públicos, uma proposta de trabalho didático, 2000*, Rio de Janeiro. *Anais...* (CD-ROM) V ENEPEA 2000, Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. A paisagem paulistana e seus espaços públicos, uma proposta de trabalho didático. *Integração*, São Paulo, n. 37, p.103-110, 2004.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *Memória/História*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Direção de Ruggiero Romano. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 1, p. 11-50 e 158-259, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora da Unesp, 1988.
- MARIANO, Cássia. *Preservação e paisagismo em São Paulo: Otávio Augusto Teixeira Mendes*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público, jardins no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1996.
- SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil – 1817-1820*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1992.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

# CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS FECHADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

THE DESIGN OF GATED COMMUNITIES IN SÃO PAULO METROPOLITAN AREA

## LEMOS, João Rett

Estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e pesquisador vinculado ao Projeto Quapá (Quadro do Paisagismo no Brasil) / Laboratório da Paisagem do Departamento de Projeto. Bolsista em Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp)  
E-mail: joaolemos@usp.br

## MACEDO, Silvío Soares

Professor titular de Paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e coordenador do Projeto Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil e do Laboratório da Paisagem.  
E-mail: lapquapa@usp.br

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o entendimento da formação de um tipo de paisagem urbana habitacional com características expressivamente contemporâneas, disseminada em um número expressivo de cidades brasileiras, em especial em torno da capital paulista: a dos condomínios horizontais destinados às camadas de média e alta renda.

A constatação de que se trata de um modelo de apropriação do solo urbano e, logo, de um tipo de configuração de uma paisagem, vinculado desde meados da década de 1970 aos ajustes internos promovidos no mercado imobiliário e, do ponto de vista urbanístico, aos padrões de crescimento da mancha urbana da região metropolitana de São Paulo, principalmente no que se refere ao seu processo de dispersão, suscita a necessidade de se precisar suas qualidades e suas particularidades que tornaram este tipo de empreendimento um dos motores atuais de desenvolvimento da região.

Foram analisados 28 empreendimentos lançados na região metropolitana entre 1994 e 2005, período de significativo crescimento. O conjunto de estudos de caso abarca tanto os condomínios inseridos nas zonas rurais quanto nas urbanas; em comum, está o fato de serem formas de parcelamento da propriedade privada, concebidas por um empreendedor privado, e de gestão do espaço interno através de uma estrutura de decisão condominial, submetida a normas próprias.

A análise se desenvolveu em duas escalas. Num primeiro momento, restringiu-se nos espaços internos, nos quais foram identificados os padrões de arruamento e de ocupação e volumétricos dos lotes, a distribuição das áreas livres e de conservação, os equipamentos de uso comum e sua distribuição; no seguinte, a paisagem vizinha ao condomínio, identificando as características principais do tecido urbano e do ambiente natural não construído.

**Palavras-chave:** Condomínios fechados L, tipologias L, áreas livres.

## ABSTRACT

*This paper has as study object the formation of a kind of residential urban landscape spread in a large number of Brazilian cities, in special those around the Sao Paulo metropolitan area: the gated communities destined to a population with average and high income.*

*The premise that it deals with a type of appropriation of urban ground related since the middle of the 1970's when internal adjustments in real estate market were implemented, and to the standards of growth of the São Paulo metropolitan area, specifically its process of dispersion, excites the necessity of identify the characteristics and specially the effects to the rest of the urban space that are been spread in terms never seen.*

*Twenty eight enterprises launched between 1994 and 2005 in the metropolitan area are analyzed. The set of case studies involves from communities settled in the rural zones to the urban areas; in common is the fact that are enterprises created by a private entrepreneur to subdivide an only one private property, and the management of the internal space by proper codes.*

*The analysis was developed in two scales: at a first moment, it was restricted in the internal spaces, appointing the planning methods and the distribution standards of the open areas, the volumetric occupations, and the leisure equipments; in the following one, were analyzed the neighbor landscape, identifying the main characteristics of the fabric urban and the not constructed natural environment.*

**Key words:** *Landscape types L, gated communities L, open areas.*

## Introdução

Nas duas últimas décadas observou-se na região metropolitana de São Paulo o crescimento vertiginoso do número de condomínios horizontais fechados, um tipo de moradia produzida em um nicho do mercado imobiliário residencial que atende a consumidores de um universo oriundo das camadas de média e alta renda. Promovendo transformações na paisagem existente, principalmente a segmentação da malha urbana convencional através do cercamento por muros, e a constituição de áreas verdes e de lazer exclusivos, estes empreendimentos constituem um heterogêneo conjunto de produtos imobiliários rotulados imprecisamente como “Condomínio Fechado”, que envolve desde pequenos nichos urbanos a enormes bairros nas partes suburbanas da metrópole. Em comum há somente a figura principal da habitação unifamiliar, seja isolada em um lote seja em renques de habitações geminadas.

Este tipo de empreendimento conquistou um público consumidor antes atendido pelos lançamentos em prédios de apartamentos, que desde a década de 1970 concentravam as mais atrativas opções de moradia em São Paulo em termos de custo e benefício. A idéia de morar em condomínio foi maciçamente difundida a partir dos empreendimentos de apartamentos, as primeiras experiências de produção de moradias em larga escala na metrópole paulistana<sup>1</sup>.

O lançamento dos empreendimentos de condomínios horizontais aproveitou-se em parte do fato desse padrão de moradia – a casa unifamiliar – ser bem conhecido pelo consumidor. O condomínio horizontal espalhou-se no período de 1985-95 e 1995-05 pelo território paulistano também aproveitando as experiências iniciais e comercialmente bem sucedidas em áreas suburbanas, em loteamentos como a Granja Viana e Alphaville.

Ainda que inseridos em um mercado residencial estreito e povoado por pequenas empresas oferecendo imóveis em praticamente todas as regiões da metrópole, com margens mínimas de retorno do investimento, os empreendimentos horizontais em condomínios foram vistos como uma opção que oferecia oportunidades com bom desempenho comercial. Desde meados de 1980, o mercado imobiliário passou por significativos ajustes internos, em parte como resposta ao escasseamento de recursos para financiamento habitacional. Estes ajustes se expressaram principalmente na adoção de formas de autofinanciamento das empresas empreendedoras como solução ao conseqüente encarecimento do crédito e à ausência de instrumentos de captação de recursos mais sofisticados, principalmente aqueles conjuntamente ao mercado financeiro. O resultado disto foi o maior comprometimento dos empreendedores nos investimentos e um desempenho bastante instável do setor.

Nesse sentido, o que permitiu que o produto Condomínio Horizontal Fechado ganhasse presença significativa no mercado imobiliário nestas duas décadas, diante das incertezas de crescimento sustentado do segmento?

No final da década de 1980 parte do sucesso desse modelo deveu-se aos empreendimentos suburbanos mas somente na década seguinte foi registrado um importante estímulo que consolidaria este segmento de mercado: a autorização da implantação de condomínios horizontais

residenciais no município de São Paulo em áreas de ocupação estritamente unifamiliar. Se antes os empreendimentos horizontais detinham bom desempenho comercial nas regiões distantes da área central, permitiu-se através desta intervenção que este modelo de condomínio fosse transplantado aos bairros de urbanização consolidada e potencialmente mais valiosos. As zonas que receberam esses empreendimentos conformavam um vasto “estoque” de terra “sub-aproveitada” para os empreendedores residenciais, em especial as zonas de uso 1<sup>2</sup>.

Este novo tipo de empreendimento imobiliário permitiu que um universo bastante amplo de consumidores de média e alta renda adquirisse a casa própria em patamares acessíveis à renda domiciliar, principalmente a partir da metade década de 1990, quando a estabilização da moeda garantiu um crescimento real dos salários. Para o empreendedor imobiliário, o crescimento deste nicho de mercado significou a abertura de novas possibilidades de investimento diante das turbulências enfrentadas pelo mercado de imóveis e a criação de uma tipologia residencial com expressiva liquidez.

Tratou-se, assim, da criação de um produto de baixo risco e que permitiu agir sobre o solo intra-urbano como no suburbano. O primeiro devolveu ao mercado produtivo os terrenos mais valorizados da cidade, o segundo permitiu alavancar novas áreas de investimento e trazer ao mercado um investidor imobiliário resistente aos investimentos de risco em modelos de negócio ainda não consolidados.

No bojo do sucesso comercial está a transformação da paisagem intra-urbana e da rural empreendida por um capital imobiliário, responsável pela criação de empreendimentos residenciais de porte significativo. Concebidos como “organismos” urbanísticos independentes do restante do tecido, estes empreendimentos respondem a códigos de uso e ocupação do solo e permitem o *usufruto exclusivo* de um ambiente quase andrógono, nem urbano nem rural. Neste artigo faremos menção a três tipos principais de condomínios: os suburbanos (fig. 1), os intra-urbanos de borda (Figura 2) e os intra-urbanos de meio (Figura 3).

A seguir apresentaremos periodização da evolução do crescimento desses empreendimentos na região metropolitana e, mais à frente, as suas principais características morfológicas de modo a apontar as principais características formais que estão vinculadas ao amadurecimento conceitual deste produto imobiliário e à sua aceitação por parte do mercado consumidor. Falar do impacto destas estruturas na paisagem sugere alguns meios de compreensão de um fenômeno que, senão inédito, é um dos motores da dispersão da mancha urbana da região metropolitana.

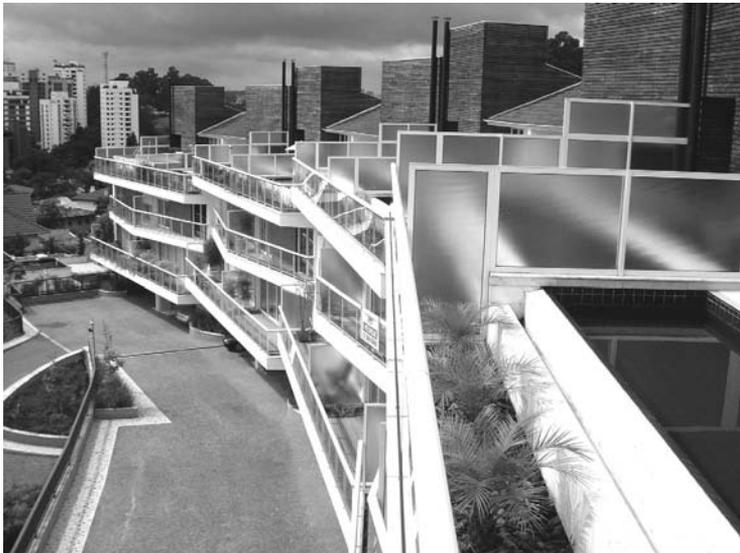


Figura 1: Condomínios suburbanos. Localizados nas partes rurais dos municípios, esses empreendimentos, geralmente, configuram-se como grandes empreendimentos residenciais, planejados ou não por um mesmo empreendedor. Estão distantes, em média, cerca de 30 km do centro histórico de São Paulo.

Crédito: João Lemos



*Figura 2: Condomínios intra-urbanos de borda. Trata-se dos empreendimentos localizados nos limites entre as áreas urbanas e rurais do município, em especial nas partes de dispersão urbana. Geralmente a existência de fartas glebas permite que esses empreendimentos alcancem expressiva área construída e um número significativo de unidades residenciais. Distanciam-se cerca de 15 km do centro da capital  
Crédito: João Lemos*



*Figura 3: Condomínios intra-urbanos de meio. São aqueles localizados em áreas de urbanização consolidada, com pouca disponibilidade de terrenos livres ou restrições urbanísticas que condicionam as dimensões e o número das unidades para os menores níveis registrados na metrópole  
Crédito: João Lemos*

## **Evolução e consolidação**

De forma geral, a expansão do condomínio horizontal na região metropolitana de São Paulo nas duas últimas décadas tendo como parâmetro a difusão desta tipologia em três etapas:

1. A primeira é caracterizada pelos primeiros núcleos implantados em regiões classificadas como suburbanas<sup>3</sup>, acessíveis somente através de automóveis e destinadas a um público-alvo na faixa de renda média-alta. Os residenciais Alpha e Tamboré, em Barueri, são a expressão mais bem acabada desse momento, com empreendimentos gerados a partir de grandes parcelamentos de glebas, a cargo de um capital incorporador, e responsáveis pela atração e desenvolvimento de atividades comerciais e terciárias.

2. A segunda se inicia em meados da década de 1990, quando foi autorizada a implantação de condomínios intra-urbanos em terrenos onde se permitia somente a ocupação por lotes de residências unifamiliares isoladas. A “Lei de Vilas” de 1994, como ficou conhecida, foi criada na gestão do prefeito Paulo Maluf e criou uma oportunidade para que se investisse nas zonas

de uso 1 (Z1) até então congeladas em termos de ocupação, que lhes garantia quase que perpetuamente a configuração de bairro jardim. No final da década, o sucesso do produto “Condomínio Horizontal” favoreceu a disseminação da tipologia inicial em inúmeras outras zonas de uso<sup>4</sup>. A demanda antes direcionada aos tipos suburbanos encontrou nas “vilas” uma alternativa urbana e economicamente viável para diversas faixas de renda. Nas áreas suburbanas onde se concentraram os maiores investimentos, por sua vez, consolidou-se os mercados imobiliários locais com a ampliação do estoque de terras pela incorporação de extensas glebas vizinhas. Novos empreendimentos foram desenhados já tendo como referencial as técnicas de promoção adotadas nos condomínios intra-urbanos, principalmente os cenários temáticos nos espaços internos através de projetos arquitetura e paisagismo integrados.

3. Ao final daquela década ocorreu um terceiro momento de expansão, em que o produto suburbano foi “reinventado” de modo a conter a concorrência que agora vinha das áreas intra-urbanas. Adaptações nas estratégias de investimento marcaram o surgimento dos novos empreendimentos, agora promovidos por um capital direcionado tanto à incorporação dos terrenos quanto à construção das casas. Se no primeiro momento os empreendimentos estiveram à cargo de pequenas e médias empresas de incorporação e construção, nesta etapa registra-se a atuação de empresas com maior capacidade de investimento e gerenciamento. Os novos condomínios passaram a ser desenhados impreterivelmente com amenidades internas, como áreas de clube e serviços internos, “diferenciais”, como áreas de “preservação ambiental”, e geralmente vendidos com as casas já construídas, com arquitetura e projetos paisagísticos realizados por profissionais contratados pelos empreendedores de modo a serem criados cenários paisagísticos atrativos aos compradores, mascarando-se por vezes a exigüidade real das habitações e dos espaços livres condominiais. Nas partes intra-urbanas a tipologia atingiu um amplo universo de consumidores ao ser implementada em praticamente todos os bairros da capital e está em permanente crescimento, ao contrário dos demais segmentos residenciais do mercado.

Na etapa atual (2006), o trunfo dos empreendedores é a reinvenção do condomínio suburbano tendo como parâmetro a experiência do condomínio intra-urbano. Os apelos de uma arquitetura que remete aos empreendimentos suburbanos norte-americanos e os espaços livres equipados com programas de lazer intensivo passaram a ser promovidos em empreendimentos consideravelmente mais compactos e, não raro, com menos equipamentos de lazer que nas vilas intra-urbanas. Os intra-urbanos, por sua vez, passaram a oferecer áreas livres e amenidades antes restritas aos tipos suburbanos, principalmente nos empreendimentos situados em amplas glebas, geralmente nas bordas da região metropolitana e são produzidos para praticamente todas as faixas de renda e bairros do município de São Paulo.

## **O ambiente externo**

Os “condomínios fechados” são usualmente implantados em locais com perfil censitário mais próximo ao do público-alvo do empreendimento, principalmente no que diz respeito à renda da população local, muito embora as unidades residenciais sejam oferecidas em patamares invariavelmente inacessíveis aos moradores anteriores. Seja nas partes suburbanas seja nas intra-urbanas, os empreendedores buscam conciliar o empreendimento a um determinado perfil da região de investimento.

Esta certa “dependência” entre o condomínio e seu entorno restringe-se, contudo, a esse aspecto; para o empreendedor, o objetivo central é a concepção de um ambiente fundamentalmente independente em termos urbanísticos do entorno próximo. Para tanto, os planejadores dos empreendimentos obedecem a certos requisitos de localização do empreendimento de modo a tornar tal “independência” funcional possível. Assim, a característica principal da localização do empreendimento é a proximidade aos principais eixos viários metropolitanos,

de forma que estejam conectados aos locais de consumo e trabalho da região metropolitana. Todos os condomínios observados nessa pesquisa estão localizados próximos a vias de rápida velocidade. Outro requisito que determina a escolha pelo sítio é a oferta de glebas vazias. Quando há uma significativa região na qual há terrenos adequados próximos a troncos de circulação metropolitana, o afluxo de condomínios é certo tal qual a rápida concentração de empreendimentos similares.

A urbanização promovida nos terrenos vazios apresenta uma estrutura bastante simples. Trata-se geralmente de um loteamento ou parcelamento estruturado em uma via de distribuição principal onde os condomínios são implantados diretamente ou em pequenas vias que a ela convergem. No caso específico dos condomínios intra-urbanos, há a dependência por um tecido urbanos com lotes disponíveis e passíveis de remembramento aos adjacentes. Isto determina uma ocupação mais dispersa no tecido, ainda que na escala da zona urbana constituam-se como expressivas manchas concentradas. Nos casos suburbanos e nas bordas urbanas há a realização de novos tecidos, ao contrário nos de meio, que se configuram como fragmentos diferentes e dispersos. Nestas áreas, os condomínios estão predominantemente localizados em zonas estritamente residenciais já consolidadas.

Existe, também, um padrão de proximidade junto a equipamentos públicos nos casos intra-urbanos, geralmente em distâncias semelhantes aos estabelecimentos de consumo. Nos condomínios intra-urbanos de meio e nos suburbanos, pode-se encontrar inclusive equipamentos privados no entorno próximo.

O condomínio horizontal configura-se como um produto bastante flexível às condicionantes dos tecidos urbanos existentes quando atendidas as condições sócio-econômicas da vizinhança e de acessibilidade. É justamente essa capacidade de aglutinar vantagens de localização que permite um afluxo de moradores com perfil de renda diferente ao do local. Essa dinâmica ganha destaque nos locais onde há concentração de lançamentos semelhantes.

## A paisagem interna

A organização espacial e funcional dos condomínios permite a constituição de uma unidade urbana autônoma que pouco se relaciona formalmente e funcionalmente com o entorno imediato. Internamente, é estruturada por setores isolados. Externamente, é isolada pelos muros e se conecta ao tecido urbano somente por um ponto de ligação.

Os condomínios são estruturados segundo o princípio de separação das atividades internas. O uso residencial é o predominante e a ele estão associados às atividades de lazer e de apoio (administração, segurança, etc.), que se localizam adjacentes às residências. Este padrão permite não só a maximização da ocupação, mas também a hierarquização das atividades em espaços bem delimitados.

O ambiente original é em geral modelado para acomodar a implantação. Cada tipo possui um esquema de acesso entre as vias e as residências com domínios privados e os de uso coletivo característicos. Os movimentos de terra e o desmatamento da cobertura arbórea acabam por eliminar, em geral, as características originais do meio ambiente. Nos primeiros condomínios suburbanos encontram-se os exemplos mais expressivos dos impactos ao suporte ambiental. As estruturas viárias em rede, bastante empregadas nesses empreendimentos (ver Figura 4), promovem grandes superfícies impermeáveis por vias de tráfego e reduzidas áreas livres. Nas partes intra-urbanas, promovidas a partir da segunda fase e principalmente desde a terceira, encontram-se estruturas baseadas em sistemas de circulação em forma de “espinha de peixe” (ver Figura 5) e por disposições das residências em forma de pátio, mais compactas e que permitem maiores áreas livres.



Figura 4: Estruturas em forma de rede. As vias internas estão integradas em um circuito fechado, com um único ponto de conexão com a área externa  
Crédito: João Lemos

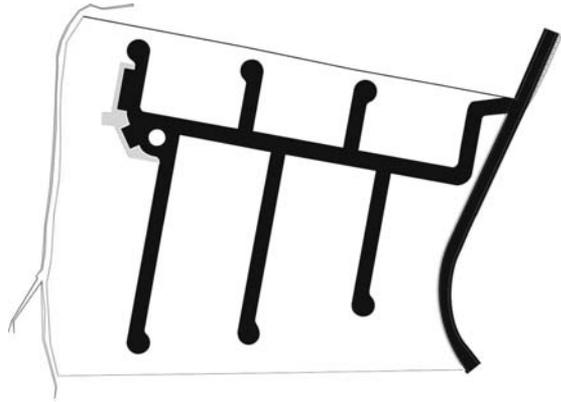


Figura 5: Estrutura tipo "espinha de peixe". Uma via de tráfego principal interliga a portaria do empreendimento às demais vias que dela se originam  
Crédito: João Lemos

Um aspecto importante nos condomínios construídos atualmente é a mudança do papel dos empreendedores imobiliários na configuração dos empreendimentos. Ao assumirem as etapas de construção das residências, os empreendedores passaram a controlar as características estéticas das residências de modo integrado ao do restante dos espaços comuns. Profissionais especializados ganharam espaço na concepção conjunta entre os lotes e as áreas livres, em especial os arquitetos paisagistas. Todos os condomínios apresentam casas com quintais e jardins com projeto arquitetônico pré-definido e construído, além de projeto paisagístico integralmente implantado; as áreas de lazer possuem um número maior de equipamentos, que são disponíveis em partes separadas do condomínio para sugerirem ser verdadeiros clubes internos. Com isso, os empreendedores fornecem aos compradores um produto imobiliário concebido de modo único para o uso exclusivo.

### A paisagem exclusiva

Este tipo de empreendimento foi idealizado inicialmente como indutor de crescimento do mercado imobiliário em regiões da metrópole onde se pudesse explorar um novo nicho de mercado. A gênese deste processo ocorre na região oeste da metrópole, em locais onde a natureza supostamente estava intocada pelo modo de ambiente construído urbano. Sua motivação era a garantia de uma "exclusividade" que permitiria usufruir uma melhor qualidade de vida através da casa própria construída em lote unifamiliar.

Na consolidação desta idéia surge o condomínio como um empreendimento adequado aos interesses de agentes imobiliários, de consumidores e do poder público na promoção de um modo de vida que possa ser *reproduzível* ora nas áreas de expansão da metrópole, ora nos vazios ou pontos consolidados de áreas intra-urbanas.

Este movimento de distanciamento das áreas urbanas não é uma idéia nova, remete às tentativas de remodelação da cidade industrial já em fins do século XIX. Porém, vamos verificar no momento da consolidação comercial deste tipo de empreendimento, no final da década de 1990, que o condomínio fechado atinge um patamar de produção similar aos demais tipos de empreendimentos residenciais justamente na área intra-urbana, desde que foi autorizado a se instalar nas zonas mais valiosas da cidade de São Paulo. É, pois, no mínimo curioso que esta proposta de fuga dos problemas urbanos tenha encontrado quase duas décadas depois sua

consolidação comercial no próprio interior dos centros urbanos. Ao recriar a “Vila”, o mercado imobiliário consegue redirecionar a demanda de consumidores por um ambiente “renovado”, “exclusivo” e “seguro” das bordas da metrópole para a urbe, pois nesse momento revelou-se ser indiferente morar dentro ou fora da zona urbana, desde que fosse oferecida, fundamentalmente, a possibilidade de morar em uma casa própria com o máximo possível de amenidades para uso exclusivo e com vantagens de localização, principalmente de mobilidade rápida para o restante urbano. O trunfo do produto condomínio fechado não é, portanto, a promoção de uma vida junto à natureza, tão difundida pelos promotores de venda. Sua receita para equacionar o problema foi fixar-se em terrenos com menor custo de aquisição, contornando códigos de edificação que impossibilitavam erguer empreendimentos similares nas áreas urbanas e enfrentando o mesmo custo de edificação vertical a preço competitivo.

O produto Condomínio Horizontal Fechado agregou as qualidades da casa com jardim e garagem individuais, maior área útil e preço similar ao de um apartamento, compensando os custos de transporte, dada a maior distância dos centros urbanos. Mas quando se planeja a transposição deste tipo de empreendimento para o ambiente intra-urbano, o poder público é chamado a modificar profundamente a legislação de uso e ocupação do solo consagrada para poder absorver o modelo consagrado nas bordas da metrópole. A Lei do Zoneamento, de 1972, restringia o aparecimento de novas tipologias de edificação urbana e desestimulava até mesmo a reprodução de tipologias conhecidas, como a vila residencial, que entre 1972 e 1994 praticamente desapareceu da produção imobiliária de São Paulo.

A transposição do novo tipo de condomínio para o mercado intra-urbano, portanto, encontrou dificuldades de execução imediata, mas a demanda das classes médias, em busca de preços compatíveis ao seu poder de compra, constituiu um mercado promissor e um objetivo de curto prazo para as iniciativas dos empreendedores. A “Lei de Vilas”, de 1994, foi uma resposta desenhada pelos agentes privados para esse novo tipo de ocupação do solo urbano. O fim das restrições ao condomínio horizontal na zona mais restritiva do antigo zoneamento, a Z1, deu início a um novo período de expansão do condomínio fechado. Se o código de zoneamento respondia pelo engessamento do mercado imobiliário em termos de inovação tipológica, podemos dizer que a “Lei de Vilas” veio eliminar as barreiras aos terrenos mais valiosos da cidade. A “Vila” que aí surge não é a mesma do início do século XX, mas uma forma de condomínio horizontal passível de ser implantada em lotes antes destinados a uma única casa.

Concluindo, retomamos a idéia de que o produto Condomínio Horizontal Fechado é simultaneamente fruto das transformações ocorridas na metrópole e de sua conjuntura econômica. É também uma estrutura espacial que introduz transformações nos fluxos de circulação, localização de riqueza e de população urbana ao gerar novos tecidos na região de influência. Simultaneamente, é um produto desse ambiente por ser formatado de modo a potencializar os ganhos do capital imobiliário e atender aos interesses de classe de usufruir exclusivamente as porções do território mais valorizadas.

## Notas

- (1) O mercado de casas unifamiliares na mancha urbana, contudo, não foi reduzido com a difusão dos edifícios de apartamentos. Ainda em 2006 a residência em forma de casa representa cerca de 40% da produção formal na cidade de São Paulo, conforme levantamento realizado pelo autor no cadastro de aprovação de novas plantas para uso residencial pela prefeitura de São Paulo no período de 2004 a 2005 (ver São Paulo (cidade); Sehab (Secretaria Municipal de Habitação, 2005).
- (2) Neste artigo as menções às zonas de uso legais referem-se àquela instituída em 1973 pela Lei do Zoneamento, a qual abrange o universo de estudos de caso desta pesquisa.
- (3) Para efeito de análise, as regiões ditas “suburbanas” são aquelas localizadas nas zonas rurais dos municípios vizinhos a São Paulo, em geral distantes cerca de 30 km do centro histórico da capital.

- (4) Os condomínios intra-urbanos estão subdivididos nesta pesquisa em dois tipos: condomínios “de meio” e “de borda”. Enquanto os primeiros se referem àqueles localizados em áreas de transição às zonas rurais, geralmente junto dos limites municipais, os últimos são aqueles localizados em porções de urbanização consolidada, circunscrita a um perímetro de cerca de 15 km desde o centro histórico da cidade de São Paulo.

## Bibliografia

ALBERTO, Carlos; MOURA, Solange Aragão. As antigas e as novas vilas de São Paulo: Conceituação e estudos de caso. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 12, p. 29-68, 1999.

ALENCAR, Cláudio Tavares de. *O comportamento macroeconômico brasileiro e os impactos no mercado residencial na cidade de São Paulo*. In: 1º SEMINÁRIO LARES – LATIN AMERICAN REAL ESTATE SOCIETY. In: 1999, São Paulo, Anais(CD-ROM), São Paulo, 1999.

ARAGÃO, Solange Moura Lima de. *Espaços livres urbanos: A produção da caracterização das áreas de uso comum dos conjuntos de edifícios de apartamento paulistanos (1990-2004)*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARENDRT, Randall. *Conservation design for subdivisions*. Washington: Island Press, 1996.

BIDERMAN, Ciro. *Forças de atração e expulsão na Grande São Paulo*. 2001. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOTELHO, Adriano. Relações entre o financiamento imobiliário e a produção do espaço na cidade de São Paulo: Casos de segregação e fragmentação espaciais. *Scripta Nova*, Barcelona, v. IX, n.194, p. 18, 2005.

BRASIL, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www2.ibge.gov.br/pub/censo/censodemografico2000>>.

CAMPOS, Ana Cecília Mattei de Arruda. *Por dentro dos muros: As ações programadas e o processo de estruturação dos espaços livres*. Memorial de passagem para doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2005.

COTIA (Cidade); PRO-COTIA. *Foto aérea do município de Cotia – ano 2003*. Cotia, 2003.

EMBRAESP (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio). *Empreendimentos na região metropolitana – 22/7 a 8/9/2002*. São Paulo, 2004.

GEGRAN/ Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo. *Lotscan: Matricial de edificações, lotes, quadras, logradouros e topografia*. São Paulo, 1973.

GREATER LONDON COUNCIL. *Introduction to housing layout*. Londres: Architectural Press, 1978.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: A segregação e o estado. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 45, p. 24-33, 2004.

MEYER, Regina Maria Proserpi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo metrópole*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

MONETTI, Eliane. *Demanda por recursos para financiar a comercialização do produto habitacional na cidade de São Paulo*. In: 1º SEMINÁRIO LARES – LATIN AMERICAN REAL STATE SOCIETY, 1999, São Paulo. Anais... (CD-ROM), São Paulo, 1999.

NETO, Hélio Mítica. *Caracterização do processo de expansão da mancha urbana na cidade de Campinas: A rodovia Dom Pedro I como o novo eixo articulador da região metropolitana*. Memorial de passagem para doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2005.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. *Paisagens temáticas*. 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROCHA LIMA JÚNIOR, João. Planejamento do produto no mercado habitacional. *Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil*. BT/PCC/110, São Paulo: Edusp, 1993.

\_\_\_\_\_. Instrumentos de investimentos em empreendimentos habitacionais no Brasil: A questão estrutural. *Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil*. BT/PCC/354, São Paulo: Edusp, 2004.

ROMERO, Auro Moreno. *Alphaville: Ilusão do paraíso*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SALGADO, Elisabeth Carvalho de Oliveira. *O loteamento residencial fechado no quadro das transformações da metrópole de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2000.

SÃO PAULO (Cidade); SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação); DEPARC (Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo). *Foto aérea do município de São Paulo – Ano 2000*. São Paulo, 2000.

SÃO PAULO (Cidade); SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação). *Cadastro de plantas aprovadas – 2002 e 2005*. São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/habitacao/provacao\\_edificacoes/0001](http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/habitacao/provacao_edificacoes/0001)>.

SÃO PAULO (Cidade); Sempla/Deinfo (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano / Departamento de Informações). *Estabelecimentos comerciais e serviço distrito*. escala 1:100 000, 2005.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados); IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico). *Índice paulista de vulnerabilidade social*. São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index\\_ipvs.htm](http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index_ipvs.htm)>.

TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista*. Cidade do México: Editorial Edicol, 1979.

VALENTE, Edson. Itaquera é líder em lançamentos de casas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 2004.

# PRAÇAS URBANAS – O CASO DA PRAÇA JOÃO MENNA BARRETO – SANTA MARIA-RS – BRASIL – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PROJETUAIS PAISAGÍSTICOS APLICADOS À DISCIPLINA DE PAISAGISMO II

*PUBLIC PLAZAS – THE CASE OF JOÃO MENNA BARRETO PLAZA – SANTA MARIA-RS – BRASIL LANDSCAPE PROJECT METHODS APPLIED TO THE DISCIPLINE OF LANDSCAPE ARCHITECTURE II*

## **LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes**

Arquiteta e urbanista, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS e professora assistente do curso de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: lulimbe@smail.ufsm.br

## **PIPI, Luis Guilherme A.**

Arquiteto e urbanista, mestre em Desenho Urbano e Paisagem pela UFSC e professor assistente do curso de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: guiamy@hotmail.com

## **LAZAROTTO, Gerusa**

Arquiteta e urbanista, professora substituta do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: gelazarotto@yahoo.com.br

## **RESUMO**

O artigo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na disciplina Projeto de Paisagismo II ministradas no sexto semestre do curso de arquitetura e urbanismo da UFSM. Baseado nos objetivos da disciplina, conhecer e aplicar as variáveis intervenientes na atividade de projetar e ou intervir na paisagem natural e ou construída na contemplação de espaços destinados à praça e /ou via peatonal urbana, a metodologia utilizada busca ressaltar a importância dos espaços abertos públicos na cidade, fundamentais para qualidade de vida urbana. A disciplina trabalha com todas as etapas básicas de um processo projetual paisagístico, e busca a complementação de outros exercícios que possibilitem despertar nos alunos sensibilidade, responsabilidade, senso comunitário e participação solidária para com a paisagem urbana, todos conceitos que devem ser sempre desenvolvidos nas disciplinas de formação acadêmica dos cursos de arquitetura e urbanismo. As etapas permitem aos alunos passar por todas as fases projetuais: do estranhamento do tema até o amadurecimento, possibilitando absorver todas as informações possíveis, considerando a praça como um organismo vivo interagindo com a cidade. Esse despertar para os espaços públicos da cidade é fundamental para nossa formação como arquitetos e urbanistas e, enquanto acadêmicos, possibilita a integração com a comunidade. Para tanto os alunos na disciplina desenvolvem em grupo todos os levantamentos e análises, contemplando um programa de necessidades e desenvolvendo os estudos e detalhamentos necessários para a elaboração do anteprojeto que é apresentado à comunidade em uma exposição, demonstrando o nosso papel em relação a paisagem urbana da cidade.

**Palavras-chave: Metodologia projetual paisagística, praças urbanas, comunidade.**

## **ABSTRACT**

*This paper aims to point out methodological procedures used in the discipline Landscape Architecture Project II, given in the 6th semester of the course of architecture and urbanism of the Federal University of Santa Maria. The methodology utilized, based on the objectives of the discipline, which are to understand and apply the intervening variables in the activity of projecting and intervening in the natural and constructed landscape in the contemplation of spaces for squares and walkways, endeavored to underline the importance of open*

*public spaces in the city, which are fundamental for the quality of urban life. The discipline deals with all the basic stages of the landscape project process, while complementing with other exercises that allow the students' awakening to the concepts of sensibility, responsibility, a sense of community and solidarity as to the urban landscape. All of these concepts should always be developed in the disciplines of academic formation in courses of architecture and urbanism. The stages give the students the opportunity to pass through all the project stages, from the initial stage of awkwardness with the theme to its maturation, allowing for an absorption of all possible information available, considering the square as a live organism in interaction with the city. This awakening to public spaces in the city is fundamental in the formation of architects and urban designers and, as academics, allows an integration with the community. Thus, the students developed surveys, assessments and analyses, considering necessities and developing the studies and the detailing necessary for the elaboration of a final project. The final project was presented to the community in an exposition, demonstrating our role in relation urban landscape of the city.*

**Key words:** *Landscape project methodology, public squares, community.*

## 1 – Introdução ao método de ensino em Paisagismo

As disciplinas de Paisagismo do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, até a implantação do novo Plano Político Pedagógico, em maio de 2006, são ministradas a partir do 5º semestre, ou seja na metade do respectivo curso. As mesmas, em número de três, estruturam-se em relação a escala de intervenção e grau de complexidade do programa de necessidades. A disciplina de Paisagismo I desenvolve o anteprojeto paisagístico para uma residência; a de Paisagismo II trabalha com o anteprojeto paisagístico para uma praça inserida no meio urbano consolidado e a de Paisagismo III, desenvolve um anteprojeto paisagístico que contemple o tratamento dos jardins residenciais, das praças e de um parque urbano, para um conjunto habitacional de caráter social. Esta última disciplina acontece no nono semestre do atual currículo do curso, sendo ministrada de forma integrada com as disciplinas: Projeto de Urbanismo III e Projeto de Arquitetura IX que trabalham com reestruturação urbana e proposição de habitações de caráter social em áreas invadidas e/ou de risco. O parque urbano é trabalhado para garantir a sustentabilidade e manutenção da área.

Mas o primeiro contato dos nossos alunos com o espaço aberto e seu entorno, acontece bem mais cedo, ainda no segundo semestre do curso, na disciplina de Projeto de Arquitetura e Urbanismo II, onde é apresentada a metodologia para levantamento e proposição de tratamento para uma praça e seu entorno imediato, com menor grau de complexidade. Com a implantação do novo Plano Político Pedagógico, esse contato acontecerá ainda mais cedo, a partir do primeiro semestre do curso e as demais disciplinas de Paisagismo, desaparecem do currículo, e passam a serem contempladas dentro do grande ateliê – Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura.

A descrição da metodologia que vamos apresentar tem sido trabalhada na disciplina Projeto de Paisagismo II, desenvolvida no sexto semestre do curso, dentro do currículo vigente, válido para todos os ingressos até 2005. A disciplina é ofertada uma vez ao ano. A atual metodologia tem sido aplicada nos dois últimos anos. As estratégias de ensino e aprendizagem, baseadas na relação de um professor para cada dez (10) alunos, conforme documento de criação do curso (1992), são desenvolvidas por dois professores arquitetos e urbanistas. São ministradas aulas teóricas e de referência projetual; visitas técnicas (área de estudo, loja de revestimentos para piso e floriculturas, outras que se fizerem necessárias). Os acadêmicos também são responsáveis pela elaboração de seminários e painéis de apresentação e os trabalhos práticos são desenvolvidos em grupo preferencialmente de três alunos.

Os objetivos da disciplina Projeto de Paisagismo II são: conhecer e aplicar as variáveis intervenientes na atividade de projetar e/ou intervir na paisagem natural e/ou construída, contemplando espaço destinado a praça e/ou via peatonal urbana. O programa de aprendizagem estrutura-se através de duas unidades: a Unidade I que trabalha com os aspectos conceituais como: estudo do tema, revisão bibliográfica, tipologias funcionais, mobiliários e equipamentos

e programa de necessidades e a Unidade II que constitui o trabalho prático propriamente dito: análise do espaço, estudo preliminar, anteprojeto, infra-estrutura, instalações e equipamentos, detalhamento e representação gráfica.

A Unidade I no estudo de tema e na revisão bibliográfica apresenta a praça como figura urbana no Brasil e no mundo despertando os acadêmicos para a importância da configuração desses espaços na cidade. Os diferentes programas de necessidades bem como as tipologias funcionais das praças, com seus mobiliários e equipamentos também são apresentados e trabalhados como elementos que possibilitam conferir identidade e funcionalidade aos espaços urbanos. Por fim, ainda nesta unidade, são trabalhados alguns conceitos e metodologias possíveis de serem aplicados para elaborar um levantamento da área e identificar todas as necessidades desses espaços na cidade.

A Unidade II constitui-se no trabalho prático propriamente dito, em que todos os aspectos levantados anteriormente são aplicados no processo projetual paisagístico. A bibliografia utilizada para formular a metodologia, de ambas as unidades, foi: Ching (1998), Cullen (1983), Favole (1995), Laurie (1983), Leitão (2002), Mesquita (2000), Macedo (1999), Macedo e Robba (2002), Sá Carneiro e Serra (1996), Santos e Teixeira (2001), Longhi (1995), Lorenzi (1992, 1995, 2003).

## **2 – Procedimentos metodológicos de ensino para a disciplina de Paisagismo II**

Baseados nas estratégias de ensino, adotadas na disciplina de Paisagismo II, descritas acima, as unidades estruturam-se em oito etapas metodológicas que compreendem:

ETAPA 1 – Referências teóricas e projetuais

ETAPA 2 – Visitação a área de intervenção – metodologia, levantamento e análise

ETAPA 3 – Elaboração do programa de necessidades

ETAPA 4 – Ficha de vegetação

ETAPA 5 – Partido geral

ETAPA 6 – Anteprojeto paisagístico para praça

ETAPA 7 – Detalhamento

ETAPA 8 – Exposição didática na praça João Menna Barreto

Estas etapas, apesar de serem bem distintas, se sobrepõem em diversos momentos da disciplina e são desenvolvidas individualmente e/ou em grupo de três ou mais componentes, dependendo da etapa. A seguir apresentaremos os temas, objetivos e justificativas de cada das etapas.

### **2.1 – Etapa 1 – Referências projetuais**

Nesta primeira etapa, é apresentado o embasamento teórico e as referências projetuais do tema – praças urbanas: conceitos fundamentais, funções das praças, os diferentes papéis das praças na cidade, histórico, evolução e estudos de caso de praças urbanas no Brasil e no Mundo. As aulas são ilustradas e os alunos são estimulados a participar através de comentários e discussões sobre os exemplos apresentados. Esta etapa proporciona um embasamento da turma com a formação teórica e do repertório projetual, mas também permite que os acadêmicos identifiquem os fatores que interferem no processo metodológico para levantamento e análise crítica do espaço a sofrer intervenção e de seu entorno imediato.

### **2.2 – Etapa 2 – Visita à área de estudo – Metodologia, levantamento e análise**

Nesta etapa avaliativa, os acadêmicos têm o primeiro contato com a área a sofrer intervenção: a praça João Menna Barreto localizada em área central de cidade de Santa Maria-RS. Os princi-

pais objetivos são: conhecer os métodos e instrumentos básicos necessários à intervenção em espaços abertos públicos e compreender os elementos componentes e os fatores condicionantes da paisagem natural e construída, quanto as suas características físicas (sítio, microclima, topografia, vegetação); ao processo de ocupação da área (histórico, edificações, espaços abertos, conexões, circulações, equipamentos urbanos, mobiliários, etc.); aos usos/demandas e outros. As tarefas são desenvolvidas em grupo, com seis integrantes e apresentadas em seminários. Cada um dos grupos, para entender a dinâmica do processo de ocupação e consolidação da área, é responsável pelo levantamento e a análise dos seguintes aspectos:

**Grupo 1 – Histórico** – responsável pelo levantamento e descrição de todo o processo de ocupação e inserção da área na malha urbana, pela caracterização da volumetria e usos do entorno na época do projeto, pela identificação dos usuários e função da praça e pela descrição da linha projetual adotada, bem como: ano, autores do projeto e se o mesmo sofreu alterações no projeto original. O grupo ainda é responsável pela aplicação de um questionário para identificar as aspirações da população, os fluxos, as circulações e os impactos e potencialidades da área a sofrer intervenção. As fontes consultadas para auxiliar na elaboração do trabalho foram: Arquivo Histórico, Prefeitura e Secretarias Municipais, fotos e jornais de época, a comunidade e as referências metodológicas e teóricas projetuais trabalhadas na Unidade I.

**Grupo 2 – Levantamento físico** – responsável pelo levantamento e descrição da morfologia do terreno (medição e representação bidimensional da área) topografia, acessos e os limites físicos da área. São também identificados os condicionantes climáticos como: orientação solar, direção dos ventos, vegetação existente (volumetria, espécies existentes e a serem conservadas), visuais, presença de elementos naturais (formação vegetal, recursos hídricos, aflorações e outros). As fontes consultadas para auxiliar na elaboração do trabalho foram: Prefeitura e Secretarias Municipais, medição direta, carta bioclimática (temperatura e umidade relativa), carta dos ventos (direção e intensidade dos ventos), dados de radiação solar da localidade, levantamento das espécies vegetais existentes e tombadas, fotos da área e as referências metodológicas e teóricas projetuais trabalhadas na Unidade I.

**Grupo 3 – Entorno, infra-estrutura e mobiliário urbano** – responsável pelo levantamento e descrição de todos os elementos existentes no entorno e no espaço a sofrer intervenção: postes de iluminação, boca de lobo, rampas, pontos de ônibus, mobiliário (bancos, lixeiras, bebedouros, sinalização, monumentos, outros). Esse grupo também é responsável pela identificação da situação atual do entorno, volumetria e uso das edificações, acessos e percursos utilizados. As fontes consultadas para auxiliar na elaboração do trabalho foram: Prefeitura e Secretarias Municipais, companhias de fornecimento (água, esgoto, eletricidade, outras), companhias de transporte público, fotos dos elementos existentes no local e no entorno, comunidade e as referências metodológicas e teóricas projetuais trabalhadas na Unidade I.

**Grupo 4 – Maquete** – tem por finalidade representar tridimensionalmente o levantamento físico da área e do seu entorno, a partir dos levantamentos realizados pelos demais grupos. A maquete tridimensional auxilia no desenvolvimento da proposta de intervenção para a área de estudo, possibilitando tirar dúvidas em relação a uma série de fatores como: topografia, acessos, massas vegetais existentes, volumetria do entorno entre outros.

### 2.3 – Etapa 3 – Programa de necessidade

Não constitui uma etapa avaliativa, tendo sido elaborada, após a apresentação da Etapa 2, em conjunto pelos professores e alunos da disciplina. O programa de necessidades foi estruturado a partir dos problemas identificados no levantamento. Para cada problema foram elaboradas diretrizes e soluções espaciais descritas no quadro abaixo:

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	DIRETRIZES	SOLUÇÕES
topografia	proporcionar acessos a todos os ambientes por todos os usuários	platôs, rampas, escadas, desníveis
portadores necessidades especiais	proporcionar acessos e possibilidade de utilização de todos os ambientes, mobiliário e equipamentos	rampas, banheiros, bebedouros, telefones, bancos, outros pertinentes
falta de insolação	rever vegetação existente trabalhar luz e sombra na praça	retirar as espécies em mau estado implantar espécies adequadas aos usos e ambientes propostos
interferência de usos	estimular uso dos ambientes de forma estruturada evitando concorrência entre os usuários	propor ambientes adequados as necessidades existentes e aos diferentes usuários da praça
banheiros e equipamentos	rever as instalações e localização	banheiros adequados a todos os usuários: número e instalações
mobiliário	adequar aos diferentes ambientes e usuários (faixas etárias)	mobiliário adequado as atividades propostas nos ambientes
infra-estrutura	refazer infra-estrutura	infra-estrutura adequada as novas necessidades da praça
manutenção	prever pessoal para manutenção e fiscalização	espaço para zeladoria
tratamento paisagístico	propor espécies vegetais e revestimentos adequados aos ambientes propostos	espécies vegetais e pisos adequados aos usuários e funções dos ambientes
faixas etárias diversificadas	criar ambientes atrativos estimulando o lazer, a recreação e a convivência entre os grupos	espaço configurados mas ao mesmo tempo com a possibilidade de serem integrados
animais soltos	definir áreas próprias evitando conflitos	espaço para os animais domésticos
mau cheiro	educação, manutenção preventiva e controle dos usos	novas instalações, zeladoria e a comunidade usuária
insegurança	fiscalização preventiva e controle dos usos	zeladoria e a comunidade usuária
vandalismo	propor espaços com usos adequados e consolidados pela comunidade	ambientes e mobiliário pertinentes, zeladoria, fiscalização
exclusão social	propor espaços para educação social e ambiental	propor ambiente multiuso, atividades cooperativas, placas para identificação das espécies e sinalização ambientes

Estruturou-se para a Praça João Menna Barreto o seguinte programa de necessidades:

- *Playground* (setorizado/nivelado);
- espaço coberto multiuso (oficinas, feiras, exposições, teatro de rua, outros);
- espaço aberto multiuso;
- espaço para jogos;
- áreas ensolarada e sombreadas (lazer passivo e ativo);
- infra-estrutura adequada: pontos de água (bebedouro, banheiro, outros), luz, telefone;
- bancos adequados as diferentes funções;
- iluminação;

- espaço para passeio, adestramento e recreação dos animais;
- banheiro (um por sexo e adaptado aos portadores de necessidades especiais);
- zeladoria;
- local dos taxistas/banheiros.

## 2.4 – Etapa 4 – Ficha de vegetação

Nesta etapa avaliativa, é feito um trabalho prático a partir do embasamento teórico e das referências trabalhadas nas aulas como: estruturas vegetais, arborização do espaço público (praças e ruas), arbóreas locais – Unidade I – Santos e Teixeira (2001), Longhi (1995), Lorenzi (1992, 1995, 2003). A etapa também contempla uma aula prática – denominada “passeio” pelo campus da UFSM que permite a identificação e fixação das espécies vegetais estudadas, através da observação e representação gráfica (ver Figura 1). A Etapa 3 é concluída com a aplicação de um exercício que consiste em elaborar uma ficha de vegetação. As espécies catalogadas, em número mínimo de dez por aluno, são de livre escolha desde que nativas – arbóreas, palmeiras e arbustivas. A ficha contempla dois momentos: a representação gráfica (vistas, planta baixa, detalhes: flor, fruto, folha) a identificação da espécie (nome científico; nome popular; grupo vegetal; uso; ordem; origem; outros) (ver Figura 2). Também deve apresentar a localização de cada espécie através do endereço e fotografia.



Figura 1: Passeio pelo campus da UFSM – observação das espécies vegetais

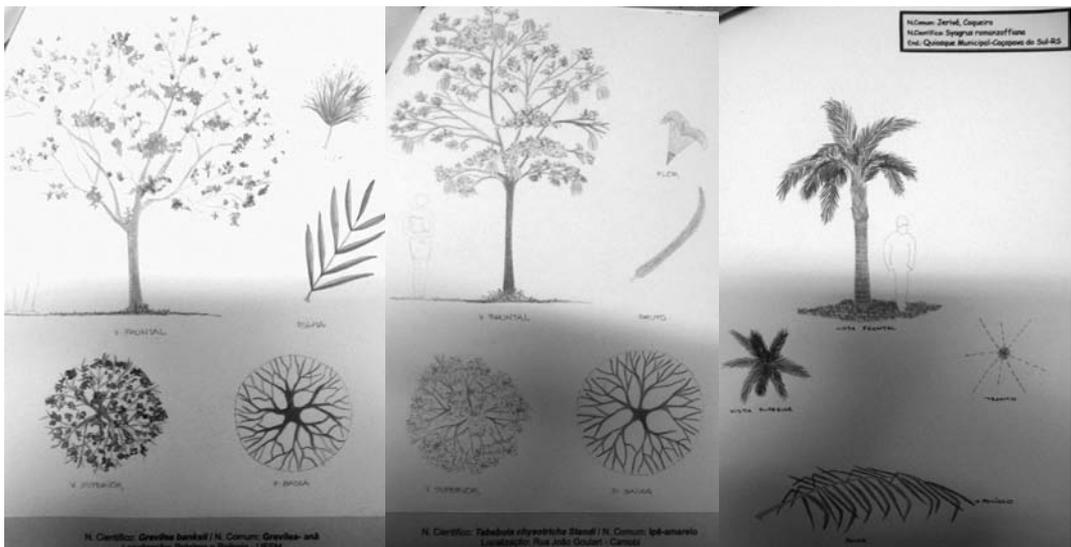


Figura 2: Ficha de vegetação – representação gráfica à mão livre das espécies vegetais observadas

O objetivo da elaboração da ficha é servir de subsídio para definição das espécies a serem utilizadas no projeto e despertar o interesse nos alunos pelas cores, estruturas, texturas dos troncos, folhagens e florações, proporcionando uma representação gráfica mais adequada, embasada em dimensões aproximadas do diâmetro de copa e altura das espécies a serem representadas na implantação, em planta baixa, nas elevações e na maquete.

## 2.5 – Etapa 5 – Partido arquitetônico

Esta etapa não é avaliativa, apenas sinaliza o andamento do projeto e tem por objetivo mostrar as idéias geradoras da proposta de forma clara e simplificadas, a partir do programa de necessidade. É a primeira aproximação da solução pretendida para a área de intervenção, são apresentados todos os elementos que possibilitam o entendimento da proposta: zoneamento das atividades, a relação com o entorno, a definição do público alvo (usuários), as massas de vegetação, a modelagem do terreno e todas as demais informações necessárias para o entendimento da mesma. A linguagem gráfica adotada é o desenho a mão livre e em escala compatível, na qual o aluno consiga demonstrar a proposta e seu entorno imediato, o conjunto como um todo. No caso da praça estudada a escala utilizada foi 1:250.

Apresenta-se nesta etapa a evolução do princípio gerador da proposta (eixos imaginários e fundamentos do lançamento da proposta); o zoneamento básico da praça e a volumetria proposta (ver Figura 3). A planta de localização identificando a relação da praça com seu entorno imediato, planta baixa, elevações (representando a volumetria das espécies vegetais propostas), cortes (mostrando desníveis do terreno, volumetria das espécies vegetais e o entorno imediato), bem como croquis, perspectivas gerais e maquete volumétrica da proposta são apresentadas nessa etapa (ver Figuras 4, 5 e 6). Também é apresentada uma tabela com as áreas permeáveis, impermeáveis e totais da praça e um memorial de intenções com uma conceituação fundamentada da proposta de projeto paisagístico, contemplando todos os espaços definidos no programa de necessidades e justificando as tomadas de decisões no projeto. Nesta etapa a vegetação é apresentada em relação ao seu uso, estrutura (sombreamento, marcação, ornamental, vedação, atração avifauna, alimentação, outros), volume, cor, texturas, não é necessário, determinar quais são as espécies utilizadas no projeto, e sim qual o efeito pretendido, por cada grupo, na composição da praça.

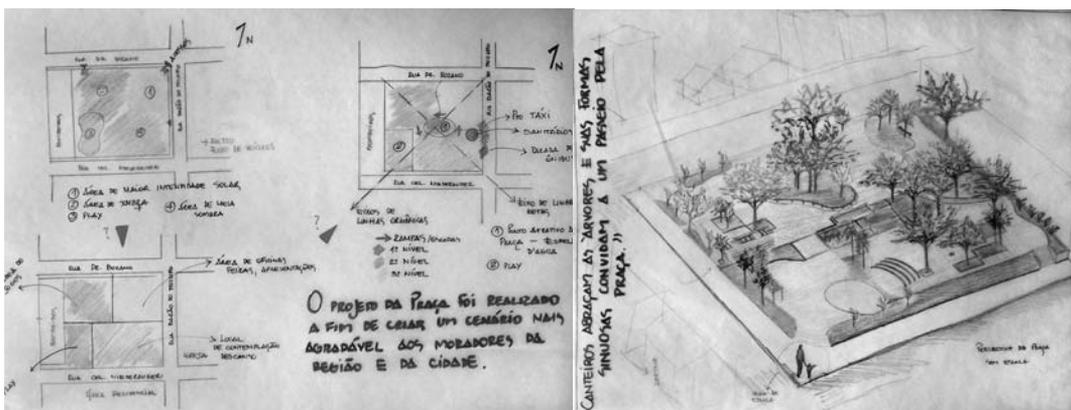


Figura 3: Partido Arquitetônico – princípio gerador da proposta, fluxos e zoneamento do programa de necessidades e perspectiva

Nesta etapa seis diferentes partidos arquitetônicos foram propostos, às figuras abaixo ilustram alguns dos elementos apresentados em cada um desses partidos (ver Figuras 4, 5 e 6).

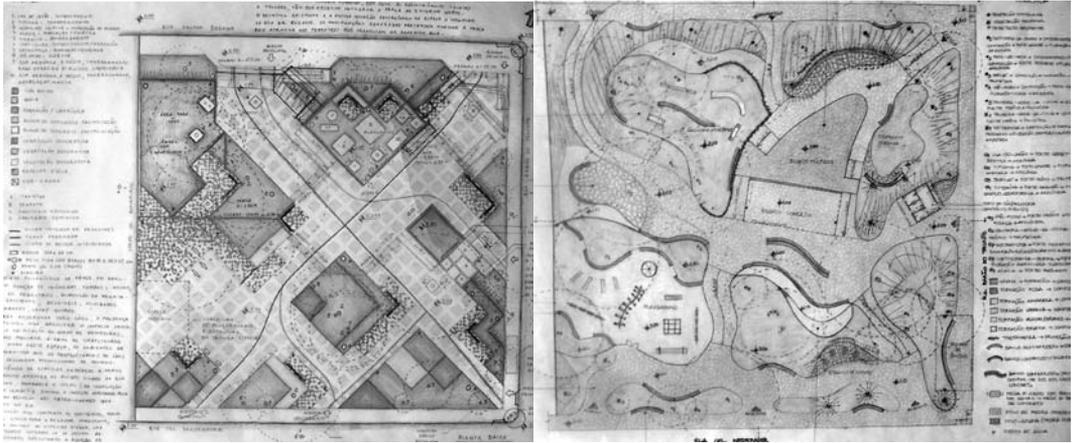


Figura 4: Partido Arquitetônico – planta baixa – proposta em malha a 45 graus e orgânica

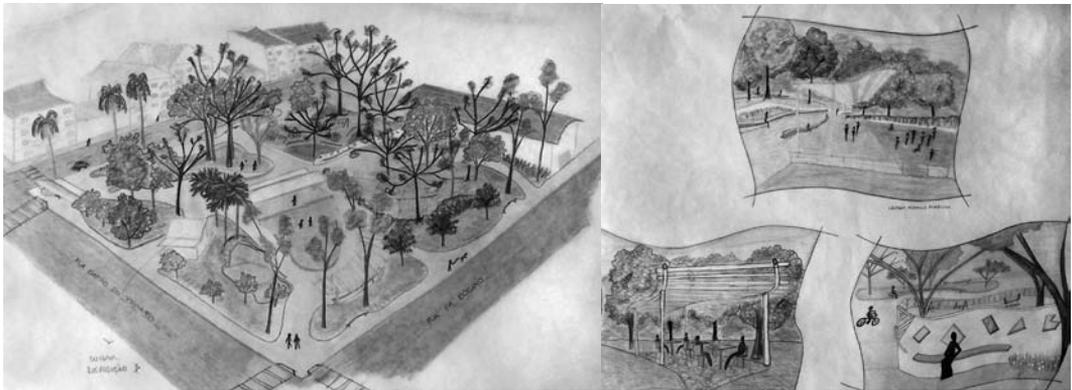


Figura 5: Partido Arquitetônico – perspectiva e croquis

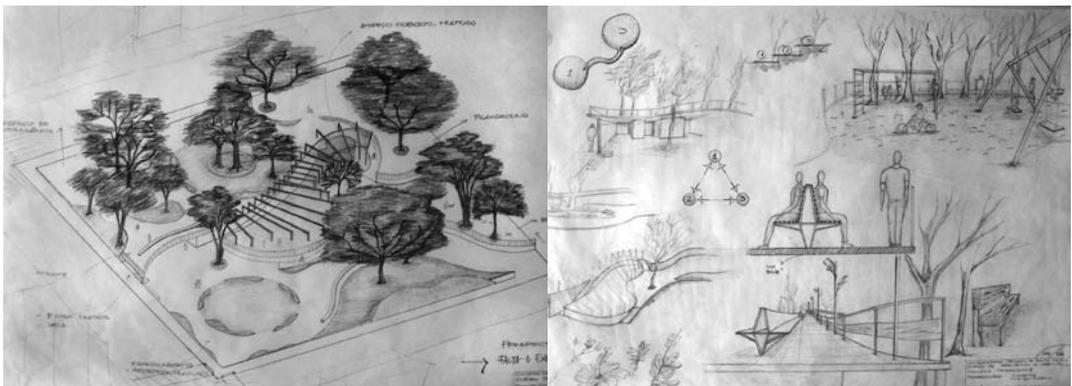


Figura 6: Partido Arquitetônico – perspectiva e croquis

## 2.6 – Etapa 6 – Anteprojeto

Nesta etapa avaliativa, o grupo apresenta todos os elementos necessários para a compreensão total da proposta projetual. São feitos dois tipos de avaliações: qualitativa e quantitativa.

A avaliação qualitativa da proposta se estrutura a partir dos seguintes elementos: atendimento ao programa de necessidades; proposta de projeto fundamentada; originalidade nas soluções apresentadas; funcionalidade do projeto; organização espacial e viabilidade de execução.

A avaliação quantitativa refere-se aos elementos mínimos de entrega que devem ser contemplados pelo grupo: planta de localização, planta geral de implantação, planta de locação dos elementos construídos (técnica), planta de locação da vegetação (técnica), elevações, cortes setoriais e gerais, perspectiva da praça, edificações e equipamentos públicos propostos em planta baixa, corte e fachadas, croquis perspectivos dos espaços mais significativos do projeto, maquete da proposta (ver Figuras 7, 8 e 9), e memorial das espécies vegetais. Nesta etapa as espécies são identificadas e apresentadas no quadro da vegetação com: nome científico, nome popular, grupo

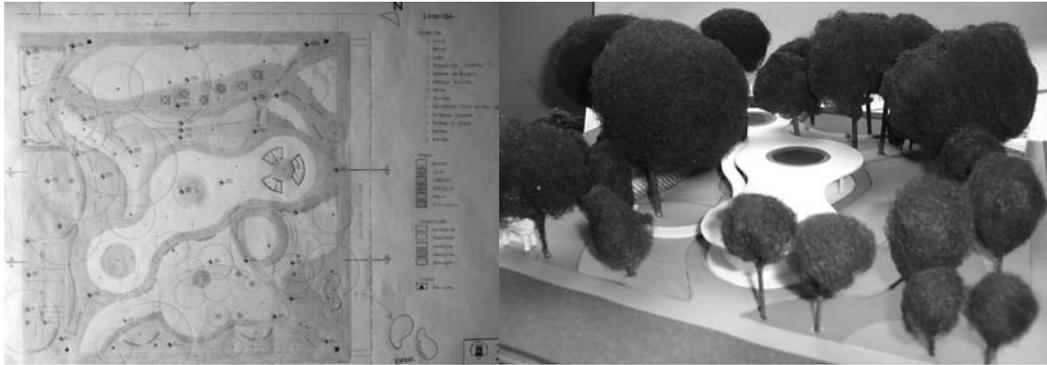


Figura 7: Anteprojeto – planta baixa com legenda e maquete final

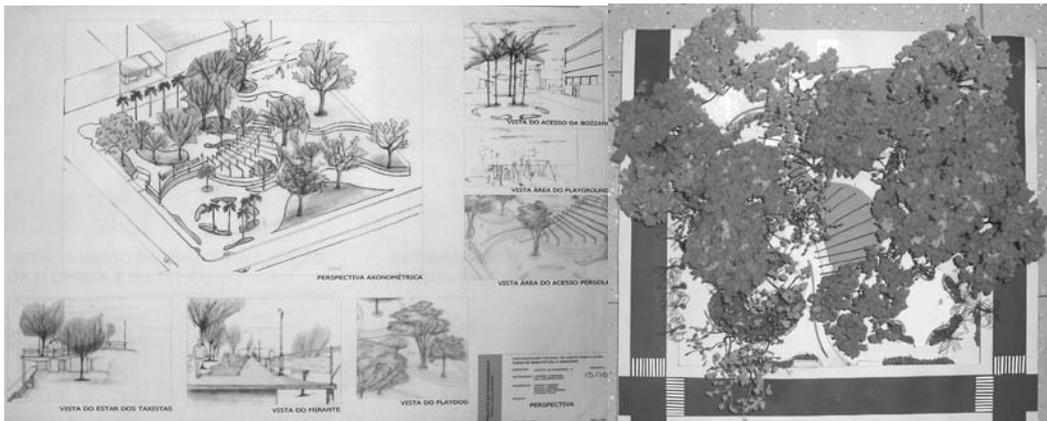


Figura 8: Anteprojeto – perspectiva geral da praça, croquis e maquete final



Figura 9: Anteprojeto e detalhamento

vegetal, procedência (exótica ou nativa), folhagem (perene ou caducifolia), floração (época e cor), uso no projeto (função sombreamento, marcação, mancha de cor, recobrimento do solo, etc), outras observações pertinentes. A linguagem gráfica adotada é de livre escolha do grupo, desde que atenda as solicitações necessárias para entendimento da proposta.

## 2.7 – Etapa 7 – Detalhamento

Nesta etapa, a avaliação é individual sendo o grupo desmembrado. No primeiro momento, os professores junto com o grupo elencaram os elementos mais relevantes do anteprojeto a serem detalhados. Por exemplo: pavimentações (piso grama, pedra, pisos informais, outros), elementos construídos (escadas, rampas, floreiras, espelhos d'água, decks, pérgulas, quiosques, fechamentos, outros), mobiliário (bancos, bebedouro, mesa de jogos, luminárias, lixeiras, brinquedos do *playground*, equipamentos de ginástica, corrimão, guarda-corpo, painéis informativos, para da de ônibus, outros).

Cada membro do grupo fica encarregado de fazer, no mínimo, três grupos de detalhes. O detalhamento deve apresentar os materiais utilizados, as dimensões, forma de fixação, a área útil para cada equipamento, etc. O objetivo desta etapa é despertar o aluno para a importância das especificações técnicas, de explicitar quais as soluções que possibilitam a viabilização de sua proposta projetual (ver Figura 9).



Figura 10: Exposição dos trabalhos – pranchas e maquetes

## 2.8 – Etapa 8 – Exposição didática na praça João Menna Barreto

Esta etapa sempre foi planejada, em edições anteriores da disciplina, mas foi à primeira vez que conseguimos expor os trabalhos no mesmo local em que propomos a intervenção (ver Figura 10), possibilitando aos alunos explicar as propostas no próprio local para a comunidade. A participação dos alunos nessa etapa é livre, já que nesse momento os trabalhos já foram avaliados e as notas publicadas. Apesar dessa liberdade e da exposição ter acontecido em um domingo pela manhã, tivemos representantes de todos os grupos. A experiência, além de proporcionar novamente a integração com a comunidade, proporcionou a participação na exposição dos familiares e amigos dos alunos e professores tendo sido noticiada pela imprensa local.

## 3 – Conclusão

O embasamento teórico e de referências projetuais sobre o tema – praças urbanas proporcionou, além da formação de um repertório básico, a integração entre a turma que passou a analisar e discutir os projetos apresentados de forma crítica, contextualizando as propostas.

A estruturação dos grupos para desenvolverem as etapas projetuais paisagísticas era de seis grupos com três alunos cada. No decorrer do processo a configuração dos grupos se modificou com a chegada de um aluno de intercâmbio (Santas Fé-Argentina) contribuiu para a troca de idéias e vivências sobre os espaços abertos públicos na cidade.

O levantamento e análise proporcionaram uma série de informações físicas, históricas e vivenciais, ou seja, o contato direto dos alunos com a comunidade, uma atividade comum nos projetos de extensão que pode ser vivenciada dentro da disciplina. A praça tem uma série de condicionantes tais como: uma das laterais é configurada pelo pavilhão do corpo de bombeiros (por isso a praça também é conhecida como praça dos Bombeiros); tem uma série de espécies arbóreas a serem preservadas; sombreamento excessivo; ponto de táxi e parada de ônibus a serem mantidos; sanitários em péssimo estado de conservação, bem como pavimentação, acesso, mobiliário, iluminação, pontos de água deficientes. Outro problema constatado é a presença de animais domésticos (soltos ou acompanhados) ocasionando mau cheiro em locais de estar e nas circulações. Somam-se a isso a sobreposição das diferentes atividades desenvolvidas na praça, sem nenhuma infra-estrutura para as mesmas: feira de hortifrutigranjeiro (semanalmente), feira de filhotes (semanalmente), pracinha de brinquedos, outras.

A montagem do programa de necessidades, em grupo na sala de aula, permitiu uma discussão e integração da turma, cada um querendo contribuir com sua vivência e questionando as diferentes formas de utilização do espaço, constatadas a partir da observação no local e colocações da comunidade entrevistada. A partir do programa cada grupo teve liberdade para definir quais as principais diretrizes para seu projeto paisagístico. Essa flexibilidade originou seis propostas projetuais, bem diferentes, para a praça João Menna Barreto.

A ficha de vegetação retomou as referências trabalhadas em aula (estruturas vegetais, arborização do espaço público (praças e ruas), arbóreas locais) e proporcionou, através do passeio pelo campus da UFSM, a identificação e fixação das espécies vegetais estudadas. Essa etapa permitiu uma maior aproximação e o despertar do interesse dos alunos pelas cores, estruturas, texturas, folhagens e florações através da observação e representação gráfica das mesmas, bem como a posterior catalogação. O passeio terminou em um piquenique no campus.

Nos seis partidos arquitetônicos apresentados foi possível mostrar as idéias geradoras, de forma simplificada, cada uma com uma abordagem diferente dos problemas identificados. Esta etapa apresentou a primeira aproximação da solução pretendida para a área de intervenção pelos grupos, através da entrega e defesa oral das propostas.

O anteprojeto e o detalhamento apresentaram os demais elementos necessários para o entendimento da proposta de intervenção paisagística para a praça João Menna Barreto. A etapa de detalhamento despertou o interesse dos alunos em relação às especificações técnicas, buscando explicitar as soluções técnicas utilizadas para viabilizar a proposta projetual.

A exposição didática que aconteceu na praça João Menna Barreto, no dia 18 de dezembro de 2006, em um domingo pela manhã, possibilitou aos alunos e professores dar um retorno à comunidade, através da apresentação das diferentes propostas projetuais paisagísticas na própria praça.

Os alunos tiveram a oportunidade de apresentar e defender suas idéias projetuais perante a comunidade. A comunidade ficou satisfeita em ver seis propostas diferentes para a praça. Este momento de troca e interação foi muito importante para reforçar o elo entre a universidade e a comunidade, demonstrando as potencialidades dos futuros profissionais arquitetos, paisagistas e urbanistas. Ao mesmo tempo a exposição serviu para sensibilizar a comunidade a buscar uma revitalização adequada e duradoura para a praça, levando em consideração as reais necessidades da área, seu entorno e usuários.

O procedimento metodológico adotado permitiu o amadurecimento dos alunos ao longo do processo projetual paisagístico. As seis propostas diferenciadas foram uma grata surpresa para a comunidade, contemplando todas as necessidades dos usuários e solucionando os impactos existentes, entretanto se mostraram deficientes em relação ao entorno imediato, pois os mesmos não conseguiram extrapolar os limites da praça, calçadas e adjacências (faixa de segurança, marcação de cruzamentos, redutores de velocidade, rampas para portadores de necessidades especiais, outros).

Cabe a nós professor apresentar algumas metodologias e etapas projetuais paisagísticas, buscando formar profissionais sensíveis e capazes de atuar no mercado de trabalho com responsabilidade técnica.

Assim, acreditamos estar capacitando futuros profissionais para projetar adequadamente e com responsabilidade os espaços abertos públicos, fundamentais para a nossa cidade, contribuindo para a qualidade de vida urbana das atuais e futuras gerações.

## Bibliografia

ADAMS, William Howard. *Roberto Burle Marx: The unnatural art of the garden*. Nova York: The Museum of Modern Art New York, 1991.

CHING, F. *Arquitetura, forma, espaço e ordem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CULLEN, G. *A paisagem urbana. Arquitetura e urbanismo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1983. 200p.

FAVOLE, P. *La plaza en la arquitectura contemporanea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli S. A., 1995.

LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli S. A., 1983.

LEITÃO, Lúcia (Org.). *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: Manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria, 2002.

LITTLEWOOD, M. *Diseño Urbano 1. Muros y Cerramientos – Detalles*. México: Gustavo Gilli S. A. de C.V., 1994.

\_\_\_\_\_. *Diseño Urbano 3. Árboles*. México: Detalles. Gustavo Gilli S.A. de C.V. 1995, 187p.

LONGHI, Rubens Alberto. *Livro das árvores. Árvores e arvoretas do Sul*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1995.

LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de. *Plantas ornamentais no Brasil: Arbustivas, herbáceas e trepadeiras*. Nova Odessa: Editora Plantarum, 1995.

\_\_\_\_\_. 2. ed. Nova Odessa: Editora Plantarum, 1999.

\_\_\_\_\_. *Árvores brasileiras – Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. São Paulo: Editora Plantarum, 1992.

LORENZI, Harri et. al. *Árvores exóticas no Brasil: Madeiras, ornamentais e aromáticas*. Nova Odessa/São Paulo: Instituto Plantarum Ltda., 2003.

\_\_\_\_\_. *Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas*. Nova Odessa-São Paulo: Instituto Plantarum Ltda., 2004.

\_\_\_\_\_. *Palmeiras no Brasil. Nativas e exóticas*. Nova Odessa-São Paulo: Editora Plantarum Ltda., 1992.

MACEDO, Silvio Soares (Org.). *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Quapá, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Quapá. Paisagem contemporânea no Brasil – Projeto Quapá*. São Paulo: FAUUSP, 2003. (meio digital).

MACEDO, Silvio Soares (Org.); ROBBIA, Fabio. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 311, (Coleção Quapá).

MOTTA, Flávio Lichtenfels. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1983.

MONTERO, Marta Iris. *Burle Marx: Paisagens líricas*. Buenos Aires, 1995.

PORTER, Tom; GOODMAN, Sue. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 3. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, v. 3, 1985a.

\_\_\_\_\_. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, v. 4, 1985b.

\_\_\_\_\_. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, v. 2, 1989.

PORTER, Tom; GREENSTREET, Bob. *Manual de técnicas gráficas para arquitectos, diseñadores y artistas*. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, v. 1, 1987.

Quapá. Projeto de Pesquisa Quapá. Laboratório da Paisagem – Departamento de Projeto da FAUUSP. Disponível em: <<http://www.redealuno.usp.br/quapa>. Acesso em: 9 ago. 2004 e 20 ago. 2005.

RIO DE JANEIRO (Município). *Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: IPLAN/RIO/MAUAD, 1996.

SANTOS, Nara Rejane Zamberlan; TEIXEIRA, Italo Filippi. *Arborização de vias públicas: Ambiente x vegetação*. Santa Cruz do Sul: Clube da árvore, 2001.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

QUAPÁ. *Paisagismo contemporâneo no Brasil*. Projeto Quapá. MACEDO, Sílvia Soares (Coord.). São Paulo: FAUUSP. 2003 (meio digital).

# PARQUE CONTEMPORÂNEO DE CUNHO ECOLÓGICO, COM CARACTERIZAÇÃO DE ECOGÊNESE

THE CONTEMPORARY PARK – AN ECOGENESIS APPROACH

LOPES, Débora Tognozzi

GUIMARÃES, Lucia do Nascimento

E-mail: detognozzi@yahoo.com.br

## RESUMO

Este projeto de pesquisa consiste em uma série de medidas que visam conservar e recuperar ambientalmente um trecho da área de várzea do rio Paraíba do Sul – especificamente a área adjacente ao campus da Universidade do Vale do Paraíba no limite dos municípios de Jacareí e São José dos Campos, SP. O projeto irá focar a restauração da vegetação original e a criação de um parque ecológico na área, que foi sujeita a extração ilegal de areia do rio ao longo da década passada. Propostas de modificações na lei de zoneamento, e aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade cabíveis, deverão ser utilizados no desenvolvimento, visando atingir os objetivos do projeto.

**Palavras-chave:** Paisagismo, ecogênese, parque ecológico, sustentabilidade, manejo ambiental, ecossistema de várzea, zoobotânico.

## ABSTRACT

*This research project consists in a series of measures aiming at the environmental protection and restoration of a swamp area along the Paraíba do Sul river, nearby the campus of the Vale do Paraíba University and the border between the cities of Sao Jose dos Campos and Jacareí, in the state of Sao Paulo. The project will focus on the restoration of the original vegetation and the creation of an ecological park in the area which was subject to illegal extraction of river sand along the past decade. Proposals of modifications to the city zoning and the applicable instruments foreseen in the City Statute shall be used as tools in developing and accomplishing the objectives of the project.*

**Key words:** Landscape, ecosystem, marsh, sustainability.

## Introdução

O mote deste estudo reside na urgência de se apresentar alternativas de intervenção para recuperação para a área degradada nas margens do rio Paraíba do Sul, no limite dos municípios de Jacareí e São José dos Campos, região conurbada do Vale do Paraíba, estado de São Paulo. Tal área foi degradada com a extração ilegal de areia na década de 1990, dando origem a cavas – lago artificial – deixando o solo exposto e promovendo o assoreamento do leito do rio Paraíba do Sul. A degradação foi tal que, além de a flora ter sido totalmente danificada, a fauna que dela sobrevivia foi extinta ou migrou. Hoje há um trabalho de reaproveitamento destas cavas para criação de peixes, que visa a alimentação de estudantes da rede pública, promovido pelo NEPLI (Núcleo de Estudos em Piscicultura, Limnologia e Ictiologia). A Prefeitura do campus da UNIVAP promove um trabalho na tentativa de recuperação da flora na “área de cavas”, com base em EIA-RIMA. Esta obra, contudo, tem-se mostrado incipiente, sem levar em conta a degradação do solo, e as espécies nativas adequadas, bem como o modo mais adequado de reintegrá-las ao seu ambiente de origem.

A proposta tem como meta os seguintes aspectos, buscando, a médio e longo prazo, atingir um cenário de sustentabilidade.

Pretende-se conseguir a conservação e proteção dos recursos naturais e culturais da área compreendida às margens do Rio Paraíba do Sul na divisa dos municípios de São José dos Campos e Jacareí, em terreno pertencente à Universidade do Vale do Paraíba, próximo à rodovia Presidente Dutra.

Ecogênese: neologismo que tem como significado “o processo de restauração de um ecossistema degradado, restituindo-lhe as condições mais próximas das originais” (CHACEL, 2005).

São José dos Campos e Jacareí, em terreno pertencente à Universidade do Vale do Paraíba, próximo à rodovia Presidente Dutra.

Visa-se produzir um ambiente paisagístico que culmine num Parque Intermunicipal, baseado no conceito de Ecogênese na região do Vale do Paraíba, com acesso pela rodovia Presidente Dutra (Jacareí) e pelo bairro da Urbanova (São José dos Campos).

Pretende-se atingir a ampliação, de forma racional, dos interesses sociais na região, promovendo um ambiente de desenvolvimento cultural, científico e de lazer.

Busca-se a promoção do desenvolvimento auto-sustentável, com inclusão social da comunidade camponesa e ribeirinha da área de estudo.

## Contextualização

Em 1972, em Estocolmo, representantes de vários países do mundo reúnem-se para discutir a sanidade do planeta. É então que surge a idéia de desenvolvimento sustentável. Aparecem em vários países, com diferentes graus de eficácia ou comprometimento, Políticas Nacionais de Meio Ambiente. Em 1973, o Governo Federal do Brasil cria a Secretaria de Meio Ambiente em Brasília. Com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama 001 de 1986, torna-se obrigatória no país a realização dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA).

## Fundamentação teórica

A área de estudo é parte de um “banhado”, bioma que refere-se a uma extensa planície, formada por sedimentação, na várzea do rio Paraíba do Sul que, historicamente foi destinada às atividades de pastoreio e cultivo agrícola de arrozais. No trecho em questão, uma pequena comunidade de população ribeirinha foi dando lugar a novas invasões, desta vez por populações urbanas.

Como se sabe, legislações muito rígidas dão margem a fraudes (FRANCO, 2004). E é dentro deste pensamento que entendemos que, ao invés de impor uma proibição rigorosa de ocupação de tal área, venhamos a tentar regularizar sua implantação de forma racional e sustentável. Ainda seguindo este raciocínio, ambientalistas conceituados como aqueles ligados ao NEPAUB-USP e ao NEPAM-Unicamp, defendem a postura de não-expulsão das populações tradicionais das áreas de proteção ambiental, tendo em vista sua possibilidade de efetuar o manejo sustentável dos recursos naturais na área em que residem. Tal raciocínio vem dar suporte maior à postura de não afastamento desta população do local, mas apenas uma readequação de sua moradia, às necessidades ambientais e urbanísticas (DIEGUES, 2003).

A várzea é um dos ecossistemas mais ricos da bacia do rio Paraíba do Sul. No entanto, a várzea, de modo geral, é um ecossistema ameaçado.

Este projeto consiste em medidas que visam preservar ambientalmente a área de várzea do rio Paraíba do Sul no trecho indicado, buscando recuperar a vegetação nativa, dando a ela uma destinação de uso, como parque.

Como diz Del Rio (1990), áreas próximas às massas de água são, consensualmente, tidas como aprazíveis pelo homem, e devem, por esta razão, ser aproveitadas como áreas destinadas ao lazer e à recreação. Por esta razão, incluímos neste projeto o fator de uso desta área pelas populações das duas cidades limítrofes, com o fim de que sintam-se responsáveis pela recuperação da mesma, numa gestão participativa, com a implantação de atividades para Educação Ambiental, dirigidas de acordo com faixas etárias, nos parâmetros dos atuais parques zoobotânicos, concebendo a biota como um todo.

A missão institucional primária dos parques zoobotânicos é o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão ambientais. Esta área visa servir como laboratório natural para estudos ambientais e ecológicos, assim como refúgio para pequenos animais e abrigo da flora natural deste ecossistema.

Uma maneira de se conservar determinada área, mormente uma área de interesse ambiental, como é o caso, é dar a ela uma destinação de uso (FRANCO, 2004). Pois somente quando uma população utiliza uma área é que passa a dedicar-lhe cuidados de manutenção; desta forma evita-se a degradação pelo abandono ou uso inadequado da mesma. No entanto, mais que conservar, nossa intenção é intervir na área em questão, não projetando na natureza, mas projetando *com* a natureza (MAC HARG, 1960).

É conhecida a experiência de Fernando Chacel na recuperação da vegetação ciliar da Lagoa da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. Sua pesquisa de paisagismo e ecogênese levou-o a resgatar a vegetação nativa e criar um parque aprazível e bem modelado a partir de espécies inusitadas.

O processo de ecogênese visa compensar, de forma biótica, os impactos atuais causados por intervenções de natureza não conservacionista (cavas de areia) já realizadas, e as que se farão sentir após futuros impactos (vias de acesso a serem projetadas, e infra-estrutura do parque, tais como sede, lanchonete, banheiros e centros de pesquisa, observatório, etc.).

De modo semelhante à tarefa realizada por Chacel, pensamos em projetar paisagens aprazíveis e de valor estético com as espécies nativas próprias do ecossistema de várzea em regiões de mata tropical. O plantio de espécies nativas é o primeiro passo para evitar ocupações com atividades não compatíveis com a vocação de zona de conservação de vida silvestre. Sabemos, contudo que, para tanto, se faz necessário um tratamento inicial do terreno, o que se obtém a partir do plantio de espécies que recuperem seu substrato nutritivo, tais como leguminosas. Um segundo passo seria o plantio de espécies pioneiras para, em seguida, adaptar as espécies que aí habitavam quando da sua degradação. Busca-se, deste modo, fundir o natural e o plantado em uma unidade paisagística representativa dos ecossistemas do local.

Não podemos deixar de citar aqui o trabalho infatigável e a contribuição inestimável para o uso da vegetação nativa em projetos de paisagismo de Roberto Burle Marx, do qual Chacel foi discípulo. O interesse pela variedade de espécies, formas e cores das plantas nativas brasileiras é despertado em Roberto Burle Marx quando começa a colecionar e buscar entender o cultivo, enxertia, hábitos e reprodução de cada espécie. A exuberância de cores e formas do seu jardim são sua marca registrada, assim como a forma de tratamento que dá a plantas, antes nunca usadas em paisagismo.

Segundo Palazzo e Both (1993), a vegetação nativa pode e deve ser tratada como vegetação ornamental. E é desta forma que compreendemos o trabalho de Chacel com vegetação de mangue e restinga nas margens da lagoa da Tijuca. De modo semelhante, propomos a criação de um parque aprazível e bem modelado a partir de espécies inusitadas: as espécies nativas da área de várzea da bacia do rio Paraíba do Sul.

## Justificativa

Considerando a vasta área em torno da vargem do rio Paraíba do Sul e região das cavas de areia, achamos imperativo fazer um levantamento das áreas de interesse ambiental – áreas degradadas em função da extração irregular de areia – que poderão tornar-se de interesse científico, transformando-as em roteiros culturais para estudantes em todos os níveis e também criando elementos para o turismo ecológico. O progresso das cidades não pode mais continuar implicando em impactos ambientais de tal ordem, que deixem atrás de si rastros de poluição e destruição. Apesar da especulação imobiliária, ainda existem setores nos municípios de Jacareí e São José dos Campos, que permanecem em bom estado de conservação (APAs). Trata-se de um patrimônio deixado pelos nossos ancestrais que pretendemos legar às futuras gerações.

## Objetivos

### Objetivo geral

Gerar informações de qualidade e quantidade suficientes para, em conjunto com uma equipe multidisciplinar, subsidiar a elaboração de projeto para um parque de cunho ecológico, com acessos alternativos, visando a conservação e a utilização, por parte das populações das cidades de São José dos Campos e Jacareí, bem como núcleo de pesquisas ambientais e programação de visitas monitoradas.

### Objetivos específicos

- 1) Avaliação das informações existentes para identificar lacunas do conhecimento e espécies-chave da várzea.
- 2) Análise de dados sobre a área da várzea e das cavas na região estudada.
- 3) Coleta de dados sócio-ambientais e histórico-culturais junto a entidades e à comunidade visando informatizá-los.
- 4) Integrar instituições de pesquisas científicas e órgãos do Governo Municipal, Estadual e Federal que atuam no Meio Ambiente e no Patrimônio Cultural.
- 5) Criar condições de sustentabilidade, ampliando-se os setores de interesse acadêmico e turístico.
- 6) Promover a recuperação ambiental da área degradada e o resgate arqueológico de sítios com vestígios da cultura indígena presentes na área estudada, contando com o apoio das diversas disciplinas.
- 7) Planejar e implementar atividades voltadas para a Educação Ambiental, dirigidas de acordo com as faixas etárias.
- 8) Planejar a produção de áudio-visuais, estabelecer prioridades e programar visitas dirigidas.
- 9) Integração e projeção das informações obtidas.

## Base metodológica

Informar aos analistas do projeto de forma clara, verdadeira e inequívoca, a real situação presente da área de intervenção, assim como as propostas viárias e paisagísticas utilizadas ao longo do parque:

- I) Levantamento topográfico (declividades, drenagem superficial);
- II) levantamento fotográfico (fotos *in loco*, fotos aéreas);
- III) levantamento dos tipos de solo (permeabilidade do solo, sustentabilidade do solo, geomorfologia, suscetibilidade a erosão);
- IV) levantamento das características da vegetação atual;

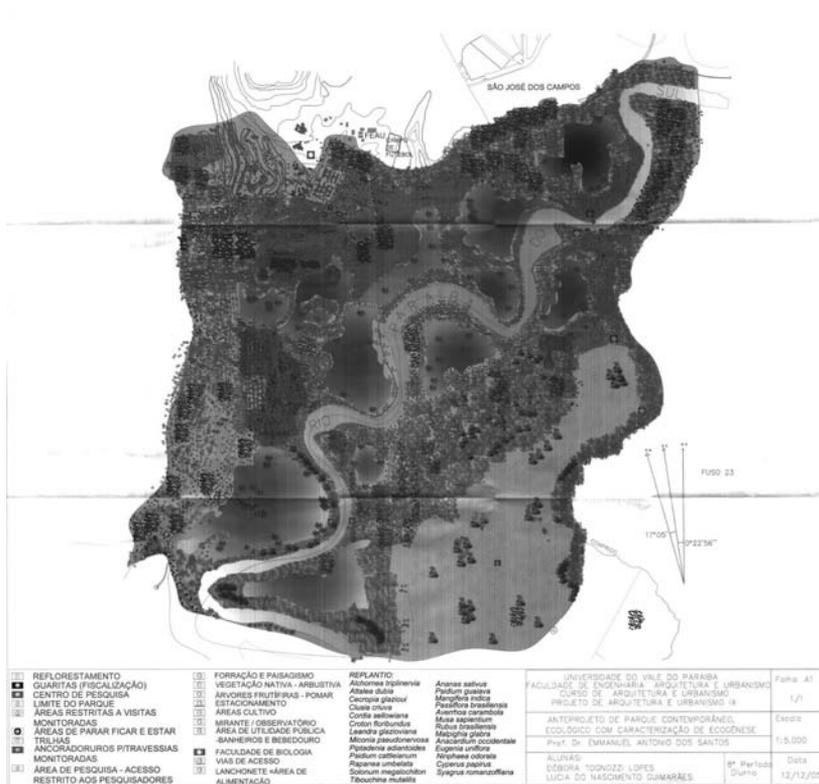
- V) levantamento das vias de acesso atuais;
- VI) projeto viário/aspectos legais/invasões ilegais/vegetações;
- VII) valores sociais e ambientais (valores econômicos do solo da região de interesse: áreas inundáveis, valores históricos, cênicos, interativos, hídricos, florestais; valores ambientais da área de interesse: fauna e flora, valores residenciais, e institucionais);
- VIII) projeto paisagístico: arranjo geral; e arranjos setoriais;
- IX) perspectiva.

### Relevância

A várzea é um dos ecossistemas mais ricos da bacia do rio Paraíba do Sul. No entanto a várzea, de modo geral, é um ecossistema ameaçado e as principais causas deste processo de degradação são: gestão ineficiente, falta de políticas específicas para promover o desenvolvimento sustentável, fiscalização incipiente, entre outros. Embora haja vários estudos básicos sobre a ecologia de várzea (estrutura, funcionamento e biodiversidade), há uma escassez de estudos aplicados a sistemas de manejo efetivos. As políticas públicas elaboradas para este tipo de ambiente têm negligenciado a especificidade do ecossistema de várzea, mostrando-se, em geral excessivamente genéricas.

### Contribuição à sociedade

A população carece de mais e maiores parques de lazer e recreio em ambos os municípios atingidos.



A educação ambiental que aí se promoverá, resultará, em médio e longo prazo, em benefícios para a própria população.

A restauração da área degradada reverterá em benefício para toda a população ribeirinha do vale do rio Paraíba do Sul – nisto incluídos todos os municípios que desta bacia se beneficiam.

A criação de um núcleo de estudos ambientais enriquecerá o programa de educação ambiental das comunidades atingidas.

## Bibliografia

ALMEIDA, J. R.; MORAES, F. E.; SOUZA, J. M.; MALHEIROS, T. M. *Planejamento ambiental para participação da gestão ambiental para nosso futuro comum: Uma necessidade, um desafio*. 2. ed., Rio de Janeiro: CEPAM/TheX Editora, 1999.

CHACEL, Fernando Magalhães. *Paisagismo e ecogênese*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2001.

DEL RIO, Vicente. *Desenho urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1990.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

FRANCO, Maria Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental: Uma introdução à arquitetura da paisagem com paradigma ecológico*. São Paulo: Anablume, 2004.

KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.

MACEDO, Silvio Soares. Roberto Burle Marx and the founding of modern brazilian landscape architecture. In: VACCARINO, R. (E). *Roberto Burle Marx. Landscape reflected*. Nova York: Princeton Architectural Press, 2000.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002 (Coleção Quapá).

MAGALHÃES, L. E. *A questão ambiental*. São Paulo: Terragraph, 1994.

MC HARG, Ian. *Projetar com a natureza*. Boston: MIT, 1965.

MIRANDA, Danilo Santos de. (Org.) *O parque e a arquitetura – Uma proposta lúdica*. Campinas-SP: Papirus, 1996 (Coleção Fazer/Ler).

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1983.

PALAZZO JR., José Truda; BOTH, Maria do Carmo. *Flora ornamental brasileira: Um guia para o paisagismo ecológico*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.

REVISTA PROJETO DESIGN, n. 305, jul. 2005. Entrevista Por Evelise Grunow e Fernando Serapião.

ROMERO, M. A. B. *Princípios bioclimáticos para desenho urbano*. São Paulo: P. W., 1988.

RUANO, Miguel. *Ecourbanismo: Entornos humanos sustentáveis: 60 projetos*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SITES:

CHACEL, 2005: [www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha005.asp](http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha005.asp) - 02/12/2005;

<http://www.geocities.com/apisaniello-05/10/2005>;

<http://www.wmtambiental.com.br-05/10/2005>;

<http://www.artliber.com.br/paisagismo.htm> - 02/12/2005;

<http://www.revistasim.com.br/asp/materia.asp?idtexto=1250> - 05/12/2005;

<http://www.sefaz.es.gov.br/painel/BMBio12.htm> - 12/03/2006;

<http://www.ufac.br/orgaosup/pz/index.htm> - 34k - 12/03/2006;

[www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/uniformizacao\\_artigos.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/uniformizacao_artigos.pdf)-12/03/2006.

# ESPAÇOS LIVRES URBANOS: A INTER-RELAÇÃO DE FUNÇÕES DENTRO DA ESCALA BAIRRO

URBAN OPEN SPACES: THE RELATIONSHIP OF USES WITHIN THE NEIGHBORHOOD SCALE

## LOPES, Wilza Gomes Reis

Arquiteta, professora doutora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura/Centro de Tecnologia da UFPI.

E-mail: izarlopes@uol.com.br

## SOUSA, Giuliana de Brito

Acadêmica de arquitetura e urbanismo, Centro de Tecnologia/UFPI.

E-mail: giulianaarq@yahoo.com.br

## ALVES, Marta Raquel da Silva

Acadêmica de arquitetura e urbanismo, Centro de Tecnologia/UFPI.

E-mail: martarachel@yahoo.com.br

## RESUMO

Nas áreas habitacionais urbanas a população necessita de áreas com as quais possam se identificar e de espaços livres que reflitam a identidade e necessidade de seus moradores. Assim, a praça é tida como um bem público das cidades, aberto a todos e dotado de funções, que supram as necessidades físicas e mentais dos seus habitantes. Este trabalho teve como objetivo apresentar os diversos usos encontrados e a maneira como os usuários se apropriam de praças no bairro Mocambinho, localizado na zona norte da cidade de Teresina, e suas inter-relações no contexto em que estão inseridas.

**Palavras-chave:** Bairro, espaço livre, usuário, funcionalidade.

## ABSTRACT

*In the urban habitacionais areas the population needs areas with which they can be identified, of free spaces that reflect the identity of its inhabitants. Thus, the square is had as public good of the cities, opened to all and endowed with functions, that supply the physical and mental necessities of its inhabitants. This work had as objective to present the diverse joined uses and the way as the users if they appropriate of the squares in the Mocambinho quarter located in the zone north of the city of Teresina, its Inter-relations in the context where they are inserted.*

**Key words:** Quarter, open space, user, functionality.

## 1 – Introdução

Os espaços livres públicos têm grande importância na vida urbana, em especial as praças, objeto desse estudo, pois são espaços próximos aos moradores, espaços imediatos as suas residências.

Lynch (1997, p. 61) coloca que “*todos os espaços são geográficos, porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço são resultados de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos*”. Neste contexto analisamos as praças do Bairro Mocambinho, destacando o papel de cada uma e ao mesmo tempo a relação entre elas.

Segundo Macedo (1995) a vida útil de um determinado espaço livre urbano está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário. Quanto mais e melhor possa ser apropriado, maior será sua aceitação social e durabilidade.

Os espaços bem resolvidos, com programas interessantes e sempre levando em conta os desejos da população usuária, aliados ao cuidado e a manutenção dos mesmos, são aqueles melhores apropriados pela população.

Leitão (2002) apontou o nível socioeconômico da população, como um dos fatores que pode dar a especificidade de uma praça e, assim, apontar para possível função que ela desempenha na cidade. Segundo a autora, em áreas pobres, uma praça pode vir a suprir a necessidade de diversão de uma comunidade que, pela escassez de recursos financeiros, esteja impedida de desfrutar de um outro tipo de lazer.

Desta forma, estudos que buscam avaliar os espaços livres, considerando fatores como adequação funcional, ambiental e estética, servem de importantes subsídios para reestruturação dos espaços existentes e para elaboração de novas propostas, vinculadas diretamente ao usuário, que possam suprir suas necessidades de lazer, cultura e socialização com o local por ele habitado.

O bairro Mocambinho caracteriza-se por ser um bairro popular, onde os lotes urbanos são de pequenas dimensões e as ruas estreitas, tornando importante a presença de espaços livres na malha urbana, pois eles têm a função de suprirem a carência de áreas de recreação e convivência para a comunidade local. Este trabalho apresenta um diagnóstico do estado atual das praças localizadas no bairro Mocambinho, situado na periferia Norte da cidade de Teresina, visando obter subsídios que auxiliem na reestruturação dos espaços existentes.

## 2 – O bairro Mocambinho e suas praças

O bairro do Mocambinho teve origem no grande conjunto habitacional José Francisco de Almeida Neto, construído próximo ao rio Poti (Figura 1), pela Companhia de Habitação do Piauí – Cohab/PI, em terras da fazenda Mocambinho, que significa Cabaninha. O bairro, no entanto, ficou conhecido com o nome de Mocambinho, sendo hoje, um dos mais populosos de Teresina (TERESINA, 2005). Segundo Braz (2004), o conjunto habitacional foi projetado na década de 1980, pelo arquiteto Acácio Gil Borsóí, para servir basicamente de moradia para pescadores, tendo sofrido muitas alterações espaciais, inclusive, algumas já durante o período de execução da obra e a maioria no processo de apropriação.

A partir dos dados encontrados em Teresina (2005), observa-se o crescimento da população do bairro que passou de 23.536 habitantes, em 1991, para 27.260 habitantes, no ano de 2000, divididos em 12.709 homens e 14.551 mulheres, que apresentam a renda média mensal de R\$ 596,14 (quinhentos e noventa e seis reais e quatorze centavos).



*Figura 1: Situação do bairro Mocambinho em relação à zona norte e destaque para as praças analisadas*

*Fonte: Semplan (2002)*

Segundo os dados do censo de 2000, o bairro que possuía a densidade habitacional de 4,15 habitantes por domicílio, apresentava 6.553 domicílios permanentes, sendo que, 6.363 destes possuíam abastecimento de água. Do total de domicílios, 5.669 eram próprios, 345 alugados e 539 tinham outra condição de ocupação. Quanto ao tipo de esgotamento sanitário, a maioria, ou seja, 5.839 possuíam fossa séptica, 87 possuem fossa rudimentar, 218 estavam ligados à rede geral de esgoto ou pluvial, enquanto que um tinha seu esgotamento tipo vala e cinco possuíam outro tipo de escoamento sanitário (TERESINA, 2005).

Quanto ao setor Educação, em dados de 2000, sabe-se que a população alfabetizada do bairro correspondia a 86,17%, enquanto que, os habitantes sem instrução e com menos de um ano de estudo, representava 4,65% da população e, ainda que, 39,8% dos moradores possuíam de 11 a 14 anos de estudos (TERESINA, 2005).

Foram abordadas as praças mais evidentes do ponto de vista da população do bairro, espaços que se identificam com a população usuária, conciliando o projeto concebido com a adequação funcional obtida pela comunidade. Este estudo abrangeu as praças Jornalista Paulo de Tarso (1), Santa Joana D'arc (2), Escolão do Mocambinho (3) e praça da Bíblia (4), indicadas na Figura 1.

Algumas praças encontram-se bem cuidadas pela população e pelos órgãos públicos responsáveis. Entretanto existem casos onde o espaço está abandonado, embora com capacidade para uso, encontrando-se mal estruturados, deixando a população ansiosa por melhorias, que possibilitem o pleno desempenho das funções propostas para o espaço público.

## 2.1 – Morfologia das praças

As praças analisadas apresentam diferenciados tipos de usos, podendo ser classificadas como, direcionadas para atividades esportivas, de lazer passivo, de recreação e lazer cultural e, ainda, atividades ligadas ao comércio e prestação de serviços.

A praça Jornalista Paulo de Tarso (Figura 2), que tem a forma de trapézio estreito e comprido, está dividida em dois setores, apresentando num deles área aberta, sem vegetação, destinada às atividades culturais, que eventualmente, é ocupada por circos e parques e diversão, que se instalam na praça. A outra parte apresenta-se sombreada por meio de exemplares de bambu, sendo bastante ventilada e tendo bancos bem posicionados na área de sombra, dando-lhe a função de contemplação e descanso.



Figura 2: Foto aérea da praça Jornalista Paulo de Tarso (praça da Telemar)  
Fonte: Semplan

Na praça Santa Joana D'arc (Figura 3), que apresenta a forma triangular, destacam-se as atividades de contemplação e de prática de esportes, possuindo ainda em seu interior a igreja de Santa Joana D'arc, que dá o nome à praça.



Figura 3: Foto aérea da praça Santa Joana D'arc  
Fonte: Semplan

Já a praça do Escolão do Mocambinho (Figura 4), que também tem a forma triangular, é um espaço destinado, basicamente, para atividades esportivas, possuindo um campo de futebol, quadras de esportes; um espaço livre considerado complexo para a realização de atividades esportivas de grande expressão para a comunidade, com a realização de campeonatos de esportes coletivos. As árvores plantadas na frente da edificação do Escolão do Mocambinho tornam a área agradável para contemplação e descanso.

A praça da Bíblia (Figura 5), também lembra um triângulo de lados arredondados, tem basicamente a função de contemplação e descanso sendo um local bem agradável, com várias espécies vegetais, especialmente plantas ornamentais. Encontra-se dividida em área de canteiros e área de passeio, onde se posicionam os bancos.



Figura 4: Foto aérea da praça do Escolão do Mocambinho  
Fonte: Semplan



Figura 5: Foto aérea da praça da Bíblia  
Fonte: Semplan

Percebe-se que as áreas das praças estudadas ocupam áreas aproveitadas do que restou após o traçado dos lotes e do sistema viário, consideradas, de acordo com Cunha e Orth (2002), [...] “uma tipologia de áreas públicas localizadas em pedaços de áreas loteadas ou em sobras de terrenos no cruzamento de duas ruas. [...] são em geral espaços difíceis de projetar, seja pela própria situação ou pelo tamanho da área reservada para elas”.

## 2.2 – Mobiliários e equipamentos existentes nas praças

Os equipamentos mais comuns e, portanto presentes em todos os espaços pesquisados são os bancos, que em geral, são de alvenaria ou de concreto. Os bancos na praça Santa Joana D’arc, (Figura 6) estão dispostos ao redor dos canteiros, localizados à sombra das árvores, proporcionando uma organização diferente de qualquer outra praça, e deixando os espaços livres para a observação, como se servissem de arquibancada para os espaços abertos da praça. Na praça da Telemar os bancos são extensos no formato “L”, enquanto que, apenas a praça da Bíblia apresenta bancos com encosto.

Os bancos, geralmente, estão bem conservados, com exceção da praça do Escolão do Mocambinho, onde foram encontrados vários bancos quebrados. Muitos deles encontram-se colocados em torno do campo de futebol, da quadra de esportes, e existindo ainda os improvisados pelos usuários.

O piso é a parte da praça mais trabalhada, geralmente o material empregado é a pedra portuguesa nas cores cinza e preta, blocos de concreto, entre outros. O piso que mais difere dos outros se encontra na praça Santa Joana D’arc, que apresenta no desenho um traçado de curvas sinuosas, que contorna os canteiros dando forma aos mesmos. Essas curvas proporcionam uma sensação de movimento ao desenho da praça e ao mesmo tempo de prolongamento do espaço, conferindo leveza e beleza ao espaço livre.



Figura 6: Bancos da praça Santa Joana D’arc  
Fonte: Giuliana Sousa (2005)



Figura 7: Piso trabalhado e disposição dos bancos na praça Santa Joana D’arc  
Fonte: Giuliana Sousa (2005)

Dos equipamentos usuais das praças, apenas o orelhão encontra-se presente em todas elas, enquanto que a lixeira é um equipamento que não existe em qualquer um dos espaços analisados. A praça Jornalista Paulo de Tarso é a única que apresenta banca de revistas. Quanto à iluminação, vale destacar que a praça do Escolão do Mocambinho possui a situação mais precária, ficando no período da noite completamente às escuras, o que inviabiliza o seu uso, durante esse turno. Outro ponto negativo em relação aos equipamentos é que nenhum dos espaços estudados apresenta *playground*, equipamento importante para as crianças.

Diferenciando-se de uma praça para a outra encontramos alguns elementos que se evidenciam como na praça Jornalista Paulo de Tarso, que possui um palco para apresentação atividades

culturais, como *shows* musicais, eventos religiosos, entre outros, segundo informações recebidas dos usuários. Uma parte da praça é ocupada por um Telecentro de informações e negócios da Telemar, edificação que deu origem ao nome popular da praça, praça da Telemar.

Na praça Santa Joana D'arc existe um *half*, enquanto que, no Escolão do Mocambinho encontra-se quadra e campo de futebol e na praça da Bíblia tem-se um monumento no centro da praça em homenagem a bíblia. As praças do Escolão do Mocambinho e Jornalista Paulo de Tarso contam, ainda, com pontos de ônibus, em concreto, muito utilizados pelos habitantes do bairro.

### 2.3 – Processo de manutenção das praças

O serviço de manutenção das praças, de responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro Norte de Teresina – SDU/Centro Norte, é terceirizado a uma empresa de limpeza, que supervisiona e distribui os trabalhadores nas praças, encarregados de varrer, coletar o lixo e regar as plantas, no período da manhã, durante os cinco dias úteis da semana. Regularmente, os espaços livres são visitados por fiscais, funcionários da SDU norte, quando é visitado e verificado quanto à necessidade de manutenção de podas nas árvores e gramados.

Devido às dimensões consideráveis da praça Jornalista Paulo de Tarso em dias de eventos, a funcionária, responsável pela limpeza diária, recebe ajuda dos funcionários do Distrito da Limpeza, situado no entorno da praça. Já na praça Santa Joana D'arc em tempos de festejo da santa padroeira da igreja, a paróquia ajuda com a limpeza da praça. Além dos funcionários da limpeza, muitas vezes, os próprios moradores também varrem a praça, em frente a suas residências, comprovando o comprometimento dos moradores para com seu entorno imediato.

A pior situação encontra-se na praça do Escolão do Mocambinho, onde o péssimo estado de conservação pode ser claramente percebido nesse local, pois a grama é inexistente onde deveria existir, e abundante onde deveria ser mínima e as árvores necessitam de poda. O fato que visivelmente mostra o descuido para com o espaço destinado ao lazer está na feira livre que ocorre no local, com a colocação de barracas, sem qualquer cuidado com a higiene, e o acúmulo de lixo no local, acarretando a presença de urubus na área. O piso da praça de maneira geral encontra-se mal conservado.

Na praça da Bíblia, a rega das plantas e a limpeza da praça são realizadas diariamente. Este espaço encontra-se em perfeito estado de conservação e as espécies vegetais estão em ordem, sendo bem distribuídas e cuidadas (Figura 8).



Figura 8: Vista geral da disposição dos bancos na praça da Bíblia  
Fonte: Giuliana Sousa (2005)

## 2.4 – As praças e suas funções

Os espaços livres aqui analisados exercem funções diferenciadas em alguns pontos, porém com características semelhantes. Ao se observar a praça Jornalista Paulo de Tarso, também conhecida como praça da Telemar, fica claro a importância comercial que ela representa, sendo um ponto convergente de fluxos do bairro. Os serviços são prestados por meio de trailers, dispostos no interior da praça. São oferecidos serviços de chaveiro e carimbo, lanchonete, sapateiro, banca de revista e, apresentando, ainda, um ponto de táxi e outro de moto táxi. Possui, também, um espaço cultural, com palco para atividades, como *shows* e eventos.

Além de importante elo de relacionamento entre as pessoas do bairro, por ser considerado um espaço central, funciona também, como ponto de atração para crianças, jovens e adultos, pois é um local gratuito, que concentra *shows* promovidos por políticos, prefeitura ou pela própria comunidade. Na área livre da praça, são também instalados parques de diversão e circos. E ainda, será na praça Jornalista Paulo de Tarso que ocorrerá qualquer manifestação popular dirigida à população do bairro. E cotidianamente ela é usada também como lazer passivo pelos moradores do entorno imediato.

A praça Santa Joana D'arc encontra-se devidamente apropriada por seus usuários, apresentando as funções de contemplação e descanso, e ainda de esportes, pois apesar de não existir quadra de esportes, as crianças brincam de esportes coletivos, como futebol, voleibol, entre outros. Existe ainda um *half* para a prática do *skate* e bicicleta. Nela também se concentram os festejos religiosos da Santa padroeira da igreja existente no espaço. Já a função da praça da Bíblia, de menores dimensões, é basicamente o lazer passivo, a contemplação e o descanso.

Enquanto que na praça do Escolão do Mocambinho a função de lazer ativo está bem definida, sendo o local ocupado por quadras para a prática de esportes coletivos. Na praça existe, ainda, um espaço arborizado, localizado em frente ao edifício da Escola do Mocambinho, que apresenta a função de contemplação e descanso. Este espaço é provido de bancos e de árvores, que deixa o local bem sombreado, representando um recanto agradável, embora pequeno, em relação à disponibilidade de área que o espaço concentra. Durante do mês de Junho, comemora-se as festividades de São João na praça, onde são armadas barracas, nas laterais do espaço livre, com uso de iluminação improvisada pelos barraqueiros.

## 2.5 – A influência do entorno na forma de apropriação dos espaços livres

O entorno da praça da Telemar é, basicamente, constituído de serviços e comércio, existindo entre outros, armarinhos, escola, posto policial (9<sup>o</sup> BPM), distrito da limpeza da Prefeitura Municipal, que é responsável pela limpeza das ruas do bairro, e residências, mas sendo caracterizado como zona de comércio intenso do bairro. Com destaque para a avenida conhecida como a avenida central do Mocambinho (avenida Antônio Pereira Martins), que é de intenso tráfego, tanto de ônibus quanto de veículos comuns e, onde se encontra a maioria dos serviços do entorno da praça.

A praça Santa Joana D'arc tem seu entorno, basicamente, formado de residências, apresentando alguns pontos comerciais, pequenos mercadinhos. Encontram-se, também, duas escolas, sendo uma particular e outra pública. Anexa a esta se encontra uma quadra de esportes, porém abandonada, que atrai vândalos e desocupados, trazendo perigo para a população usuária do local.

Já na praça do Escolão do Mocambinho o entorno é diversificado entre residências, pontos comerciais e de serviços, como oficinas de bicicletas e pequenos comércios, entre outros, e o posto de saúde do bairro. A área possui um intenso fluxo de veículos e pedestres tornando

um local movimentado e mostrando a necessidade desse espaço para a comunidade local, como ponto de oxigenação do tráfego da área. Em volta da praça da Bíblia, que é formada pela interligação de três ruas, encontra-se o hospital do bairro Mocaminho, uma igreja evangélica e uma invasão de sem tetos.

Observa-se que a relação de espaço livre com o tipo de apropriação desempenhada nele, muitas vezes, refere-se ao acúmulo de funções e a localização destes espaços em pontos de fluxo intenso, que os tornam pólos de atração para as pessoas da comunidade.

## 2.6 – Análise comportamental dos usuários dos espaços livres

Os usuários desfrutam dos espaços públicos que lhes são oferecidos de diversas formas, o que foi observado é que cada tipo de comportamento ocorre diante da necessidade de cada usuário.

Na praça Jornalista Paulo de Tarso existem vários tipos de usuários, como o usuário transeunte, os usuários que vão à praça para conversar, aqueles que vão trabalhar e os que vão à procura dos serviços oferecidos no espaço (Figura 9). E por esta ser bastante espaçosa ainda serve de estacionamento para as motos dos policiais, que trabalham no posto da polícia, localizado no entorno da praça. Percebe-se, então, a alta utilidade que a praça representa para a comunidade, concentrando vários serviços e sendo um local bastante movimentado.



Figura 9: Vários serviços concentrados na praça Jornalista Paulo de Tarso  
Fonte: Giuliana Sousa (2005)

A praça Santa Joana D'arc é bastante freqüentada por crianças, que vão brincar e andar de bicicleta, e por jovens e adultos que vão conversar, namorar e, até mesmo, descansar na praça. Ocorre, ainda, a presença de adolescentes ociosos, que praticam delitos nas proximidades, como furtos, por exemplo. Segundo os moradores do local a praça é mais freqüentada no horário da tarde, quando as crianças vão brincar, jogar bola, andar de bicicleta, skate, patins entre outras atividades. Segundo as crianças da praça, ela fica dividida com as crianças maiores ficam de um lado e as menores na outra área livre da praça.

As missas na igreja de Santa Joana D'arc ocorrem dias de quarta-feira, sábado e domingo, dias em que aumentam o fluxo de pessoas na praça. Apesar de não existir um local bem definido para a prática de esportes, existe bastante espaço, usado pelas próprias crianças, que delimitam o tamanho das áreas para suas brincadeiras.

A praça da Bíblia por ser praticamente a entrada e uma igreja evangélica é mais utilizada na hora de início e fim dos cultos realizados na igreja. Sendo a praça um espaço de encontro dessa comunidade.

Em entrevista com os moradores da vizinhança da praça do Escolão do Mocambinho, foi colocado que, esse espaço de referência de lazer no bairro, encontra-se abandonado. Quando foi criado, a população contava com ótimas condições de lazer, apresentando um campo de futebol, bancos, quadras de esportes, só que com o passar do tempo, o espaço livre público foi se degradando. As pessoas durante o dia jogam bola na quadra, no campo apesar das más condições de uso, mas durante a noite não possui nenhuma utilidade para a comunidade, pois o local encontra-se totalmente no escuro, impedindo até seu uso como local de passagem, pois as pessoas têm medo de assaltos. Algumas pessoas usam a praça em frente ao escolão para conversarem e descansarem, como um ponto de encontro e descontração, durante o dia. Diariamente a praça vira uma feira livre, onde são armadas algumas barracas, com a venda de peixes, de carnes entre outros, gerando acúmulo de sujeira no local, atraindo inclusive, urubus (Figura 10), pois se trata de uma feira livre, sem a devida vistoria ou instalações necessárias para esta atividade. Porém, a Prefeitura está tomando providências no sentido de viabilizar o projeto de intervenção paisagística, visando revitalização desse espaço, devido a sua grande importância para a comunidade do bairro Mocambinho.



Figura 10: Presença de urubus na praça do Escolão do Mocambinho  
Fonte: Giuliana Sousa (2005)

### 3 – Considerações finais

O bairro do Mocambinho apresenta-se muito expressivo em número e em diversificação de usos dos seus espaços livres. A praça Jornalista Paulo de Tarso configura-se como uma praça significativa para a economia local. Já a praça do Escolão do Mocambinho apresenta-se como um espaço livre em potencial para a realização de eventos esportivos, sendo para o bairro ponto de destaque e lazer para a comunidade em geral.

Um diferencial no bairro é a condição econômica das famílias que tem baixo poder aquisitivo, os lotes das casas são pequenos, o que levam a população a sair mais de suas residências e tornarem o espaço livre do bairro como uma extensão do lar dos usuários. É o local onde as pessoas se encontram, trocam experiências e se relacionam. Em bairros de baixa renda como o pesquisado isso se mostra mais evidente. As pessoas encontradas nas praças são pessoas

que vão a esses espaços livres, para terem um local de lazer e distração e até mesmo ter uma fonte de renda, considerando o espaço livre público como uma extensão de suas casas, onde elas gostam de ir e de freqüentar.

Os espaços livres públicos urbanos têm dimensões consideráveis, com isso acumulam um leque maior de atividades levando vários tipos de usuários para as praças, desde crianças até pessoas idosas. Foi encontrada uma diversidade de papéis desempenhados pelos espaços livres públicos urbanos, comprovando que a variação da função do espaço público funciona, adequando-se à necessidade do perfil do usuário de cada espaço.

Todos esses fatores confirmam a importância do espaço livre, e revelam o quão importante ele pode ser para os usuários, interferindo até, na economia local. Pois se torna um ponto de encontro de fluxo, desempenhando um papel não só de descanso e contemplação, mas também, como um espaço para atividades culturais, de lazer, seja físico ou mental, e, algumas vezes, sendo de importância financeira para a comunidade.

## Bibliografia

BRAZ, Ângela. *Do projeto à realidade: Sobre as transformações do Conjunto Habitacional Mocambinho*. 2004.159p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CUNHA, Rita Dione A; ORTH, Dora M. APO aplicada a praças de esquina ou pontas de lotes (um estudo de caso em área central de Florianópolis/SC). In: ENCONTRO NACIONAL DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 6, 2002. Recife. *Anais ... Recife: UFPE, 2002*. 1CD-ROM.

MACEDO, S. Espaços livres. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 7, p. 15-56, 1995.

LEITÃO, Lúcia (Org.). *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: Manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.

LYNCH, Kelvin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEMPPLAN (Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação da Prefeitura de Teresina). *Cartografia*. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, [200-]. CD-ROM.

TERESINA – Secretaria Municipal de Planejamento – Semplan. *Teresina em bairros*. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2005. Disponível em: <[http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina\\_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan](http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan)>. Acesso em: 22 nov. 2005.

**Agradecimentos:** Nossos agradecimentos ao CNPq e à Universidade Federal do Piauí – UFPI – pelas bolsas de iniciação científica, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – Fapepi – pelo apoio financeiro dado a esta pesquisa.

# A CONFIGURAÇÃO DA VIA PÚBLICA INTERFERINDO NA APREENSÃO DA PRAÇA: O CASO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS EM TERESINA

THE CONFIGURATION OF THE PUBLIC STREET INTERFERING IN THE USE OF THE PLAZA: THE CASE OF HOUSING DEVELOPMENTS IN TERESINA

## **LOPES, Wilza Gomes Reis**

Arquiteta, professora doutora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura/Centro de Tecnologia da UFPI.

E-mail: izarlopes@uol.com.br

## **ALVES, Marta Raquel da Silva**

Acadêmica de arquitetura e urbanismo, Centro de Tecnologia/UFPI.

E-mail: martarachel@yahoo.com.br

## **SOUSA, Giuliana de Brito**

Acadêmica de arquitetura e urbanismo, Centro de Tecnologia/UFPI.

E-mail: giulianaarq@yahoo.com.br

## **RESUMO**

Comércio e espaços de lazer já estiveram juntos por muito tempo, na Idade Média o mercado assumia o papel que hoje cabe à praça o de espaço coletivo de lazer. Hoje o mercado adquire a função eminentemente de consumo, não se vivencia mais o ambiente e as pessoas. A busca incessante pelo lucro, ou mesmo pela sobrevivência, move nossa sociedade e cada local que pode potencialmente render dinheiro é explorado ao máximo. Casas localizadas próximas de ruas movimentadas transformam-se rapidamente em pontos comerciais, alterando a configuração de um espaço criado para moradia em ambiente de comércio. Mas essas vias não são povoadas apenas por estabelecimentos privados, elas apresentam também espaços públicos, que sofrem as conseqüências dessas alterações. O presente trabalho apresenta um estudo de três praças localizadas nos conjuntos habitacionais Itararé, Parque Piauí e Parque Promorar, na cidade de Teresina, Piauí, observando como as mudanças na função original das ruas do entorno, que foram projetadas, inicialmente, como ambiente residencial, têm modificado o desempenho dos espaços públicos.

**Palavras-chave:** Espaço público, comércio, apropriação.

## **ABSTRACT**

Commerce and spaces of leisure already had been together for much time, in the Average Age the market assumed the role that today fits to the square of collective space of leisure. Today the market acquires the consumption function eminently, more is not lived deeply the environment and the people. The incessant search for the profit, or same for the survival, moves our society and each place that can potentially relieve money is explored to the maximum. Located houses next to moving streets are changed quickly into commercial points, modifying the configuration of a space created for housing in commerce environment. But these ways are not populated only by private establishments, them also present public spaces, that suffer the consequences of these alterations. The present work presents a study of three squares located in the habitacionais sets Itararé, Piauí Park and Promorar Park, in the city of Teresina, Piauí, observing as the changes in the original function of the streets of entorno, that they had been projected, initially, as surrounding residential, have modified the performance of the public spaces.

**Key words:** Open space, commerce, appropriation.

## 1 – Introdução

### 1.1 – Espaços públicos

Os espaços públicos são lugares democráticos destinados a suprir a necessidade de lazer tão essencial ao homem. Agregando uma grande variedade de pessoas, que realizam ali as mais diferentes funções, esses espaços transpiram coletividade e integração. Segundo Farias (2000), os espaços públicos nos remetem à idéia de espaços coletivos, local onde os moradores das cidades travam suas relações de identidade e, a partir daí, relações entre cidade e cidadão, no sentido de que esses espaços devem ser democráticos, percebidos e vivenciados no cotidiano e não só percebidos sem poder ser alcançados. A praça como é conhecida hoje, representa um ambiente ajardinado, destinado ao lazer ativo ou passivo, como ainda à convivência, apresentações culturais e cívicas.

Mas as praças sofreram mudanças no decorrer dos anos, no período Medieval havia dois tipos de praças: a do mercado e a da igreja. Em cidades planejadas, onde o traçado seguia a forma reticular, a praça do mercado era a mais freqüente, e se localizava nos espaços vazios da retícula, sempre rodeada por ruas, como descreve Morris (1998, p. 109): *“en las poblaciones planeadas cuyo trazado se basa en una estructura en retícula rectangular, la plaza del mercado es el tipo mas frecuente. En este caso su forma general es la de un hueco en la retícula, rodeado por calles en sus cuatro lados”*.

No período medieval as ruas eram os espaços públicos onde se realizavam atividades de convivência e lazer, correspondendo às extensões das casas, configurando-se como um lugar de todos. Na Idade Média existiam ainda, as praças maiores, que permitiam abrigar reuniões públicas. As praças deste período se caracterizavam pela diversidade, assim como define Segawa (1996), a vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática.

Naquela época o espaço localizado defronte à igreja, assim como a praça do mercado, possuía a função de lazer e o que existia em comum nestes ambientes era a ausência de vegetação. Segundo Segawa (1996) para a Igreja a contemplação e deleite da natureza estimulavam o pecado, desta forma, como ela impunha valores, pensamentos e idéias, espaços bucólicos espalhados pela cidade não eram usuais. De acordo com Marx (1980), nas cidades coloniais brasileiras, a praça surgiu diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas, como local de reunião de pessoas e para o exercício de vários tipos de atividades.

Durante o Renascimento as praças possuíam, ainda, a função pública, em especial nos períodos de festas, onde recebiam os mais variados tipos de pessoas. A função continuará a mesma da praça medieval, assim como o entorno, formado de prédios públicos, religiosos, residenciais e do mercado. O que acontecerá no Renascimento será uma variedade maior de tipologias.

As praças acompanharam as mudanças no contexto social e urbano, e a partir do Renascimento, o verde é incorporado ao repertório urbano, como uma volta ao paraíso esquecido. Inicialmente localizadas nas periferias, nos terrenos alagadiços drenados para receber novos usos, as praças serão bastante apropriadas pela aristocracia da época, para realização de atividades desportivas, passeios e contemplação.

A partir do desenvolvimento mercantil com o fortalecimento da burguesia e conseqüente surgimento de classe assalariada, mudanças profundas ocorreram na sociedade e na organização espacial. A Revolução Industrial dá início a um processo de separação social e espacial que perdura até hoje.

Atualmente, as praças mantiveram a função de entretenimento coletivo. Mas ganham novas formas de usos e desenhos, procurando abranger um leque maior de pessoas, de anseios tão

diversos. Nos bairros populares, as praças são importantes opções de lazer, pois podem representar uma das poucas opções disponíveis de passatempo. Segundo Robba e Macedo (2002, p. 15): “[...] alterou-se significativamente o papel da praça na urbe; todavia, o caráter social que sempre a caracterizou, permaneceu e permanece como sua mais intrínseca qualidade.”

## 1.2 – A rua

As ruas se destacam nas cidades coloniais brasileiras, segundo Marx (1980, p. 43): “A vida urbana tem nas ruas o caminho das largas, dos edifícios importantes, do campo e das outras cidades. Confia-lhes por isso a feira a procissão, o pretexto de encontro.”

A rua deveria ser entendida como um espaço público de convivência entre os moradores, lugar de se relacionar e criar laços de amizade. No entanto, cada vez mais a rua afasta-se desse contexto social, segundo Hertzberger (1996, p. 49) isso se dá devido:

- “O aumento do tráfego motorizado e a prioridade que recebe;
- a organização sem critérios da área de acessos às moradias, em particular às portas da frente, por causa de vias indiretas e impessoais de acesso, tais como, galerias, elevadores, passagens cobertas (os inevitáveis subprodutos de construções muito altas) que diminuem o contato com o nível da rua;
- quanto melhores as condições econômicas das pessoas, menos elas necessitam dos vizinhos, e tendem a fazer menos coisas juntas;
- densidades reduzidas de moradias [...] as ruas de hoje estão bem mais vazias do que as do passado, além disso, a melhoria na qualidade e do aumento das moradias significa que as pessoas passam mais tempo dentro de casa e menos na rua.”

Para Macedo (1995), à medida que aumenta as densidades de população e de verticalização da cidade, em função da expansão das atividades urbanas, pouco a pouco a rua perde suas características de áreas de lazer, destinando seu espaço, principalmente, à circulação de acesso dos lotes, tanto para pedestres como para veículos, bem como, para ponto de parada desses últimos. As praças, parques e espaços livres dos lotes ficam encarregados de cobrir esta falta.

O que se observa é que espaços, inicialmente, criados para possibilitar a comunicação e convivência, quando se limita a servir apenas de circulação, perdem seu caráter social, ou seja, gera esvaziamento da área, propiciado pela falta de diversidade de atividades e agitação cotidiana. A função de fortalecer as relações sociais entre a comunidade do entorno se perde por entre os altos muros e calçadas estreitas, e o hábito de sentar-se à porta de casa é substituído, devido ao grande movimento de veículos nas ruas, ao medo da violência urbana, à melhoria das moradias e da própria condição de vida das pessoas.

Se durante o Renascimento a rua sofre transformações para se adequar à nova realidade sócio-cultural, como a substituição das vielas e ruas medievais por vias de comunicação largas e arejadas, o mesmo acontece na modernidade. O modernismo racionaliza as cidades, a setoriza, e contribui para a segregação espacial e, em detrimento de toda a gama de grupos que até então habitavam as ruas, o automóvel é priorizado. A rua deixa de ser extensão de casa para se tornar local perigoso, excludente e marginal. E como afirma Santos (1988), a rua e a casa não podem ter significados estanques, pois há instantes de quebra do cotidiano em que a rua é tratada como se fosse casa ou que a casa é aberta e tratada como se fosse rua.

Mas os projetos urbanos continuam evoluindo em direção oposta ao sentido social, conduzidos em direção a caminhos, cada vez mais, excludentes e beneficiando uma classe específica e de anseios próprios, que nem sempre condizem com a grande maioria da população. As minorias requerem ruas largas para facilitar a circulação de veículos e passeios estreitos, já que são

pouco utilizados. Os pedestres são relegados a segundo plano, e o mesmo aparelho que no Renascimento priorizava o passeio, circulação, comunicação e socialização de pessoas, passa a ser encarado como mero ambiente de trânsito de indivíduos para acesso aos lotes urbanos, e que renega suas características históricas de área de lazer.

Na visão de Tramontano e Santos (2001), as ruas, praças e parques, alvos de processos sucessivos de deterioração, vão deixando de ser palco da vida cotidiana e de serem espaços de estar e de convívio social para tornarem-se meros territórios de passagem rápida.

Os conjuntos habitacionais continuam adotando esse modelo setorizado, com casas padronizadas e ruas estritamente residenciais. Essa setorização é posta em xeque a partir do momento em que se iniciam as ocupações, e os moradores começam a intervir nesses espaços para torná-los habitáveis e criar uma identidade. As vias arteriais rapidamente são convertidas de residencial para comercial, para facilitar aos moradores dos conjuntos o acesso a mercadorias, sem que necessitem percorrer grandes distâncias até o mercado, concentrado em uma área específica, além da publicidade e fácil visualização propiciada pela instalação de pontos comerciais nas vias de maior fluxo de pessoas.

As mudanças não se restringem às ruas, abarcam também os espaços públicos localizados nas suas extremidades. Praças inicialmente de entorno residencial, gradativamente tem a paisagem alterada, as casas são substituídas por comércio e as ruas passam de pacatos espaços de lazer para ambientes impessoais e vazios.

Com essa mudança na conformação da paisagem de praças e vias, altera-se também a forma como essas se relacionam. A rua residencial transmuda-se em zona de comércio, de tráfego intenso de veículos e pessoas, ao mesmo tempo a praça perde o entorno de casas e passa a receber novo público, nem sempre interessado em lazer. O novo contexto da praça modificará sua configuração e a forma como ela passa a ser encarada. O presente trabalho pretende avaliar essa relação da praça com seu novo entorno e como a mudança na configuração da via interfere na paisagem e apreensão desse espaço público.

Foram enfocadas praças de bairros originários de conjuntos habitacionais, localizados na periferia da cidade de Teresina: a praça dos Correios, localizada no Conjunto Habitacional Itararé, a praça da Integração, no Conjunto Habitacional Parque Piauí e a praça e Espaço Cultural Desembargador Vicente Ribeiro, no Parque Promorar.

## 2 – Descrição dos bairros

O Conjunto Habitacional Parque Piauí, foi o primeiro conjunto habitacional de Teresina, realizado pela Cohab, em 1968, localizando-se na zona sul da cidade. Por falta de infra-estrutura sua ocupação foi dificultada nos primeiros sete primeiros anos. Atualmente o conjunto tem aproximadamente 13.000 pessoas, com renda média mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio de R\$ 617,00 segundo dados de 2000 (TERESINA, 2005).

Com o objetivo de extinguir favelas que haviam se apropriado de terreno público, o Governo Federal cria, em 1982, o programa Promorar, que visava a construção de casas populares pela Cohab, para receber essa população. Dos bairros estudados é o que apresenta a menor renda média mensal do responsável pelo domicílio, correspondendo a R\$ 337,99, segundo dados de 2000 (TERESINA, 2005).

O bairro Itararé, localizado na zona sudeste, ocupa área que pertencia à Fazenda Itararé, que deu nome ao bairro. Sua população gira em torno de 41.000 habitantes e a renda média mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio é de R\$ 406,39, segundo dados de 2000 (TERESINA, 2005).

Os conjuntos habitacionais contam com praças, escolas, hospitais, postos policiais e mercados, apresentam infra-estrutura já consolidada, como conseqüência, muitas vilas surgem nas suas proximidades a fim de utilizar a estrutura existente. No caso do Conjunto Habitacional Itararé muitas áreas foram sendo ocupadas nas suas extremidades e, posteriormente, transformadas em novos bairros, mas todos de certa forma ainda dependem do Itararé. Este tomou proporção de cidade devido, em especial, ao seu comércio. Muitas pessoas que moram nas adjacências trabalham no Conjunto Itararé ou utilizam os seus serviços.

Os conjuntos habitacionais Parque Piauí e Promorar também têm um comércio ativo, mas não possuem essa característica tão forte de atração, como o Conjunto Itararé, até porque, logo após a construção dos Conjuntos Parque Piauí e Promorar, a Cohab seguiu com a construção de habitações com a mesma infra-estrutura nas suas proximidades, não havendo espaço para tantas ocupações como ocorreu no Itararé.

Nos três bairros, foi o comércio o responsável por uma melhoria nas condições de vida dos moradores, a criação de pontos comerciais próximos às residências disponibilizava produtos que só podiam ser encontrados no mercado. Quanto menor a distância, maior a facilidade de acesso e menor o tempo gasto, considerando principalmente o fato de que em bairros populares as locomoções ocorrem a pé ou, então, usando-se a bicicleta. As vias arteriais apresentam aspectos propícios à fixação de atividades de prestação de serviços e comércios, pois ligam bairros e o fluxo de veículos costuma ser constante, além de possibilitar uma maior visibilidade de qualquer atividade ali implantada.

Muitas pessoas criaram pontos de comércio e de prestação de serviços em suas residências, principalmente quando localizadas nas principais vias de acesso e tráfego. No início, o ponto de comércio se restringia a um pequeno cômodo, improvisado dentro da casa, mas a partir do sucesso do empreendimento o espaço ia sendo ampliado chegando a ocupar muitas vezes toda a casa. A família, então, passava a morar num segundo ou até terceiro pavimento construído com os recursos advindos do comércio, modificando com isso, também, a configuração da paisagem da via. Observa-se a importância do comércio dentro desses bairros como gerador de renda.

Nos bairros pesquisados os equipamentos de lazer existentes são as praças, ginásios e campos de futebol. No Conjunto Habitacional Parque Piauí foram construídas dez praças, sendo que destas praças dez praças, quatro se localizam em avenidas de grande circulação. Já no caso do Conjunto Habitacional Itararé foram construídas nove praças, sendo que quatro se localizam em vias arteriais e o Conjunto Promorar é o que apresenta a maior proporção de praças localizadas nas vias principais do bairro, com um total de sete praças, cinco estão dispostas em avenidas.

### **3 – Descrição das praças e seus usos**

Observando-se o caso do Conjunto Habitacional Itararé, a alteração no entorno da praça dos Correios localizada na avenida Principal, José Francisco de Almeida Neto, ocorreu à medida que, se intensificava o comércio na avenida e esse acabava incorporando também as ruas adjacentes à praça. Tal fato ocasionou a substituição de residências por pontos comerciais e prestação de serviços, o que implicou em mudanças não só nas características do entorno, como também, na paisagem e na forma como a praça passa a ser utilizada.

Mas a praça ainda apresenta resquícios de suas primeiras formas de apropriação, por ser um espaço extenso. À medida que, se distancia da avenida José Francisco de Almeida Neto, a paisagem da praça dos Correios modifica-se gradualmente passando de comércio e serviços para, predominantemente, residencial. Mudanças essas que não se restringem ao entorno, mas também a maneira como passa a ser utilizada. Nas proximidades da avenida José Francisco de Almeida Neto, o espaço público encontra-se degradado, utilizado apenas como circulação e

passagem intensa de pessoas (Figura 1), acarretando a destruição da cobertura vegetal (Figura 2) e apresentando barulho intenso.

Já na outra extremidade da praça, verifica-se a diluição dessa agitação e burburinho, e a presença de forração vegetal do solo, como também a volta de dos usuários, que procuram um espaço contemplativo. Como as ruas localizadas mais distantes da avenida José Francisco de Almeida Neto também têm seu fluxo diminuído drasticamente, há um retorno ao esquema: casa-rua-praça todos se unindo harmoniosamente como espaços de lazer.



Figura 10: Presença de urubus na praça do Escolão do Mocambinho  
Fonte: Giuliana Sousa (2005)



Figura 2: Destruição da forração nos canteiros  
Fonte: Marta Alves

Nos bairros do Parque Piauí e do Promorar a apropriação das praças pelo comércio ocorre mais lentamente. No Conjunto Habitacional do Parque Piauí, a praça da Integração localiza-se ao lado da rua Marechal Hermes da Fonseca. Esta rua é caracterizada pelo fluxo intenso de veículos e pessoas, que se dirigem ao mercado ou ao hospital ou ainda, para locais de prestação de serviço de caráter social. Em função deste contexto, as residências estabelecidas nesta rua, gradualmente, se transformam em pontos comerciais e a praça acompanha o processo de mudanças na conformação de sua paisagem (Figura 3). Os espaços pavimentados, localizados próximos à rua Mal. Hermes de Fonseca estão sendo apropriados comercialmente e há uma tendência para o aumento de tais estabelecimentos, em razão da proximidade com o mercado, da facilidade de acesso, tanto de ônibus, carros ou a pé, além da circulação intensa de pessoas (Figura 4).



Figura 3. Pontos comerciais, pavimentação destruída, lixo e sujeira, na praça da Integração  
Fonte: Marta Alves

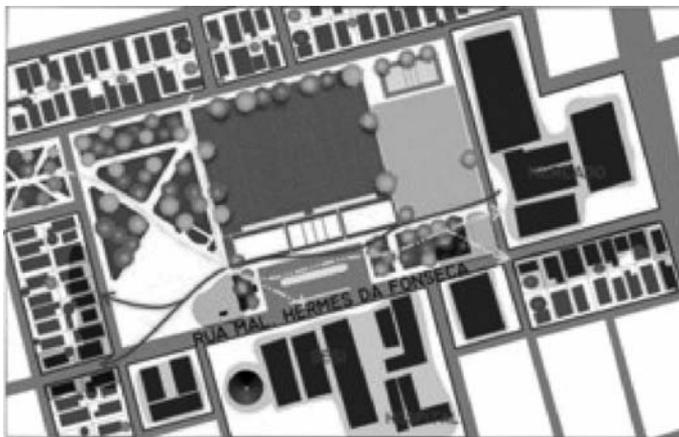
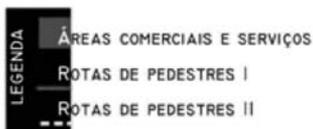


Figura 4: Planta baixa com mancha de áreas comerciais  
Fonte: Marta Alves



No outro extremo da praça de entorno predominantemente residencial, o espaço readquire sua função de lazer, os usuários têm uma proximidade maior com a praça e se responsabilizam pela conservação, como se observa nos canteiros preservados (Figura 5). O pequeno fluxo de veículos nas ruas laterais à praça contribui para que esta seja utilizada, pois facilita o acesso, principalmente de crianças e idosos. A rua volta a ser vivenciada como extensão de casa, assim como a praça.

No Conjunto Promorar a praça e Espaço Cultural Desembargador Vicente Ribeiro difere das praças anteriores, pois não apresenta muitos pontos comerciais dentro da sua estrutura. O comércio acontece pontualmente e sempre próximo à avenida Deputado Ulisses Guimarães, onde está em processo de desenvolvimento, existindo ainda muitas casas no seu entorno, ou então, perto da avenida Galícia, onde está localizado o posto de saúde do bairro, principal responsável pela atração de ambulantes (figura 6).

A praça e Espaço Cultural Desembargador Vicente Ribeiro possui seus canteiros preservados próximos à avenida Deputado Ulisses Guimarães (Figura 7). Isso ocorre por não existirem can-



Figura 5: Canteiros próximos às residências, na praça da Integração  
Fonte: Marta Alves (2006)



Figura 6: Planta baixa com mancha de áreas comerciais  
Fonte: Marta Alves

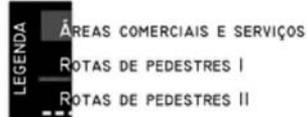


Figura 7: Área verde ao lado da avenida Dep. Ulisses Guimarães, na praça e Espaço Cultural Desembargador Vicente Ribeiro  
Fonte: Marta Alves (2006)

teiros perto área onde se concentram as casas e, diferentemente, dos outros bairros estudados, os usuários das praças do conjunto Promorar não se restringem às pessoas que moram nas proximidades, mas toda a comunidade que habita o bairro, que, principalmente, nos fins-de-semana se dirigem às praças, independentemente da distância destas para suas casas. O que de certa forma ajuda na fiscalização para que não haja apropriação indevida dos poucos espaços de lazer, que essa população tem acesso. Apenas o palco, que é o espaço menos usado, pois, os eventos ocorrem esporadicamente, é o que tem sua estrutura mais desgastada e abandonada (Figura 8).



*Figura 8: Palco malconservado na praça e Espaço Cultural Desembargador Vicente Ribeiro  
Fonte: Marta Alves (2006)*

Sabe-se que as praças têm mudado de funções, desde sua origem até os dias atuais, acompanhando as transformações da sociedade. Nas praças contemporâneas, segundo Robba e Macedo (2002, p. 152),

“[...] o programa engloba todas as funções do Ecletismo e Modernismo, e ainda retorna – naturalmente guardadas as devidas proporções – alguns usos comuns nos antigos largos coloniais: a utilização comercial e o trânsito de pedestres”.

Essas atividades devem ser previstas e reguladas nos projetos atuais, principalmente, a partir de espaços multifuncionais e adaptáveis, que possam apresentar uso flexível. Contudo o que se observa nas praças estudadas é a invasão de atividades de comércio informal, sem uma padronização e controle, como ocorre na Praça da Integração, onde estão localizados vários trailers para a venda de lanches (Figura 9), prejudicando o desenho original do espaço, que não previa esse tipo de uso.



*Figura 9: Trailers na praça da Integração  
Fonte: Wilza Lopes (2006)*

Faz-se necessário então o acompanhamento desses novos usos dos espaços públicos, para que não venham comprometer a principal característica de praças, definidas em Robba e Macedo (2002, p. 11) como “[...] espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

#### 4 – Considerações finais

Os espaços livres são locais democráticos, onde toda pessoa tem livre acesso, e quando esses locais são apropriados de maneira indevida acarretam problemas a todas as pessoas que os utilizam. O comércio traz consigo o barulho, o qual afugenta as pessoas que procuram tranqüilidade e descanso. Com ele, aumenta, também, o número de pessoas, durante, praticamente todos os dias, que circulando em passeios projetados para uma quantidade menor de usuários, ocasiona a destruição dos canteiros, que passam a ser usados como local de circulação e, conseqüentemente, afugentará aqueles que procuram um local para contemplação.

A expulsão dos usuários durante o dia, também ocorrerá à noite, pois a área ocupada pelo comércio sofre um esvaziamento e criam-se guetos por entre os quiosques, tornando o espaço marginal e inseguro, reforçado, ainda mais, pela falta de residências no entorno.

Se o poder público não fiscaliza essa ocupação, e a população, que é a maior prejudicada, também não o faz, por comodismo ou por necessidade individual de também usá-la comercialmente. As praças perdem o caráter democrático, deixam de ser espaços de todos, pois beneficiam este ou aquele indivíduo em detrimento de toda a população do bairro, visto que não há como favorecer a todos.

#### Bibliografia

- FARIAS, Ana Maria. Implantação de projetos de espaços públicos no Brasil: Entre práticas técnicas e apropriação popular. In: ENCONTRO NACIONAL DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 5, 2000. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FAUFRJ, 2000. 1 CD-ROM.
- HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.
- MACEDO, Sílvio S. Espaços livres. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 7, 1995.
- MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.
- MORRIS, A. E. J. *História de la forma urbana – Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. 6. ed. Barcelona: Editora GG, 1998.
- ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto, 1988.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins do Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- TERESINA – Secretaria Municipal de Planejamento – Semplan. *Teresina em bairros*. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina. [2000?]. Disponível em: <[http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina\\_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan](http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan)>. Acesso em: 2 dez. 2005.
- TRAMONTANO, Marcelo; SANTOS, Denise Mônaco dos. *Condomínios fechados: Um olhar arquitetônico*. São Carlos-SP. Primavera de 2001. Disponível em: <[http://eesc.usp.br/nomads/livraria\\_artigo\\_online\\_condominios\\_olhar.htm](http://eesc.usp.br/nomads/livraria_artigo_online_condominios_olhar.htm)> Acesso em: 3 abr. 2004.

# A HISTÓRIA DA PRAÇA JOÃO ALVES E SUA CONTRIBUIÇÃO NA PAISAGEM DA CIDADE

THE HISTORY OF JOÃO ALVES SQUARE AND ITS CONTRIBUTION FOR THE CITY'S LANDSCAPE

**MACIEL, Marieta Cardoso**

Engenheira arquiteta, urbanista e paisagista, e professora doutora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura/UFMG.

E-mail: marietamaciel@hotmail.com

## RESUMO

A arquitetura da paisagem se insere na tarefa integrada de uso, preservação, recuperação e reinvenção dos cenários urbanos a partir da história de uma cidade e de seus potenciais ambientais. Então pode-se construir lugares, preservar outro e assim recuperar as tradições locais. Com isso a cidade vive não só sua origem, mas também seu futuro. A paisagística deve atuar de acordo com as mudanças sociais, modificando os cenários urbanos sem alterar as suas raízes, as riquezas naturais e culturais que já existem. Praças públicas são alguns desses espaços. As características ambientais do lugar é que direcionam o desenho, o caráter e o tipo de intervenção paisagística. Os usuários e os órgãos gestores da cidade são essenciais para o projeto, sua execução, gestão e conseqüentemente na permanência da sua vida contemporânea. Um projeto de praça pública tem como objetivo o encontro da coletividade, a organização e a construção da paisagem do lugar. É o que esse trabalho vai apresentar, exemplificando os conceitos da paisagística através do projeto da praça João Alves, no bairro de Venda Nova, em Belo Horizonte – executado em 2001 – e que criou uma nova história para aquele bairro, suas pessoas e para a cidade. De um espaço subutilizado, de modo privado e indevido como depósito de ferro-velho, ponto ilegal de carroceiros (que por estar entre duas grandes artérias viárias poderia integrar dois bairros adjacentes) foi transformado num lugar adequado para o recreio e o encontro coletivo. Assim, cumpriu sua função urbana de polarização, e passou a ser utilizado por grande número de pessoas como uma praça de fato. O novo cenário paisagístico mudou a história do lugar que um dia foi um depósito de lixo. Entretanto tudo não passou de uma breve história. A gestão regional desconsiderou a dinâmica urbana da praça que foi liberada à fruição pública. Atualmente a praça está sendo destruída e sua paisagem reinventada pela população.

**Palavras-chave:** História, contemporâneo, praça, paisagem, gestão.

## ABSTRACT

*Landscape architecture is placed inside the integrated task of use, preservation, retrieval and reinvention of urban landscapes. All this based upon a city's background and its environmental potentials. So, it is possible to build something, to preserve something else and to recover local traditions. The city then lives not only its past but its future. The landscaping must act according to social changes, modifying urban landscapes without changing its roots, natural and cultural resources that already exists. Public squares are some of those spaces. The place's environmental characteristics direct the drawing, character and type of landscape intervention. Users and city management departments are essential to the project, its execution and management. A public square project intends to promote the meeting of collectivity, organization and construction of the place's landscape. That's what this work is going to present, showing the project of João Alves Square (Venda Nova, Northern area of Belo Horizonte, built in 2001) as an example of applied landscape concepts. This plan created a new scene for that area, its people and to the city. From an underused space, privately and improperly used as a junk deposit, illegal spot of carroceiros (it's in between two arterial roads and could connect two adjacent blocks), it was transformed into a proper place for entertainment and collective gathering. Therefore, the place met its urban goal of polarization and started being used as a proper square*

*by a number of users. The new landscape changed the place's history of being a junk deposit. However, it was all but a short tale. The local management desconsidered the square urban dynamics. Today, it's being destroyed and its landscape reinvented by the population.*

**Key words: History, contemporary, square, landscape, management.**

## 1 – Introdução

As praças e parques públicos são parte do espaço urbano construído e, portanto, arquitetura. O desenho das cidades, sejam planejadas pelo urbanismo ou pela sua espontânea expansão físico territorial, gera uma primeira configuração tanto das praças quanto dos parques. A arquitetura da paisagem<sup>1</sup> é que se incumbe dos desenhos internos.

A ocorrência de grandes ocupações humanas e a grave e constante degradação do meio biofísico, paralelamente à expansão das ciências ambientais, impõem novas condutas à arquitetura.

A consciência ecológica e a coletiva têm se desenvolvido tornando esses espaços valorizados. Atualmente, os órgãos públicos se preocupam com essas questões, uma vez que exista a tendência da superpopulação em detrimento da racionalização da ocupação físico-territorial.

No caso de Belo Horizonte (BH), ações de controle ambiental têm sido tomadas pelos órgãos competentes, procurando compatibilizar o adensamento populacional com os espaços públicos disponíveis e trazer a melhoria da qualidade de vida. A construção de praças e parques públicos de BH faz parte dessas ações que têm como meta o aproveitamento racional dos recursos ambientais existentes, proporcionando o desenvolvimento sustentável do ambiente urbano.

As praças<sup>2</sup> e os parques públicos abrigam os movimentos e as paradas de coisas e pessoas. Têm como finalidade a sustentação física e social dessas atividades. São lugares onde todos podem passar, neles permanecer, encontrar, contemplar e que trazem a sensação do bem estar individual e coletivo podendo com isso até transformar a cidade.

As praças de BH são muitas, mas, espalhadas de forma não planejada pela cidade não são suficientes para atender o uso público, seja pela quantidade e qualidade o que provoca tensões nas questões da qualidade do seu meio ambiente.

Como as demais metrópoles, BH se reconstrói. São edifícios que desaparecem cedendo lugar a outros e a outras paisagens. Dentro desse processo de mutação e de reocupação dos espaços urbanos, as praças podem ser redesenhadas, quando necessário, pela arquitetura paisagística. A sua função urbana, entretanto, é constante, ou seja, espaços que contam a história do lugar, atraentes, acessíveis e com ambientes internos que proporcionam sua fruição popular.

O ambiente<sup>3</sup> de BH se compõe dessas paisagens que estão relacionadas com a abrangência perceptiva do homem. As praças e os parques são espaços livres de edificações que em conjunto com os edificadas constituem os cenários urbanos que a arquitetura paisagística se incumbe de estruturar.

Os projetos em arquitetura paisagística ou ambientais urbanos são designações de tipos de projetos pertencentes à arquitetura. Os de praças e parques públicos de BH considerados os seus valores sociais e ecológicos são indutores das cenas urbanas. A praça João Alves é aqui relatada e descrita com o objetivo de demonstrar o procedimento do seu projeto, execução e a necessidade de políticas de gestão. Consiste na elaboração do projeto, dos seus caminhos e na relação direta dos desenhos com a construção, fator decisivo para que exista a arquitetura. Todos os passos metodológicos são dissecados, investigando-se e compreendendo-se os seus caminhos, apoiados em resultados precedentes e na análise dos procedimentos adotados.

Tais dados, sejam teóricos ou práticos, constituem respostas gráficas possíveis na resolução de um problema espacial. O profissional em arquitetura paisagística encontra, na dinâmica de BH,

razão suficiente para a elaboração de projetos de praças e parques que ofereçam ao público alvo propostas desenhadas que induzam à criação de novas paisagens e novos espaços para a fruição do lazer público. Dessa forma, os Espaços Livres de Uso Público<sup>4</sup> destinados ao recreio de BH poderão exercer a sua função urbana e a melhoria ambiental na cidade.

Belo Horizonte tem 330,90 km<sup>2</sup>, e cerca de 80% constituem espaços urbanizados formados por espaços edificados e livres, públicos e privados. Restam poucos espaços livres, públicos e privados, que constituem, além das praças e parques, as vias de circulação e elementos naturais que ainda resistem, como montanhas, córregos, matas e lagoas.

Devido à rápida e descontínua ocupação territorial foram detectados alguns problemas relacionados com as praças de BH, tais como:

- Escassez de novos loteamentos que são uns dos geradores das praças;
- demanda pública atual de praças inversamente proporcional à oferta;
- praças cujos projetos arquitetônicos paisagísticos não foram executados têm suas áreas invadidas ou usadas inadequadamente;
- existência de grande número de praças públicas que não têm o projeto arquitetônico paisagístico que é o fator indutor da sua construção e uso público;
- escassez de recursos e desarticulação dos procedimentos e normas municipais tanto para a elaboração dos projetos de praças e parques públicos em BH, como para sua execução e principalmente a sua manutenção.

Os espaços edificados se ampliam, se expandem e reduzem os espaços livres, públicos e privados. A qualidade de vida, o meio ambiente urbano e as paisagens se alteram constantemente. A dinâmica ocorrida no meio ambiente belo-horizontino, nos 109 anos de sua existência, impõe a adoção de novos enfoques na manutenção e conservação de praças e parques, objetivando sua efetiva função urbana e garantindo a preservação, recuperação e/ou a reinvenção da paisagem urbana.

## 2 – Valor urbano das praças

Belo Horizonte do século XIX representava, através do seu desenho regular e geométrico, a racionalidade do planejamento urbano pós-revolução industrial. Conseqüentemente os espaços livres e públicos da cidade assumiram configurações geométricas. As praças são parte deles.

Atualmente, nas cidades contemporâneas, os espaços amenizadores da vida urbana são as praças, os jardins e os parques, que contem praças e jardins, todos espaços livres públicos de uso coletivo. As praças públicas são espaços raros e escassos hoje em dia e valorizados pelos benefícios físicos e sociais trazidos à população. Nelas, o recreio, o lazer a sociabilidade, contrapõem-se ao trabalho, ao tempo escasso e às atividades repetitivas.

As praças públicas são também marcos físicos, lugares referenciais da micro e macropaisagem, seja pelo valor biofísico, seja pelo valor cultural, pois contam a história, a vida e a personalidade da cidade. As praças mudam suas características funcionais e formais quando a cidade muda e porque os cidadãos também mudaram. É a dinâmica urbana contada pelas praças e seus espaços livres e públicos. Daí, a sua importância na história da cidade e das suas paisagens. Os espaços edificados e os livres, públicos e privados configuram a cidade. As praças estão inseridas neste contexto. É o paisagismo que trata dos estudos das praças e seu valor na construção da paisagem urbana.

As praças públicas atendem diretamente à população vizinha e indiretamente à região. Elas têm dimensões físicas menores que as dos parques e raramente têm vegetação e fauna significativa. Não deve existir rigidez nos critérios pois podem variar pelas condições biofísicas e sociais da

cada local. Os ambientes podem ser isolados dos ruídos, do tráfego; ora sombreados, ora ensolarados, e a intensidade de uso público deve ser compatível com a sua capacidade biofísica e espacial. São início ou fim das vias públicas adjacentes, são espaços de paradas nas circulações urbanas e lugar da cultura.

As condicionantes biofísicas e sócio econômica lugar onde se localizam, transmitem o tipo ou o caráter às praças públicas: quando em zonas comerciais e industriais adquirem características referentes à pureza e à saúde, sendo um fator terapêutico para o local. Amenizam a poluição visual, sonora e de partículas e contrastam com os espaços edificadas. Quando em zonas residenciais oferecem ambiências recreativas, educacionais e culturais como se fossem extensões das casas.

As praças, qualquer que seja o tipo, são elementos identificadores da cidade, estão sempre ligadas à sua história e cultura.

### 3 – Praças de Belo Horizonte

Belo Horizonte foi concebida a partir de um projeto urbanístico de Aarão Reis que previa praças e jardins, um amplo parque e um jardim zoológico. Foi inaugurada em 1897 dentro dos modelos urbanísticos da época.

O desenho da nova capital surpreendia pelo contraste com a cidade de Ouro Preto, antiga capital, com traçados sinuosos que acompanhava o lugar montanhoso. As ruas curvas contrapunham-se às largas e retas avenidas de BH que ainda proporcionam grandes visadas panorâmicas.

O traçado é regular, em tabuleiro de xadrez, com grandes avenidas que se interceptam ortogonalmente, sendo que as principais praças da cidade localizam-se nessas interseções. Conseqüentemente elas têm sempre configurações geométricas, tais como: quadradas, retangulares, circulares e triangulares.

Na cidade de BH, foram previstas as zonas verdes, os cinturões verdes, as praças, os parques, a arborização das ruas e avenidas. O lugar do Parque Municipal foi escolhido por Aarão Reis para o lazer público. Foi lá que Aarão Reis sonhou a cidade e o tornou ponto referencial do seu desenho. O parque e as praças compreendidas na zona urbana nasceram com o desenho da cidade planejada. O projeto previa ainda espaços para o Jardim Zoológico, o Hipódromo e a arborização da cidade.

Entretanto, tais espaços ou não chegaram a ser implementados ou foram sendo gradativamente ocupados por outros tipos de uso no decorrer do processo de urbanização.

O processo de ocupação do espaço planejado foi lento, enquanto as zonas suburbanas e sítios eram parcelados a revelia.

Somente em 1940 através do Decreto n. 84, de 24 de dezembro, o Código de Obras, o processo de uso e ocupação do solo em BH obedecia a uma organização.

Muitos loteamentos clandestinos ocorreram nessa época, ocasionando descontinuidade e inadequação com o sistema viário do espaço planejado além da grande ocupação de espaços edificadas na superfície física territorial do município e redução dos espaços livres de uso público.

Mesmo nos parcelamentos devidamente aprovados pela PMBH, os espaços livres de uso público eram inaproveitáveis para o fim proposto. Localizados em regiões acidentadas como grotas, talwegues, fundo de vales ou cristas de morro, inviabilizava a sua transformação em praças e propiciou a invasão e ocupação por parte de uma população mais carente.

Em 1979 foi aprovada a Lei Federal n. 6.766/79 que regulamenta e direciona o Parcelamento do Solo Urbano. Legislação importantíssima para o equilíbrio quantitativo e qualitativo entre



Figura 1: Vista aérea: centro de BH  
Fonte: MACIEL, 1999

os espaços edificados e os espaços livres nas cidades brasileiras. Infelizmente a maioria das nossas cidades, independente do seu porte, desconhece ou não atende aos preceitos legais nela estabelecidos.

Belo Horizonte se antecipou nestas questões e talvez por isso ainda exista uma certa harmonia entre os elementos naturais e artificiais na sua paisagem.

As praças ainda são geradas pelos parcelamentos do solo. São poucas, mas cada vez mais importantes na morfologia da cidade e na sua qualidade de vida.

As praças têm valor ecológico, social, educacional, recreativo e paisagístico. É nas praças e nos parques públicos que se desenvolve o lúdico, a arte, os deslocamentos, o encontro, a liberdade. Intervalos entre as atividades cotidianas e o sentimento do “não fazer”, da diversão, do descanso são necessários. É nas praças e parques públicos que a cultura, o lúdico, o encontro podem ser concretizados, proporcionando a revitalização emocional, física e ética do homem nas cidades.

Através de investigações foi constatada (MACIEL, 1999) a necessidade de projetos arquitetônicos paisagísticos para as praças de BH. Diante de dados obtidos em 1998 das 477 praças legalmente disponíveis na cidade, 268 praças não têm projetos arquitetônicos paisagísticos o que equivale a 56% de praças que não cumprem a sua função urbana. Apenas a Regional Centro Sul tem suas praças implantadas quase na sua totalidade, mas outro problema aparece como a adequação da intensidade do uso público com a gestão do espaço e a manutenção periódica necessárias ao desenvolvimento das suas funções urbanas.

Torna-se importante ressaltar que a melhoria da qualidade de vida em Belo Horizonte é tarefa árdua e continuará a ser enfrentada por todas as futuras administrações, dependendo principalmente da gestão ambiental a ser desenvolvida por elas. Para isso, os órgãos públicos, as empresas privadas e a população em geral precisam ter a consciência dessa realidade, da importância desses espaços na cidade para a otimização da qualidade de vida de todos que nela vivem. Muitas praças e parques não implantados devem ter projetos arquitetônico-paisagísticos definidos para que, a partir deles, se obtenham a expansão do seu valor social, cultural e paisagístico.

## 4 – Praça João Alves

Venda Nova é uma das nove administrações regionais de Belo Horizonte, situada no vetor norte da cidade distinguindo-se por sua autonomia comercial, serviços e institucional. A ocupação planejada só ocorreu a partir da década de setenta o que gerou uma carência de espaços livres de uso público implantados e disponibilizados à fruição dos cidadãos.

Conforme a Lei Ambiental Municipal n. 4.253/85 a construção da Estação de Venda Nova faz parte do Plano Municipal de Transporte Coletivo elaborado pela Companhia de Transporte de Belo Horizonte (BHTRANS) em 2000. O empreendimento foi analisado, aprovado e obtida a Licença de Implantação (LI) no Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM). A praça João Alves foi uma das medidas compensatórias estabelecidas pelo Conselho para amenizar o impacto negativo do empreendimento na região e por ser uma demanda já identificada no Orçamento Participativo (OP) elaborado pela comunidade envolvida.



Figura 2: Mapa de situação  
Fonte: WAGNER et al., 2000

Descreveremos a seguir alguns pontos relevantes caracterizadores das condições ambientais existentes em Venda Nova e necessárias à contextualização e elaboração da proposta Arquitetônica e Paisagística da praça. Os dados foram extraídos dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentados quando de sua aprovação no COMAM e trabalho da disciplina paisagismo da pós-graduação da EAUFMG-2000 (WAGNER *et al.* 2000).

Em 1984, o Distrito de Venda Nova passou a se chamar Administração Regional de Venda Nova, uma das nove administrações regionais do Município de Belo Horizonte. Conta com 44 bairros e 13 vilas e população estimada em 350.000 habitantes.

Está localizada a noroeste de BH e tem como limites os municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano, Pedro Leopoldo e Santa Luzia. Ocupa uma extensão físico territorial aproximada de 86 km<sup>2</sup>.

O centro multifuncional da regional está localizado ao longo da rua Padre Pedro Pinto que em conjunto com a avenida Vilarinho são as principais vias articuladoras da região com o centro metropolitano.

Os espaços livres, públicos e coletivos para uso recreativo, especificamente as praças, são raros na região. Existem muitos espaços livres, mas de propriedade privada.

Aos domingos a população utiliza a avenida Vilarinho como lugar de encontro e atividades coletivas como feiras, esportes e eventos culturais. As demais atividades são desenvolvidas em espaços particulares. Na regional se localiza o parque Alexander Brandt que apesar dos raros equipamentos atenua a carência do recreio público. Também é utilizado esporadicamente o Parque Lagoa do Nado que não pertence a regional, mas é próximo.

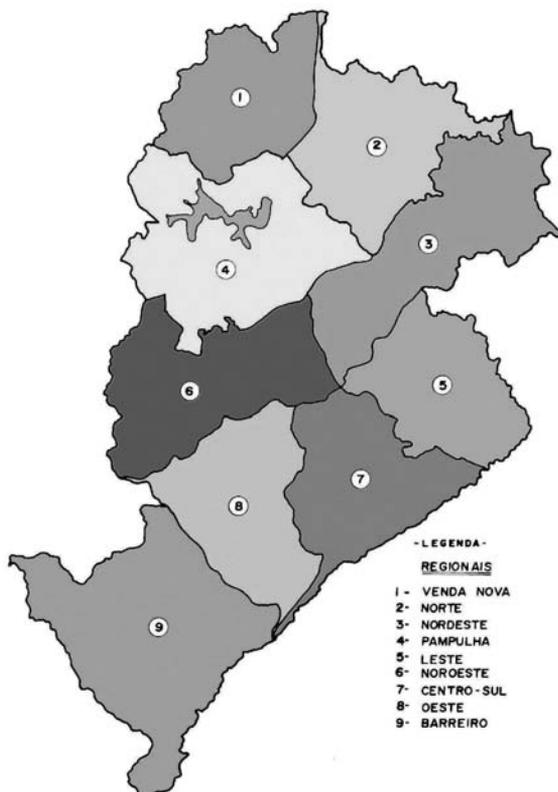


Figura 3: Regional Norte  
 Fonte: MACIEL, 1999

A avenida Padre Pedro Pinto é estrutural na morfologia da regional, é o eixo de convergência das principais vias de acesso e ponto tradicional de Venda Nova. A avenida Maria Vieira Barbosa, vulgo Vilarinho, construída no talvegue do córrego vem alterando a configuração do lugar e a sua história: São canais de circulação que integram os bairros da porção norte da regional e tem como finalidade a articulação do sistema viário existente, envolvendo veículos e pedestres, com o restante do município.

Quanto às características biofísicas, a regional recebe os ventos dominantes vindos da direção leste e que contribuem para uma temperatura média anual de 22°C. Predominam no relevo as colinas de topo plano com encostas convexas e altitudes entre 800 e 900 m, entrecortadas por vales amplos de fundo chato, na maioria colmados por sedimentos argilosos. A região está localizada na depressão periférica de Belo Horizonte, limitada pela macroestrutura do Supergrupo Minas e da bacia sedimentar Bambuí. O tipo de solo é residual. Em áreas acidentadas apresenta-se arenoso e suscetível a erosões.

As condições hidrológicas da região são decorrentes da bacia hidrográfica do córrego Vilarinho e do Isidoro, pertencente a do Onça e a do rio das Velhas e a do rio São Francisco. Ocorrem inundações freqüentes pela velocidade da canalização do córrego do Vilarinho que recebe uma vazão acelerada pela constante urbanização.

A fauna e flora local foi intensamente alterada pela ocupação antrópica descaracterizando a cobertura vegetal e conseqüentemente o *habitat natural*.

A praça João Alves foi desenhada, pelo loteamento de 1987, de traçado geométrico regular, um retângulo com dimensões de 55 por 45 m e superfície total de 2.475 m<sup>2</sup>. Está localizada entre as avenidas Padre Pedro Pinto e Vilarinho, e duas ruas locais sem nome.

A ocupação do loteamento e seu entorno acontecia gradativamente com os usos residenciais unifamiliar e misto localizados de um lado das avenidas Padre Pedro Pinto e Vilarinho, e os usos comerciais e serviços, nos quarteirões entre as duas vias coletoras. Nota-se a desintegração física e funcional entre os três segmentos e dificuldades de acessos tanto de pedestres como de veículos pois as duas vias são paralelas e não existe pontos de conexões.

A praça João Alves assume, então, pela sua localização um papel estratégico na circulação local de veículos e de pedestres. A configuração da praça também se alterou. Incorporou as ruas locais e foi acrescentada uma rua central, que serve de drenagem na região devido ao pequeno desnível entre as duas avenidas.

Como a maioria das praças em BH não existia o projeto de paisagismo o que dificultou a utilização pública seja como um rotor, passagens, paradas, lazer ou ornamento.

Para a elaboração do estudo preliminar da praça foram analisadas as condicionantes ambientais, entrevistas com a vizinhança e associações comunitárias, imagens fotográficas e principalmente a identificação dos elementos naturais do lugar e os elementos artificiais (espaços edificados e espaços livres), ou seja, a estrutura compositiva da paisagem.

O procedimento de elaboração do projeto de paisagismo seguiu os trâmites legais e profissionais em que o estudo preliminar foi apresentado, analisado, avaliado e aprovado pelas associações de moradores do local e do entorno. Em seguida foi elaborado o projeto executivo, a licitação e execução das obras. O desenho representa o conceito, o caráter e a cultura daquele lugar. A nova paisagem teve como objetivo a substituição da qualidade ambiental da paisagem anterior seja pela intensidade do uso público como pela sua expressão plástica.

A extensão superficial e o relevo do terreno são alguns definidores do desenho interno das praças. É o plano de base, o elemento arquitetônico suporte das atividades públicas previstas conforme condicionantes ambientais, é o elemento que predomina visualmente na composição



arquitetônica paisagística e estrutura os demais elementos, artificiais (entre os quais os arquitetônicos) e naturais. São classificadas segundo a permeabilidade entre o espaço aéreo, o solo e o subsolo, ou seja, a percolação hídrica, aeróbica e térmica. São impermeáveis quando impedem a troca de energia entre a água, o ar, o calor e o frio e a terra. Os equipamentos necessários às atividades recreativas, à circulação, às paradas ou funções públicas pré-estabelecidas devem ser localizadas nestas áreas.

A praça João Alves como um todo é um ornamento para quem passa e fica, e recebe em seus ambientes equipamentos adequados às atividades recreativas, culturais, permanências e movimentos. Foi planejada para o público local, bastante diversificado pela faixa etária e interesses. As áreas impermeáveis receberam tratamento técnico-constutivo que caracterize formalmente a sua ambiência. O ambiente central é hierarquicamente o mais importante em termos de capacidade de uso e intimidade é propício também para concentrações maiores de público através de feiras, festas e eventos coletivos. O plano de base, nesse caso foi revestido com placas de concreto colorido inter-travado e semi-permeável que possibilitou o uso de cores e texturas. Equipamentos como pérgulas, bancos e brinquedos foram dispostos de forma a abrigar e induzir as atividades coletivas como também contribuir com a expressão plástica da praça.

As áreas permeáveis, do plano de base são aquelas onde ocorre a troca energética,, através da permeabilidade, entre o ar, a água, a terra e o calor/frio. São áreas adequadas para introdução ou permanência de espécies vegetais. A combinação da volumetria (porte, cor, e texturas) da vegetação confere a praça personalidade e naturalidade. Em BH é recomendado que pelo menos um terço da área total da praça seja de áreas permeáveis. Estes dois tipos de superfícies, juntos, definem o desenho interno das praças. Na praça João Alves foram utilizadas vegetações arbórea, palmeiras, trepadeiras, arbustos, forrações e pisos vegetais que tem finalidade climáticas, ornamentais e funcionais.

Os planos de fechamento das praças são compostos pela volumetria dos espaços edificados e dos espaços livres, vias de circulação, arborização urbana, matas e outros elementos naturais existentes, que dá identificação da praça no lugar.

A cobertura é imaginária, virtual, mas existente, percebida pela sua ambiência, mas pode ser visível e concreta como a pérgula contínua que oferece mais uma opção de estar.

A acessibilidade da praça está diretamente ligada ao relevo do plano de base e das vias de circulação. Quanto mais contato a praça tiver para com o entorno, maior sua integração ao uso público, seja visual, física, psicológica ou imaginária.

Quando a praça se conecta com as vias públicas em toda a sua extensão, eles se integram e potencializam a intensidade do uso público. Se esse plano está mais alto ou rebaixado, existe uma descontinuidade no acesso e desintegração com as vias públicas, diminuindo assim a intensidade do uso público. No caso da praça João Alves, existe um desnível suave entre o lado adjacente a avenida Padre Pedro Pinto que é mais elevada que o lado da avenida Vilarinho, conseqüentemente as ruas laterais são inclinadas mas sem afetar a acessibilidade da praça.

Com relação à acessibilidade visual da praça com o contexto, quando o plano de base for mais elevado em relação às ruas, tem-se uma visão superior e destacada do entorno. Entretanto, quando o plano é rebaixado, existe a desintegração visual de dentro da praça, mas obtém-se um ambiente mais aconchegante e protegido, menos exposto.

Infelizmente, foi executada apenas a obra da praça. As ruas laterais, as travessias de pedestres e ilhas foram esquecidas o que ocasionou, sem dúvidas, a inacessibilidade de sua utilização pública. A paisagem local transformou-se com a praça, mas não cumpriu a sua função urbana. Ainda que tenha tido os percursos que interligam os seus ambientes, a praça não se ligou com o entorno tornando-se uma ilha.

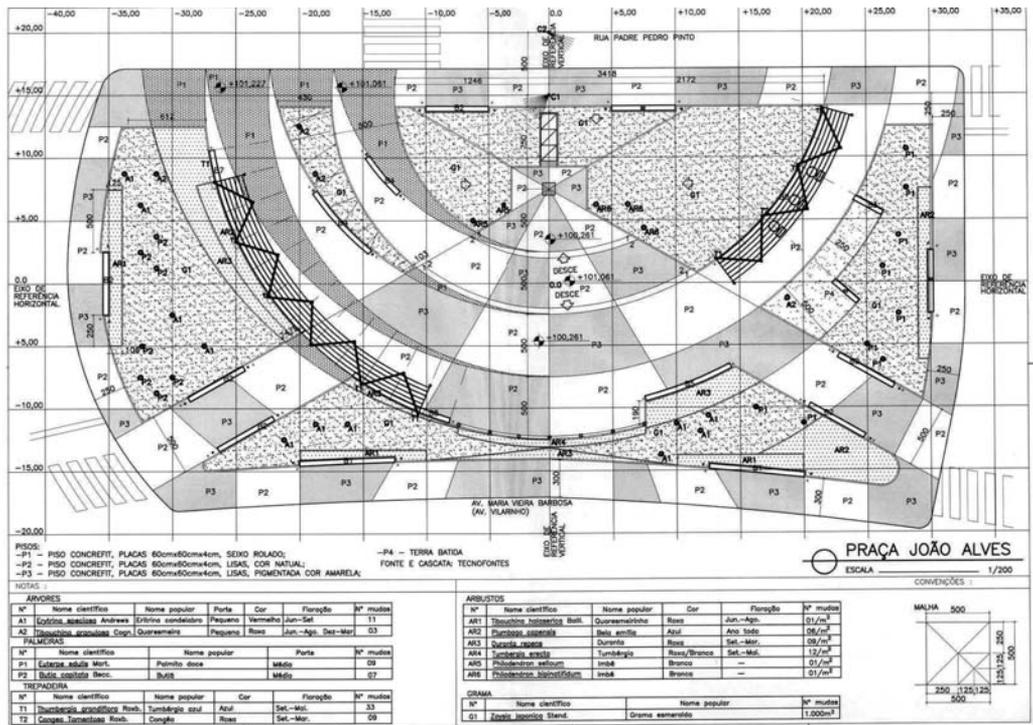


Figura 6: Projeto executivo  
Fonte: Marieta Maciel, 2001



Figura 7: Paisagem original  
Fonte: Acervo do autor

A expressão plástica da praça é revelada por toda a sua composição volumétrica, cromática e de texturas que dimensiona a intensidade e a atração dos impactos visuais. O desenho externo juntamente com o interno constituem sua aparência visual. As praças devem ser atraentes, agradáveis e confortáveis para o público em geral.

A vegetação é composta de espécies resistentes, de preferência nativas, ou adaptadas ao clima, de fácil aquisição, manutenção, durabilidade e reposição. É também o habitat da fauna que é o elemento vivo que deve estar presente nas praças. Representa o valor ecológico da praça.

A água é um embelezamento natural, podendo ser aproveitada artificialmente nas suas variações dinâmicas: lagos, cursos d'água, cascatas e repuxos. Sugere o descanso e cria microclimas específicos. Razão da cascata e do repuxo.



Figura 8: Paisagem criada  
Fonte: Acervo do autor



Figura 9: Paisagem reinventada  
Fonte: Acervo do autor

As praças possuem dois cenários marcantes e contrastantes: diurnos e noturnos. O uso público deve ocorrer em ambos já que esse é o objetivo da praça pública, ser usada por todos a qualquer hora. Dessa forma esses cenários devem ser estudados de forma que durante o dia os cenários, as cores, as formas e as texturas sejam atraentes ao uso público e não se percam no cenário noturno que deve ser tratado com recursos luminotécnicos adequados. Durante o dia, a praça e o entorno têm destaque. À noite ela marca sua presença no entorno.

A luz natural gera a cor, a volumetria e a silhueta das praças. Controla o brilho e estimula a vida na praça. A luz artificial permite o destaque noturno dos espaços e das paisagens, maximizando o uso público. Postes ornamentais, projetores e sinalizadores foram utilizados de forma a criar um cenário noturno com outras atividades e uma outra, praça.

A terra é o elemento suporte de todos os outros. É a partir dela que os demais elementos naturais e arquitetônicos são introduzidos. É o ponto de referência para o desenho das praças. Para o desenho interno da praça foram estabelecidos dois eixos de referência ortogonais como referencial geométrico e se amarra com as vias públicas. O seu desenho é o resultado de malhas ortogonais a partir desses eixos sobrepostas ao relevo existente, objetivando a proporcionalidade e a harmonia de seu desenho interno e o externo.

O projeto foi executado conforme procedimentos técnicos e aberto a fruição pública. As vias circundantes e os acessos de pedestres à praça não pode ser usada coletivamente porque não foi executado. Foi apropriada por apenas uma tribo e gradativamente foi sendo depredada e saqueada. A paisagem foi mais uma vez reinventada, de um espaço público se tornou privado, pois hoje a pérgula serve de moradia.



Figura 10: Moradia de um sem teto  
Fonte: Acervo do autor

Em 2006 foi solicitada, pelo Orçamento Participativo do Município, a duplicação da avenida Vilarinho. Uma das condicionantes como medida compensatória pelo impacto do empreendimento foi a implantação de uma praça para a região. Como conselheira do COMAM, sabedora da triste trajetória da praça João Alves, indiquei sua recuperação, já que a arquitetura paisagística é um instrumento que permite a preservação, recuperação, invenção e reinvenção de forma positiva da história da paisagem de cada lugar.

## 5 – Conclusão

As praças como espaços livres urbanos e públicos cumprem a função de “paradas”, na circulação urbana. São os recantos que embelezam e maquilam a cidade e por onde a luz e o ar podem circular. Geralmente são cercados de edifícios (públicos ou privados) e algumas ruas que se interceptam nelas, ou nascem ou morrem nas praças. As praças são definidas pela forma da cidade, o seu tipo é definido pelo lugar onde se insere a acessibilidade, ambiência e expressão plástica e lhe conferem a personalidade e o valor urbano. Os elementos naturais e arquitetônicos harmonizados dão o valor estético, plástico e ornamental. A ambiência, os percursos, as atividades coletivas e o uso público refletem o seu valor sócio-cultural. É como o ambiente de “estar” da cidade, é a transferência da “casa” para a “cidade”; são também os ambientes de encontros, diversos e freqüentes espalhados em vários lugares da cidade. São recantos no dia-a-dia da rua e contam a história da cidade com marcos e símbolos refletindo épocas e estilos. A conduta, as normas e as posturas coletivas exigidas no convívio coletivo desses lugares constituem seu valor ético. A possibilidade da convivência entre a paisagem existente (ou original) com as paisagens reinventadas pela arquitetura paisagística são relevantes como valor ambiental.

Cada lugar gera um tipo de praça e cada praça pode gerar um novo lugar. A praça representa uma parte da cidade, uma parcela dos cidadãos. Várias praças representam a cidade e os cidadãos. Espero que a praça João Alves, dessa vez, consiga por meio da sua função pública desenvolver a urbanidade, a responsabilidade dos cidadãos, dos órgãos públicos com a cidade e suas paisagens.

## Notas

- (1) “Paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução...” (BERTRAND, in TAUKE, 1972)
- (2) Praça (largo, platéia) é um lugar urbano projetado ou espontâneo, conforme a origem da cidade onde se localiza. Consiste em um espaço fechado pelas construções que geram sua ambientação e sua função pública. É um espaço livre por não haver nele edifícios, e é fechado pela ambiência da volumetria dos edifícios do entorno. A sua finalidade arquitetônica e ambiental é constituir um lugar atraente, social e saudável, contribuindo para a qualidade ambiental da cidade. Consiste em um espaço urbano cujo desenho externo é determinado pelo desenho da cidade, e seus limites físicos definem seu desenho interno. Configura-se e percebe-se o entorno envolvente e trabalha-se o espaço contido.
- (3) Meio ambiente é tudo que rodeia o homem, quer como indivíduo, quer como grupo, tanto o natural como o construído, englobando o ecológico, o urbano, o rural, o social e mesmo o psicológico, de acordo com a definição da Unesco. É um sistema complexo e equilibrado, que engloba o sistema físico (ar/terra/luz/água), o sistema biológico (fauna, flora) e o sistema antrópico (social, cultural, político, econômico, estético e ético).
- 4) Espaços livres de uso público: são espaços de propriedade e de uso público, sem edificações ou com área edificada não-expressiva, onde existem elementos naturais – físicos e/ou biológicos – que justifiquem sua preservação, reabilitação ou transformação.

## Bibliografia

- CHOAY, Françoise. *Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- COOPER MARCUS, Clare and Carolyn Francis. *People places: Design guideness for urban open space*. Califórnia: University of California Press, 1990.
- FAVOLE, Paolo. *La plaza en la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.
- HOLDEN, Robert. *Diseño del espacio público internacional*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1996.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Cambridge: Mass, 1960.
- MACIEL, Marieta Cardoso. *O projeto em arquitetura paisagística: Praças e parques públicos de Belo Horizonte*. 1999. 200 p. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MACEDO, S. S.; ROBBA, F. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002 (Coleção Quapá).
- MINAS GERAIS. *Programa metropolitano de parques urbanos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento/ Belo Horizonte. Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 1975.
- TAUK, Sâmia Maria. *Análise ambiental: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1995.
- WAGNER, A. M. et al. *Praça João Alves*. 2000. Trabalho (disciplina Paisagismo de Pós-graduação) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2000.

# PROGRAMA ARQUITETURA PÚBLICA DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG – O CASO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

*PUBLIC ARCHITECTURE PROGRAM OF THE ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – THE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO CASE*

## **MACIEL , Marieta Cardoso**

Arquiteta e urbanista, professora doutora do Departamento de Projeto da Escola de Arquitetura da UFMG.  
E-mail: marietamaciel@hotmail.com

## **SIMÃO, Karina Machado de Castro**

Arquiteta e urbanista, bolsista do Programa Arquitetura Pública da Escola de Arquitetura da UFMG.  
E-mail:karinadecastro@gmail.com

## **PERNA, Stefânia de Araújo**

Arquiteta e urbanista, bolsista do Programa Arquitetura Pública da Escola de Arquitetura da UFMG.  
E-mail: stefaniap@pop.com.br

## **RESUMO**

Este documento mostra o anteprojeto de revitalização da praça Matriz do município de Santo Antônio do Amparo, realizado no âmbito do Programa de Extensão Arquitetura Pública da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de setembro a dezembro de 2005.

Para a realização do projeto, foram elaborados uma coleta de dados, entrevistas com os moradores, e levantamentos em campo para uma análise da situação, e posterior diagnóstico do lugar. A partir dessa análise, foram feitas várias pesquisas de casos análogos e estudos preliminares de proposta. Esses estudos foram apresentados à prefeitura e à comunidade do município e, após algumas sugestões e discussões a respeito da proposta, foi realizado o anteprojeto de revitalização do espaço. Ou seja, a comunidade envolvida participou tanto do processo de elaboração quanto de aprovação do projeto.

O programa possibilitou o aprendizado através de experiências com a realidade: o contato com o cliente e com o problema.

**Palavras-chave: Revitalização, paisagismo, espaço público.**

## **ABSTRACT**

*This paper presents the Project of the main square of the city Santo Antônio do Amparo, realized in the scope of the Public Architecture Program of the Architecture School of Federal University of Minas Gerais, in the period of during September to December's 2005 (two thousand and five).*

*To realize the project, local researches and them diagnosis of the area were made. Then, a lot of researches of similar projects and studies were realized. Those studies were presented to the municipal mayor and the community, and after some suggestions, the final project were made.*

*The Program possibilited the learning by the reality experiences: the contact with the client and with the problem.*

**Key words: Revitalization, landscape, public space.**

## **Introdução**

O Programa de Arquitetura Pública é um conjunto de projetos que visam permitir aos estudantes de arquitetura e urbanismo uma maior integração do ensino acadêmico com a prática profissional, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento do país, aproximando a Universidade da sociedade através da prestação de serviços de interesse social e responsabilidade ambiental.

O programa tem uma formação diversificada que envolve **ensino, pesquisa e extensão**, é uma típica atividade extensionista desenvolvida pela Escola de Arquitetura através de dois de seus órgãos, o Centro de Tecnologia e Prestação de Serviço – CETEPS, ligado ao Departamento de Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo – TAU, e o Centro de Pesquisa e Extensão – CEPEX, ligado à diretoria. Iniciou-se no 2º semestre de 2004, quando foram implementados os projetos de arquitetura pública de Sabará, lagoas da Prata e Cataguases, além dos projetos de Santana de Cataguases, Barbacena, Santo Antônio do Amparo, Minas Novas e Pitangui, que começaram em 2005.

O programa tem uma formação diversificada que envolve ensino, pesquisa e extensão e é organizado em projetos-piloto que utilizam como base as demandas urbanas, sociais e culturais das prefeituras dos municípios mineiros no que diz respeito aos serviços de arquitetura e urbanismo. Os principais enfoques do programa são habitação de interesse social, planejamento urbano e patrimônio cultural.

Enfim, o Programa Arquitetura Pública, com a colaboração de técnicos de Prefeitura, além de prestar serviços técnicos à população de baixa renda, presta serviços à população como um todo na medida em que auxilia o município em sua política de planejamento urbano e preservação do importante patrimônio cultural da cidade, tombado nacionalmente ou não, desde que tenha relevância local.

O programa no município de Santo Antônio do Amparo atende à demanda prioritária da Prefeitura: revitalizar as praças que circundam a Igreja Matriz da cidade.

Santo Antônio do Amparo está localizado no sul de Minas, no alto do Rio Grande, no Campo das Vertentes. A população do município é de 16.605 habitantes e a espaço de aproximadamente 493 km<sup>2</sup>, sendo a densidade demográfica de 32 hab./Km<sup>2</sup>. A altitude média é de 982 m e a temperatura anual 19,9 °C. A distância do município ao centro de Belo Horizonte é de 172 km e ao centro de São Paulo é de 400 km.

A denominação do município de Santo Antônio do Amparo deve-se a dois motivos, um religioso e outro por servir a localidade, de amparo aos viajantes e tropeiros que passavam pela região, até então habitada por índios, dos quais ainda são encontrados muitos vestígios.

O sul de Minas é hoje conhecido mundialmente, sendo o principal produtor de café no mundo, sendo que o município de Santo Antônio do Amparo participa e colabora desse privilégio. Durante os períodos de colheita, os proprietários locais de café costumam empregar homens e mulheres, garantindo o futuro de muitas famílias e o crescimento da cidade.

A estrada BR-381 (Fernão Dias) marca o início do município, a partir da qual é possível observar as grandes palmeiras e a torre da Igreja Matriz, localizadas na área central (ponto mais alto da cidade). Dessa forma, podemos considerar o centro municipal o marco da morfologia urbana de Santo Antônio do Amparo.

As praças Governador Valadares e Joaquim Ferreira estão localizadas nessa área central e fazem parte do conjunto do largo da Igreja Santo Antônio do Amparo (Matriz). Em conjunto com o desenho da paisagem urbana, essas praças desempenham um papel de agente de conexão entre as partes da cidade e o espaço livre público, sendo de grande importância para a população.

A localização das praças<sup>1</sup> contribui para que o local esteja em constante uso, sendo observada claramente, durante o cotidiano, a relação de diálogo entre os cidadãos de Santo Antônio do Amparo e as praças Governador Valadares e Joaquim Ferreira.

Um dos motivos da escolha dessas praças como espaço a ser modificado é justamente o fato delas serem usadas por vários agentes e atores do espaço urbano, em diversos horários e para as mais variadas funções. Essas são espaços centralizadores na cidade, que concentram

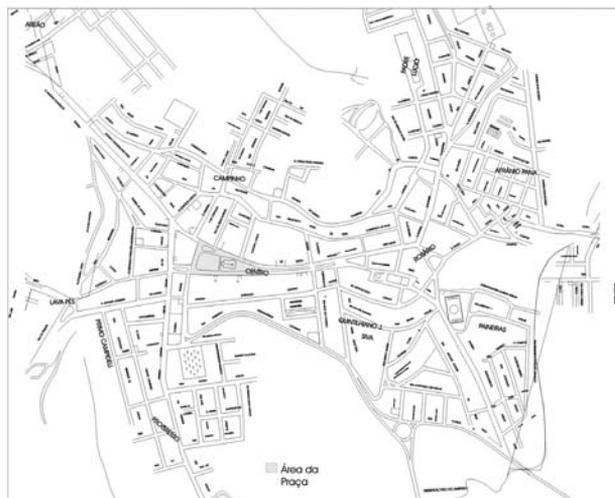


Figura 1: Localização das praças no município  
Governador Valadares e Joaquim  
Ferreira (vista aérea)  
Fonte: Prefeitura de Santo Antônio do Amparo



Figura 2: Igreja Matriz e praças  
Governador Valadares e Joaquim  
Ferreira (vista aérea)  
Fonte: <http://www.geocities.com>, em  
outubro de 2005



Figura 3: Planta das praças  
Governador Valadares e Joaquim  
Ferreira atual  
Fonte: Karina Machado e Stefânia  
Perna

diversas atividades (serviços, comércio, lazer, encontros, entre outros). Portanto, podem ser consideradas o marco e referência principal de Santo Antônio de Amparo.

200

Robba e Macedo partem do conceito que “praças” são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos.

A praça, juntamente com a rua, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade no país, tendo, desde os primeiros tempos da colônia, desempenhado um

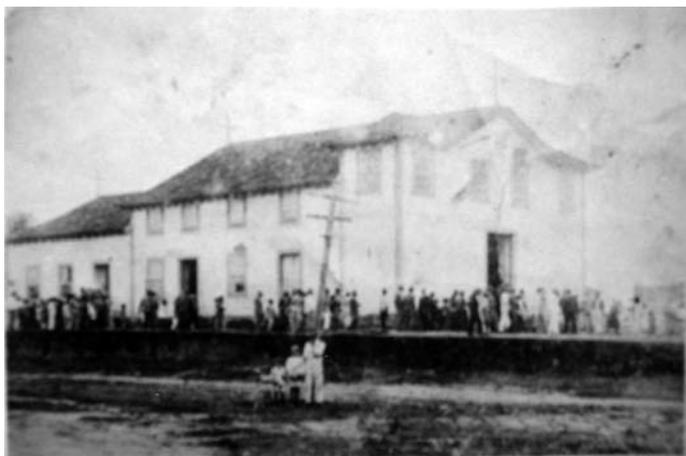
papel fundamental no contexto das relações sociais em desenvolvimento. De simples terreiro a sofisticado jardim, de campo de jogos incultos a centro esportivo complexo, a praça é, por excelência, um centro, um ponto de convergência da população, que ela ocorre para o ócio, para comerciar, para trocar idéias, para encontros românticos ou políticos, enfim, para o desempenho da vida urbana ao ar livre.

Inúmeras são as definições referentes ao termo praça. Mesmo havendo divergências entre os autores, todos concordam em conceituá-la como um espaço público e urbano. A praça sempre foi celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos.

Ao longo dos tempos, com a evolução das cidades, alterou-se significativamente o papel da praça na urbe, todavia, o caráter social que sempre a caracterizou, permaneceu e permanece como sua mais intrínseca qualidade.

## Histórico

A antiga Igreja da Matriz foi construída por volta de 1730 e era situada em um ádrio ( piso elevado), onde as pessoas eram enterradas. A igreja era uma simples capela com um altar, não havia torre e posteriormente foi sendo ampliada, adquirindo um tamanho aproximadamente três vezes maior do que o original, sendo também construído um campanário na sua lateral direita.



*Figura 4: Igreja da Matriz, construída em 1730  
Fonte: Pedro Alves Avelar*

Nessa época a igreja era circundada apenas por piso de terra, não havia jardim nem vegetações de grande porte, mas mesmo assim o local já era utilizado para realização de festas, procissões, entre outros, sendo que a área frontal da igreja (maior, situada no terreno em declive – atual praça Governador Valadares) era utilizada pelas pessoas da elite e a área dos fundos (menor, situada no terreno em aclave – atual praça Joaquim Ferreira) era utilizada pelos escravos e negros.

Por volta de 1933 a antiga igreja Matriz foi demolida. Para a construção da atual igreja, o ádrio foi desaterrado e os restos mortais foram transferidos para o novo cemitério (também construído). Com a nova obra, o sino foi transferido para a torre (aproveitando os andaimes da construção), não existindo mais o campanário.

Em 1939 o prefeito do município, Gustavo Martins, contratou um engenheiro alemão para realizar o calçamento da cidade (em paralelepípedos irregulares) e o projeto do jardim da igreja Matriz. O jardim tinha duas escadas laterais na praça Governador Valadares, feitas com a pedra bruta da antiga igreja, e uma fonte circular no centro. A praça Joaquim Ferreira possuía dois canteiros laterais, marcando um eixo central. O coreto era separado da praça, localizado próximo à lateral direita da nova igreja Matriz. O estilo eclético clássico das praças era condizente com o estilo da igreja Matriz (também eclético).



Figura 5: Vista do Coreto da praça (aproximadamente na década de 1920)

Fonte: Pedro Alves Avelar



Figura 6: Rua Santo Antônio com a Igreja da Matriz (antiga), ao fundo (aproximadamente na década de 1920)

Fonte: Pedro Alves Avelar



Figura 7: Rua Santo Antônio e a Igreja da Matriz (atual, em construção), ao fundo (aproximadamente na década de 1930)

Fonte: Pedro Alves de Avelar

Essa praça, concebida em 1939, tem as características da linha eclética clássica:

- Traçado em cruz e variações;
- Estar central com ponto focal;
- Passeio perimetral;
- Canteiros geométricos;
- Simetria;
- Eixos;
- Grande quantidade de áreas permeáveis;
- Elementos ecléticos pitorescos, como coreto e fonte;
- Vegetação arbustiva e forrações, dispostas como bordadura dos canteiros e caminhos;
- Vegetação arbórea plantada ao longo dos caminhos para sombreamento;
- Geometria e simetria no plantio da vegetação.

Esse traçado eclético estava associado a uma forma de utilização do espaço condizente com o momento de sua idealização:

- Passeio;
- Contemplação da natureza;
- Convívio Social;
- Cenário.



Figura 8: Praça Joaquim Ferreira por volta de 1939  
Fonte: Pedro Alves Avelar

Após essa data, a praça sofreu algumas modificações, mas mantendo as características da linha eclética clássica. Na praça Joaquim Ferreira, o eixo ganha uma marcação em forma de círculo no meio da praça menor, e os canteiros laterais agora são mais recortados. A praça Governador Valadares teve a fonte central retirada e substituída por marcação de piso.

Em 1995, o paisagista César Bontempo foi contratado para fazer o projeto de revitalização da praça, cujas características (ainda de estilo eclético clássico) podem ser observadas até hoje. Na praça Governador Valadares foram mantidos os canteiros, sendo alteradas as escadas (tornaram-se rampas), feita uma nova distribuição de vegetação, a inserção de o mobiliário urbano e a paginação do piso. A situação do coreto foi modificada, passando a fazer parte dessa praça.

A praça da Matriz continua tendo grande importância para o município de Santo Antônio do Amparo, sendo bastante utilizada pelos seus moradores, principalmente nos fins de semana. Geralmente ela é ocupada pelos jovens da cidade nas sextas feiras à noite e pelas famílias durante as manhãs dos sábados, quando ocorre a feira próxima à Casa da Cultura.

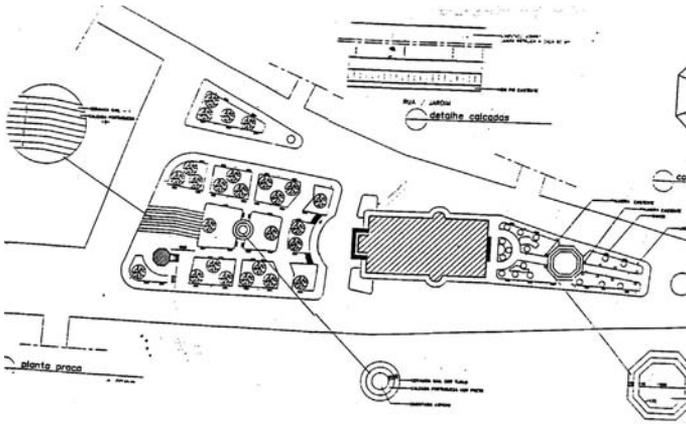


Figura 9: Praça Matriz por volta da década de 1950  
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo

Atualmente podemos considerar que a praça tem usos mais diversificados além daqueles do estilo eclético (passeio, contemplação da natureza, convívio social e cenário) como: recreação, comércio, serviços e circulação.

## Espacialização do território

### Área de influência

As praças Governador Valadares e Joaquim Ferreira representam o centro de um espaço que interliga entre os principais monumentos e edificações de valor histórico e cultural do município de Santo Antônio do Amparo, gerando uma influência direta na dinâmica da cidade, abrigando os principais serviços, comércios e tráfego, e gerando, conseqüentemente, um fluxo intenso de pessoas e veículos.

### Morfologia do espaço

O espaço está implantado em local alto e montanhoso, em um largo com ligeira inclinação (aproximadamente 5%) descendente formando um eixo único que liga visualmente a praça à todo o contorno da área central do município, através das principais edificações históricas.

O conjunto das praças com a Igreja Santo Antônio do Amparo tem a forma triangular, sendo a igreja central. Essa idéia de conjunto não é muito perceptível devido à fragmentação das praças. Porém, todas elas possuem a mesma paginação de piso (filetes de calçada portuguesa nas cores preta, vermelha e branca e cimento) e o mesmo tipo de vegetação e mobiliário urbano.

As praças são uma organização espacial intencional, um lugar de encontro, a partir de um desenho urbano e atuam na amenização do ritmo paisagístico das edificações, oferecendo o verde ou locais de descanso, e contribuindo fortemente para uma harmonização de seu entorno.

De destaque na praça Joaquim Ferreira, a imagem do Cristo Redentor é um elemento de morfologia singular pelo seu posicionamento, configuração e de significado na paisagem, marcando o eixo central da avenida Santo Antônio e a torre da Igreja Matriz.

## 204 Vegetação

As praças Governador Valadares e Joaquim Ferreira apresentam uma diversificada vegetação, que varia desde de pequenos arbustos até grandes árvores. Tal conformação vegetativa configura um espaço sombreado, que ajuda, dessa forma, em sua função de espaço público de estar.

A vegetação se conforma em canteiros aleatoriamente distribuídos, com pequena proteção de concreto. Entres esses canteiros existem mobiliários urbanos como bancos, lixeiras e postes de luz.

### Sistema viário

A conformação é dada pela avenida Santo Antônio, a via arterial de todo complexo, pela qual se dá o escoamento de grande parte do trânsito da cidade. Paralela a esse eixo há outra rua complementar, avenida José Ananias, que serve de via local. E por sua vez, as vias perpendiculares desempenham a função de vias afluentes e efluentes.

A avenida Santo Antônio é dividida em duas mãos, sendo as ruas menores de sentido viário duplo.

Essa estrutura de trânsito atende bem ao fluxo de veículos do município, indicando uma boa articulação de projeto nesse sentido.

### Tipologia das edificações do entorno

O entorno das praças Governador Valadares e Joaquim Ferreira é diversificado quanto às edificações e seus usos. A maioria é compreendida por edificações horizontais unifamiliares de uso residencial, mas também existem na espaço edificações para prestação de serviços como o banco Itaú, o que, juntamente com o comércio local, tornam intenso o uso da praça, tanto por pessoas que usufruem o espaço público, ou transeuntes, que utilizam o mesmo como caminho.

Compondo o entorno, ainda há o edifício da Casa da Cultura, que traz para a praça o uso de vários eventos relacionados à vida cultural local, tais como feiras e amostras.

No encontro das praças está localizada a Igreja Santo Antônio do Amparo, de estilo clássico, com uma alta torre marcando a entrada frontal. Essa entrada é feita através de uma escada ou duas rampas laterais. O revestimento da fachada é de pintura nas cores amarelo e branco.

### Identidade e valor cultural

Há algumas edificações de valor histórico no entorno do espaço, sendo elas exemplos de construções coloniais e ecléticas, que mantêm essas características até hoje. Infelizmente, em algumas residências essas características já foram alteradas, podendo-se observar apenas vestígios delas como esquadrias de ferro, telhado colonial, entre outros. Algumas edificações já não possuem valor histórico e cultural, foram construídas mais recentemente. Em alguns lotes há apenas muros, indicando que alguma edificação fora demolida e/ou vai ser construída.

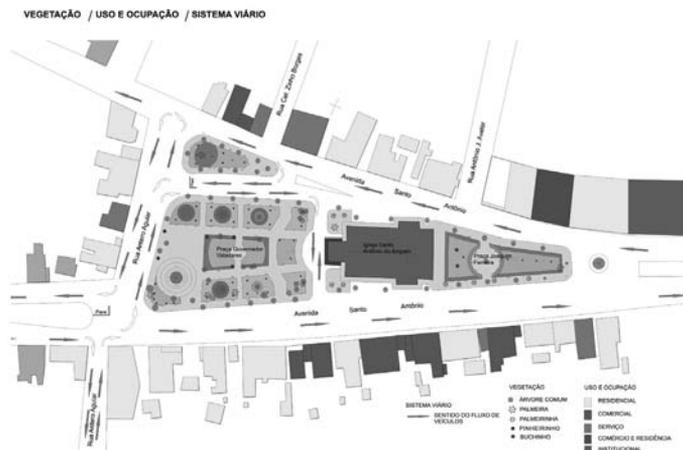


Figura 10: Mapa de vegetação/ sistema viário/uso e ocupação  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna

Considerando a área central, em geral, de relevância histórica e cultural para Santo Antônio do Amparo, as praças Governador Valadares e Joaquim Ferreira mantêm sua identidade visual e histórica ao longo do tempo, e têm, assim, grande importância para a cidade e seus moradores. Isso é percebido através do constante uso do local, que propicia à população (de todas as camadas sociais) usar, de modo adequado, o tempo livre que dispõe para realização de atividades físicas e descanso mental e desenvolvimentos pessoais, sociais e culturais nas praças.

### Uso do local

As praças têm uma diferente apropriação de uso, que varia de espaço de circulação, espaço de descanso, local para eventos, entre outros. Mas a principal função é incentivar a vida comunitária.

A praça Governador Valadares é formada por um amplo espaço sombreado, devido às grandes árvores, que conforma, assim, um espaço de convivência. Já a praça Joaquim Ferreira possui um pequeno espaço de estar, mas suficiente para atender a população. Tais espaços ainda são reforçados pela existência de vários bancos.

Durante o dia, esses espaços são povoados por idosos e aposentados, sendo usados como ponto de encontro e sociabilidade, e também por trabalhadores do comércio e seus usuários, além dos alunos da escola próxima, que usam sempre o local para passagem. Durante a noite, a praça é bastante utilizada, principalmente nos fins de semana, devido à existência do coreto e de um restaurante e bares ao redor, que servem de ponto de encontro das pessoas. Os eventos e as festas ocorrentes no local utilizam, geralmente, o espaço do coreto.

Foi observado que as maiores concentrações de pessoas estão vinculadas diretamente ao uso da Igreja Matriz.

### Equipamentos urbanos

A praça Governador Valadares possui como equipamento urbano de grande porte apenas o coreto, que contribui para uma harmoniosa ocupação dos usuários das praças. É importante salientar que nesse coreto há um banheiro público para a comunidade, que é um suporte às atividades a serem desenvolvidas no espaço.

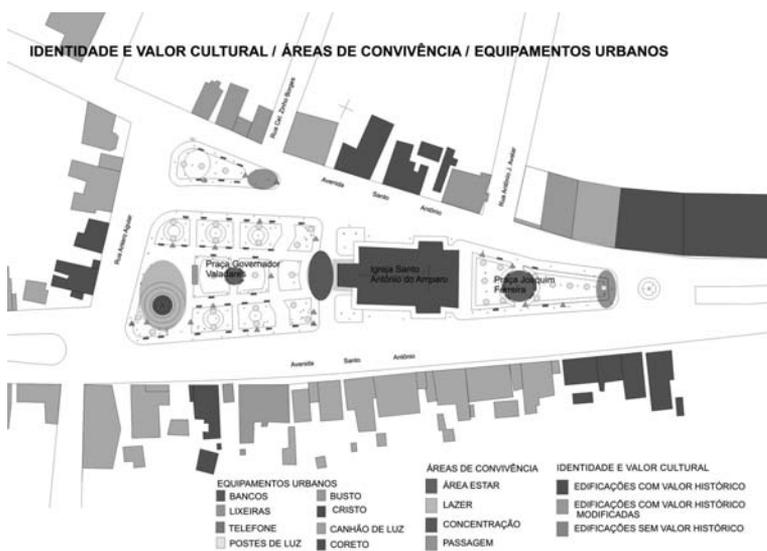


Figura 11: Mapa de identidade e valor cultural / áreas de convivência / equipamentos urbanos  
 Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna

Em ambas as praças o espaço público é bem iluminado durante a noite, já que os postes de luz são bem distribuídos. Quanto às lixeiras, há várias delas, sendo mais que suficientes para o lixo produzido ao longo do dia. Há poucos telefones públicos, mas mesmo assim atendem bem às demandas da população. Não há bancas de revista no espaço, tornando-o mais limpo.

As praças possuem alguns bancos de estilo clássico, bem distribuídos, mas insuficiente para atender a demanda da população.

## Diagnóstico geral: identificação dos problemas

A partir do estudo do espaço percebe-se que a praça Joaquim Ferreira transformou-se em ponto de convergência do fluxo de pedestres e necessita de configurações formais que favoreçam e permitam a distribuição e a circulação dos transeuntes. A praça Governador Valadares, que recebe enormes quantidades de pessoas, principalmente em dias de festas, também deve acomodar o crescente movimento de pedestres.

Temos assim um espaço fragmentado que não atende aos pedestres do município. A estruturação do sistema viário segrega as praças e, dessa forma, o veículo tem maior prioridade do que o próprio pedestre. Essa segmentação atrapalha a acessibilidade e entendimento do espaço como único: a idéia de largo da igreja não existe mais.

Podemos citar como aspectos positivos do local: o bom uso da praça (que está constantemente povoada), o bom estado de conservação dos equipamentos urbanos (bancos, lixeira, canteiros), e a boa arborização do local. Como aspectos negativos temos: excesso de alguns mobiliários urbanos, como lixeiras e bancos; a depredação dos postes de iluminação, e a falta de manutenção dos jardins e canteiros.

Esse estudo mostra a necessidade de uma intervenção tanto na malha viária quanto na estruturação da praça para melhorar a sua configuração, principalmente no que diz respeito à distribuição de canteiros (busca de melhor harmonia).

A intervenção também será importante para promover uma melhor articulação e gerar um apoio ao espaço em relação aos eventos que ali ocorrem, como feiras, manifestações e festas.

## Proposta paisagística

O conceito do projeto é baseado na criação de um espaço uniforme, com ambientações internas bem definidas e integradas, mas também multifuncionais e adaptáveis, capazes de permitir os mais variados usos, sem ter uma função determinada.

O projeto objetiva melhorar a acessibilidade e valorizar o pedestre, através da alteração do sistema viário e conseqüente mudança dos espaços de circulação de carros para espaços de passagem para as pessoas, já que as praças são muito freqüentadas pela população local.

Além disso, a proposta para a revitalização da praça da Matriz, segue os conceitos e as necessidades contemporâneas, que visa criar novos espaços que contemplem as seguintes atividades:

- Lazer contemplativo;
- Lazer ativo (recreação infantil, atividades esportivas e culturais);
- Lazer cultural;
- Convívio Social;
- Equipamentos de apoio às atividades comerciais e de serviços (utilitarismo);
- Circulação;
- Cenário.

Essa implantação de espaços com uso flexível possibilita ao freqüentador apropriar-se do projeto da maneira que lhe for mais agradável e necessária. Além disso, permite a participação da comunidade na dinâmica da cidade, de modo a rebater as imposições de comportamento, utilização e apropriação dos espaços livres públicos, tão comuns na arquitetura paisagística moderna.

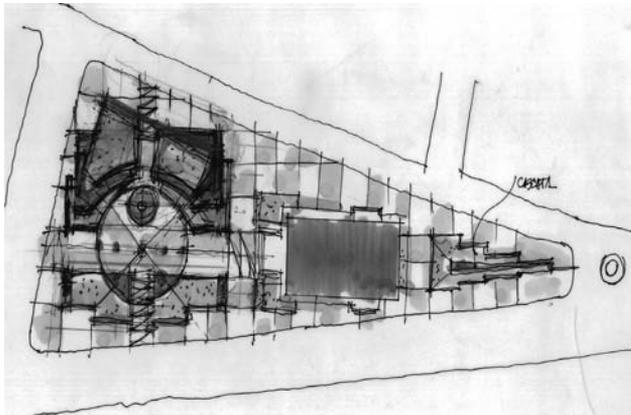


Figura 12: Croqui de estudo – Planta  
Fonte: Marieta Cardoso Maciel

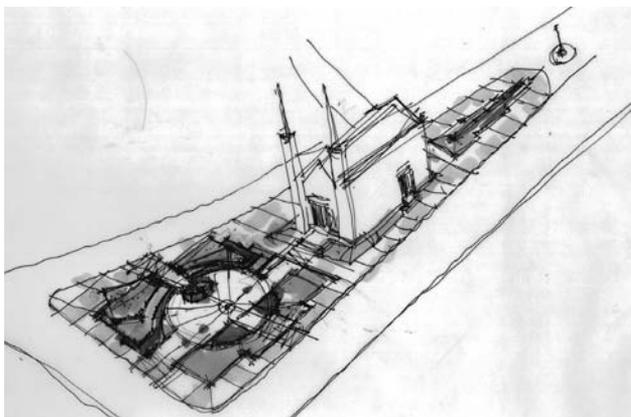


Figura 13: Croqui de estudo – Perspectiva  
Fonte: Marieta Cardoso Maciel

Mesmo que se considerem parâmetros e conceitos contemporâneos, e traga uma expressão plástica para o espaço, a proposta para a revitalização da praça da Matriz remete ao passado e busca manter o estilo clássico (já existente), através do uso da simetria e de formas geométricas.

A simetria é marcada pelo eixo longitudinal do espaço, que coincide com o eixo da igreja de Santo Antônio do Amparo. Esse eixo de percurso e de visada marca a entrada da igreja e é o ponto referencial para a concepção do projeto.

Na praça Governador Valadares, o caminho da rua até a entrada da Igreja ressalta esse eixo, que é enfatizado também por elementos paisagísticos e arquitetônicos como as fontes secas, espelhos d'água e paginação do piso. Uma esplanada é proposta no centro desse caminho, e sugere um ambiente de lazer e recreação, com o coreto e bancos próximos aos canteiros. É também proposta a implantação de um espaço aberto e amplo, que permita a reunião de amigos ou ocorrência de jogos nas proximidades dos bares e restaurantes ali existentes, que visa majorar o uso e ocupação do espaço.

Na praça Joaquim Ferreira a proposta do canteiro remete diretamente ao desenho do canteiro na década de 1950, havendo uma inversão dos espaços verdes e secos e a inserção de um filete d'água, que destaca (novamente) o eixo longitudinal do espaço e da igreja.



Figura 14: Proposta – Planta  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna



Figura 15: Vista de eixo longitudinal para a igreja  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna

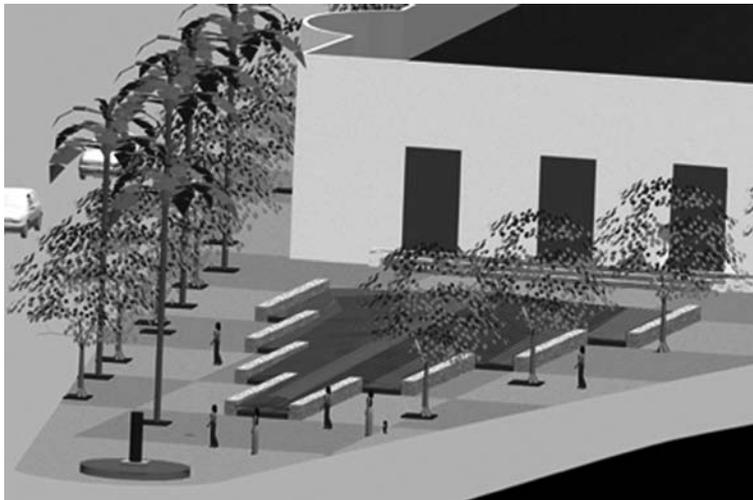


Figura 16: Vista da praça Joaquim Ferreira  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna

O projeto, além de ressaltar a Igreja, contempla os espaços de convivência e lazer, mantem os mesmos espaços atualmente utilizados e amplia alguns deles.

Além disso, a proposta visa a circulação de pedestres, através do alargamento dos passeios e unificação das praças. A necessidade de espaço para absorver a enorme quantidade de pessoas em trânsito nas praças, situadas no centro da cidade, revaloriza a figura da praça seca em alguns locais do espaço.

Apesar de manter o conceito clássico, a nova proposta busca renovar o estilo para contemporâneo através de mudanças das características do mobiliário urbano (coreto, bancos, postes, canteiros, entre outros) e dos materiais de revestimento. A paginação simétrica do piso permite usar como material, placas de granito apicoado ou placas de concreto.

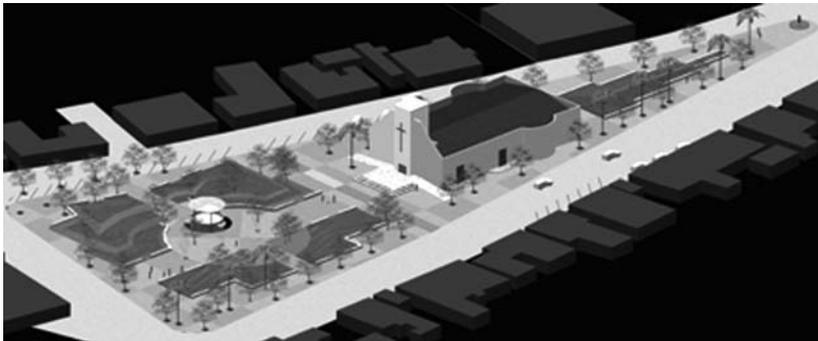


Figura 17: Vista geral do espaço  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna



Figura 18: Vista geral do espaço  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna

## Conclusão

O Programa de Arquitetura Pública adota a experimentação prática, como meio para ensinar e complementar o ensino através de situações reais que abrangem algumas especificidades da arquitetura e do urbanismo – o projeto, o planejamento urbano, a preservação e conservação do patrimônio cultural – e, a partir dessa experimentação, a geração de demandas para a pesquisa.

Pretende-se, dessa forma, complementar a formação do estudante tanto do ponto de vista acadêmico, como sócio cultural.

Essa experiência foi adquirida durante a elaboração da proposta de revitalização da praça Matriz do município de Santo Antônio do Amparo, que visa melhorar o aspecto funcional e estético da praça existente, através de conceitos contemporâneos e do uso de formas clássicas e prima pelo desenvolvimento urbano do município, e, conseqüentemente, pelo bem estar de sua população.

Dessa forma, os alunos envolvidos no programa adquiriram experiência projetual na elaboração de projetos de espaços públicos e paisagismo, além de aprenderem o valor das praças para municípios, principalmente os de pequeno porte, como Santo Antônio do Amparo.

O programa tem tido sucesso nas cidades envolvidas em geral. Em Santo Antônio do Amparo, a aceitação da proposta de revitalização da praça matriz foi unânime tanto pela comunidade quanto pela administração. A audiência pública para apresentação do projeto à comunidade teve grande repercussão na cidade, com presença significativa dos cidadãos amparenses e dos jornalistas locais, que publicaram nota sobre o projeto no jornal da cidade (ver Figuras 19 e 20).



Figura 19: Artigo sobre a assembléia de apresentação do projeto de revitalização da praça Matriz  
Fonte: Jornal Folha Amparense – fevereiro de 2006



Figura 20: Artigo sobre a assembléia de apresentação do projeto de revitalização da praça Matriz  
Fonte: Jornal Folha Amparense – fevereiro de 2006

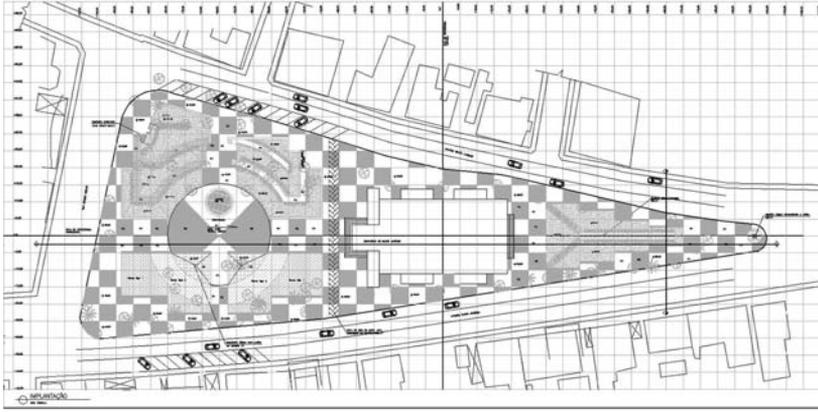


Figura 21:  
Projeto executivo  
– Implantação  
geral  
Fonte: Karina  
Machado de  
Castro Simão e  
Stefânia de Araújo  
Perna



Figura 22: Projeto executivo – Corte Esquemático AA  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna

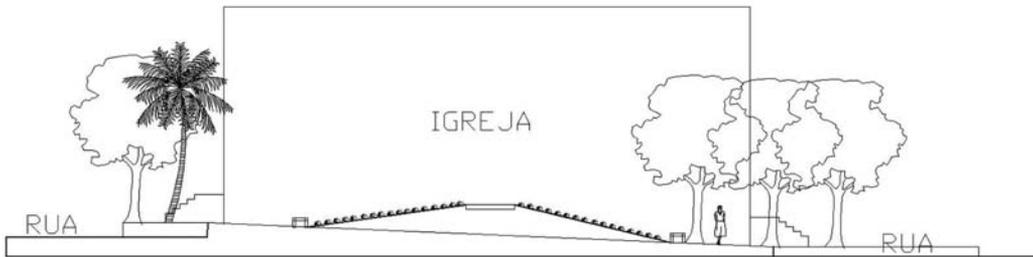


Figura 23: Projeto executivo – Corte Esquemático BB  
Fonte: Karina Machado de Castro Simão e Stefânia de Araújo Perna

No caso de Santo Antônio do Amparo, o programa cumpriu um de seus papéis, que é o de inserir os alunos nos problemas reais do paisagismo. As alunas, antes bolsistas do programa, foram contratadas pela prefeitura, e já estão elaborando o projeto executivo para a praça Matriz, além de outros projetos demandados pela administração municipal, e são requisitadas por cidades vizinhas carentes do profissional de arquitetura.

## Bibliografia

212

CHACEL, Fernando Magalhães. *Projetos de praças*. São Paulo: ABAP, [19,-?].

\_\_\_\_\_. *Espaços urbanos e praças*. São Paulo: ABAP, [19,-?].

HOLDEN, Robert. *Diseno del espacio publico internacional*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1996.

LEITÃO, Lúcia. *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: Manual de procedimentos para intervenção em praças*. Recife: Secretaria de Planejamento. Diretoria de Urbanismo, 2002.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Fapesp / CNPq/Laboratório da Paisagem, v. 31, n.10, 1996, 1999.

MACIEL, Marieta Cardoso; GUEDES SOBRINHO, Joaquim. *O projeto em arquitetura paisagística: Praças e parques públicos de Belo Horizonte*. 1998. 255p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROBBA, Fabio. *Praças brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

## Fontes

Entrevista com o sr. Pedro Alves de Avelar, em 14 de outubro de 2005.

Plano de Inventário para o Município, em 2004.

Texto sobre Arquitetura Pública – Arquiteto Eduardo Fajardo, Escola de Arquitetura, UFMG, 2005.

Texto sobre Arquitetura Pública – Arquiteto Paulo Henrique Alonso, Escola de Arquitetura, UFMG, 2006.

<<http://www.geocities.com/santoantonioamparo/principal.html>>, em outubro de 2005.

# APLICAÇÃO DE SIG NA ANÁLISE DA REDUÇÃO DA PAISAGEM VERDE NA AVENIDA SÃO RAFAEL EM SALVADOR-BA

THE USE OF GIS IN THE ANALYSIS OF GREEN SPACES SHORTENING ON SÃO RAFAEL AVENUE – SALVADOR - BAHIA

## MASCARENHAS, Adriano Nascimento

Geógrafo e estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana da UFBA.

E-mail: geoadri@terra.com.br

## CUNHA, Rita Dione Araújo Cunha

Professora doutora adjunta da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

E-mail: ritadi@uol.com.br

## RESUMO

O artigo trata de uma experiência prática utilizando a ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas) para analisar o processo de transformação da paisagem nas áreas próximas à avenida São Rafael em Salvador-BA, dando ênfase à observação da diminuição de áreas verdes, ao longo de décadas. O artigo visa demonstrar como a tecnologia do geoprocessamento e a utilização de software específico podem ajudar em estudos sobre a paisagem urbana, auxiliando o entendimento dos processos de ocupação do solo e da qualificação ambiental das cidades.

**Palavras-chave:** SIG, paisagem verde, uso e ocupação do solo.

## ABSTRACT

*This work presents an experience using GIS (Geographic Information Systems) as a tool to analyse landscape changes in an important avenue named "avenida São Rafael" in Salvador-BA, observing reduction of green areas for decades. The work aims to show how data processing and specific software can help urban landscape studies to understand the use and occupation of land to obtain city environmental quality.*

**Key words:** GIS, green landscape, using and occupation urban land process.

## 1 – Introdução

Na cidade de Salvador é notório o crescente processo de diminuição de áreas verdes, a partir da década de 1950, quando a cidade iniciou um processo de urbanização e crescimento através de aberturas de avenidas de vale e adensamento de áreas mais distantes do centro. Em particular, a área denominada de "Miolo" engloba uma das áreas de expansão da cidade, onde mais intensamente e mais rápido tem ocorrido transformações em decorrência do processo de ocupação do solo (FERNANDES, 2004). Neste trabalho, percebe-se o acelerado crescimento da mancha urbana sobre o "Miolo" que poderia ser amenizado com um melhor aproveitamento das áreas verdes remanescentes. A avenida São Rafael como um dos eixos vetores da área do Miolo propiciou o processo de transformação da paisagem a sua volta e, com a sua abertura e implantação, teve início o processo de redução das áreas verdes naturais.

Para analisar os fenômenos espaciais urbanos em diferentes escalas, a evolução da cartografia e das ferramentas do geoprocessamento torna-se quase que imprescindível. Segundo Cirilo & Mendes (2001, p. 15), "o geoprocessamento se insere como uma ferramenta que tem a capacidade de manipular as funções que representam os processos ambientais, em diversas regiões de uma forma simples e eficiente, permitindo uma economia de recursos e tempo". Isso permite agregar dados de diferentes fontes sejam imagens de satélite, mapas cadastrais, GPS, laser, radar, mapas topográficos, mapas de solos, dentre outros e diferentes escalas. O SIG, de acordo

com os mesmos autores, “é um sistema para capturar, armazenar, integrar, manipular, analisar, e apresentar dados que são referenciados na Terra” (Op. cit., 2001).

Este artigo trata de uma experiência usando a ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas) para analisar o processo de diminuição de áreas verdes e o conseqüente surgimento do ambiente construído nas adjacências da avenida São Rafael em Salvador-BA. Esse estudo permitiu mostrar como o SIG auxilia a detecção das transformações da paisagem nos processos de expansão urbana, ao longo de várias décadas, fornecendo dados de natureza qualitativa e quantitativa para a análise da paisagem urbana. Enfatiza-se que este artigo é resultado de parte de um trabalho de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana da Universidade Federal da Bahia.

## 2 – Delimitação da área de estudo

Qualquer pesquisador que necessite trabalhar com a realidade dos bairros da cidade de Salvador enfrentará um sério problema, que é delimitá-los. Pois, em qualquer órgão oficial ou não oficial da cidade não existe uma delimitação geográfica dos mesmos. Diante desta realidade, cabe ao pesquisador trabalhar com Setores Censitários, ZI's (Zonas de Informação) ou RA's (Regiões Administrativas) ou finalmente, utilizar o esforço e o bom senso, explicando o porque de se trabalhar utilizando o determinado procedimento de delimitação.

A avenida São Rafael está inserida no Miolo da cidade. O Miolo de Salvador é assim denominado desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (FERNANDES, 1992), da década de 1970. A região é denominada miolo por se situar geograficamente na parte central do município de Salvador. Possuindo cerca de 115 km<sup>2</sup>, está entre a BR-324 e a avenida Paralela, estendendo-se desde o bairro de Pernambuco (Invasão Saramandaia) até o limite norte do município.

A área do Miolo é muito extensa e sofreu um incremento na ocupação do solo muito grande em relação a outras áreas da cidade. O Miolo abrange vários eixos vetores da cidade representados por avenidas importantes, sendo a avenida São Rafael uma das mais relevantes por atravessar áreas relativamente novas na cidade. Pode-se dizer que a avenida foi responsável pela intensa transformação da paisagem local, ao longo de quatro décadas, e, por esse motivo, foi eleita como a área de estudo da pesquisa que resultou neste artigo. A área de estudo apresenta, desde a origem da avenida São Rafael, um crescente processo de uso e ocupação do solo dividido em ocupação habitacional, institucional e comercial. Apesar disso, ainda possui um alto índice de áreas verdes, comparando com a realidade atual da cidade de Salvador e, por isso mesmo, merece que se façam estudos para subsidiar o planejamento dessas áreas verdes remanescentes, preservando a paisagem natural tão necessária à qualidade ambiental satisfatória.

A delimitação da área de estudo abrange toda a avenida São Rafael e adjacências, estendendo-se por um trecho que vai além da avenida Gal Costa, encontrando uma parte do bairro de Sussuarana, totalizando uma área de 2,78 km<sup>2</sup>. A Figura 1 mostra o polígono que delimita a área de estudo mostrando a avenida cortando centralmente a área.

## 3 – A utilização do SIG e a análise da área de estudo, de 1959 a 2002

A metodologia deste trabalho consistiu em utilizar a tecnologia de geoprocessamento (Sistema de Informações Geográficas – SIG) através de fotografias aéreas das cinco últimas décadas para quantificar a diminuição das áreas verdes e o crescimento do ambiente construído.

Para visualizar espacialmente e quantificar as informações, foram utilizadas fotografias aéreas de 1959 (tomadas pela empresa Petrobrás), além de fotografias de 1976, 1980, 1989, 1992, 1998 e 2002 (executadas para a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

– CONDER). Para o georreferenciamento das fotografias (técnica de atribuir coordenadas reais às imagens), utilizou-se o *software* ARCGIS MAP 8.3<sup>®</sup>, tomando como referência a base cartográfica do Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador – SICAR (1992) e para a composição (vetorização) dos temas (*shapes*) foi utilizado o *software* ArcView 3.2a<sup>®</sup>. Depois das magens georreferenciadas, foram quantificadas as áreas verdes representadas na Figura 1.

Classificando as legendas de cada tema, consegue-se as respostas que podem ser observadas nos *layouts* das Figuras 2 a 8 e suas respectivas análises da evolução do crescimento urbano.

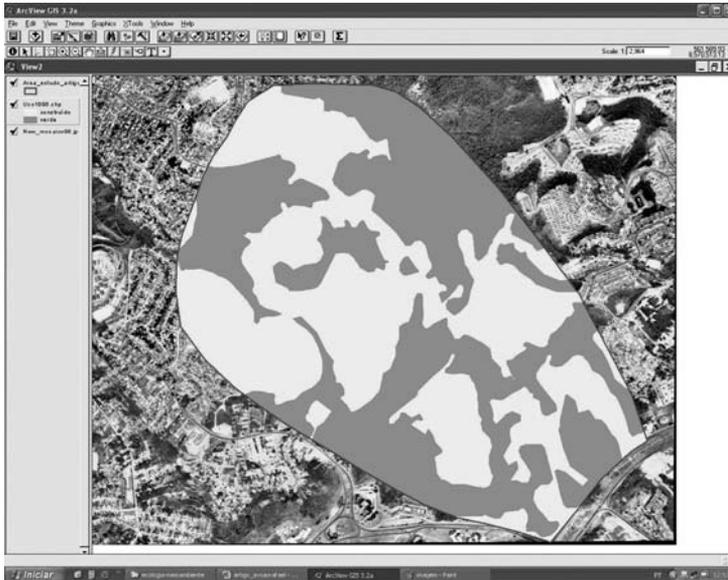


Figura 1: Visualização das áreas verdes remanescentes na área de estudo em 2002

Fonte: CONDER, voo de 2002

De acordo com os dados da Figura 2, pode-se observar que, no ano de 1959, ainda não existia a construção de edificações relevantes nem estradas pavimentadas. A localidade era caracterizada por uma vegetação densa (primária) e por pequenas vias não pavimentadas e algumas edificações de pequeno porte. A avenida São Rafael ainda não estava implantada, embora o processo de antropomorfização da paisagem já esteja evidente.

Analisando a Figura 3, percebe-se que, no ano de 1976, a vegetação densa ainda predominava e a avenida São Rafael já estava construída. A área do polígono de número 1 identificado na foto mostra o trabalho de terraplanagem para a futura construção do Conjunto Habitacional Recanto das Ilhas e os polígonos 2 e 3 determinam o desmatamento e terraplanagem para futuras construções não identificáveis.

Até meados de 1970 do século XX, a paisagem verde ainda era predominante e o processo de ocupação do solo ainda se fazia em ritmo lento. Este recebe um impulso na década seguinte, como mostra a Figura 4.

Na Figura 4 percebe-se a iniciativa de construções mais relevantes. Na área do polígono de número 4, inicia-se a terraplanagem para a construção de um departamento da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco – CHESF. No polígono 5 detecta-se a terraplanagem para a construção do Conjunto Habitacional Colinas de Pituaçu. Na área do polígono 6, identifica-se a construção da rótula que faz a interligação entre a avenida São Rafael, a avenida São Marcos e a Via Regional (atual bairro Nossa Senhora da Vitória). E na área 7, vê-se a construção do Hotel Le Royale.

Percebe-se na Figura 5, que a construção dos conjuntos habitacionais já citados foram concluídas. No polígono 2 surgem novos conjuntos habitacionais denominados Vivendas dos Pássaros,

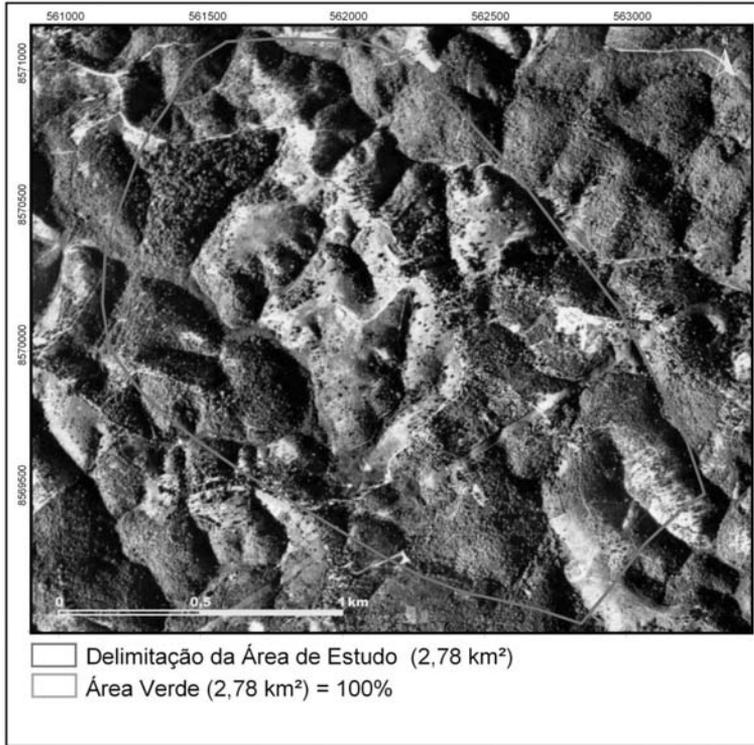


Figura 2: A área de estudo em 1959  
Fonte: Petrobrás, voo de 1959

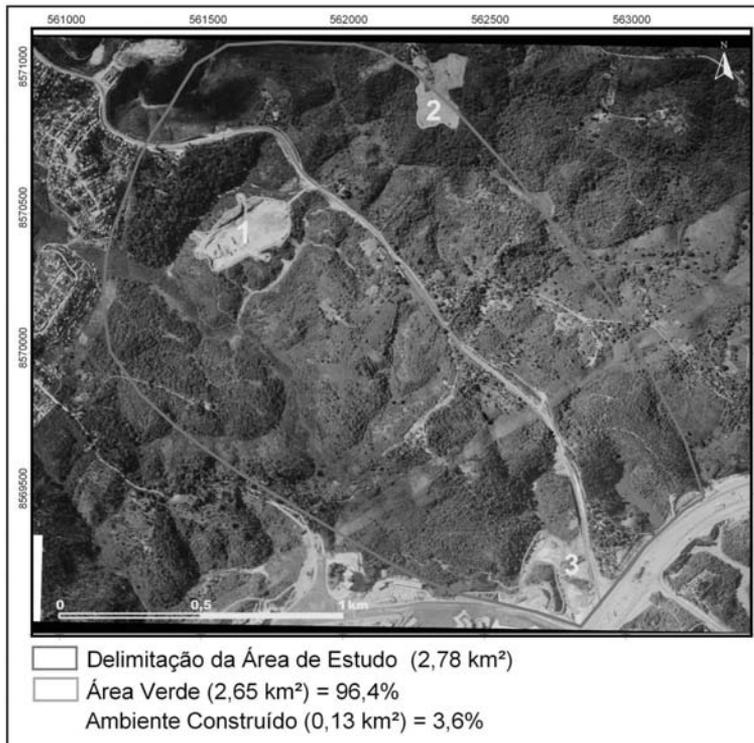


Figura 3: A área de estudo em 1976  
Fonte: CONDER, voo de 1976

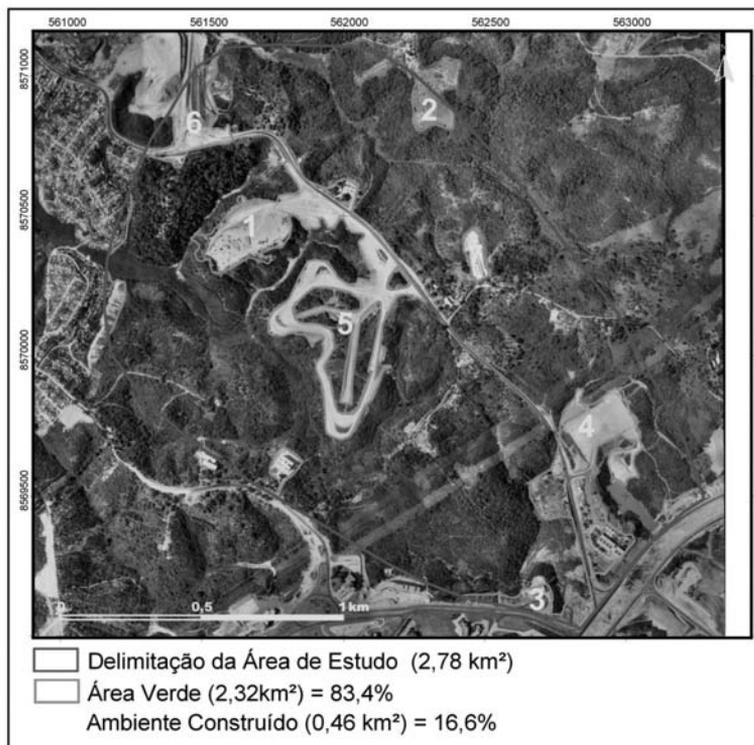


Figura 4: A área de estudo em 1980  
Fonte: CONDER, voo de 1980

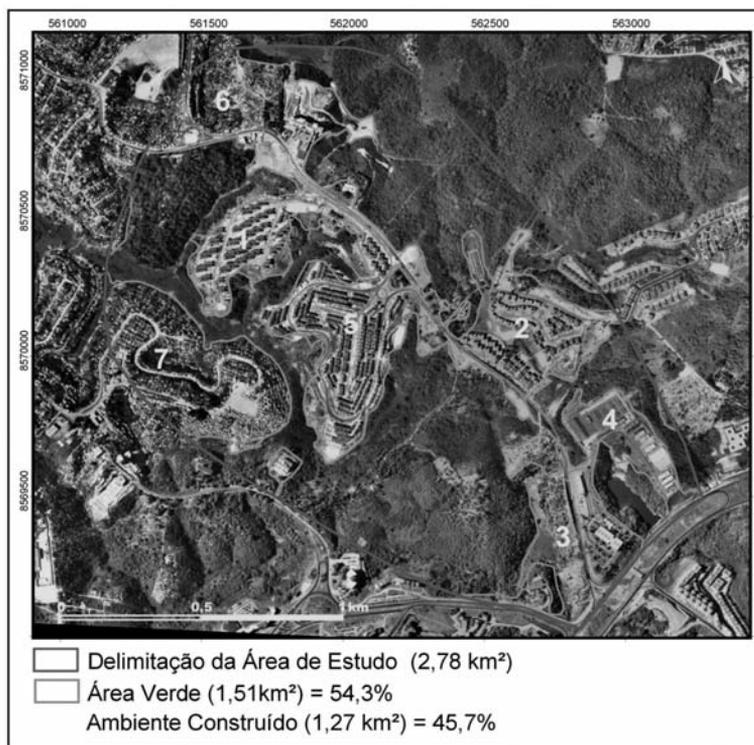


Figura 5: A área de estudo em 1989  
Fonte: CONDER, voo de 1992

Moradas do Campo e uma parte do Conjunto Vale dos Lagos. No polígono 6 é construído o Hospital São Rafael. Também nos polígonos 6 e 7, percebe-se um crescente processo de ocupação espontânea. Embora dominante, o verde começa a sofrer reduções mais drásticas com a construção de extensas áreas residenciais e de equipamentos urbanos.

Analisando a Figura 6, percebe-se que no polígono 8 é construído um condomínio de maior porte que os demais denominado Bosque Imperial. Isso determina que o crescimento vertical de maior porte é resultante de maior valorização da terra.

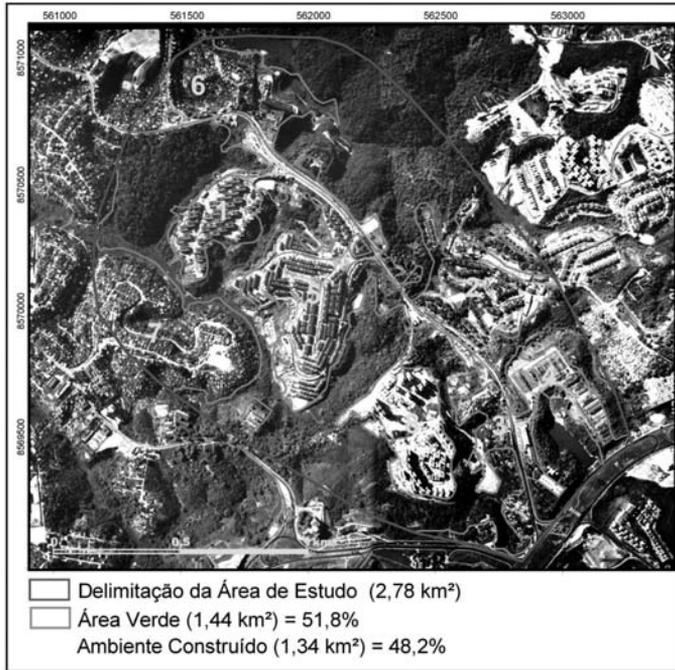


Figura 6: A área de estudo em 1992  
 Fonte: CONDER, voo de 1992

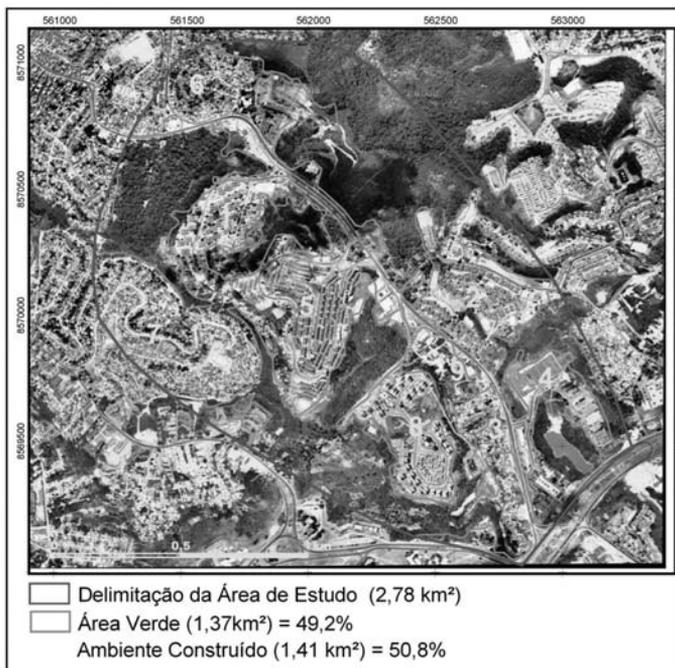


Figura 7: A área de estudo em 1998  
 Fonte: CONDER, voo de 1992

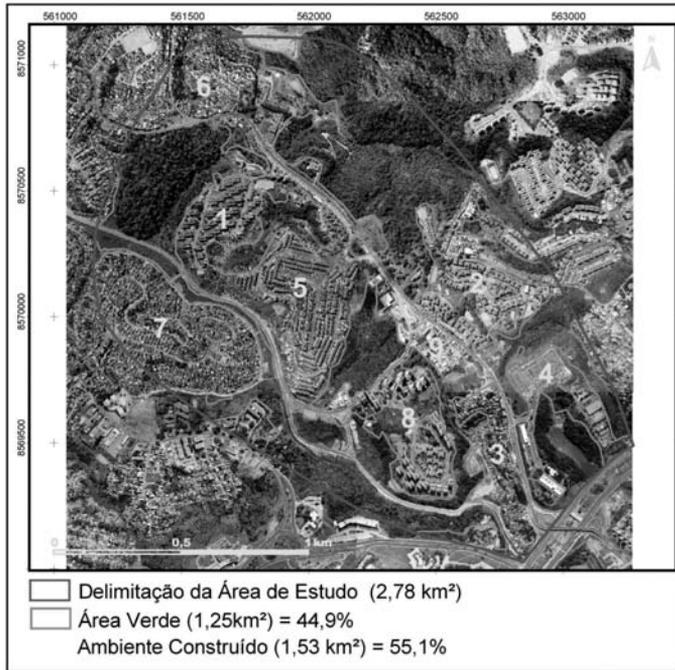


Figura 8: A área de estudo em 2002  
 Fonte: CONDER, voo de 2002

Comparando as Figuras 6 e 7, percebe-se um aumento do ambiente construído caracterizado por ocupação espontânea, principalmente nas partes de encostas. E no polígono 9 da Figura 7 são construídos dois shopping centers (Ponto Alto I e II), um supermercado e um posto de gasolina. São equipamentos que dispõem de serviços (correios, farmácias, dentre outros) fundamentais para a demanda local.

A Figura 8 representa a fotografia mais atual do acervo. Percebe-se que entre as áreas dos polígonos 1 e 7 foi construída a avenida Gal Costa, uma avenida de vale que faz a ligação entre a avenida Luís Eduardo Magalhães (ou avenida Paralela) e a BR-324. Ressalta-se também que, as localidades de ocupação espontânea são presentes tanto em setores que já começaram sem planejamento quanto em áreas que tinham o objetivo ser planejadas e melhor estruturadas, como exemplo das encostas dos conjuntos habitacionais.

## Resultados e conclusões

De acordo com a realidade local da área de estudo deste artigo, é notório o processo de diminuição de áreas verdes (observado na Tabela 1). Praticamente a metade da área de estudo foi destituída do verde original para dar lugar à paisagem edificada. Isso demonstra de certa forma como os investimentos imobiliários e a demanda por equipamentos urbanos têm sido mais privilegiados e como as áreas verdes têm sido preteridas de uma forma desoladora sem se prestar atenção no seu valor ambiental e paisagístico.

Apesar disso, a área ainda possui um alto índice de áreas verdes naturais, comparando-se com a realidade atual da cidade de Salvador em sua totalidade. Devem ser considerados mais estudos em caráter urgente sobre as áreas verdes remanescentes para planejar melhor o que deve ser suprimido para construções e o que deve ser mantido e preservado, dando ênfase ao potencial paisagístico do local que reserva uma topografia singular e merece um cuidado maior nos projetos de urbanização no sentido de destacar as áreas verdes como elementos de qualificação do ambiente urbano.

ANO	TIPO	Área (km <sup>2</sup> )	Porcentual
1959	Área Verde	2,78	100%
	Ambiente Construído	0	0%
1976	Área Verde	2,65	96,40%
	Ambiente Construído	0,13	3,60%
1980	Área Verde	2,32	83,40%
	Ambiente Construído	0,46	16,60%
1989	Área Verde	1,51	54,30%
	Ambiente Construído	1,27	45,70%
1992	Área Verde	1,44	51,80%
	Ambiente Construído	1,34	48,20%
1998	Área Verde	1,37	49,20%
	Ambiente Construído	1,41	50,80%
2002	Área Verde	1,25	44,90%
	Ambiente Construído	1,53	55,10%

**Tabela 1: Evolução do processo de redução das áreas verdes na área de estudo**

Atualmente, para analisar espacialmente as questões urbanas as ferramentas de geoprocessamento são fundamentais. O SIG tem se mostrado uma ferramenta útil, pois além de obter dados importantes sobre a paisagem urbana, os resultados conseguidos são passíveis de atualizações permanentes. No caso deste trabalho a utilização do SIG atendeu satisfatoriamente ao objetivo estabelecido de analisar o processo de uso e ocupação do solo e sua influência sobre a diminuição das áreas verdes nas proximidades da avenida São Rafael.

Constata-se pela análise temporal das fotos que o sítio já possuía uma tendência de urbanização, mesmo antes da implantação da avenida São Rafael. Porém as mais drásticas mudanças na paisagem foram provocadas, após a construção da avenida, pois esta possibilitou o acesso à área, ligando-a a outras áreas importantes de Salvador.

Como a tendência de crescimento da cidade continua invadindo o Miolo, até porque este ainda apresenta extensas áreas não ocupadas, a área de estudo que abrange a avenida São Rafael torna-se um importante elemento do Miolo para estudos de planificação urbana e de monitoramento das áreas verdes, sob pena do desenfreado processo de ocupação vir a dizimar, em pouco tempo, o que resta de paisagem verde.

## Bibliografia

- CIRILO, José A.; MENDES. *Geoprocessamento em recursos hídricos – Princípios, integração e aplicação*. Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, 2001.
- FERNANDES, R. B. *Periferização sócio-espacial em Salvador: Análise do Cabula, uma área representativa*. Salvador, 1992.
- FERNANDES, Rosali B. Processos recentes de urbanização em Salvador: O Miolo, região popular e estratégica da cidade. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, 523, 20 de julio de 2004.
- FERRARI, Célson. *Curso de planejamento municipal integrado – Urbanismo*. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- SALVADOR. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – *Plano de ocupação para a área do miolo de Salvador*. Salvador: Secretaria de Planejamento Municipal, 1985.
- SOUZA, Ângela Gordilho: *Habitar contemporâneo: Novas questões no Brasil nos anos 90*. Salvador: FAUUFBA, 1997.

# A PAISAGEM DAS ÁGUAS: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS COMO SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA AS MARGENS DOS RIOS POTI E PARNAÍBA E SEU ENTORNO (TERESINA-PI).

*WATERSCAPE: USERS PERCEPTIONS AS A TOOL FOR THE DEVELOPMENT OF URBAN GUIDELINES AT POTI AND PARNAÍBA'S RIVERBANKS AND SURROUNDINGS*

## **MATOS, Karenina Cardoso**

Arquiteta, professora mestre do Departamento de Construção Civil e Arquitetura, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Piauí-CT/ UFPI.

E-mail: karenina@ufpi.br

## **VELOSO, Maísa Dutra**

Arquiteta, professora doutora do PPGAU/UFRN – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia.

E-mail: maisaveloso@uol.com.br

## **RESUMO**

Partindo do pressuposto de que as águas têm grande poder de atração sobre as cidades e seus usuários, a pesquisa busca analisar as relações entre a paisagem das águas e Teresina, considerando quatro eixos conceituais: a paisagem das águas, a percepção dos usuários, os rios como linhas de força e a força de atração através dos elementos naturais, construídos e simbólicos da paisagem.

Os eixos estruturadores permitiram a leitura dos cenários, conforme a área delimitada que compreende os dois núcleos originais da cidade: o bairro Poti Velho e o centro de Teresina, de modo a descortinar aspectos visíveis e/ou não visíveis, valorizados ou não, com vistas a proporcionar subsídios para a formulação de diretrizes e intervenções de planejamento urbano de Teresina, especificamente na região ora em estudo.

Os elementos foram revelados de tal forma que caracterizam, hoje, a desvalorização dos rios diante das condições paisagísticas, geográficas, econômicas, culturais e ambientais analisadas; potencialidades existem, entraves e ameaças também são verificadas quanto à estrutura paisagística e à qualidade de vida da população ribeirinha; encontros e desencontros são percebidos na paisagem das águas. Entretanto, espera-se que este trabalho constitua um referencial a ser utilizado nas propostas de políticas públicas de urbanização da cidade viabilizando o reencontro de Teresina com seus rios a partir da percepção dos elementos que contextualizam a sustentabilidade adequada ao homem e ao ambiente em toda a sua plenitude de viver.

**Palavras-chave:** Paisagem, percepção, linha de força, força de atração.

## **ABSTRACT**

*Assuming that waters have a strong power of attraction on the cities and their users, this research tries to assess the relation between the water landscape and Teresina city, regarding four conceptual axes: the water landscape, the perception of the users, the rivers as strength lines and the power of attraction through natural, constructed and symbolic elements of the landscape.*

*The structuring axes enabled the reading of the sceneries, according to the delimited area which comprises two original nuclei of the city: bairro Poti Velho and the center of Teresina, in such a way as to show visible and/or non-visible, valued or nonvalued aspects, so as to provide subsidies for the designing of guidelines and interventions of urban planning of Teresina city, more particularly in the region being studied.*

*The elements were revealed, characterizing today the depreciation of the rivers within the landscaping, geographic, economical, cultural and environmental conditions analyzed; there are also obstacles and threats to the landscaping structure and the quality of the riverside population;*

*convergences and divergences can be noticed in the water landscape. However, this work is expected to constitute a referential to be used in proposals of public policies of urbanization of this city, enabling Teresina to "meet" its rivers again from the perception of the elements contextualizing the suitable sustainability for the man and for the environment in all regards of life.*

**Key words:** *Landscape, perception, strength lined, power of attraction.*

## Introdução

Historicamente, as águas sempre exerceram poder de atração sobre as cidades e seus usuários. A sede das cidades era geralmente fundada no litoral ou nas margens de rios ou lagoas. Ainda que a paisagem das águas fosse posteriormente esquecida, o marco inicial das cidades permanece, de certa forma, a elas vinculado. Mas, em muitos casos, esses locais antes privilegiados e, na maioria das vezes, estruturadores da ocupação e do crescimento da cidade, agora são atualmente pouco valorizados e/ou percebidos. Esse é o caso de Teresina, no estado do Piauí, cuja origem está diretamente vinculada à presença dos rios que a cortam (Figura 1).

A escolha do tema sobre a paisagem das águas<sup>1</sup> e seus elementos de composição foi decorrência da constatação da importância da paisagem dos rios Poti e Parnaíba para Teresina. São eles os dois rios urbanos que cortam e delimitam a cidade, passando por grande parte dos bairros e participando, ora ativamente, ora passivamente, do cotidiano da cidade. Também foi fator relevante para a escolha do tema, a carência de estudos acadêmicos sobre a importância desses rios para o planejamento urbano de Teresina, apesar do surgimento recente de planos (estratégias) e projetos (construções) isolados de atuação do poder público e da iniciativa privada, como também, intervenções não planejadas (até mesmo irregulares) promovidas pela própria população ribeirinha residente na área.

Ressalte-se que, nesse trabalho, a paisagem das águas não se refere aos rios Poti e Parnaíba como principal ou único elemento a ser estudado, mas sim, à paisagem cultural das águas, resultado das *"inter-relações entre as intenções humanas e os processos naturais"* (COSTA; MONTEIRO, 2002, p. 291). Ou seja, a paisagem das águas se refere à *"inserção paisagística das águas nas cidades"* (COSTA; MONTEIRO, 2002, p. 291). Nesse contexto, a pesquisa pretende dar visibilidade aos rios Poti e Parnaíba e integrá-los aos outros elementos da paisagem como premissas do projeto urbano. Assim, o objeto do estudo não é o rio, mas a paisagem ribeirinha; ou melhor, é o estudo da paisagem na sua complexidade natural-construída-simbólica, considerando a relevância dos processos naturais, mas reconhecendo o seu valor como paisagem cultural.

Nas últimas décadas, a ocupação das margens desses rios não se deu de forma articulada e equilibrada, e sim, ameaçando o meio ambiente e desvalorizando o potencial paisagístico do local (atualmente, pouco reconhecido e explorado). Pode-se dizer que, a cidade, hoje, *"dá as costas para seus rios"*: a população pouco percebe e/ou valoriza esses elementos fundamentais da paisagem local e os rios, geralmente, não são devidamente considerados no processo de planejamento urbano da cidade.

Assim, a percepção dos usuários, sejam permanentes ou transitórios, é importante para uma intervenção integrada na cidade, pois são eles que indicam as formas pelas quais aquele ambiente pode ser interpretado para ser valorizado e vivido de maneira mais intensa. Segundo Machado (1999, p. 99):

*"É inegável que há uma profunda diferença entre cenário descrito e estudado, e um cenário experienciado e vivido. É a familiaridade em relação a tudo o que existe na paisagem que lhe confere um significado especial; onde os habitantes vivem, se movimentam e se relacionam entre si e com a paisagem."*

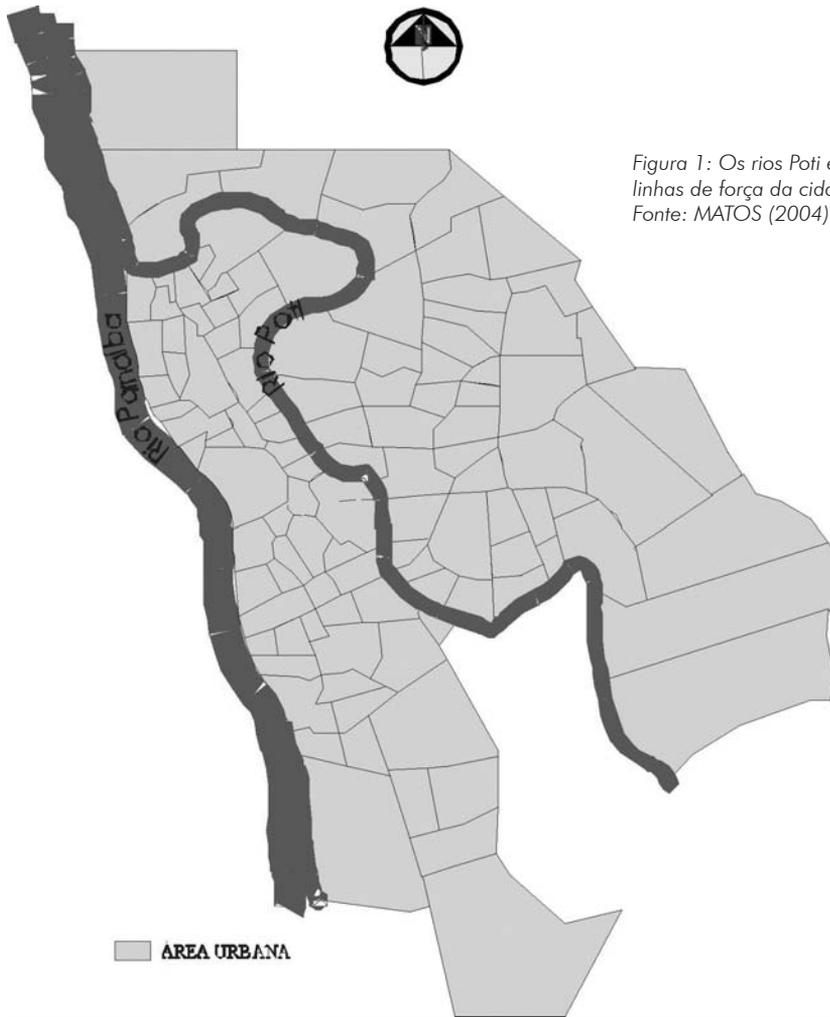


Figura 1: Os rios Poti e Parnaíba como linhas de força da cidade de Teresina  
Fonte: MATOS (2004)

Nesse sentido, os moradores e as pessoas que trabalham na região tendem a perceber a paisagem de forma diferenciada daqueles que esporadicamente vão ao local. Valorizar o que é percebido, feito ou utilizado no dia-a-dia é tão importante quando a descoberta de outros elementos que, a princípio, não são tão destacados por aqueles que têm seu contato diário. Na realidade, são percepções diferentes que refletem o grau de expectativas de cada categoria, chamando atenção daquilo que já faz parte do cotidiano ou daquilo que é novidade.

Considerando a importância dos rios Poti e Parnaíba para Teresina (como linhas de força da paisagem) e considerando a importância da percepção dos usuários para a formulação de estratégias de planejamento urbano, a pesquisa desenvolveu-se tendo como base as seguintes perguntas de partida:

Por que a percepção dos usuários não é considerada para a conservação e valorização da paisagem no planejamento urbano? É de fato possível integrar a percepção dos usuários nos processos de planejamento urbano e desenho urbano? Se afirmativo, quais os benefícios e quais os obstáculos/limites de se considerar a percepção dos usuários nesses processos?

Os rios Poti e Parnaíba exercem para as áreas ribeirinhas de Teresina a função de linha de força da paisagem? De que maneira os rios, enquanto elementos da paisagem, são percebidos em

Teresina pelos usuários, pelo poder público (quando formula o planejamento urbano) e pelos arquitetos e urbanistas (quando estudam e planejam o desenvolvimento urbano)?

Será que os rios Poti e Parnaíba exercem a força de atração? Que aspectos da paisagem dos rios são considerados e/ou valorizados?

Para responder a essas indagações, e considerando o objeto demarcado, o estudo tem o seguinte objetivo principal: a partir da investigação sobre as intervenções localizadas entre os bairros Poti Velho e Centro da cidade feitas pelo poder público, pela iniciativa privada e pela população, e, principalmente, com base na percepção e na avaliação dos usuários da área, identificar os principais problemas e potencialidades da paisagem das margens dos rios Poti e Parnaíba, de modo a fornecer subsídios/diretrizes para projetos de intervenções no local, que visem reintegrá-los à imagem (positiva) da cidade. Implicitamente, o trabalho é uma reflexão acerca da importância da paisagem dos rios para o planejamento urbano da cidade de Teresina.

*“Porém, se compreendermos os princípios que fundamentam o comportamento das cidades, poderemos aproveitar-nos de vantagens e pontos fortes potenciais, em vez de atuarmos contrariamente a eles. Primeiro precisamos definir que resultados genéricos desejamos – o que saberemos ao descobrir como transcorre a vida na cidade.”* (JACOBS, 2000, p. 153)

Assim, seguindo a mesma idéia de Jacobs (2000, p.153), para alcançar o objetivo principal, é necessário alcançar dois objetivos intermediários: (a) considerando os rios Poti e Parnaíba linhas de força da paisagem, fazer a leitura da paisagem *“do modo como percebem seus habitantes”* (LYNCH, 1997, p. 3), isto é, identificar os principais elementos da paisagem a partir da percepção dos usuários (paisagem revelada); e (b) considerando a paisagem revelada e a força de atração dos elementos da paisagem ribeirinha, *“ver as formas ocultas na vasta extensão das nossas cidades”* (LYNCH, 1997, p. 14), isto é, descortinar a paisagem complexa, interpretando a leitura aparente dando-lhe rigor e clareza, explicando as inter-relações dos elementos da paisagem entre si e dos elementos da paisagem com os usuários (paisagem oculta).

## Eixos conceituais

A pesquisa foi estruturada a partir de quatro eixos conceituais: paisagem, percepção, linha de força e força de atração.

Sobre os conceitos de paisagem e de percepção há uma vasta literatura. Na presente pesquisa, considera-se que a distinção entre esses dois conceitos é meramente didática, pois a paisagem necessariamente precisa ser percebida, assim como a percepção é sempre o entendimento de algo (natural ou construído); ou seja, a paisagem é sempre a imagem de algo que foi percebido. Partindo desse ponto, a indissociabilidade entre percepção e paisagem, deve-se, então, considerar a paisagem, tanto em seus aspectos subjetivos, como objetivos. A paisagem pode ser objeto de várias percepções e, em especial, daquelas relacionadas aos usuários, geralmente esquecidas no momento da formulação do planejamento urbano.

Como instrumento para observação dos elementos da paisagem, fez-se uso do conceito de linha de força, elaborado por Cullen (1993), adotado no Brasil por Sá Carneiro e Mesquita (2000).

Por fim, nessa pesquisa, desenvolveu-se a idéia de força de atração; segundo o qual um determinado elemento da paisagem serve como magneto que atrai ou repele outros elementos da paisagem, conforme o caso.

## Delimitação do objeto

O presente trabalho tem como objeto a paisagem das águas, a partir, sobretudo, da percepção dos usuários da cidade. Para tanto, partiu-se de três recortes metodológicos: (a) um recorte espacial, (b) um recorte temático; e (c) um recorte teórico metodológico.

No recorte espacial, a área de estudo compreende desde a ponte Mariano Gayoso<sup>2</sup>, próxima à confluência dos rios Poti e Parnaíba, estendendo-se por toda a faixa ribeirinha até a ponte da Amizade<sup>3</sup>, no limite sul do núcleo original da cidade. Ela abrange, assim, os dois núcleos originais da cidade: a barra do Poti<sup>4</sup>, no início do século XVIII, e a chapada do Corisco<sup>5</sup>, sede da capital da província desde 1852<sup>6</sup>. A antiga sede da Vila do Poti estava próximo à confluência dos rios Poti e Parnaíba (na barra do Poti); mas, para evitar as enchentes, ela foi transferida para outro local mais alto (na chapada do Corisco), ainda nas margens do rio Parnaíba.

Nesse trecho em estudo, os rios Poti e Parnaíba são acompanhados pela rua Des. Flávio Furtado e pelas avenidas Boa Esperança e Maranhão (Quadro 1). As três vias seguem o mesmo prolongamento (sempre margeando os rios), mudando de denominação à medida que percorrem os diferentes bairros da área demarcada (ou seja, as três vias correspondem a apenas uma linha viária “repartida” em três trechos com denominações diferentes).

	Cenário	Cenário	Cenário
Síntese das principais características	Cultural e gastronômico	Ambiental e sustentável	Histórico e comercial
Principal via	Rua Flávio Furtado	Avenida Boa Esperança	Avenida Maranhão
Limites	Ponte Mariano Gayoso e parque ambiental Encontro dos Rios	Parque Ambiental Encontro dos Rios e Parque Ambiental Rio Parnaíba	Parque Ambiental Rio Parnaíba e Ponte da Amizade
Bairros (unidade territorial-administrativa da prefeitura)	Poti Velho e Olarias	Olarias, São Joaquim, Matadouro	Acarape, Pirajá, Matinha e Centro
Rios	Rio Poti	Rio Parnaíba	Rio Parnaíba

**Quadro 1: Síntese dos cenários**

No recorte temático, foram estudadas as relações entre paisagem e usuários da cidade, a partir da percepção destes últimos. No recorte teórico, foram utilizados como referências principais os estudos de Lynch (1997), Cullen (1983) e Tuan (1980), e, em especial, os conceitos de linha de força e de força de atração da paisagem.

Para o desenvolvimento desse trabalho, fez-se uso de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Na pesquisa empírica, foram feitas visitas e observações *in loco*, bem como, aplicados formulários e realizadas entrevistas a diversos usuários da área em estudo, seguindo roteiros direcionados. A pesquisa empírica objetivou identificar a percepção que diversos segmentos da sociedade tinham da paisagem da área demarcada, particularmente a percepção feita pelos usuários.

A leitura dos cenários foi feita, a partir da percepção dos usuários quanto ao seu cotidiano na vivência do espaço delimitado para essa pesquisa, bem como, da percepção da pesquisadora na verificação dos elementos quando compõem a linha de força do respectivo espaço, o que se denominará de paisagem revelada. Num segundo momento, a leitura foi feita pelo observador (pesquisador), considerando a paisagem oculta, aquela direcionada para o objetivo específico, que é a interpretação dos elementos identificados na paisagem e suas inter-relações quanto ao poder de atração e repulsão dos rios e quanto aos elementos entre si. Essa leitura, fundamental para a pesquisa, visou, sobretudo, a necessidade de se transferir “o olhar” para a manutenção, valorização e preservação da área, a fim de que essas paisagens sejam descortinadas de forma planejada e organizada.

## Um olhar para os mapas e a legibilidade da cidade

Existem várias maneiras de começar a conhecer as cidades, uma delas é através dos mapas. Os mapas são uma fonte de comunicação visual capaz de representar idéias através de desenhos, símbolos e letras.

Olhando o mapa de Teresina e percorrendo a cidade, percebe-se que os rios são elementos marcantes da cidade, ora como marco<sup>7</sup> simbólico, ora como limite<sup>8</sup>, ora como via<sup>9</sup> e ora como pontos nodais<sup>10</sup>. Segundo Lynch (1997, p. 134), os elementos configurados do espaço permitem ao observador uma sensação de segurança, pois precisamos “*de um ambiente que não seja simplesmente organizado, mas também poético e simbólico*”. A legibilidade é um dos principais indicadores da boa imagem da cidade e conseqüentemente da valorização dos rios e seu entorno.

Os rios para serem percebidos precisam estar bem definidos tanto em planta (mapas) quanto na paisagem da cidade. Torná-los visível é fundamental para a auto-estima da cidade e preservação dos recursos hídricos, bem como seu aproveitamento para utilização do lazer contemplativo, esportivo, pesca, etc.

Os rios são considerados aqui como o elemento visual e paisagístico que permite e facilita a leitura da cidade, na medida que, a sua linha atravessa a cidade, e que atraiu e atrai outros elementos simbólicos, construídos e naturais.

Considerar a margem dos rios urbanos como espaço livre e público e incluí-la no planejamento urbano da cidade são iniciativas que devem ser tomadas para que ocorra a requalificação urbana desses espaços, onde a legibilidade (LYNCH, 1997) e a linha de força (CULLEN, 1993; SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000) possam ajudar no exercício de se tentar compreender as complexidades das paisagens da cidade.

O estudo sobre os rios em Teresina como linha de força na paisagem poderá transformar esse elemento natural em elemento indispensável para o planejamento urbano da cidade, em um elemento legível, bem como influenciar na auto-estima da população e na imagem da cidade.

Outros fatores, conforme mostra Calvino (1990), ajudam a entender a cidade e suas paisagens, na medida, que são reconhecidos seus valores: históricos, econômicos, ambientais, culturais, paisagístico e social. Essa área permite passear por Teresina e conhecer um pouco de suas particularidades entendendo que:

*“a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradeiras, entalhes, enroladuras.”*(CALVINO, 1990, p. 14-15).

## Conclusão

A partir do olhar sobre o encontro dos rios Poti e Parnaíba com a cidade, algumas causas de desencontros foram observadas, no caminho da paisagem das águas. Com base nas análises, também foram identificados potenciais que, se devidamente explorados, podem levar ao reencontro de Teresina com seus rios.

Assim, essa pesquisa procurou identificar a importância da paisagem das águas para Teresina, a partir da análise realizada no trecho compreendido entre dois marcos construídos e simbólicos – a Ponte Mariano Gayoso e a Ponte da Amizade. Tomou-se como ponto de partida o conceito de linha de força e os rios Poti e Parnaíba foram identificados na paisagem de Teresina como marco simbólico e estrutural da paisagem. Também foi utilizado o conceito de força de atração que estabelece, na paisagem das águas, relações de atração e repulsão entre os elementos naturais, construídos e simbólicos, como os rios, as lagoas, os parques ambientais, as praças, as oficinas cerâmicas, as olarias, os cais, as pontes, o aqueduto, as edificações históricas, as ocupações em área de risco, o comércio, as enchentes, etc.

Para as análises, fez-se uso de duas estratégias para leitura da paisagem: a paisagem revelada e a paisagem oculta. Assim, considerando os resultados das análises dos três cenários, percebe-

se que a “riqueza” paisagística de cada bairro estudado encontra-se principalmente na margem dos rios. Apesar das diferenças de atividades e de usos, a leitura indica que nos três cenários não são valorizados os rios Poti e Parnaíba, como elementos de planejamento urbano ou paisagístico. Os rios são percebidos como elementos isolados, ora como fator atraente (olarias, cerâmicas, parques ambientais e hortas comunitárias), ora como fator de repulsão (enchentes e poluição). Ressalta-se, apenas, a valorização dada aos rios na escolha do local para o desenvolvimento da cidade e do primeiro plano urbanístico, que os tinha como limites físicos para o traçado da nova cidade (1852). Faz-se, então, necessária a implementação de novas medidas, visando a reintegração dos rios à cidade.

Hoje, entretanto, os rios não representam a mesma força no processo de planejamento urbano, quando se observam as intervenções voltadas, especificamente, para as questões de transportes (linha do metrô, pontes e vias), sem considerar os aspectos de identidade, valorização e integração dos rios. As necessidades impõem os serviços a serem desenvolvidos pela cidade, entretanto, as propostas devem ser contextualizadas, de modo que os elementos identificadores de um lugar não percam a sua referência. A esse respeito exemplifica-se a integração harmônica da Ponte Metálica, da avenida Maranhão e do rio Parnaíba na mesma paisagem. Em contraste com as intervenções recentes, como os projetos da Ponte da Amizade e da linha férrea do metrô, que comprometem a visão da paisagem das águas.

Assim, em síntese, na área estudada percebem-se os seguintes problemas: (a) falta legibilidade da paisagem das águas; (b) o descaso com a paisagem natural resulta em degradação ambiental; (c) os efeitos das calamidades naturais, como as enchentes não são eficazmente controladas e prevenidas; (d) as regiões ribeirinhas carecem de espaços livres públicos adequados para o lazer e para a convivência; (e) a saturação do sistema viário, bem como a desorganização do comércio informal no centro; (f) a falta de condições de sustentabilidade ambiental, econômica e social nos cenários I e II; (g) o descaso com a preservação do patrimônio histórico e cultural.

O estudo também permitiu a identificação das principais necessidades e potencialidades da área: (a) a consideração da percepção dos usuários pode levar à formulação de políticas urbanas e sociais mais justas e eficientes; (b) o uso das praças, dos parques ambientais e das lagoas como espaços livres públicos, integrados com a paisagem dos rios, servindo não só como espaços de lazer e de convivência, como também elementos de redução dos efeitos do forte calor que predomina na cidade; (c) uma infra-estrutura viária como mecanismo de eliminar os entraves e as limitações das vias urbanas no escoamento de veículos, quer nas necessidades da própria zona, quer com a construção de vias expressas que permitam a interligação mais rápida da região central com outras zonas da cidade, considerando a paisagem de cada cenário; (d) o investimento nas atividades oleiras, cerâmicas, pesqueiras, gastronômicas, hortícola e turística, direcionadas para resultados ambientais, econômicos e sociais; (e) a revitalização do centro da cidade; (f) o resgate da história e a promoção dos valores culturais, contribuindo para o desenvolvimento da auto-estima dos cidadãos e sua re(identificação) com os elementos que deram origem à cidade.

Para solucionar esses problemas e para desenvolver as potencialidades da paisagem das águas, o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Teresina (Agenda 2015) reuniu vários projetos. Destacam-se: (a) o Projeto Lagoas do Norte, que beneficiará os cenários I e II, com infra-estrutura básica de lazer e melhora nas condições de transporte, saneamento básico e habitação; trata-se de um projeto de relevante impacto ambiental; (b) o Projeto Revitalização do Centro (dirigido para o cenário III); e (c) o Projeto Parques Ambientais, que pretende preservar a margem dos rios, ao tempo em que promove atividades de lazer; funcionam, pois, como atrativos de forma a propiciar o olhar para os rios, percebendo-os e valorizando-os.

Desta forma, considerando os resultados apresentados, e as indicações dos projetos citados, as sugestões a seguir são propostas de modo a oferecer subsídios para as diretrizes de intervenção na área estudada:

Cenário I, enfatizar a integração da história, cultura, religiosidade, pesca e cerâmica à paisagem das águas, criando: (a) museu aberto das origens; (b) passarela dos ceramistas; (c) corredor do pescado; e (d) jardim das esculturas.

Cenário II, enfatizar o desenvolvimento das atividades econômicas integradas à preservação ambiental na margem do rio Parnaíba e da lagoa dos Oleiros de forma sustentável, criando: (a) pátio dos oleiros; (b) corredor do pescado; e (c) áreas de lazer em substituição às ocupações de moradias em áreas de risco. É de real importância a promoção da educação e da consciência ambiental, do turismo e do lazer.

Cenário III, enfatizar a revitalização do centro histórico e comercial de forma integrada à paisagem do rio Parnaíba, com: (a) ordenação do centro histórico e comercial; (b) revitalização das praças como espaços de lazer; e (c) o resgate de marcos históricos e arquitetônicos.

Por fim, considerando todo o contexto da paisagem das águas, três aspectos devem ser enfatizados de modo a promover o desenvolvimento econômico e social da área: (a) dar legibilidade à paisagem dos rios; (b) oferecer proteção às áreas ribeirinhas contra enchentes; e (c) planejar uma malha urbana integrada e equilibrada, articulando todos os cenários. Para tais promoções sugere-se a criação de: (a<sup>1</sup>) passeios rodoviários e fluvial; (b<sup>1</sup>) a ampliação do dique; (b<sup>2</sup>) a ampliação do sistema de drenagem; e (b<sup>3</sup>) a promoção da ocupação sustentável das áreas de risco.

As intervenções devem ser precedidas de uma leitura adequada da paisagem onde se pretende intervir, considerando a diversidade de percepções dos atores envolvidos. Deve-se considerar, também, a linha de força como elemento referencial da paisagem. Para o planejamento deve-se integrar adequadamente os elementos naturais, construídos e simbólicos, considerando sempre a força de atração entre esses elementos. E isto deve ser feito sempre com muito cuidado, pois toda intervenção é modificadora, e, uma vez materializada no espaço, tem um certo poder de permanência.

É, então, a capacidade de perceber elementos constitutivos da paisagem que favorece a transformação desses elementos em marcos referenciais, caracterizadores de uma cidade. No caso de Teresina, a busca desses marcos pode conduzir ao reencontro dos rios, com os seus usuários e as suas inter-relações com a paisagem, pois somente quando as potencialidades do lugar forem descortinadas, conhecidas e declaradas, os planos urbanísticos poderão dar a sustentabilidade adequada ao contexto da cidade, transformando a imagem (negativa) de uma cidade fortemente caracterizada pelo calor para a imagem (positiva) de uma cidade “mesopotâmica”, vislumbrada pela beleza da paisagem de suas águas.

## Notas

- (1) Formam a paisagem das águas, além dos rios Poti e Parnaíba, um complexo de lagoas na zona norte e os espelhos d'água das praças Marechal Deodoro e Da Costa e Silva e dos outros elementos a eles relacionados.
- (2) A denominação oficial da Ponte Mariano Gayoso é Ponte Mariano Gayoso Castelo Branco. Neste trabalho, adotar-se-á a denominação não-oficial por ser a mais difundida.
- (3) A denominação oficial da Ponte da Amizade é Ponte José Sarney. Neste trabalho, adotar-se-á a denominação não-oficial por ser a mais difundida.
- (4) Próximo à Ponte Mariano Gayoso.
- (5) Próximo à Ponte da Amizade.
- (6) O povoamento da região iniciou-se no século XVIII. Em 1832, na barra do Poti, o povoado foi elevado à condição de vila (vila do Poti). Em 1851 a sede da vila do Poti foi transferida da barra do Poti para chapada do Corisco. Em 1852 a vila do Poti foi elevada à condição de capital da província, sendo denominada Teresina.
- (7) Marcos são “usados como indicadores de identidade, ou até de estrutura, e parecem tornar-se mais confiável à medida que o trajeto vai ficando cada vez mais conhecido” (LYNCH, 1997, p. 53).

- (8) Limites são “barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região da outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram” (LYNCH, 1997, p. 52).
- (9) Vias são “os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial” (LYNCH, 1997, p. 52).
- 10) “Pontos nodais são pontos, lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove” (LYNCH, 1997, p. 52).

## Bibliografia

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Lucia M.; MONTEIRO, Patrícia Maya. Rios urbanos e valores ambientais. In: DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org.). *Projeto do lugar: Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYNCH, Kelvin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Lucy Marion C. P. Paisagem valorizada. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (Org.). *Percepção ambiental: A experiência brasileira*. 2 ed.. São Paulo: Studio Nobel/Universidade Federal de São Carlos, 1999.

MATOS, Karenina Cardoso. *A paisagem das águas: A percepção dos usuários como subsídios para elaboração de diretrizes urbanísticas para as margens dos rios Poti e Parnaíba e seu entorno (Teresina-PI)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Grande do Norte, Natal, 2004.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, 1980.

# ARQUITETURA PAISAGÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIA – ESTUDO DE CASO: PRAÇAS DA CIDADE DE PELOTAS – 1860-1930

LANDSCAPE ARCHITECTURE: A STUDY ABOUT REPRESENTATION AND MEMORY CASE STUDY: SQUARES IN PELOTAS – 1860-1930

**MATTOS, Maria Regina de**

Arquiteta paisagista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre-RS.

E-mail: mmatos@pucrs.br

## RESUMO

Este trabalho dedica-se a apreciar o conceito de paisagem urbana, tentando desvendar as complexas tramas que envolvem as relações dos seres humanos com a natureza, bem como a construção da paisagem destes lugares.

Também o trabalho tem como objetivo o estudo dos principais espaços públicos urbanos, representados pelas praças centrais da cidade de Pelotas (1860 a 1930). Nesta época a crescente ocupação urbana, produzida pela prosperidade econômica, mudanças sociais e culturais, conduziram à organização espacial da cidade, representada pela malha urbana e edificações arquitetônicas. Os usos e as formas compositivas das praças em estudo, mantêm uma relação estrita, recíproca para a configuração de uma identidade urbana própria.

**Palavras-chave: Prosperidade, espaços públicos, natureza, apropriação.**

## ABSTRACT

*The analysis of the urban space concept that these areas embody, this study aims to understand the complex relationship between people and nature established in these spaces.*

*This investigation is to study the public urban areas that are represented by the squares located in the central area of the city of Pelotas (1860 and 1930). At that time, the economic prosperity provoked a significant urban growth, together with the spatial organization of the buildings and the streets helped to influence the final shape of the areas, and the consequent appropriation of these squares by the users.*

**Key words: Prosperity, public spaces, nature, appropriation.**

No final do século XIX, começo do século XX, o mundo passava por grandes transformações, advindas da era industrial, da descoberta de novas tecnologias, do crescimento exagerado dos núcleos urbanos, das mudanças de comportamento e de hábitos das populações que moravam nas cidades. Esses fatores vão refletir diretamente no desenho do espaço físico e do modo de habitar das cidades.

Espaços identificáveis e figurativos como as praças adquirem uma importância fundamental, como espaços de identidade para quem habita as cidades. Os centros urbanos foram desenhados segundo a ótica das pessoas que se deslocavam a pé e mais tarde de carro, percurso de zonas de compressão e de vazios, contraste entre espaços amplos e espaços delimitados, alternância de tensões e de tranquilidade. As praças tomam seu papel de importância como espaço físico, no momento em que são consideradas como ilhas de descompressão dentro do desenho urbano. Paulo Zucker<sup>1</sup> caracterizou-as como “*lugar de estacionamento psicológico dentro da paisagem cívica*”.

Como espaços de representação, as praças das cidades modernas têm um papel fundamental para o equilíbrio das pessoas, pois a natureza, agora distante, é reportada para esses espaços

de modo ordenado, domesticado, belo e sem os perigos da natureza selvagem. A natureza transportada para os jardins das praças, numa representação simbólica, pode ser usufruída pelo homem, mas como algo impalpável, invisível, não materializado como se estivessem no “Jardim do Éden”. O homem tem procurado a simbologia do ambiente natural de forma constante nos seus sonhos, como um mundo ideal, e a construção desse mundo ideal é uma questão de remover os defeitos do mundo real, criando “ilhas” dentro da malha urbana. As árvores guardam, no seu interior, os mistérios da natureza, que não podem ser desvendados totalmente.

A paisagem não é estática, pois todos os elementos nela contidos se modificam constantemente, ou pela ação do tempo, ou pelo homem. Um território é formado por um número infinito de paisagens facilmente justapostas, e a essas paisagens conferimos um determinado significado estético, cultural, científico ou social. A sistematização, consciente ou intuitiva, desses elementos é que nos permite evocar a “terra natal”, em contraposição a todas as outras que serão conhecidas.

Ao longo do século XIX, relatos são produzidos de forma a se constituírem a memória de grupos sociais desta época. Maurice Halbwachs estabeleceu uma analogia entre território do grupo e sua memória, a partir da qual destaca três questões:

- 1) As formas organizadas do espaço não são apenas um quadro ou um suporte da lembrança ou o meio de sua cristalização;
- 2) o grupo mantém com seu espaço o mesmo tipo de relação que mantém com seu passado;
- 3) o que vale para a produção de memória vale para a produção do espaço e reciprocamente<sup>2</sup>.

Valendo-nos desses conceitos, utilizamos a memória para procurar reelaborar os espaços e desses espaços recriamos a memória. As sociedades urbanas procedem continuamente a uma reatualização e a mudanças; o passado não ressurgem idêntico, mas, a cada etapa de seu desenvolvimento, as sociedades remanejam as suas lembranças de forma a adequá-las às condições do momento de seu funcionamento.

Entendemos como lugares de memória a crônica e a história social, cultural e política de uma sociedade. Elas tecem uma relação com o espaço e a memória de um lugar, estabelecendo territórios e tempos.

Maurice Halbwachs, na obra *A memória coletiva*, escreve:

*“O espaço possui, em relação à memória, um duplo estatuto. Primeiramente, ele inscreve-se na mesma relação dialética do social em geral: por um lado, a memória coletiva apóia-se em imagens especiais; por outro, desenhando sua forma no solo, os grupos sociais definem seu quadro especial, nele inserindo suas lembranças. Em segundo lugar [...] apenas a imagem do espaço, graças a sua estabilidade, é que nos dá a ilusão de não mudar através do tempo e de reencontrar o passado no presente.”<sup>3</sup>*

O espaço urbano e a memória coletiva dos grupos sociais que o ocupam estão ligados e comportam uma mesma análise. A memória expõe o passado com base no presente e o espaço ocupa seu lugar, mas não de forma idêntica. A sociedade remaneja suas lembranças de modo adequá-las às condições do momentos e para satisfazer suas necessidades.

Para estudarmos as praças, alguns pontos são fundamentais para podermos entender esses espaços.

Em primeiro lugar, devemos conhecer a história da formação dos espaços, as mudanças sofridas ao longo do tempo e as razões das mudanças, ou seja, a história desses espaços através do tempo. Como a praça vincula-se fortemente ao lugar ao qual ela pertence, é fundamental a compreensão desse lugar, mais do que a da forma ou da paisagem em si, senão estaremos estabelecendo um sistema fechado de análise.

Em segundo lugar, estudar os monumentos (prédios) e as ruas que delimitam esse espaço e que lhe servem de cenário e os visuais decorrentes da formação destes espaços.

*“As fachadas arquitetônicas são as divisórias entre o espaço particular (do proprietário) e o espaço comum (espaço comum), o limite entre o privado e o público, entre o individual e o social. Essas fachadas, porém não só determinam esses dois espaços distintos – espaço interior arquitetônico e o espaço urbano – mas os qualificam, valorizam e caracterizam. [...] Também atuam como reflexo da mentalidade de uma sociedade, de uma determinada época e local, quando analisada em seu conjunto.”<sup>4</sup>*

Em terceiro lugar, conhecer a história dos usos dos espaços delimitados por uma sociedade em um determinado tempo e de seus comportamentos sociais, através das crônicas, que são histórias narradas e derivadas da percepção do viver cotidiano desses grupos, num certo lugar, num ir e vir do passado/presente. Margarida de Souza Neves escreve: *“Na forma como no conteúdo, na seleção que efetua como na linguagem que emprega, a crônica é sempre e de forma muito distinta, um texto que tematiza o tempo e, simultaneamente, o mimetiza. Tal como a história, aliás.”<sup>5</sup>*

E por último, o estudo do espaço físico da praça desde a sua implantação até sua consolidação. Para tal análise, aplicaremos a metodologia que Louis Marin utilizou para “ler” um quadro e que podemos utilizar para “lermos” os espaços das praças, como o seu traçado, o estilo dos seus jardins, seus equipamentos e monumentos (estatuária) e a vegetação existente.

Assim, como essa análise, podemos ter um entendimento do espaço físico ocupado pela praça e do perfil dos grupos que a utilizaram e que fazem parte da história da cidade.

*“O homem tem em todos os momentos a percepção de sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante.”<sup>6</sup>*

Louis Marin<sup>7</sup> parte de critérios que possibilitam a transposição do registro da imagem ao registro da fala e da escrita. Segundo esse autor, há três modalidades para se “ler” e “decifrar” uma obra de arte, ou, no caso, a praça. Na primeira, trata-se do percurso com o olhar, realizado num trajeto ordenado, dentro dos limites do quadro, como sistema fechado. Esta primeira modalidade constitui, na arquitetura, a “visão serial” segundo Gordon Cullen, isto é, a visão do percurso de uma pessoa ao atravessar determinado espaço de uma cidade pela primeira vez. Ela percorre ruas que desembocam nos espaços de praças, que darão em novas ruas, e assim sucessivamente.

A paisagem urbana surge, na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas, ora agradáveis, ora não, e essas sensações primeiras são as que ficam gravadas na memória das pessoas em relação a uma determinada cidade ou lugar. A isso chamamos de “visão serial”, e ela vai ajudar a decifrar e gravar na memória os espaços de uma cidade.

Numa perspectiva visual, temos dois pontos a considerar: a imagem existente, aquela que vemos, que é real; e a imagem emergente, que é uma sucessão de acontecimentos fortuitos, e suas ligações não passam de mera coincidência. Da junção das duas, isto é, a partir da realidade inerte, podemos criar uma situação intensamente emotiva, como quando olhamos um quadro, representação inerte e ao mesmo tempo dinâmica, pois tem o poder de mexer com o sentimento das pessoas que o olham.

Ele, o usuário, percebe elementos determinados, em um demarcado espaço sem se preocupar propriamente com os elementos que esse espaço contém e com nossas reações ante a nossa posição nesse espaço, que Gordon Cullen chama de “local”, isto é, como “estou fora”, estou a entrar ali “para dentro”, ou “estou aqui dentro”. É nesse tópico que podemos analisar a apropriação do espaço, território ocupado ou livre, apropriação do movimento, recinto, circulação

de pessoas e de veículos, unidades urbanas, pontos focais, paisagem interior e comportamento exterior, recintos múltiplos, delimitação dos espaços e vistas para o exterior, focalização, perspectivas, delimitações, barreiras, pavimentações.

Numa segunda modalidade, segundo Louis Marin, fundamentada na primeira, o olhar reconhece, nas figuras expostas, a história que ele conhece de outra maneira, como duplo processo de iconização de um texto escrito e de textualização de uma disposição figurativa. Aqui nos transportamos novamente para a arquitetura paisagística, como o item “conteúdo”, isto é, a própria constituição do espaço a ser estudado, como sua cor, a textura, a escala, o estilo a que pertence, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que o individualiza, isto é, a que categoria pertence – a praça central, a de periferia, etc, seus pormenores (gradeamento, degraus, etc.), objetos significativos, geometria, obras edificadas, como esculturas, seus contrastes, seus usos, sua escala em relação à cidade, sua história e sua integração com as árvores, enfim todos os elementos que compõem esses espaços e seus significados.

Na terceira modalidade, a contemplação torna-se repetição diversificada de percursos de visão e percursos de “leituras”. Novamente, nos transportamos para os espaços abertos.

A cidade passa a ser uma experiência eminentemente plástica, percurso através de zonas de compreensão e de vazios e contrastes entre espaços amplos e espaços delimitados.

Depois da análise feita e da “leitura” dos espaços, temos condições de voltar novamente a “passar” por esses espaços e de ter uma nova visão e nova “leitura”, visibilidade e legibilidade, em harmonia num sistema fechado.

## Estudo de caso

No lugar onde se estabeleceu a cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, a paisagem era de um relevo quase plano, ao nível do mar, clima úmido e com pouca vegetação, principalmente de grande porte. A paisagem natural estendeu-se para a paisagem urbana, onde as ruas que compunham essa paisagem eram desprovidas de arborização. As praças foram adaptadas aos modelos europeus nos seus traçados, e “enfeitadas” com vegetação exótica, de preferência de pequeno porte, e com flores, não como forma de compor a paisagem, mas para demonstrar um status cultural trazido da Europa.

A praça-jardim tornou-se um ícone social do espaço urbano e passou a ser vista e representada por elementos como canteiros ajardinados, fontes, quiosques e coretos e situada no centro, zona da elite da cidade.

Seguindo o conceito de que as praças são indissociáveis do lugar, tornou-se índice de civilidade e de qualidade de vida urbana tratá-las adequadamente, embelezando e melhorando seus espaços físicos. Com esses procedimentos, Pelotas estava no mesmo nível das principais cidades brasileiras e européias modernas quanto ao tratamento de seus espaços urbanos.

Nas cidades modernas, as praças, geralmente em estilo historicista eclético, foram espaços de segregação social, onde os mais abastados as freqüentavam em detrimento do povo, onde havia uma rígida forma de comportamento. Passear na praça exigia trajés adequados e comportamento cortês, típicos da belle époque. As praças brasileiras, entre elas as de Pelotas, em decorrência das fortes influências européias, adotaram esse comportamento, excluindo aquelas pessoas menos privilegiadas. Somente a partir da década de 1920, quando se iniciou um movimento cultural moderno, houve uma mudança no modo comportamental da sociedade, influenciando diretamente nos usos dos espaços urbanos. Surgiu uma classe média, composta por comerciantes, pequenos burgueses, e uma classe menos privilegiada, a dos trabalhadores; as classes sociais misturam-se, mas todos deviam estar integrados aos novos padrões da sociedade dita moderna, utilizando suas horas de folga, principalmente o lazer de fim de semana,

em passeios aos locais das praças e parques, acompanhados por suas famílias, como forma de sociabilidade e ascensão social.

O processo de urbanização de Pelotas, situada no sul do estado do Rio Grande do Sul, deu-se de forma rápida e ordenada. A cidade estabeleceu, desde o seu começo, normas de conduta, com o código de posturas, regras de administração, criando leis municipais, disciplinando a vida da comunidade e leis urbanísticas, organizando e estruturando a cidade. O resultado foi a caracterização espacial bem determinada desde sua implantação, como os lotes, profundos e estreitos, com as edificações ocupando toda a frente e junto à calçada, ruas mais largas no sentido norte-sul e mais estreitas, travessas, no sentido leste-oeste. As praças tinham dimensões estabelecidas, com todos os lados de iguais dimensões, e eram caracterizadas como espaços de passagem e de sociabilidade, um legado português.

O desenvolvimento da cidade de Pelotas teve seu auge no período de 1860 a 1900, quando houve recuperação econômica atrelada ao setor de produção, e os esforços para a construção de uma cidade moderna foram retomados. O desenvolvimento econômico gerou o desenvolvimento urbano. No mesmo período, houve um crescimento demográfico, resultando no aumento da malha urbana e na necessidade de novos espaços públicos para essa população. Praças foram criadas e as centrais delimitadas, equipadas e arborizadas, formando um *continuum* verde dentro da área central da cidade, com eixos visuais bem legíveis, dando condições ao indivíduo de deslocar-se, com pontos referenciais (as praças) sempre nos limites desejáveis.



Figura 1: Plano diretor da cidade de Pelotas  
Fonte: SALENGE, Laís de P. (Org.).  
Plano Diretor de Pelotas, Prefeitura Municipal, 1967



Figura 2: Vista aérea da cidade,  
vendo-se, ao centro, a praça Cel.  
Pedro Osório  
Fonte: Acervo do Projeto Pelotas  
Memória

O mapa mental organizado com essas referências tornou-se suficiente para a identidade e a legibilidade urbana.

Pelo seu desenvolvimento crescente, resultante de um poder econômico, Pelotas rivalizava com Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul, e seus espaços públicos eram semelhantes nas duas cidades, não só no número de praças existentes, mas no seu tratamento e nos equipamentos.

Nas duas cidades, o progresso chegou no mesmo período, como a iluminação pública, a modernização dos transportes e a implantação de infra-estrutura. A diferença entre as duas cidades era o modo como se deram transformações espaciais no começo do século XX. Em Porto Alegre, com o Plano de Melhoramentos e Embelezamento da Capital, houve “rasgos” no tecido urbano bastante significativos, enquanto em Pelotas essas mudanças basearam-se no slogan da época “conservar melhorando”. Nada foi derrubado. As cinco praças estudadas, estão situadas na área central da cidade, distantes poucos quarteirões uma das outras, num eixo de coordenadas xy. São consideradas praças com traçado português, em estilo historicista eclético, com partido rígido, de tríade clássica básica, onde foram observadas a simetria e as regras acadêmicas de composição, organização axial dos caminhos, implantação de elementos urbanos, como chafarizes, bustos, etc., vegetação arbórea, na maioria exótica e arbustiva podadas, formando desenhos. Os projetos dos jardins eram baseados em modelos de ajardinamentos franceses e ingleses. A organização espacial é igual em todas as praças estudadas, assim como a maioria dos elementos nelas dispostos. Mas quais são os fatores que lhes conferem graus de importância e as diferenciam uma das outras dentro dessa malha urbana?

Quando as transformações sociais ocorreram nas cidades modernas, a estratificação social já não era rigorosamente estável, iniciando-se processos acelerados de diferenciação entre as classes. As praças foram “divididas” em territórios, onde cada classe social ocupava o seu lugar. O fator sociabilidade foi determinante para a diferenciação dos usos dos espaços das praças. Outro fator foi o caráter simbólico. A praça principal deveria ser o reflexo dos poderes político, econômico, social e cultural da cidade; portanto, os prédios ao seu redor deveriam ser os de uma arquitetura mais elaborada e luxuosa, pertencentes à elite da sociedade pelotense e deveriam permanecer assim como sua história social e política. Os cuidados dos espaços de jardins eram constantes e deveriam estar sempre em boas condições.

A praça Coronel Pedro Osório, a principal da cidade, foi sempre a representante do poder, pois ao seu redor estavam a maioria dos prédios arquitetônicos administrativos, os prédios culturais e de sociabilidade, bem como os casarões residenciais pertencentes a importantes e tradicionais famílias pelotenses. O pelourinho foi instalado junto com a implantação da praça, como demonstração de poder político. Os equipamentos eram os mais suntuosos possíveis, como o magnífico chafariz instalado no seu centro vindo da França, chamado de “Fonte das Nereidas”, e complementando o espaço um belo piso de ladrilhos e grandes áreas ajardinadas, numa demonstração de poder econômico e cultural, servindo para uma elite da sociedade. Durante muito tempo serviu de cenário para as principais manifestações públicas, tanto políticas onde dirigentes discursavam para um público seletivo, para reuniões sociais que começavam na praça e iam terminar dentro dos majestosos casarões situados ao seu redor, ou para inauguração de algum monumento público. Era a praça da sociedade e da sociabilidade.

No mesmo eixo da praça Coronel Pedro Osório ficava a pequena praça da Matriz, hoje José Bonifácio, que servia de adro da Catedral. Antes, quando Pelotas ainda era vilarejo, possuía um chafariz, cumprindo a função prática de abastecimento d’água e ponto de encontro da gente do lugar. Escravos, ao buscarem água para o abastecimento das casas de seus senhores, traziam também as novidades. À tarde, era a vez dos senhores respeitáveis se encontrarem para tratar de negócios e de política. Festas religiosas e quermesses aconteciam na recém ampliada igreja. Era uma praça de grande importância social para a cidade.



Figura 3: Planta baixa da praça Cel. Pedro Osório



Figura 4: Jardins da praça da República, 1919  
Fonte: Reprodução do original no Relatório do Intendente Cypriano Barcellos



Figura 5: Praça Cel. Pedro Osório  
Crédito: Foto de Neco Tavares, 2000

A cidade foi crescendo e se modificando. Pessoas importantes que moravam ao redor da praça da Matriz foram morar na praça da República, onde o poder político estava agora instalado. A aparência da praça da Matriz também foi mudando. Não possuía mais o chafariz. Pessoas e festas tornavam-se cada vez menos frequentes. O ponto principal era, agora, somente o busto de José Bonifácio.

No final desse eixo, estava a praça Júlio de Castilhos que, por ser uma praça situada nos limites do antigo traçado da cidade, foi, durante muito tempo, considerada periférica. Desde sua implantação, o tema educação está presente. Estavam localizados no seu interior uma pequena escola, um minizoo e o primeiro *kind-garden*, ou seja, uma pracinha de recreação infantil, que permanece até os dias atuais. Foi densamente arborizada, pois, no começo do século XX, pen-



Figura 6: Planta baixa da praça José Bonifácio  
Fonte: Levantamento local da autora.  
Desenho de Joana Paradedda, 2003

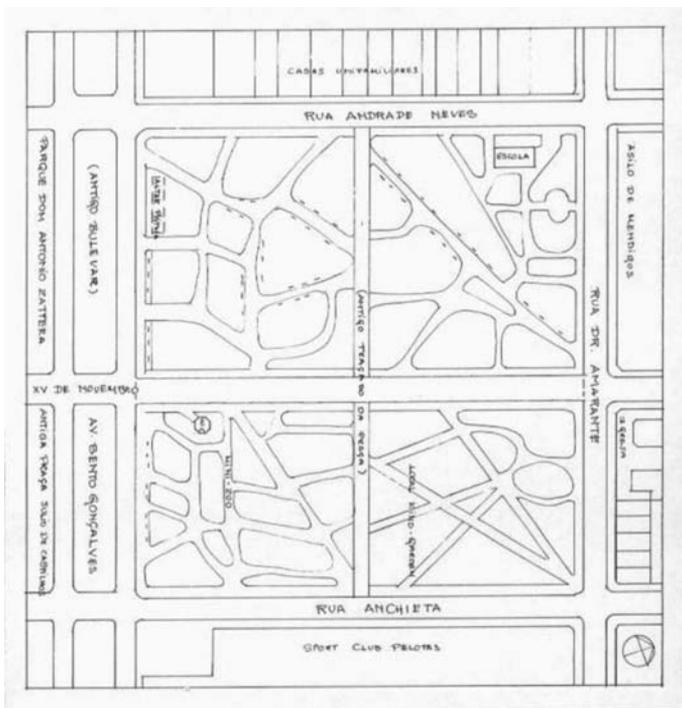


Figura 7: Planta baixa da praça Júlio de Castilhos  
Fonte: Desenho de Joana Paradedda, baseado em plantas de 1909

sava-se que um local com muitas árvores era ideal para a saúde, uma vez que o ar seria mais puro. Desde que foi saneada e ajardinada, ela teve objetivos principais a recreação infantil e a educação, contemplando uma faixa etária bem determinada, a da criança. Essa praça se diferenciou das outras praças pelotenses pelo número de construções dentro do mesmo espaço público, voltados principalmente para a educação.

Mudando o eixo em 90°, tem-se a praça Piratinino de Almeida ou da Santa Casa, como é chamada, cuja finalidade sempre foi de suporte para o hospital e local para a caixa d'água, monumento marcante dentro da cidade. Seu traçado foi cuidadosamente elaborado e ajardinado, pois era de importância vital ter um belo jardim público emoldurando o prédio principal do hospital e do qual tanto os pelotenses se orgulhavam. Sempre foi uma praça de poucos equipamentos e com duas finalidades bem determinadas: a de servir de ante-sala para o hospital e de abastecimento para cidade. Sua finalidade de abastecer a cidade permanece até hoje; a outra, não mais existente.

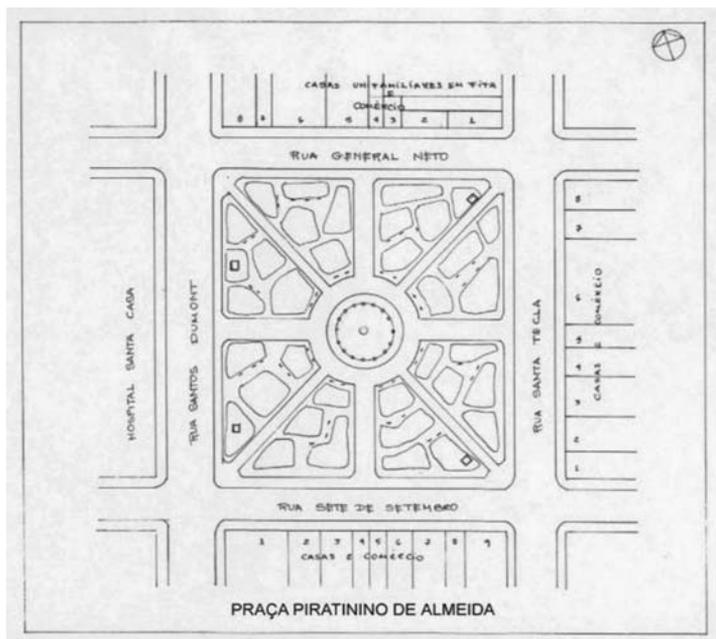


Figura 8: Planta baixa  
 Fonte: Levantamento da autora.  
 Desenho de Joana Paradedá,  
 baseado em plantas atuais da  
 prefeitura



Figura 9: Caixa d'água  
 de ferro  
 Fonte: Fotos de Neco  
 Tavares, 2000

A praça Cipriano Barcelos ou, como é chamada popularmente, praça dos Enforcados é portadora de um nome, cuja simbologia é bastante forte. Quanto à sua organização espacial, é enriquecida por uma alameda de palmeiras que levam ao ponto central da praça onde se encontra um chafariz. É a única das cinco praças que possui essa marcação, tão utilizada hoje, mas que, para a época, era um fato inédito. Essa praça e as áreas que lhe são periferias já serviram de local para enforcamentos, para batuques e de área de “escape” para as águas do arroio Santa Bárbara. Hoje está legada ao esquecimento e ao descaso.

A influência cultural exercida pelos países europeus, a necessidade da cidade conectar-se a uma nova ordem social, econômica e política pela qual o país passava na transição do século XIX ao século XX, quando as cidades passaram de império para republicanas, proporcionaram o surgimento de campanhas de modernização, de salubridade e de embelezamento das cidades, e o modo mais eficiente para essa demonstração era através do cuidado com seus espaços públicos abertos, pois eles, a princípio, poderiam ser utilizados por todos, sem discriminação de raças ou de poder econômico, demonstrando uma civilidade e uma modernidade tão valorizadas pelo novo regime.

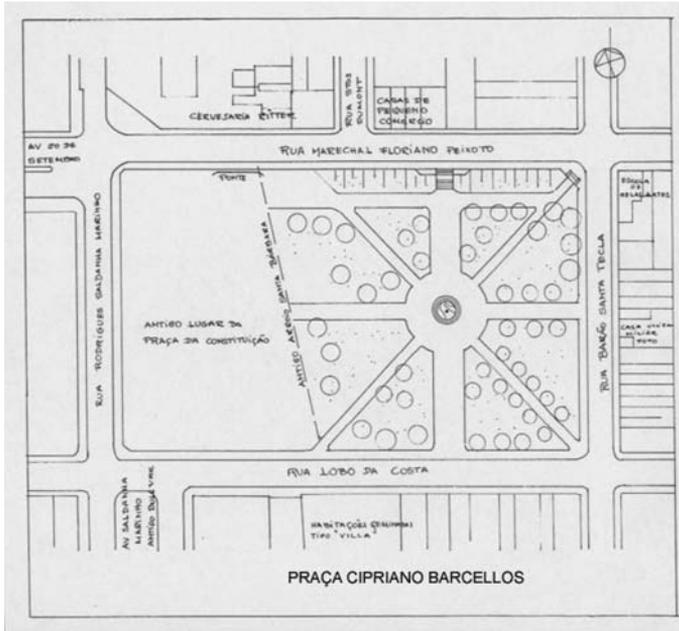


Figura 10: Planta baixa da praça  
 Fonte: Desenho de Joana Paradedá,  
 baseado em plantas atuais da  
 prefeitura, 2003

Surge uma nova tipologia urbana: as praças ajardinadas. Com assimilação do modelo da praça ajardinada como padrão de modernidade urbana, consolidou-se o hábito de planejar e projetar as praças públicas, principalmente as centrais da cidade.

A praça passou a ser um belo cenário ajardinado, com finalidades bem diversas das praças coloniais. Ela é destinada às atividades de recreação, para o lazer contemplativo, para os atos de sociabilidade da população e para os passeios, ato de ser visto e de ver os outros.

O uso da vegetação nas praças tem como ponto focal a forma de amenizar os efeitos de urbanização intensa dos centros urbanos, trazendo a natureza domesticada para junto dessa população, que não tem mais contato direto com essa natureza.

As praças são redutos da natureza dentro da malha urbana. A expansão rápida das cidades rompeu com sua estabilidade e, conseqüentemente, com seus espaços, que agora possuem usos diversos.

As edificações representativas e relevantes para a memória histórico-urbana, localizadas ao redor das praças, foram substituídas por outras, destruindo esse elo entre o passado e o presente.

A arquitetura da paisagem é modificada a cada instante, por causa dessas mudanças, perdendo seus significados.

Preservar e valorizar esses espaços não significa congelar o passado, mas possibilitar que a cidade se desenvolva de acordo com suas necessidades atuais, incorporando as mudanças e, ao mesmo tempo, guardando suas características particulares.

## Notas

- 240
- (1) ZUCKER, Paulo. *Town and square: From the Ágora to the village green*. Nova York: Columbia University Press, 1959, p. 1.
  - (2) HALBWACHS, Maurice apud LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 147-153.
  - (3) Id., *ibid.*, 2001, p. 148-149.

- (4) SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, máscaras, vitrines: História urbana*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 36-37.
- (5) NEVES, Margarida de Souza. *História da crônica. Crônica da história*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1995, p. 17.
- (6) CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Ed. 70 Ltda., 1971, p. 14.
- (7) MARIN, Louis. *Sublime, Poussin*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 27-28.

## Bibliografia

- AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – remodelação – embelezamento*. Paris: Foyer Brasilien.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernidade: A cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: UFPEL, 2000.
- AUGE, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Edições 70 Ltda., 1977.
- CENTENO, Yvette; KACE, Freitas de Lima (Coord.). *A simbólica do espaço: Cidades, ilhas, jardins*. Lisboa: Ed. Estampa, 1991.
- CHOAY, Françoise. *A natureza urbanizada. A invenção dos “espaços verdes”. A cidade, arte e arquitetura na Europa 1870-1993*. Paris: Centro Pompidou, 1994.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1983.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris, 1950.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Organização de Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.
- MACEDO, Sílvio Soares; ROBBA, Fábio. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradições da cidade de Pelotas*. Porto Alegre: IEL/UCS, 1981.
- MARIN, Louis. *Sublime Poussin*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NEVES, Margarida Souza; REZENDE, B. (Org.) *Cronista do Rio de Janeiro. História da crônica. Crônica da história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, máscaras, vitrines: Estudo iconológico de fachadas arquitetônicas – Pelotas (1870-1930)*. Pelotas: Educat, 2002.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- ZUCKER, Paul. *Town and square: From the Agora to the village green*. Nova York: Columbia University Press, 1959.

# PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA AFONSO PENA, LAGOA VERMELHA-RS

URBAN AND LANDSCAPE RENOVATION OF AVENIDA AFONSO PENA, LAGOA VERMELHA-RS

**MELO, Evanisa F. R. Quevedo.**

Engenheira florestal, agrônoma e professora Msc. da Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo Fundo.

E-mail: [evanisa@upf.br](mailto:evanisa@upf.br) ou [5590@upf.br](mailto:5590@upf.br)

**ROMANINI, Anicoli**

**FIORI, Sibebe**

**FORCELINI, Eveli Ballen**

**NORRO, Julio Ariel Guigou**

## RESUMO

A avenida Afonso Pena destaca-se por ser o coração da cidade de Lagoa Vermelha, RS. Nela desenvolvem-se diversas atividades inerentes aos vários setores da comunidade. Ao longo da via encontra-se o comércio local, clubes de recreação, bancos, a prefeitura e residências unifamiliar e multifamiliares. Aliado a isso a via é utilizada como ponto de encontro da população. Assim, com o intuito de melhorias para esses canteiros consolidou-se o Projeto de Requalificação Urbana e Paisagística do Canteiro Central da Avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha-RS, iniciou-se a parceria do Núcleo de Arquitetura, Desenvolvimento Urbano e Comunitário (NADUC – Projeto de Extensão Comunitário), Setor de Urbanismo, da Universidade de Passo Fundo (UPF), juntamente com a prefeitura de Lagoa Vermelha. O trabalho foi iniciado com o reconhecimento da situação atual dos canteiros centrais da avenida Afonso Pena, através de análises da infra-estrutura e da arborização, além da aplicação de dois questionários a população da cidade. Foram analisadas as seguintes situações: identificação das espécies existentes e introduzidas, situação fitossanitária das espécies e situação ambiental das áreas verdes localizadas, no canteiro central, para então, acontecer à proposta urbana e paisagística do local.

**Palavras-chave:** Requalificação urbana e paisagística, planejamento urbano, arborização urbana.

## ABSTRACT

*The avenue Afonso Pena is distinguished for being the heart of the city of Lagoa Vermelha, RS. In develops diverse inherent activities to the some sectors of the community. To the long one of the way the commerce meets local, clubs of recreation, banks, the multifamiliar city hall and residences unifamiliar and. Ally to this the way is used as point of meeting of the population. Thus, with the intention of improvements for these seedbeds the Project of Urbana Requalification was consolidated and Paisagística of the Central Seedbed of the Avenue Afonso Pena, Lagoa Vermelha-RS, initiated it partnership of the Nucleus of Architecture, Urban and Communitarian Development (NADUC – Communitarian Project of Extension), Sector of Urbanism, the University of Passo Fundo (UPF), together with the Municipal City hall of Lagoa Vermelha. The work was initiated with the recognition of the current situation of the seedbeds central offices of the avenue Afonso Pena, through analyses of the infrastructure and the arborization, beyond the application of two questionnaires the population of the city. The following situations had been analyzed: identification of the existing and introduced species, fitossanitária situation of the species and ambient situation of the located green areas, in the central seedbed, for then, to happen to the proposal urban and paisagística of the place.*

**Key words:** Urban and landscape requalification, urban planning, urban arborization.

A história de Lagoa Vermelha, como de tantos outros municípios gaúchos, surgiu em função do trânsito das tropas que, no século XVII, eram conduzidas a São Paulo. A colonização inicial recebeu influência de tropeiros de Laguna, Lapa, Curitiba e São Paulo. Como se tratava de um cruzamento de estradas – uma vinha das Missões e a outra de Santa Catarina – houve, também participação dos jesuítas. Um dos caminhos dos tropeiros paulistas passava junto a um local preferido para descanso, já que junto ao mesmo havia uma lagoa onde o gado matava a sede. A coloração das águas dessa lagoa inspiraria a denominação dada ao povoado que ali surgiu. Em 1842 se fixaram os primeiros moradores, e em 10 de maio de 1881 se emancipa definitivamente.

Localizada na região dos Campos de Cima da Serra, o município de Lagoa Vermelha-a “cidade da amizade” – é conhecida como um dos maiores destaques na produção de maçãs. Lagoa Vermelha tem sua economia baseada na agricultura, pecuária e na industrialização de hortigranjeiros e laticínios. Suas principais atividades econômicas são agricultura, fruticultura, pecuária, indústria moveleira e comércio. Possui 28.786 habitantes, clima temperado e está a 805 m do nível do mar. A temperatura média anual é de 16°C variando entre 36° e 3°C negativos (CUNHA, 1997).

A avenida Afonso Pena destaca-se por ser o coração da cidade de Lagoa Vermelha, RS, pois nela desenvolvem-se diversas atividades inerentes aos vários setores da comunidade. Ao longo da via encontra-se o comércio local, clubes de recreação, bancos, a prefeitura e residências unifamiliar e multifamiliares. Aliado a isso a via é utilizada como ponto de encontro da população (Figura 1).



Figura 1: Canteiro da avenida Afonso Pena  
Fonte: Autores

Assim, como projeto de extensão, iniciou-se a parceria do Núcleo de Arquitetura, Desenvolvimento Urbano e Comunitário (NADUC), Setor de Urbanismo, da Universidade de Passo Fundo (UPF), juntamente com a prefeitura de Lagoa Vermelha, no desenvolvimento do Projeto de Requalificação Urbana e Paisagística do Canteiro Central da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha-RS.

O trabalho foi iniciado com o reconhecimento da situação atual dos canteiros centrais da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, através de análises da infra-estrutura e da arborização, além da aplicação de dois questionários a população da cidade.

Foi feito um inventário semelhante ao realizado por Milano (1987) da vegetação existente na avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, identificando (LONGHI, 1995; LORENZI, 1992; REITZ et al, 1988) e localizando as espécies nos seus respectivos espaços. Foi retirada uma amostra (exsicatas) para identificação e arquivamento, a fim de ser documentada e permitir o intercâmbio, sendo um exemplar arquivado no herbário da Universidade de Passo Fundo (RSPF).

Foram analisadas as seguintes situações: identificação das espécies existentes e introduzidas, situação fitossanitária das espécies e situação ambiental das áreas verdes localizadas, no canteiro central da avenida Afonso Pena. Foram inventariados 559 exemplares de 68 espécies arbóreas, observando-se a existência de dois períodos distintos de desenvolvimento da cidade, caracterizado pelo uso de espécies arbóreas nativas e exóticas. Os representantes das espécies exóticas de maior ocorrência são pinus (*Pinus sp*), ciprestes (*Cupressus sp*), extremosas (*Lagerstroemia indica*), ligustros (*Ligustrum japonicum*), tuias (*Thuja sp.*) e tipuanas (*Tipuana tipu*). Destacam-se pelo porte, beleza e colorido de suas flores espécies nativas como os ipês (*Tabebuia sp*), canafistula (*Peltophorum dubium*), falso-barbatimão (*Cassia leptophylla*), gerivá (*Syagrus romanzoffiana*), timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*), butiazeiro (*Butia capitata*), cedro (*Cedrella fissilis*), guajuvira (*Patagonola americana*), entre outras.

O canteiro central da avenida Afonso Pena (Figura 2), apresenta uma vegetação exuberante, densa e colorida, transformando-o num espaço agradável para a comunidade em geral. A revitalização dessa área procura compatibilizar o crescimento da cidade, sua história e a vegetação, com a manutenção de espaços e modos de vida tradicionais do município em uma área de 23.370,80 m<sup>2</sup>, com seus monumentos, igreja, edificações e marcos históricos, de forma a atender as necessidades dos usuários e a vocação do lugar de modo sustentável. Dentro deste perímetro, a intervenção será conduzida segundo três enfoques diferenciados: o da preservação ambiental, o da reconstituição e o da renovação urbana. Princípios estes que nortearam o projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro (SIMÕES JÚNIOR, 1994).



Figura 2: Canteiro da avenida Afonso Pena com a vegetação existente  
Fonte: Autores

Com o reconhecimento físico da área verificou-se que avenida é constituída de quinze canteiros centrais, os quais foram divididos em setores (Figura 3) para uma melhor compreensão da



LEGENDA:  
 ■ Setor 01  
 □ Setor 02  
 ■ Setor 03

Figura 3; Planta Baixa avenida Afonso Pena  
 Fonte: Prefeitura de Lagoa Vermelha.

área de estudo, através da análise visual da avenida observou-se a existência de três períodos distintos de desenvolvimento da cidade:

- **Setor 1:** Canteiros próximos a prefeitura, com estrutura física em razoável estado de conservação, a vegetação com a incidência de espécies nativas e exóticas (Figura 4), sendo as exóticas exemplares com maior porte, indicando terem sido as primeiras a fazerem parte da arborização urbana, inseridas provavelmente sob influência dos aspectos culturais de seus colonizadores. Os ciprestes (*Cupressus sp*), representam 62% do total da vegetação do canteiro 4 (Figura 5) e apresentam alguns exemplares com problemas fitossanitários. Essa densidade de ciprestes não permite o desenvolvimento de outras espécies vegetais prejudicando a inserção de cores. Questões estas que apontam a necessidade de redução do uso de ciprestes na composição arbórea dos canteiros, além da questão alérgica desta espécie.

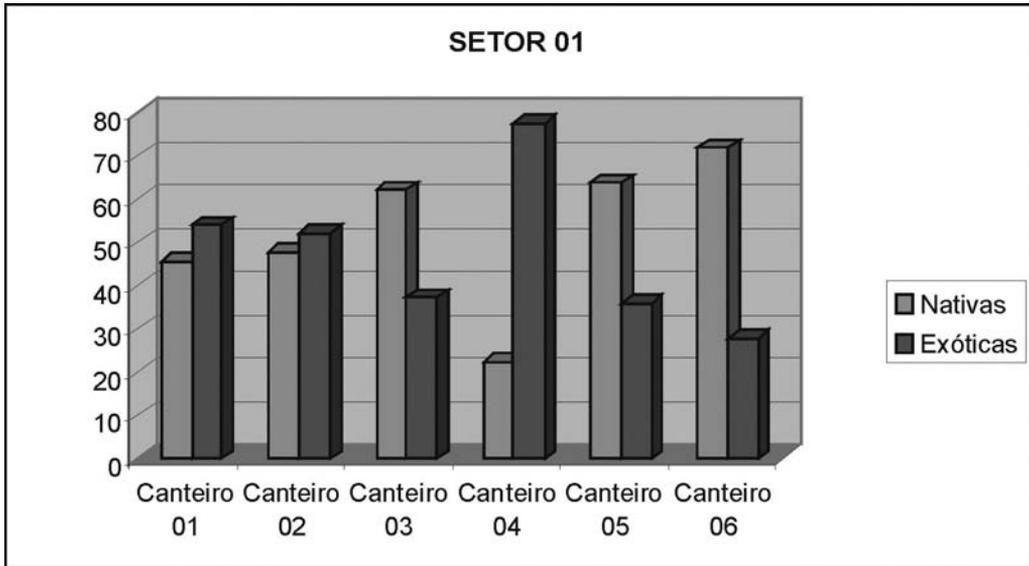


Figura 4: Espécies nativas e exóticas que compõe o Setor 1 da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
 Fonte: Autores

- **Setor 2:** Canteiros centrais, com estrutura física bastante comprometida de uma forma geral, com exceção do canteiro localizado em frente ao posto de gasolina que foi reformulado, a arborização, compõe-se por árvores nativas (Figura 6), porém com uma maior diversidade de espécies. Por se tratar de uma área urbana e de uso público, busca-se o enriquecimento da flora nativa, sua preservação e conservação. Verifica-se uma grande concentração de ligustros (*Ligustrum japonicum*) apenas no canteiro 11 (Figura 7), espécie considerada alergógena.

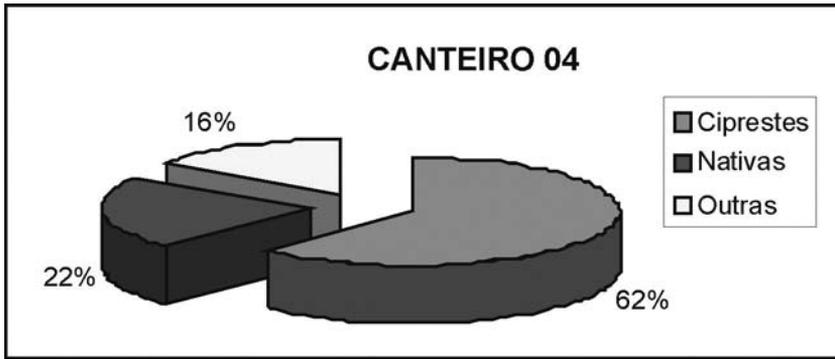


Figura 5: Predominância dos ciperstes no canteiro 4 – Setor 1 da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

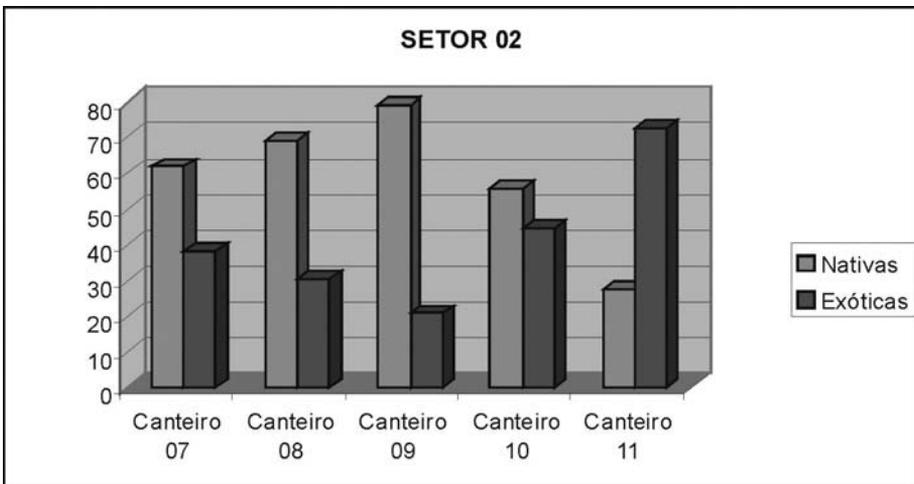


Figura 6: Porcentagem de espécies nativas e exóticas – Setor 1 da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

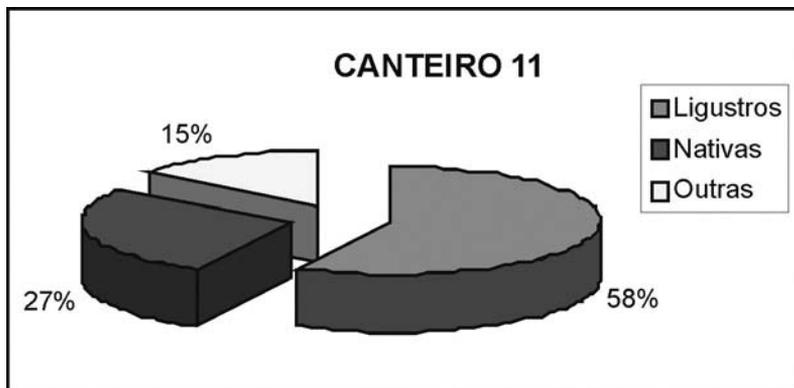


Figura 7: Predominância de ligustros no canteiro 11 – Setor 2 da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

- **Sector 3:** Canteiros próximos ao trevo de acesso à cidade, compostos por uma área carente de infra-estrutura e vegetação (Figura 8), portanto realizou-se um trabalho de caracterização da área através da implantação de árvores nativas, espécies já utilizadas nos demais canteiros, conferindo uma unidade a avenida Afonso Pena, bem como, uma variedade de cores nas diferentes estações do ano.



Figura 8: Aspecto geral do Sector 3 da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

A análise indica que há uma predominância de espécies nativas nos canteiros da avenida (Figura 9), porém a área central é composta basicamente por espécies exóticas, enquanto que os canteiros das áreas recém urbanizadas compõem-se por espécies arbóreas nativas. Observa-se que a implantação ocorreu sem estudo prévio da arborização, sendo necessário realizar planejamento e monitoramento das espécies vegetais de forma a contribuir para a qualidade visual do ambiente construído em relação ao meio ambiente proporcionando maior conforto ambiental da área.



Figura 9: Proporcionalidade de espécies nativas e exóticas do Sector 1 da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

Além de identificar as espécies nativas das exóticas, precisa-se divulgar quais são as espécies alergógenas para que sejam evitadas. No canteiro central da avenida Afonso Pena foram identificadas no canteiro 4 (Figura 10) um total de 62% de ciprestes (*Cupressus sp*) e no canteiro 11 um total de 57,6% de ligustro (*Ligustrum japonicum*), espécies estas causadoras das chamadas

polinoses, cuja característica primordial reside no caráter estacional dos sintomas que na realidade só aparecem na época da floração das plantas alergógenas e daí o caráter sazonal das polinoses.



Figura 10. Canteiro com ciprestes da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

A Figura 11 demonstra um quase total fechamento deste espaço, pelo uso do ligustro (*Ligustrum japonicum*). Quando visualizado do entorno, observa-se o uso exagerado desses exemplares globosos, de folhagem escura, que se traduz em sombreamento do local, e pela tonalidade de suas folhas torna o ambiente escuro, diminuindo a expressão cromática do ambiente. Outro importante fator do ponto de vista estético, é o pouco florescimento de outro tipo de vegetação, questões estas que apontam a necessidade de redução dos ligustros em função de riscos à saúde pública.



Figura 11: Canteiro com ligustros da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

O ligustro tem facilidade de adaptação e ampla utilização encontrando-se na arborização de diversos estados brasileiros, como na cidade de Vinhedo, SP, com 16% na composição da arborização (HANDER, 2002) e na cidade de Curitiba, PR, representava 14,7% da população arbórea (MILANO, 1987), já na avenida Afonso Pena, em Lagoa Vermelha representa 5%.

Percebe-se portanto, que a arborização está diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, com o aumento da biodiversidade, com a preservação das espécies e também com o bem estar físico e psíquico do ser humano, representando a persistência do elemento natural dentro da estrutura urbana, decorrência e realização do processo cultural cujo desenvolvimento é a característica marcante da evolução humana. Se o plantio de árvores e sua conservação forem feitos de forma adequados todos terão benefícios. O planejamento vai muito além da questão técnica, os fatores políticos, legais, sociais e culturais não podem ser negligenciados. É fundamental que a escolha das espécies a serem plantadas seja feita de maneira criteriosa a fim de evitar problemas na rede elétrica, nas redes de água e esgoto, calçamento das ruas, circulação de pedestres e veículos, além de danos a muros e construções em geral.

Lamas, 1992, comenta a respeito da destruição de uma rua histórica em Lisboa, pela retirada das árvores para aumento da faixa de circulação de veículos. O seu aspecto e forma mudaram o desenho arquitetônico, pois a árvore se encontra na mesma escala de valores que a parede, a fachada ou outro elemento construtivo. Um traçado pode ser definido tanto por um alinhamento de árvores como por um alinhamento de edifícios, assim como uma praça. A arquitetura de intenção estética tanto nas estruturas rurais como nas urbanas, tanto no jardim como na cidade. O desenho do espaço não tem duas áreas ou níveis de trabalho – o do edificado e o das estruturas verdes. São ambos elementos da mesma atuação, porventura exigindo alguns conhecimentos disciplinares diferenciados. Assim a retirada da vegetação em alguns pontos da avenida Afonso Pena em Lagoa Vermelha foi estudada de forma criteriosa, sendo retirada somente as espécies arbóreas com comprometimento fitossanitário (Figura 12) ou nos pontos críticos onde comprometia as perspectivas visuais.



Figura 12: Problemas fitossanitários que comprometem a vegetação da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
Fonte: Autores

Em níveis sócio-cultural e de conforto psicológico o homem necessita se identificar com um território e um grupo social imediatos à sua residência. Toda cidade deve ser um conjunto perceptível das partes conformando um todo coerente. Cada parte, cada bairro, cada comunidade, com sua identidade própria, sua história e suas características (DEL RIO, 1990). Baseando-se nas colocações sobre a importância da população identificar-se com o local, podem-se referenciar os canteiros da avenida como parte da identidade desta comunidade.

Além da função paisagística, a arborização urbana proporciona benefícios à população como:

- a. Proteção contra ventos;
- b. diminuição da poluição sonora;
- c. absorção de parte dos raios solares;
- d. sombreamento;
- e. ambientação a pássaros;
- f. absorção da poluição atmosférica, neutralizando os seus efeitos na população.

Em função destas premissas é que o planejamento paisagístico urbano deve ser encarado como ação básica, tanto quanto as demais supracitadas. Assim, verifica-se que a implantação dos canteiros centrais da avenida Afonso Pena, ocorreu sem estudo prévio da arborização, sendo necessário realizar planejamento e monitoramento das espécies vegetais de forma a contribuir para a qualidade visual do ambiente construído em relação ao meio ambiente, proporcionando maior qualidade ambiental à área. A maioria das pessoas não entende a íntima relação entre as atividades humanas e o ambiente. É de importância fundamental sensibilizar as pessoas e envolvê-las nos problemas ambientais, no sentido de buscar soluções efetivas para o desenvolvimento e planejamento ambiental (SATO e SANTOS, 1999).

Portanto, o tratamento paisagístico da avenida Afonso Pena, teve por objetivo principal a melhoria de sua qualidade visual e ambiental. A composição da vegetação adotada no projeto, valoriza e potencializa o uso da área (Figura 13). O tratamento inclui o desenho dos espaços abertos e dos acessos. Assim, a área receberá iluminação, pisos, bancos, e outros componentes que somados à vegetação possibilitem a ambientação dos espaços.

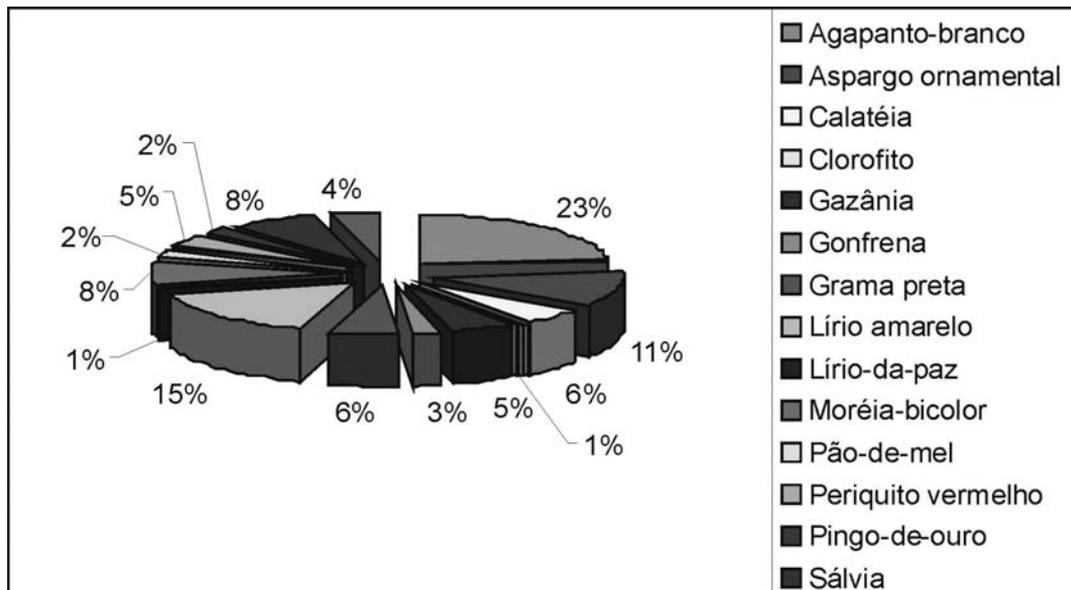


Figura 13: Flores inseridas nos canteiros centrais da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
 Fonte: Autores

A vegetação selecionada e inserida nos canteiros da avenida Afonso Pena têm características botânicas apropriadas às situações e exigências típicas dos canteiros centrais, com potencial ornamental associado à rusticidade e simplicidade na sua manutenção. Composta por espécies arbóreas nativas (Figura 14), com floração variada, monumentalidade e preservação das espécies, seguindo os condicionantes do projeto, as orientações do plano de arborização, a valorização e a preservação da biodiversidade.

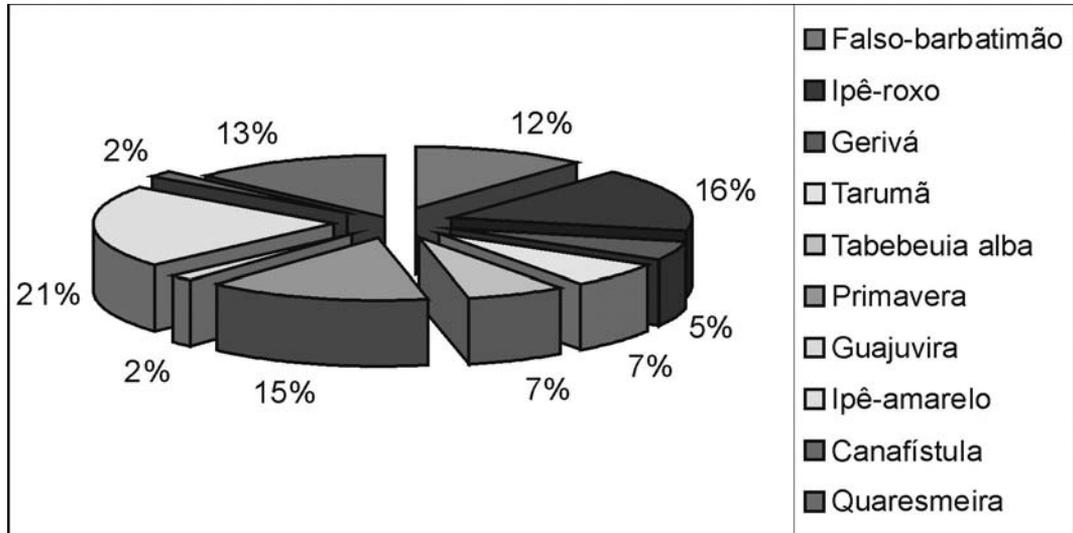


Figura 14: Árvores inseridas nos canteiros centrais da avenida Afonso Pena, Lagoa Vermelha, RS, 2003  
 Fonte: Autores

O desenvolvimento de qualquer paisagem pode ocorrer pela concentração de suas características paisagísticas naturais, pela integração entre a natureza e a parte projetada ou pela criação de um complexo inteiramente construído. Em qualquer situação, o que se deseja é uma perfeita resolução entre todos os elementos, obtendo-se uma paisagem unificada e equilibrada dinamicamente (KATO, 1993).

A responsabilidade social de um município perpassa por diversos setores entre eles a arborização urbana. Com o objetivo de requalificação urbana e paisagística do Canteiro Central da avenida Afonso Pena, em Lagoa Vermelha-RS visou-se conciliar as esferas econômicas, ambiental e social na geração de um cenário auto-sustentável. Foi realizado o diagnóstico urbano, a composição arbórea e da educação ambiental. Elaborou-se uma proposta paisagística visando à educação ambiental, com responsabilidade social e respeito ao ecodesenvolvimento. Com esta proposta verifica-se a sensibilização e comprometimento dos usuários com a arborização urbana da avenida Afonso Pena. Tal comprometimento viabilizou-se através da educação ambiental com responsabilidade social do poder público municipal e dos diversos segmentos da comunidade, aliado ao desenvolvimento social, ético, econômico e cultural, não se desviando da ótica local para aproveitamento do potencial inerente da região propiciando melhor qualidade de vida, objetivando que a partir disso ocorram mudanças de paradigmas e uma nova postura em relação a situações que envolvem o ambiente como um todo: saneamento básico, destino de resíduos sólidos e poluição visual no âmbito da paisagem urbana.

Através do trabalho realizado no canteiro central da avenida Afonso Pena conclui-se que a maioria das pessoas não entende a íntima relação entre as atividades humanas e o ambiente, por falta de cultura ou informação inadequada. É de importância fundamental sensibilizar as pessoas e envolvê-las nos problemas ambientais, desta forma, as pesquisas podem ser divulgadas em

eventos científicos pelos autores servindo de referência, no sentido de buscar soluções efetivas para o desenvolvimento e planejamento ambiental.

A composição paisagística adotada no projeto paisagístico buscou valorizar e potencializar o uso da área. Assim, a área recebeu iluminação, pisos, bancos e outros componentes que somados à vegetação possibilitaram a ambientação dos espaços.

Sabe-se que o êxito da implantação e a consolidação dependem de um trabalho de médio e longo prazo, envolvendo e sensibilizando os diversos agentes que atuam na própria comunidade. O comprometimento dos diversos segmentos da comunidade, aliado ao desenvolvimento social, ético, econômico e cultural, voltado para o aproveitamento do potencial inerente da região propiciando melhor qualidade de vida, vislumbra mudanças de paradigmas e uma nova postura em relação a situações que envolvem o ambiente como um todo: saneamento básico, disposição de resíduos sólidos e poluição visual no âmbito da paisagem urbana.

## Bibliografia

- CUNHA, G. R. *Meteorologia: Fatos & mitos*. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 1997. 267p.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- HANDER, I. C. F. *Inventário quali-quantitativo da arborização e infra-estrutura das praças da cidade de Vinhedo-SP*. 2002. 122p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros, Piracicaba, 2002.
- KATO, Akinori. *Plazas of southern Europe*. Tokio: Process Architecture, 1993.
- LAMAS, José M. Resseano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fund Calouste Gulbenkan, 1992. 564p.
- LONGHI, R. A. *Livro das árvores: Árvores do sul do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1995. 176p.
- LORENZI, H. *Árvores brasileiras*. Nova Odessa: Ed. Plantarum, 1992. 352p.
- MILANO, M. S. O planejamento e o replanejamento da arborização de ruas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1987. Maringá. *Anais...* Maringá: PMM, 1987. p. 1-8.
- REITZ, R.; KLEIN, R. M.; REIS, A. *Projeto madeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Herbário Barbosa Rodrigues e Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, 1988. 525p.
- SATO, Michele; SANTOS, José Eduardo. *Agenda 21: Em sinopse*. São Carlos: EdUFSCar, 1999.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Revitalização de centros urbanos. *Polis*, n. 19, 1994, 73p.

# AS PAISAGENS DO RIO CAPIBARIBE NO SÉCULO XIX E SUAS REPRESENTAÇÕES<sup>1</sup>

## LANDSCAPES OF THE RIVER CAPIBARIBE IN THE 19<sup>TH</sup> CENTURY AND THEIR REPRESENTATIONS

**MELO, Vera Mayrinck**

Arquiteta, doutora em Geografia Humana/UFRJ e professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Email: veramelo@hotmail.com.br

### RESUMO

Este texto enfoca a formação das paisagens do rio Capibaribe durante o século XIX, através das representações feitas pelos viajantes nos seus relatos. Este período foi marcado por grandes transformações nas paisagens do Recife e do rio Capibaribe, que aqui serão narradas de forma conjunta, considerando que esse rio contribuiu como elemento marcante na construção e estruturação dessa cidade. A inter-relação de ambos não ocorre apenas por serem uma unidade geográfica, mas por estarem vinculados por fatores, histórico, econômico e social. As transformações decorrentes da ação do homem ao longo desse período histórico, num processo de construção social, resultaram em paisagens repletas de significados. É através das representações retratadas nas iconografias e nos relatos desses viajantes, que se constituem produtos culturais, que ficará evidenciado a formação destas paisagens e o seu significado para aqueles que a construíram, vivenciaram e usufruíram neste período.

**Palavras-chave:** Paisagem cultural, representação, transformação.

### ABSTRACT

*This paper focuses on the formation of landscapes of the river Capibaribe during the 19<sup>th</sup> century based on the representations made of them by travelers in their accounts. This period was marked by great transformations in the landscapes of Recife and of the river Capibaribe, which will be discussed here together, since this river contributed so much to the construction and structuring of this city. The inter-relationship of city and river does not only come about because they form a single geographical unit but because they are linked by other factors, namely historical, economic and social. The transformations brought about by the action of man throughout this historical period, in a process of social construction, resulted in landscapes full of meanings. It is through the representations depicted in the iconography and accounts of travelers, that cultural products are formed, and that evidence will be found of how these landscapes were formed and what meanings they had for those who built, experienced and made use of them in this period.*

**Key words:** Cultural landscape, meanings, representation.

### Introdução

O rio Capibaribe contribuiu como elemento marcante na construção e na estruturação da cidade do Recife<sup>2</sup> (Figuras 1e 2), estando tão intimamente vinculado à sua história, que a inter-relação de ambos não ocorre apenas, segundo Chacon (1959, p. 9) como “uma unidade geográfica, histórica, econômica e sociológica, mas também sentimental e poética”.

As transformações decorrentes da ação intencional do homem sobre o sítio do Recife e esse rio, num processo de construção social ao longo da história, resultaram nas paisagens atuais, compostas por diversas camadas de significados. A abordagem de paisagem aqui adotada parte do entendimento de que estas paisagens são expressões de diferentes culturas.



Figura 1



Figura 2

Durante esse processo, essas paisagens inspiraram as mais diversas representações, revelando a multiplicidade de significados que delas emanam. É nesse contexto que, através das representações retratadas em iconografias e nos relatos de viajantes, será narrada<sup>3</sup> a formação da cidade do Recife e os significados que tiveram, ao longo desse período histórico, as paisagens do rio Capibaribe e da cidade do Recife, tanto para os que a construíram, vivenciaram e usufruíram, como para os viajantes, que as contemplaram, admiraram e exploraram.

### Século XIX – Representações das paisagens do rio Capibaribe pelos relatos dos viajantes

O século XIX foi um período marcado por grandes transformações na paisagem do Recife, tanto na urbana como nos seus arredores. Isso ocorreu a partir da abertura dos portos às nações amigas, em 1808, integrando o Brasil no circuito do comércio internacional, rompendo assim o monopólio comercial com Portugal.

Os viajantes estrangeiros de diversas nacionalidades que à cidade chegaram não tinham apenas interesses comerciais, financeiros ou industriais, mas também científicos e artísticos.

Muitos desses viajantes, eram artistas amadores, colecionadores e naturalistas, vindo em expedições financiadas por instituições de seus países de origem, com o intuito de observarem e fornecerem informações para que os europeus, a partir das “maneiras de ver” desses observadores, formulassem uma imagem “típica” da paisagem dos trópicos (LIMA, 2001, p. 12).

Assim, a partir do relato dos viajantes que desembarcaram no Recife nesse período, é que poderemos interpretar os significados que teve a paisagem da cidade do Recife e do rio Capibaribe para os mesmos, através das representações contidas nos seus diários e anotações. Esses relatos devem ser lidos como registros “simbólicos” de grande valor, representando o ato de esses viajantes trilharem esses terrenos, observarem essas paisagens e descrevê-las.

Logo após a abertura dos portos, em 1809, chegou ao Recife, vindo da Inglaterra, Henry Koster<sup>4</sup>, publicando, em 1816, *Travels in Brazil* (1992, p. 82-85). Segundo o seu relato, a organização urbana da “(...) vila de Santo Antônio do Recife, comumente chamada Pernambuco, consiste em três bairros ligados por uma ponte (...). Recife, colocada precisamente sobre o arrecife, (...) (é) o primeiro bairro da cidade composto de casas de tijolos, com três, quatro e mesmo cinco andares.

*A ponte que leva a S. Antônio tem uma estrada empedrada nas extremidades. Em cada ponta há uma capelinha (...). A ponte é formada parte de arcos de pedra, parte de madeira e ladeada de pequenas lojas que a tornam tão estreita que dois carros não passam um perto do outro.*

*S. Antônio, o bairro central, é composto inteiramente de casas altas e de ruas largas, (...). É o principal bairro da cidade. A ponte que liga S. Antônio à Boa Vista é construída inteiramente de madeira. A rua principal de Boa Vista, erguida em terreno antigamente batido no preamar, é formosa e larga. O rio Capibaribe, tão famoso na história pernambucana, deságua num canal entre S. Antônio e Boa Vista (...)."*

A expansão da cidade foi sendo feita do continente, da Boa Vista, em direção ao interior, como podemos verificar no relato de Koster (1978, p. 38-39): *"Passamos Boa Vista e seguimos por um apertado caminho arenoso, (...) dos dois lados estão as numerosas residências de verão dos abastados habitantes da cidade."*

Continuando a trilhar o seu caminho, Koster vislumbrou o rio Capibaribe e, situando-se nas suas margens, observou: *"A vista é excessivamente encantadora, casas, árvores, jardins de cada banda. O rio faz a curva adiante e parece perder-se no meio da mata. As canoas indo docemente descem com a maré, e tudo reunido forma um espetáculo delicioso. O rio Capibaribe é navegável todo o ano até Apicucos (...)."*

Koster observou também um outro aspecto do rio, que amedronta: as cheias. *"O rio transborda para suas margens na estação das chuvas e, às vezes, com grande violência. As terras, através das quais ele passa, são extremamente baixas nessa região, e a inundação é muito temida por estender-se longe e largamente. As choupanas de palha, situadas nas bordas, são sempre carregadas e todos os arredores ficam debaixo d'água."* As cheias do Capibaribe eram uma constante na relação do rio com a cidade. Durante o século XIX, têm-se informações de várias cheias que ocorreram.

Desde o final do século XVIII, começaram a surgir nas margens das "várzeas do Capibaribe", sítios e chácaras que foram-se multiplicando no século XIX, modificando o tipo de ocupação nos arredores do Recife. No entanto, ainda existiam nesse período grandes extensões de matas pertencentes a engenhos que ainda não tinham sido loteados para casas de campo (MELLO, 1992, p. 197).

Assim, foram-se instituindo os arrabaldes nesses núcleos habitacionais rurais, tendo de início um caráter sazonal, pois esses sítios e chácaras eram habitados no verão, visando-se ao tratamento das doenças e ao deleite proporcionado pelos banhos de rio. Esses banhos eram compartilhados por todos os habitantes, conforme constatou o inglês Waterton, que esteve em Pernambuco em fins de 1816.<sup>5</sup>

Em 1816, também desembarcou no Recife o francês Tollenare<sup>6</sup> que, nas suas *Notas dominicais* (1978, p. 20), relatou as suas impressões sobre a cidade do Recife, a partir da sua "maneira de ver". Referindo-se à parte urbana do Recife, ele teceu comentários sobre os três principais bairros daquele período. O bairro do Recife além de ser o mais movimentado, era o que se apresentava *"(...) mais mal edificado e o menos asseado"*.

Tollenare (1978, p. 34) também se referiu à existência de "cabanas" onde residia a população mais pobre. O aparecimento desses aglomerados onde habitava a população mais pobre teve início com a instituição da liberdade de alguns escravos negros e com a extinção de alguns engenhos. Como ressalta Freyre (2000, p. 211), *"(...) os casebres e mucambos foram-se levantando, rasteiros, pelas partes baixas e imundas da cidade. Pelos mangues, pelas lamas, pelos alagadiços (...)"* (Figura 3).

Outro aspecto da cidade que chamou a atenção de Tollenare foi a ponte entre a ilha de Santo Antônio e a Boa Vista. Segundo a sua descrição, *"(...) a ponte que serve de passeio durante*



Figura 3

*as belas noites deste clima; é guarnecida de bancos. (...) Canoas indígenas, escavadas num só tronco de árvores, conduzidas por negros nus e munidos de compridas varas, cruzam-se em todos os sentidos sobre as águas mansas do rio; (...).”*

Nesse período, as duas pontes existentes continuavam sendo as mesmas que foram construídas no período nassoviano. Foram várias as representações sobre as pontes do Recife feitas pelos viajantes, através dos seus relatos, e das iconografias, demonstrando como estão vinculados ao Recife seus rios e suas pontes (Figura 4).



Figura 4

Os arredores do Recife foram relatados por Tollenare de forma prazerosa, enriquecidos com detalhes: *“Há em volta da cidade do Recife lindas casas de campo, onde a gente abastada reside de novembro até o começo da quaresma; as mais notáveis estão situadas nas risonhas margens do Capibaribe; a classe média dos habitantes principia também a erguer ali as suas casinhas muito alegres.”* Tollenare também ressaltou a qualidade da água do rio Capibaribe, constatando que *“A limpeza das águas permite ver um fundo de areia pura, que toma um colorido, verde esmeralda escuro, do reflexo da folhagem.”*

Outro viajante que esteve no Recife em 1819 foi o inglês James Henderson<sup>7</sup> Esse inglês também destacou alguns aspectos do percurso da Boa Vista, indo em direção aos arredores do Recife. Entre a Boa Vista e a Ponte D’Uchoa, observou elegantes casas brancas, *“A cada cem jardas, lugares como esse são encontrados, onde o rio se alarga e apresenta um cenário muito agradável, com a estrada indo por uma curta distância ao longo de sua margem”*.

Assim, mesmo que o percurso para os arrabaldes fosse feito pelas estradas de terra, vislumbrava-se, em vários momentos, a paisagem do rio Capibaribe e das suas margens, num prenúncio de que o rio no futuro, prosseguiria banhando os 21 bairros da cidade, estando sempre presente na sua paisagem.

Nesse período, as casas eram construídas com a frente para o rio, cada uma possuindo um cais de atracamento, com as escadas descendo para dar acesso às canoas e aos botes, constituindo o perfil de ocupação da margem esquerda do rio, característico desses arredores no século XIX, como podemos ver nas paisagens retratadas na Figura 5.

A escritora inglesa e artista amadora Maria Graham<sup>8</sup>, desembarcou da fragata Doris no Recife, em 1821, e apesar de a cidade estar em estado de guerra, visando a independência, ela não deixou de observar a cidade e seus arrabaldes, selecionando os elementos que compunham essa paisagem, atribuindo-lhes significado.

O olhar do viajante que observa a paisagem, visando posteriormente a narrá-la através de publicações, não é desprovido de ambigüidade. Curvier<sup>9</sup> dizia ser importante para esse tipo de observador ter a liberdade de observar a natureza e, ao mesmo tempo, controlá-la, para não ser surpreendido por ela. Mas, ao mesmo tempo existia o momento fenomenológico, daquilo que era tocado e visto pelo sujeito. Foi nessa direção que se deu o relato de Maria Graham. Ao atravessar a ponte entre a ilha de Santo Antônio e a Boa Vista, ela ressaltou que não poderia haver *“(...) nada mais belo no gênero do que o vivo panorama verde, com o largo rio sinuoso. A vegetação é deliciosa para os olhos ingleses. Não tenho dúvidas que os prados planos e os rios que fluem vagarosamente atraíram particularmente os holandeses, fundadores do Recife”* (GRAHAM, 1992, p. 126).

As experiências dos viajantes não eram divulgadas apenas através dos livros publicados, mas também em relatórios oficiais, jornais, revistas e palestras para as comunidades científicas, missionárias ou filantrópicas, entre outras. Nesse sentido, resalta Lima (2001, p. 48), *“(...) a autoridade daquele que falava ou escrevia, mesclava-se ao projeto colonizador ou imperialista; a legitimidade do discurso era garantido pelo papel civilizador do autor, fosse ele missionário, hidrógrafo, naturalista, ou artista”*.

Foi nessa direção que ocorreu o relato do missionário americano, Daniel Kidder (1972), que esteve no Brasil durante o período de 1836-37 e de 1840-42, visitando o Nordeste, para divulgar sua religião<sup>10</sup>. De acordo com Kidder, Santo Antônio era o bairro mais bonito, tendo em frente ao arsenal do exército, um cais à margem do rio, construído recentemente. *“Junto a muralha colocaram bancos para o público. É muito agradável sentar-se aí pela manhã ou a noite (...)”* (KIDDER, 1972, p. 79)

O cais era um dos elementos muito presentes nas imagens do Recife, representado na iconografia do século XIX, porque havia uma movimentação fluvial muito intensa, de canoas, jangadas,

barcos a vela. Os pintores da época retratavam os transeuntes parados observando a fluência do rio (Figura 6). No núcleo urbano, o rio predomina na paisagem até os dias atuais, como também predominava nas paisagens dos arrabaldes naquele período. Como enfatiza Sette (1978, p. 57), “Os cais do Recife revestem-se, de um encanto e de uma sedução experimentada, ao que se vê das velhas gravuras, desde as mais distantes gerações que os palmilharam”.



Figura 5



Figura 6

Continuando seu relato, Kidder comentou que o bairro da Boa Vista era ocupado principalmente por residências, casas de campo e alguns edifícios que situavam-se em frente ao rio. Esse já era o prenúncio dos edifícios que foram sendo construídos defronte do rio, com as vias e os cais localizados às suas margens, hoje só existindo parte desse belo conjunto arquitetônico. A imagem desse conjunto foi sendo representada, ao longo do tempo, através da iconografia, atualmente sendo uma das imagens mais presentes nos cartões postais (Figura 7).

A partir da primeira década do século XIX, começaram a ocorrer as maiores transformações na paisagem do Recife. As primeiras mudanças relevantes ocorridas na cidade passaram a ser



Figura 7

implementadas na gestão de Francisco do Rego Barros, o conde da Boa Vista, que governou Pernambuco entre 1837 e 1845. Tendo estudado na França, o governador convidou para participar da sua administração técnicos e trabalhadores franceses, coordenados por Louis Vauthier, visando a dar um caráter “moderno” à organização urbana da cidade.

Nesse contexto, as propostas de urbanização da cidade foram sendo implementadas, segundo uma “maneira de ver” européia. Nesse sentido, foram construídos às margens do rio Capibaribe, na área urbana, o palácio do Governo, a penitenciária, o teatro Santa Isabel, assim como foram criados passeios públicos, praças e jardins ribeirinhos, incluindo alguns trechos da rua da Aurora e da rua do Sol (Figura 8), tendo como cenário o rio Capibaribe (MESQUITA, 1998, p. 27). E assim o rio foi-se impondo à cidade construída, sem permitir que ela se fechasse a ele, constituindo-se o elemento marcante da paisagem urbana.

Vauthier, ao chegar ao Recife, declarou-se encantado com as “*margens do Capibaribe, agrestes e belas*”<sup>11</sup>. Quando dirigiu a Companhia de Obras Públicas, formulou um relatório propondo um sistema de navegação fluvial, comunicando as diversas partes da cidade às localidades vizinhas, uma vez que a mesma era cortada por rios que se dirigiam até a algumas cidades do interior. Ele também sugeriu a canalização de alguns trechos do Capibaribe e recomendou precaução nas mudanças de percurso dos rios, que poderiam prejudicar as futuras retificações (CHACON, 1959, p. 46-80).

Com relação aos serviços de infra-estrutura, foram construídas as pontes da Madalena, de Afogados, de Jaboatão, a ponte pênsil da Caxangá, e foram reformadas a do Recife e a da Boa Vista. Ainda nesse período, começaram a ser feitos grandes investimentos no sistema viário, tanto no núcleo urbano, com a abertura de grandes vias visando ao embelezamento da cidade e ao fluxo de veículos, como na melhoria dos caminhos existentes e na abertura de estradas, facilitando o acesso aos arredores da cidade, possibilitando que algumas famílias passassem a residir e não apenas veranejar nos subúrbios.

Esse conjunto de reformas implementadas na administração de Rego Barros deu à cidade uma outra dimensão, como podemos constatar no relato de Ave-Lallemant<sup>12</sup>, em 1859. Ao chegar a Pernambuco, ele constatou ser “*uma cidade inteiramente comercial*”, com uma população de



Figura 8

100.000 habitantes. “Ao longo das encantadoras lagunas e no meio da cidade, já começaram a desenvolver-se certa distinção e beleza nas casas e edifícios públicos recém construídos, que um dia farão desta cidade, que surge das águas, uma das mais bonitas do mundo, que nada tem a invejar, nem mesmo de Hamburgo com sua magnífica bacia de Alster.”

Muitos dos viajantes que estiveram na cidade do Recife a compararam a cidades européias, sobretudo àquelas em cuja paisagem a água, as pontes e os canais eram um elemento marcante, como Hamburgo, Amsterdã e Veneza. Assim, a paisagem da cidade do Recife foi sendo representada por aqueles que a descreveram e a reinventaram.

Dom Pedro II<sup>13</sup>, ao visitar o Recife, em 1859, imagina a cidade como Veneza, ao observar que “(...) as casas iluminadas sôbre os rios que contornam a ilha de Santo Antônio, dão-lhe o aspecto do que imagino será Veneza”.

O Recife também foi comparado a um pedaço da Holanda por Teresa, princesa da Baviera<sup>14</sup>, que esteve na cidade em 1888. Segundo seu relato, “Recife e Santo Antônio causou-nos uma impressão muito agradável. Em lugar algum, em todo o país, os vestígios da ocupação holandesa conservam-se de forma tão clara como aqui; É como se um pedaço da Holanda tivesse sido transplantado para o Brasil (...). Casas estreitas e altas, com telhados inclinados (a pique) permitem-nos supor que nos achamos no Norte germânico”.

Alguns habitantes representaram o Recife, durante o século XX, recorrendo a comparações com Amsterdã e Veneza. O cientista social Josué de Castro (1992, p. 34), ao se referir à formação da cidade do Recife, ressaltou: “Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidados – mistura ainda incerta de terra e de água – que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro d’água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros, flutuando esquecido à flor das águas.”

Joaquim Nabuco<sup>15</sup>, ao representar a cidade do Recife, comparou as suas diferenças e similaridades com Veneza, em uma carta publicada n’O Paiz, no final do século XIX. De acordo com a sua “maneira de ver”, “O Recife é com efeito uma Veneza (...) não pelos palácios de mármore

*do grande canal, que mostram, (...), a mais bela fase da arquitetura da Renascença, não por essa praça de S. Marcos, que só tem uma rival no mundo, não pela tradição de máscaras e barcarolas, que flutua sobre as lagoas (...). O Recife não tem nada disso, mas como Veneza é uma cidade que sai da água e que nela se reflete (...). Melhor porém do que em Veneza, os canais do Recife são rios, a cidade sai da água doce e não da maresia das lagoas, o seu horizonte é amplo e descoberto, as suas pontes são compridas como terraços suspensos sobre a água, e o oceano vem se quebrar diante dela em um lençol de espumas por sobre o extenso recife que a guarda como trincheira, genuflexório!”.*

Ainda no final do século XIX, foram instituídos como norma, determinados locais para o despejo dos dejetos, assim como das águas servidas. Essas normas vieram atender às reclamações estampadas nos jornais da época, com relação ao mal-estar causado por esses despejos, que eram feitos no rio, em locais próximos às estações de passageiros dos trens e das maxambombas, (SETTE, 1981, p. 248). Apesar de os locais de despejo terem sido mudados, os dejetos continuaram sendo jogados ao longo do rio Capibaribe, e somente depois é que foi proibido esta prática.

Com o crescimento da cidade e o seu adensamento, as condições higiênicas foram-se deteriorando, principalmente devido à falta de um sistema de eliminação dos dejetos e das águas servidas. Nesse contexto, diante do desencadeamento das epidemias de febre amarela e cólera morbus, é que foi contratada uma empresa para explorar os serviços de coleta de lixo, escoamento de águas servidas e esgoto. As águas servidas continuaram sendo escoadas para o rio através de canalização.

No final do século XIX, continuariam a ser implementadas as propostas urbanas visando a “modernizar” a cidade do Recife. Nesse período, o Brasil procurava-se inserir no processo de expansão mundial do capitalismo, o que acarretou profundas mudanças na economia nacional e, em consequência na economia local. As repercussões dessas mudanças vão-se dar sobretudo nas cidades, com investimentos na modernização da infra-estrutura urbana. Nesse período, o Recife era o pólo comercial da região e não tinha somente a função portuária, embora esta ainda fosse a dominante.

Nesse contexto é que foram sendo direcionadas as reformas urbanas, com a remodelação do porto do Recife, que começou a ser implementada no início do século XX, e os investimentos no sistema viário. As vias foram sendo abertas, tendo como diretriz a ligação do porto com as pontes, com uma distribuição rádio concêntrica, característica marcante na forma de expansão da cidade, ligando-a ao interior, facilitando, assim, o escoamento dos produtos de subsistência que abasteciam a cidade.

Era transportado também por essas vias o açúcar trazido das usinas, localizadas no interior, que começaram a substituir os engenhos. De acordo com Andrade (1966, p. 84), com as usinas, os rios perderam as funções que tinham ao tempo dos engenhos, “como fonte de energia, (e) como força motriz”, e começou o processo de poluição, pois os usineiros passaram a lançar nos mesmos a calda da cana. A partir daí, as relações entre o homem e a água começaram a modificar-se drasticamente, pois, até então, mesmo que não houvesse o devido respeito a esses recursos hídricos, ele não os poluía na mesma proporção que passou a fazer.

Com a abertura das estradas e a comodidade dos meios de comunicação, as casas passaram a ser construídas com a frente para essas vias, nos arrabaldes, apesar de não serem abandonados os acessos para o rio, pois ele ainda oferecia como vantagem o transporte de canoa e o banho como lazer ou higiene. No entanto, o lado da estrada foi paulatinamente se impondo como o lado nobre, com a frente das casas se voltando para ela e o lado do rio foi tornando-se os fundos das casas. A partir desse período, começou a ser paulatinamente desarticulado o sistema de transporte fluvial (MILFONT, 2003).

No final do século XIX, a cidade do Recife já não tinha feições tão provincianas como no início do século. Como ressalta Menezes (1978, p. 260), “O século XIX será, na verdade, o grande século do Recife. Veremos o seu crescimento, mas também assistiremos o seu caminhar lento para a destruição que se processará nos seus últimos anos com as obras do porto”.

## Considerações finais

No percurso feito, pôde ser interpretado com base nos relatos dos viajantes e nas iconografias, que são registros “simbólicos” de grande valor na representação das paisagens (COSGROVE, 1993, p. 8), tanto os significados das paisagens do Recife e do rio Capibaribe para esses viajantes, como a importância desse rio na formação histórica das paisagens dessa cidade.

Durante este trajeto a formação dessas paisagens passou a ter outra dimensão, pautada em uma ação modernizadora, de acordo com os preceitos urbanos e a “moda” européia adotados nessa época. Nesse contexto, foram criadas novas paisagens urbanas, centradas na construção de edifícios e passeios públicos, cais e jardins ribeirinhos, tendo como cenário o rio Capibaribe, que passou a se impor à paisagem construída.

Essa breve narrativa pretende contribuir para a compreensão sobre a formação histórica das paisagens da cidade do Recife e do rio Capibaribe, sob o enfoque das representações e dos significados. Através dessa narrativa pudemos constatar como o rio está vinculado a história da cidade, integrando-se à sua paisagem. As recordações e os significados daquele momento histórico foram sendo incorporados nos dias atuais, pelo recifense, que escolheram o rio Capibaribe e as suas pontes como símbolo da cidade do Recife. Assim, para se compreender as expressões manifestadas por uma cultura em sua paisagem é necessário conhecer o significado que têm as paisagens para essa cultura. Através desse entendimento poderão ser identificados os elementos simbólicos que caracterizam as paisagens, visando a conservação das mesmas, pois estes constituem patrimônios culturais, que fazem parte da memória local.

## Notas

- (1) Texto baseado na tese de doutorado, intitulada *Um recorte da paisagem do rio Capibaribe: Seus significados e representações*, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, em 2003.
- (2) Cidade flúvio-marinha, capital do estado de Pernambuco, está situada entre 8°04'00" de latitude sul e 43°52'00" de longitude oeste (GOMES, 1997, p. 58).
- (3) A narrativa é um método utilizado pelos geógrafos que estudam a paisagem cultural, para interpretar os significados da paisagem, a partir de suas representações, baseado em uma referência empírica, e, no caso deste estudo, baseia-se nos relatos dos viajantes que estiveram na cidade do Recife no século XIX.
- (4) Henry Koster veio ao Recife para tratamento de uma tuberculose, permanecendo aqui por um longo tempo. Foi bom observador e anotou o que via: os costumes, o povo, os detalhes da cidade, e publicou em Londres, em 1816, *Travels in Brazil* (MAIOR; SILVA, 1992, p. 78).
- (5) Apud MELLO (1992, p. 270).
- (6) Tollenare permaneceu no Recife nos anos de 1816 e 1817, dedicando-se ao comércio de algodão, embora fosse interessado em botânica, costumando escrever suas notas aos domingos (MAIOR; SILVA, 1992, p. 90).
- (7) Autor do livro sobre o Brasil *A history of the Brazil: Comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants* (1992, p. 105-119).
- (8) Maria Graham veio ao Recife acompanhando seu marido, o capitão Thomas Graham, comandante da fragata Doris (MAIOR; SILVA, 1992, p. 122).
- (9) Apud LIMA (2001, p. 46).
- (10) Em 1845, publicou nos Estados Unidos o livro *Brazil and the brazilians portrayed in historical and descriptive sketches*. A obra sobre o Brasil mais conhecida naquele país: (MAIOR; SILVA, 1992, p. 149).
- (11) Apud CHACON (1959, p. 80).

- (12) Apud CAVALCANTI (1978, p. 271).  
 (13) Apud AULER (1975, p. 361).  
 (14) Apud JUREMA (1971, p. 98).  
 (15) Apud SETTE (1978, p. 63).

## Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia. Poluição dos cursos d'água da zona da mata de Pernambuco, pelo despejo de resíduos e águas servidas pelas indústrias. O *Boletim*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, n. 15, 1966.
- AULER, Gaspar. Dom Pedro II – Viagem a Pernambuco (em 1859). *Revista do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Recife*, v. XXI, n. 31, 1975.
- CASTRO, Josué. Visões do Recife. In: MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. (Org.) *O Recife: Quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ/Massangana/PCR, 1992. p. 253-260.
- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. O Recife e a origem dos seus bairros centrais. In: *O tempo do Recife. Arquivo público estadual de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária, 1978. p. 222-252.
- CHACON, Valmireh. *O Capibaribe e o Recife. História social e sentimental de um rio*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco/UFPE, 1959.
- COSGROVE, Denis. On the reinvention of cultural geography by Price and Lewis: Commentary. In: *Annals of Association of American Geographers*, v. 83, n. 3, 1993. p. 515-517.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife – Uma abordagem geográfica*. 1997. 290 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GRAHAM, M. O Recife em tempo de revolução. In: MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. (Org.) *O Recife: Quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ/Massangana/PCR, 1992. p.121-142.
- JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: UFPE, 1971.
- KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Norte)*. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira/Martins Fontes/Edusp, 1972.
- LIMA, Lúcia. *O Rio de Janeiro dos viajantes: O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. *O Recife: Quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Fundaj/Massangana/PCR, 1992.
- MELLO, Evaldo Cabral. *Canoas do Recife*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1987.
- MELLO, José Antônio Gonçalves. Capunga: Crônica de um bairro recifense. In: MAIOR, M.S.; SILVA, L. D. (Org.) *O Recife: Quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ/Massangana/PCR, 1992. p. 263-281.
- MELO, Vera Mayrinck. *Um recorte da paisagem do rio Capibaribe: Seus significados e representações*. 2003. 273 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- MENEZES, José Luís Mota. O Recife e sua arquitetura. In: *Um tempo do Recife*. Recife: Editora Universitária, 1978.
- MESQUITA, Liana. Memória dos verdes urbanos do Recife. *Cadernos do Meio Ambiente do Recife*, Recife, v. 1, n. 1, p. 11-57, 1998.
- MILFONT, Magna. Caminhos e marcas na cidade: A influência do transporte fluvial nos rios e mares do Recife, no século XIX. In: PONTUAL, V.; CARNEIRO, A. R. (Org.) *História e paisagem: Ensaio urbanísticos de São Luís e do Recife*. Recife: Edições Bagaço, 2005.
- SETTE, Mário. *Arruar: História pitoresca do Recife antigo*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria Estadual da Cultura, v. XII, 1978 (Coleção Pernambucana).
- \_\_\_\_\_. *Maxambombas e maracatus*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.
- TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Cultura, Depto. de Cultura, v. XVI, 1978 (Coleção Pernambucana).

# PREOCUPAÇÕES ACERCA DA PAISAGEM EM VITÓRIA (ES) – PANORAMA DA PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS

THOUGHTS ABOUT LANDSCAPE IN VITÓRIA (ES) – A VIEW OF RESEARCH AND ITS CONSEQUENCES

**MENDONÇA, Eneida Maria Souza**

Arquiteta, doutora em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP, professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFES e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo – NAU da UFES.

E-mail: eneida@npd.ufes.br

## RESUMO

Este artigo busca apresentar determinada experiência no campo da pesquisa acerca da temática relacionada à paisagem urbana, tendo como objeto de estudo a cidade de Vitória. O percurso descrito inicia-se no âmbito da atividade profissional, passando pelo ensino antes de atingir a pesquisa. A problematização é motivada pelo intenso ritmo de urbanização vivenciado pela capital capixaba nas últimas décadas e a conseqüente perda de visibilidade dos referenciais paisagísticos em função do porte das edificações e de sua forma de implantação. A vertente atual alcançada pela pesquisa abrange estudo sobre os espaços públicos, abordando análise qualitativa desses ambientes, bem como a capacidade de agregação social.

**Palavras-chave: Paisagem, espaço público, cidadania.**

## ABSTRACT

*This paper shows an experience of research about urban landscape in Vitória. The described way begins in professional activities, going through the teaching, before arriving in the research area. The quick velocity of urban growth in Vitória and the lost of views of landscape marks because of the size and situation of buildings are the main questions. Now the research is about public space, studying its quality and its capacity of social integration.*

**Key words: Landscape, public space, citizenship.**

## 1 – Introdução

A experiência aqui exposta evoluiu a partir do objetivo de contribuir para orientar a ocupação urbana, tendo como premissa a manutenção dos referenciais da paisagem e como revés a intensidade do processo de urbanização em curso nas cidades brasileiras. Este processo de ocupação acompanhou ao longo do século XX, sobretudo em sua segunda metade, a passagem de um Brasil dito rural para uma situação predominantemente urbana. Diversas cidades de médio e grande porte passaram então, por um ritmo intenso de crescimento, ampliando suas periferias, consolidando contextos de conurbação e assimilando, em localizações selecionadas de seus territórios, processo concentrado de verticalização de construções. Todas estas formas de crescimento ou adensamento além de ampliar as demandas por infra-estrutura de toda a ordem, vem ocorrendo à custa de fortes impactos sociais e ambientais. No âmbito destes últimos, este estudo partiu do interesse de tratar dos impactos sobre a paisagem, enfocando especificamente a gradativa perda das referências paisagísticas, ocasionada pela obstrução da visibilidade destas referências, gerada pela implantação e/ou pelo porte das construções no entorno das mesmas. Um panorama desta pesquisa, de seus desdobramentos, até seu estágio atual, envolvendo a qualidade dos espaços públicos, é o que pretende-se apresentar

neste artigo. Antes porém, a título de introdução, segue breve relato que ilustra a origem e a trajetória que antecedeu ao estudo em foco.

Mesmo centrada atualmente no campo da pesquisa, esta experiência transpassa ações sobre a cidade, desde a atividade profissional exercida a partir de órgão público, chega à atividade de ensino em curso de arquitetura e urbanismo e fixa-se na investigação científica com ramificações propositivas sobre a realidade urbana mais próxima: o município de Vitória no Espírito Santo e sua região metropolitana. De modo sucinto, procurar-se-á relatar esta passagem.

O olhar sobre a problemática urbana tendo como ponto de vista o órgão público municipal remete a um amplo contexto que envolve dificuldades técnicas e administrativas, bem como a desigual intensidade de pressão política exercida pelos diversos segmentos da sociedade. Neste universo, a constante prevalência da pressão econômica e em particular, imobiliária, indicam arraigadas permanências de um modelo de desenvolvimento impróprio à noção de sustentabilidade. Esta prevalência, ao mesmo tempo que reduz, também desafia a condição técnica dos órgãos públicos. A redução traduz-se, em muitos casos, na limitação das atividades à resolução de demandas pontuais e cotidianas, em detrimento da formulação de análises mais profundas e definições de diretrizes mais abrangente, e também, em detrimento do próprio aperfeiçoamento profissional. O desafio do quadro técnico, por sua vez, ruma para a necessidade de ampliação do potencial de compreensão sobre seu campo de atuação e a identificação de formas mais eficientes de exposição de seu conhecimento e de articulação diante dos demais atores envolvidos, visando atingir qualidades mais significativas nas decisões sobre o urbano.

Considerando a experiência em questão, a aproximação ocorrida quanto às atividades em órgão público, teve como situação mais significativa, a implementação de Plano Diretor Urbano e instituição e coordenação da secretaria executiva de seu conselho. Centrada no município de Vitória em meados da década de 1980, além das características já relatadas, envolvendo limitações técnicas e resultantes político-econômicas, a situação vivenciada relaciona-se a um período de especial expressividade no que se refere ao processo de urbanização local. A região de Vitória correspondia a uma aglomeração urbana em intenso processo de expansão e adensamento, relacionado à consolidação de uma transição econômica da agro-indústria de exportação vinculada à cultura do café para a grande indústria calcada na siderurgia. A atratividade de migrantes para a região de Vitória como consequência deste processo resultou tanto na ampliação da classe média, em função da qualificação profissional que a nova atividade requeria, como na ampliação do quadro de pobreza, em função da expectativa de emprego gerada para população sem qualificação profissional. Ressalta-se que ambas as situações contribuíram para alterar consideravelmente a paisagem urbana, seja, no primeiro caso, pela verticalização de construções, seja, no outro, pela ocupação de manguezais.

O ingresso na atividade de ensino, na segunda metade da década de 1980, encontrou um curso de arquitetura e urbanismo que apenas iniciava a formar arquitetos na Universidade Federal do Espírito Santo. A atuação na disciplina de Planejamento Urbano e Regional I, transformada por reforma curricular em Urbanismo I, na década de 1990, foi o veículo que permitiu a realização de ensaios que conduziram à pesquisa. Inicialmente com abordagem em escala geográfica municipal e mais recentemente circunscrita na escala do setor urbano, abrangendo bairro, parte de bairro ou conjunto de bairros, a atividade de ensino experimentada, vem percorrendo a reflexão sobre as normas urbanísticas e seus efeitos sobre a paisagem. O estímulo ao enfoque crítico e a busca de soluções alternativas vem sendo a meta neste processo de aprendizagem e de formação profissional, que admite, como desafio ainda inconcluso, a inserção mais incisiva, na experiência de ensino, do ponto de vista do usuário da cidade na percepção e na proposição do ambiente urbano. A atividade de ensino aqui mencionada já foi, em outras oportunidades<sup>1</sup>, amplamente descrita, não cabendo, portanto, detalhá-la. A

descrição sucinta aqui exposta visa apenas marcar este percurso, próprio, a fim de esclarecer a dimensão da abordagem de pesquisa, objeto deste artigo.

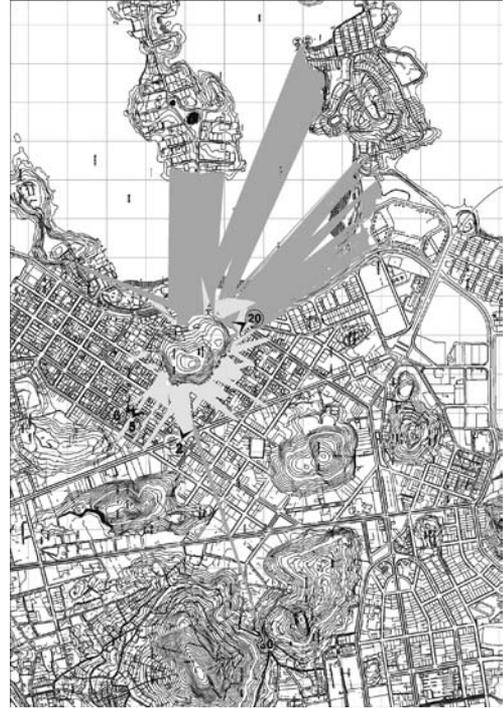
Nesta trajetória, a atuação no campo da pesquisa insere-se como alimentadora da proposição de ensino que se pretende aperfeiçoar e como fonte inovadora articulada à prática profissional. A experiência no âmbito da pesquisa seguiu caminho aproximadamente paralelo ao ensino do urbanismo. Esta abrangeu abordagens do planejamento urbano e regional com enfoque voltado para a região metropolitana de Vitória, seguiu para o estudo quanto à contribuição dos investimentos públicos municipais na ocupação urbana, tratou posteriormente da relação entre as normas urbanísticas e o processo de verticalização de construção em Vitória, para em tempos mais recentes, focalizar a qualidade do ambiente urbano. Esta última abordagem direcionou os trabalhos para o âmbito da paisagem, enfocando o valor de seus referenciais e acreditando na possibilidade de estabelecimento de normas de construção, que os considerem. Uma evolução deste estudo aponta para a análise dos espaços públicos envolvendo a característica urbanística e as formas de apropriação sobre estes empreendidas. É no contexto da pesquisa relacionada à paisagem, que os próximos capítulos se apresentam.

## 2 – Análise e construção da paisagem

A pesquisa intitulada *Método para análise e construção da paisagem* encontra-se atualmente em sua terceira fase. A primeira teve início em 2003-2004, com recursos do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Vitória. Como resultado daquela pesquisa foi possível estruturar, de modo preliminar, procedimentos metodológicos para análise e construção da paisagem urbana e ensaiar sua aplicação. De forma sintética, estes envolvem: identificação das referências paisagísticas, eleição dos pontos de vista privilegiados, definição dos níveis de percepção desejados, mapeamento da localização e do porte das construções existentes no entorno, estudo para garantia de acessibilidade ao referencial paisagístico, simulação gráfica para determinação de formas futuras de ocupação urbana e proposição de instrumentos urbanísticos que viabilizem a realização da proposta<sup>2</sup>.

O ensaio aplicativo foi desenvolvido em setor urbano de Vitória (ES) de intenso interesse imobiliário, polarizado pela praia do Canto, tendo como foco a manutenção da visibilidade do morro do Guajuru (Figuras 1, 2 e 3). No âmbito da mesma etapa da pesquisa, foram também iniciados os estudos referentes aos instrumentos urbanísticos, buscando no Estatuto da Cidade possibilidades de atuação em benefício da paisagem.

Em uma segunda fase da pesquisa, em 2004-2005, a partir de trabalhos de iniciação científica, tanto o ensaio aplicativo quanto as pesquisas relacionadas ao Estatuto da Cidade, procuram ampliar o campo de análise, testando os procedimentos do método em contexto urbano e sócio-econômico diferenciado do anterior, e estabelecer estudo comparativo. A área objeto de estudo, neste caso, passa a ser a baía noroeste de Vitória, paisagem dominada pela linha aquática, pelo manguezal e pela intensa e densa ocupação por população de baixa renda (Figuras 4 e 5). Nessa ocasião, ainda no âmbito da iniciação científica, foram realizadas quatro outras abordagens relacionadas à temática da pesquisa. Uma delas corresponde ao estudo sobre a interferência da publicidade na paisagem urbana, originada na fase anterior da pesquisa. As outras correspondem aos estudos sobre ensino e paisagem, sobre o plano na escala do setor urbano e a paisagem e sobre a evolução da paisagem. O estudo sobre o ensino deseja avaliar a qualificação escolar do cidadão quanto à paisagem. O estudo sobre o plano na escala do setor urbano procura investigar a propriedade deste recorte geográfico para as proposições referentes à paisagem. E o estudo sobre a evolução da paisagem, busca experimentar a validade de determinadas fontes, como fotografia e escritos de viajantes, na identificação de elementos significativos da paisagem e respectivas transformações.



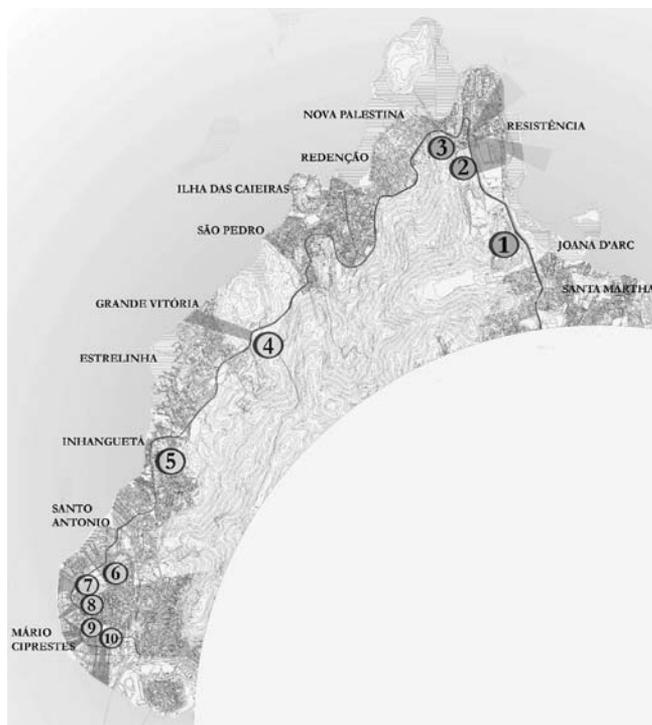
Figuras 1, 2 e 3

Diante da amplitude alcançada pela pesquisa julgou-se primordial, em sua terceira fase, 2005-2006, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, aprofundar conceitos, que permitam dar continuidade à estruturação do método no que diz respeito à análise e construção da paisagem.

Busca-se então, no contexto do projeto de pesquisa atual, realizar estudos teóricos envolvendo dois dos procedimentos metodológicos previstos na fase inicial do estudo: a identificação das referências paisagísticas e a análise dos níveis de percepção da paisagem.

Quanto ao primeiro, a pesquisa realizada apontou o estudo da história referente ao projeto urbanístico e ao processo de urbanização como procedimentos metodológicos de importância na identificação de referenciais paisagísticos valorizados à cada época (Figura 2). Projetos urbanísticos e respectivos memoriais descritivos e/ou justificativos, bem como fotografias, pinturas, cartas de viajantes constituem-se em fontes de destaque para identificação desses referenciais.

Outro procedimento metodológico relevante refere-se aos estudos relacionados aos percursos, auxiliando sobretudo na identificação de referenciais da atualidade. Neste contexto, foram exploradas as cenas seqüenciais de Cullen (1983); os percursos, como um dos cinco elementos urbanos de Lynch (1980) e a abordagem sobre zonas de visualização (Figura 3) desenvolvida a partir da teoria topoceptiva de Kolsdorf (1996). A partir deste entendimento, pretende-se: aprofundar o conhecimento de técnicas para interpretação das fontes citadas e de aplicação dos conceitos até então detectados, bem como identificar outras técnicas e outros referenciais teóricos que auxiliem na identificação de referenciais da paisagem.



Figuras 4 e 5

Quanto ao segundo procedimento a ser aprofundado e tendo, uma vez mais, como suporte a pesquisa desenvolvida, a análise dos níveis de percepção de determinado elemento paisagístico constitui-se em etapa fundamental para procedimentos seguintes, relacionados à construção da paisagem. A análise dos níveis de percepção deve permitir o reconhecimento e o estabelecimento de valores a serem conservados. Até o momento, com base na mencionada pesquisa, os procedimentos metodológicos desenvolvidos atuam sobre a análise dos níveis de percepção da paisagem a partir de exame e classificação das imagens visualizadas nos diversos pontos de vista referentes ao percurso estabelecido (Figuras de 4 a 10). Alguns conceitos desenvolvidos por Ching (1999) vem auxiliando neste processo.

Neste sentido, pretende-se alcançar o aprofundamento de conceitos que auxiliem o exame e a classificação dos níveis de percepção dos elementos da paisagem, atuando sobre o reconhecimento e o estabelecimento de valores paisagísticos.

A despeito da preocupação fundamental da pesquisa, em sua fase inicial, ter sido o de estabelecer critérios para orientar a ocupação urbana, em consonância com a manutenção da visibilidade dos referenciais da paisagem, ao longo do processo, outras preocupações emergiram. A garantia de acessibilidade e apropriação pública dos espaços relativos a esses elementos referenciais da paisagem, tornaram-se essenciais. Se a preservação dos cones visuais relevantes na paisagem urbana contribui para a orientabilidade do habitante da cidade e reafirma sua identidade diante de seu lugar, a conquista do acesso e uso público dos ambientes de destaque nesta paisagem, contribui para consolidar a cidadania.

Este entendimento, conduziu a pesquisa ao desdobramento que permitisse examinar e classificar os espaços públicos e suas apropriações.



Figura 6: Nível 1



Figura 7: Nível 2



Figura 8: Nível 3



Figura 8: Nível 3



Figura 9: Nível 4



Figura 10: Nível 5

### 3 – Análise e construção dos espaços públicos

A pesquisa denominada *Análise e construção dos espaços públicos de Vitória – de oeste à leste da ilha*, com apoio do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Vitória, preocupa-se com as modificações ocorridas ao longo do tempo no âmbito dos espaços públicos e a contribuição destas para as situações de segregação social e perda da noção de identidade do cidadão para com o seu lugar. Além da abordagem histórica, em auxílio à compreensão do contexto atual, a pesquisa apresenta caráter propositivo ao pretender indicar possibilidades de recuperação ou composição de ambientes públicos, entendidos como potenciais elos de agregação social.

A modernização do ambiente urbano, que no século XIX contribuiu para modificar hábitos sociais em importantes cidades européias, atingiu Vitória no início do século XX. Além das melhorias na infra-estrutura em geral, encontram-se no rol dos projetos de modernização da capital capixaba a construção do parque Moscoso (1912), da praça Costa Pereira (1926) e da avenida Jerônimo Monteiro, esta, na categoria de *boulevard* (PRADO, 2002). Caracterizados também como melhoramentos e embelezamentos, estes projetos transformaram a vida social capixaba, qualificaram o ambiente urbano de seu entorno e elitizaram a apropriação inicial. O passeio no parque, na praça e na avenida tornaram-se programas familiares à alta sociedade local. A popularização do uso destes espaços ocorreu em seguida, fruto da intensificação da atividade portuária e comercial no centro de Vitória. Mesmo percebendo o processo de sucessão de grupos sociais na apropriação dos espaços públicos em Vitória, como foi o caso da prostituição sucedendo a elite no parque Moscoso, até mesmo pela limitada dimensão do ambiente urbanizado da capital, era comum em determinados contextos, a convivência conjunta de grupos distintos. Campos Júnior (1993), ao estudar a construção civil em Vitória, relata, por exemplo, a proximidade social entre construtor e pedreiro, e respectivas famílias, sobretudo filhos, destacando o uso da rua, processo que modificou-se segundo o autor, a partir da construção do edifício, que contribui para separar, segregar. A verticalização de construções em Vitória, iniciada, como processo, na segunda metade da década de 1940, contribuiu para modificar paisagem e relações sociais a partir da década de 1950, ao adquirir maior intensidade construtiva. Embora concentrada de fato no centro, já ocorria, na ocasião, a inserção dos primeiros edifícios na região leste de Vitória, processo que ganhou expressão neste local, a partir da década de 1970.

A complexificação das relações sociais em Vitória, acompanharam o próprio processo de transformação econômica (da agroexportação para a grande indústria) e de metropolização ocorrido na segunda metade do século XX. Neste contexto a década de 1970 representa momento de inflexão significativo. A ampliação da classe média propiciada por novos empregos nas grandes empresas em instalação e a concomitante ampliação da população de menor renda excedente no mercado formal de trabalho, constituem as referências imediatas para entendimento do quadro de segregação social vigente. É neste contexto que iniciou-se na mesma década de 1970 a ocupação dos mangues na região oeste-noroeste de Vitória.

Inserida no mercado global, no pleno desempenho de sua função portuária e industrial-side-rúrgica, Vitória apresenta processos sociais complexos, como os vividos nas principais cidades brasileiras. Sem ignorar essa complexidade e ao mesmo tempo reconhecendo a impossibilidade de abranger todas as suas facetas, esta pesquisa valoriza o espaço público como elemento potencialmente aglutinador das funções sociais e do exercício da cidadania. Neste sentido, analisar o espaço público em Vitória, entendido a princípio como rua, praça e parque, considerando suas características físicas e as formas de apropriação subjacentes, significa, no contexto deste estudo, entender melhor as potencialidades do lugar, o afeto de seu povo por este mesmo lugar e as dificuldades de convívio social subjacentes.

A escolha de duas regiões de contexto sócio econômico diferenciado visa permitir rico estudo comparativo e despertar para a situação de injustiça social presente. Assim, as áreas objeto de estudo são as mesmas já indicadas e adotadas nos estudos anteriores e encontram-se opostas em localização, condição sócio-econômica e característica urbanística. No entanto, ambas passaram, e de certo modo, ainda vivenciam, intenso ritmo de urbanização com conseqüências para a conformação de seus espaços públicos. Tratam-se da região conhecida como baía noroeste de Vitória, polarizada pelo bairro São Pedro e a região à leste-nordeste da ilha polarizada pelo bairro praia do Canto. A região de São Pedro, abrigando população de baixa renda, sofreu acelerado processo de ocupação em aterro de lixo sobre mangue, a partir de meados da década de 1970. A região da praia do Canto, abrigando população de alta renda e características de novo centro, sofreu, na mesma ocasião, processo intensivo de verticalização de construções. A despeito dos contrastes, ambas representam o processo de desenvolvimento assumido pelo Espírito Santo ao longo da segunda metade do século XX, que gerou êxodo rural pela crise na cultura cafeeira (década de 1960) e atratividade industrial com a implantação dos grandes projetos (década de 1970). A intenção de abordar a temática aqui lançada de oeste à leste da ilha de Vitória sugere desde já a construção de um primeiro elo composto de fato pela continuidade física destas regiões (a nordeste).

Em auxílio a abordagem que remete às assimetrias sociais, busca-se apoio em Foucault (1993), Bourdieu (2001) e Caldeira (1996). A abordagem sobre o meio urbano, sua morfologia e complexidade encontra referência em Santos (1985), Lamas (s/d), Arantes (1998), Carlos (2001) e Souza (2002). Santos (1981) e Da Matta (1997) constituem-se em reforço antropológico fundamental à compreensão do uso da rua. Cullen (1993) e Lynch (1980) permanecem referências quanto ao enfoque urbanístico e paisagístico. Sobre os aspectos relacionados à classificação de espaços públicos as referências são Macedo (1999) e Carneiro (2000).

Sendo este o atual estágio do panorama aqui apresentado, vale ainda assinalar, na pesquisa, a previsão de atividade interativa com as lideranças comunitárias. Prevista inicialmente em forma de seminários, esta encontra-se atualmente programada, de fato, em forma de curso, seguindo o interesse demandado pelas associações de bairro. A programação compreende a transmissão de informações conceituais, históricas e técnicas sobre o espaço público pela equipe de pesquisadores e a realização de exercícios de reflexão sobre a realidade local, buscando com os líderes comunitários, avançar no desejo de inserir o usuário da cidade no processo de conhecimento e realização.

## Notas

- (1) Trata-se de experiência apresentada no Seminário Internacional Psicologia e Projeto do Ambiente Construído: Interface e Possibilidades em Pesquisa e Aplicações, no Rio de Janeiro, UFRJ, em 2000, e publicada em artigo: MENDONÇA, Eneida Maria Souza. A percepção ambiental na introdução ao estudo do espaço urbano: registro, análise e projeto. In: *Projeto do lugar – Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria Ltda., 2002. Vale indicar complementação da experiência no *Fórum de Debates Ambiente Urbano, Indivíduo e Sociedade: Fundamentos e Experiências*, em Vitória, UFES, em 2003.
- (2) Os resultados da pesquisa foram expostos em relatório, além de apresentados e publicados de modo sintético em MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem in *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, UFBA, 2005.

## Bibliografia

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CALDEIRA, Tereza. A cidade fortificada. *Folha de São Paulo*, 22 jun. 1996.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O Capitalismo se apropria do espaço: A construção civil em Vitória (ES)*. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- CHING, Francis D. K. *Arquitetura, forma, espaço e ordem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CULEN, Gordon. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KOLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999 (Coleção Quapá).
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2005.
- PORTEOUS, J. Douglas. *Environmental aesthetics. Ideas, politics and planning*. Londres/Nova York: Routledge, 1996.
- PRADO, Michele Monteiro. *A modernidade e seu retrato*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Studio Nobel, 1985.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TUAN, Y Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.



**Laboratório de Programação Gráfica**

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

**Supervisão Geral**

José Tadeu de Azevedo Maia

**Supervisão de Projeto Gráfico**

André Luis Ferreira

**Supervisão de Produção Gráfica**

Divino Barbosa

**Preparação e Revisão**

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

**Diagramação**

Sóstenes Pereira da Costa

**Tratamento de Imagem e Fitolito**

Sidney Lanzarotto

**Emendas**

Eliane Aparecida Pontes

**Montagem de Chapa**

Adalto Lino Duarte de Farias

**Cópia de Chapa**

Juvenal Rodrigues

**Impressão**

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

**Acabamento**

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

José Tadeu Ferreira

**Dobra**

Ercio Antonio Soares

**Secretária**

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, *fotolitos*, *impressão offset* e *acabamento*

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

*Pré-matriz*

Linotronic Mark 40

*Tipologia*

Futura Lt BT, no corpo 10 para o texto, Futura Md BT, no corpo 12 para os títulos,

Futura Md BT, corpo 11 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (*itálico*) e notas (*normal*),

Futura Lt BT, no corpo 8 para as bibliografias.

*Montagem*

40 cadernos de 8 páginas frente e verso

*Tiragem*

1.000 exemplares

*Data*

2006



ISSN 0104-6098



9 770104 609003

00023

